UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Lucas de Lima Fernandes Padoan

UMA GEOGRAFIA DO CAMINHAR

BELO HORIZONTE
2021

LUCAS DE LIMA FERNANDES PADOAN

UMA GEOGRAFIA DO CAMINHAR

Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação do Departamento de Geografia na Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Geografia.

Área de Concentração: Análise Ambiental

Orientador: Prof. Dr. Bernardo Machado Gontijo

BELO HORIZONTE
2021

P124g 2021

Padoan, Lucas de Lima Fernandes.
Uma geografia do caminhar / Lucas de Lima Fernandes Padoan. – 2021.
253 f., enc.: il. (principalmente color.)

Orientador: Bernardo Machado Gontijo.
Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências, 2021.
Área de concentração: Análise Ambiental.

Bibliografia: f. 236-253.

1. Geografia – Experiências – Teses. 2. Geografia humana – Teses. 3. Percepção geográfica – Teses. I. Gontijo, Bernardo Machado. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Instituto de Geociências. III. Título.

CDU: 91

Ficha catalográfica elaborada por Elisabete Quatrini Vieira – CRB-6/2210

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
COLEGIADO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

FOLHA DE APROVAÇÃO

UMA GEOGRAFIA DO CAMINHAR

LUCAS DE LIMA FERNANDES PADOAN

Tese de Doutorado defendida e aprovada, no dia **30 de novembro de 2021**, pela Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais constituída pelos seguintes professores:

Alexandre Alves Magno Diniz
PUC-Minas

Jackson Fernando Rego Matos
UFOPA

Júlio Corrêa de Resende Dias Duarte
IFMT

Valéria Amorim do Carmo
UFMG

Valéria de Oliveira Roque Ascenção
UFMG

Virgínia de Lima Palhares
UFMG

Bernardo Machado Gontijo - Orientador
UFMG

Belo Horizonte, 30 de novembro de 2021.

Documento assinado eletronicamente por **Valeria de Oliveira Roque Ascencao**, **Professora do Magistério Superior**, em 30/11/2021, às 19:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Virginia de Lima Palhares**, **Professora do Magistério Superior**, em 02/12/2021, às 14:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Júlio Corrêa de Resende Dias Duarte**, **Usuário Externo**, em 03/12/2021, às 17:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Bernardo Machado Gontijo**, **Professor do Magistério Superior**, em 09/12/2021, às 15:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Valeria Amorim do Carmo**, **Membro**, em 09/12/2021, às 16:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Jackson Fernando Rêgo Matos**, **Usuário Externo**, em 10/12/2021, às 10:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Magno Alves Diniz**, **Usuário Externo**, em 13/01/2022, às 14:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1069387** e o código CRC **C6EBC5CC**.

À memória de Lucas Oliveira.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha família, pelo amor incondicional e pelo apoio durante toda essa trajetória. Sem vocês, nada seria possível.

Ao Bernardo, meu orientador, agradeço por me ensinar a viver a geografia.

Aos professores do Instituto de Geociências da UFMG e do Instituto de Ciências Humanas da PUC-Minas, que fizeram parte da minha formação em cada etapa dessa caminhada.

À CAPES, pela bolsa que possibilitou a realização dessa pesquisa.

RESUMO

A presente pesquisa busca explorar o diálogo entre a geografia e o caminhar, investigando esse encontro e refletindo sobre um terreno fértil de discussões para se chamar de geografia do caminhar. Para circunscrever e discutir a interseção entre a geografia e o caminhar, consideramos, portanto, o ato de caminhar enquanto fenômeno que reflete as experiências do ser humano e que movimentam o espaço geográfico, permitindo defender a ideia do caminhar como uma forma de experiência geográfica. Sendo assim, a investigação está orientada por meio de duas frentes de reflexões. Na primeira, buscamos apresentar a trajetória do ser humano desde sua origem na condição de espécie até a atualidade. Entender esse contexto é crucial para demonstrar de que maneira o ser humano povoou o planeta e como esse processo se desenvolveu. Os significados e as formas de conceber o ato de caminhar se pluralizaram ao longo da nossa história, uma história que naturalmente se fez do movimento. Analisar essa diversidade de entendimentos é fundamental para estabelecer a relação concreta entre o caminhar e o habitar o mundo. Em um segundo momento, enveredamos nas relações entre a geografia e o ato de caminhar, cercando de que forma a movimentação humana está associada ao processo de gênese, surgimento e consolidação da ciência geográfica. A partir dessa narrativa, é possível definirmos as bases fundantes dessa geografia em movimento: experiência, espaço, mundo, habitar, corpo, ritmos, existência, percepção e sentidos são alguns exemplos dos elementos que se entrelaçam para guiar as reflexões que convergem na ideia do caminhar enquanto experiência geográfica. A pesquisa demonstra que é justamente através da movimentação do corpo que atravessamos o espaço e agimos e interagimos com as coisas, com as pessoas e lugares. Essa interação corporal e a nossa capacidade de compartilhar socialmente as experiências é o que torna possível criarmos as imagens, os simbolismos e os significados de tudo. É assim que podemos enxergar o desabrochar de uma geografia do caminhar. Saberes que são construídos por meio da experiência corporificada do ser humano que, por natureza, é um ser caminhante.

Palavras-chave: caminhar; experiência geográfica; geografia do caminhar.

ABSTRACT

This research seeks to explore the dialogue between geography and walking, investigating this encounter and reflecting on a fertile ground for discussions to call the geography of walking. To circumscribe and discuss the intersection between geography and walking, we consider, therefore, the act of walking as a phenomenon that reflects the experiences of human beings and that move the geographic space, allowing us to defend the idea of walking as a form of geographic experience. Therefore, the investigation is guided by two fronts of reflections. In the first, we seek to present the trajectory of the human being from its origin as a species to the present day. Understanding this context is crucial to demonstrate how *Homo sapiens* populated the planet and how this process developed. The meanings and ways of conceiving the act of walking have pluralized throughout our history, a history that was naturally made of movement. Analyzing this diversity of understandings is fundamental to establish a concrete relationship between walking and inhabiting the world. In a second moment, we enter into the relationships between geography and the act of walking, surrounding how human movement is associated with the process of genesis, emergence and consolidation of geographic science. From this narrative, it is possible to define the founding bases of this moving geography: experience, space, world, inhabiting, body, rhythms, existence, perception and senses are some examples of the elements that intertwine to guide the reflections that converge in the idea of walking as a geographic experience. The research shows that it is precisely through the movement of the body that we cross space and act and interact with things, people and places. This bodily interaction and our ability to socially share experiences is what makes it possible for us to create the images, symbolisms and meanings of everything. This is how we can see the unfolding of a geography of walking. Knowledge that is built through the embodied experience of the human being who, by nature, is a walker.

Keywords: walking; geographic experience; geography of walking.

RESUMEN

Esta investigación busca explorar el diálogo entre geografía y caminar, investigando este encuentro y reflexionando sobre un terreno fértil para las discusiones para llamar a la geografía de caminar. Para circunscribir y discutir la intersección entre geografía y caminar, consideramos, por tanto, el acto de caminar como un fenómeno que refleja las vivencias del ser humano y que mueve el espacio geográfico, permitiéndonos defender la idea de caminar como forma. de experiencia geográfica. Por tanto, la investigación se guía por dos frentes de reflexión. En el primero, buscamos presentar la trayectoria del ser humano desde su origen como especie hasta la actualidad. Comprender este contexto es crucial para demostrar cómo los seres humanos poblaron el planeta y cómo se desarrolló este proceso. Los significados y las formas de concebir el acto de caminar se han pluralizado a lo largo de nuestra historia, una historia que naturalmente estuvo hecha de movimiento. Analizar esta diversidad de entendimientos es fundamental para establecer una relación concreta entre caminar y habitar el mundo. En un segundo momento, nos adentramos en las relaciones entre la geografía y el acto de caminar, en torno a cómo el movimiento humano se asocia con el proceso de génesis, emergencia y consolidación de la ciencia geográfica. A partir de esta narrativa es posible definir las bases fundacionales de esta geografía en movimiento: experiencia, espacio, mundo, habitar, cuerpo, ritmos, existencia, percepción y sentidos son algunos ejemplos de los elementos que se entrelazan para orientar las reflexiones que confluyen en la idea de caminar como experiencia geográfica. La investigación muestra que es precisamente a través del movimiento del cuerpo que atravesamos el espacio y actuamos e interactuamos con cosas, personas y lugares. Esta interacción corporal y nuestra capacidad de compartir experiencias socialmente es lo que nos permite crear imágenes, simbolismos y significados de todo. Así es como podemos ver el desarrollo de una geografía del caminar. Conocimiento que se construye a través de la experiencia encarnada del ser humano que, por naturaleza, es un ser andante.

Palabras Clave: caminar; experiencia geográfica; geografía del caminar.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 As rotas da Primeira Cruzada..... 57

Figura 2.”Lisboa, vista em perspectiva”..... 82

Figura 3. Digitalização da gravura rupestre, “Mapa de Bedolina”, Val Camonica..... 147

Figura 4. O mundo de acordo com Eratóstenes..... 156

Figura 5. Síntese das abordagens teórico-metodológicas de Alexander von Humboldt 181

SUMÁRIO

NOS RASTROS DE UMA GEOGRAFIA EM MOVIMENTO 13

1.1. Os passos metodológicos e o percurso da investigação 22

UM MUNDO CONSTRUÍDO POR CAMINHANTES 28

2.1. A morfologia do caminhante e as origens do caminhar 29

2.2. As raízes do filósofo caminhante 39

2.3. O desenvolvimento de uma pré-literatura do caminhar 48

2.4. Os afluentes do caminhar 64

2.5. O processo de pluralização do caminhar 91

A GEOGRAFIA DO CAMINHAR 140

3.1. Um prisma geográfico e o espectro do caminhar 142

3.1.1. Conhecimento de mundo 143

3.1.2. A sistematização da geografia entre caminhos e caminhantes 161

3.1.3. As abordagens geográficas e o fenômeno do caminhar 189

3.2. Reflexões sobre a geografia do caminhar 207

ENCRUZILHADAS 231

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 236

I

NOS RASTROS DE UMA GEOGRAFIA EM MOVIMENTO

Existe um consenso popular que difunde uma ideia na qual, entre o primeiro e segundo ano de vida, aprendemos a caminhar sozinhos. Que nascemos e em algum momento da infância simplesmente nossos corpos já estão suficientemente desenvolvidos e preparados para assumir a condição de bípede. Um momento tão simbólico para os familiares que sempre aguardam ansiosamente o dia que uma criança vai se levantar e sair andando de maneira brusca e torta, ainda que perdendo o eixo e sem equilíbrio algum. Torna-se uma passagem simbolizada do engatinhar para o caminhar: um ato de levantar-se e ver o mundo de cima, assumindo a independência do corpo sob a sustentação das próprias pernas.

O andar nada mais é que uma abreviatura e um encurtamento de uma expressão humana que se faz extremamente abrangente. Não se trata apenas de equilibrar, buscar a posição ereta de nós mesmos e trocar a horizontalidade pela verticalidade. O que parece ser apenas uma luta gravitacional do ser humano, na realidade é um processo de "colocar-se em posição de equilíbrio diante do mundo espacial", de se orientar com toda a complexa construção do corpo e, dessa forma, aprender a andar. "Aprender a andar significa encontrar as direções espaciais do mundo e nelas engajar o próprio organismo" (STEINER, 1983, p.3). É nesse sentido que o caminhar representa uma abertura do corpo no espaço, significa potencializar os sentidos para as experiências de mundo. Um ato sensorial, um ato de descoberta e redescoberta que se refere não somente apenas ao espaço, mas também de nós mesmos em nossa individualidade.

Em um primeiro momento, o caminhar envolve três conceitos importantes: corpo, mundo e espaço. O corpo, para Yi-Fu Tuan (1983), pode remeter erroneamente a uma noção de objeto que precede a ideia de ser vivo, como se o corpo fosse uma "coisa" que se insere ou ocupa um determinado espaço. Em contrapartida, o autor assinala que quando utilizamos os termos "ser humano" associado ao "mundo", dificilmente pensamos no ser humano como um objeto no mundo ocupando uma pequena parcela do espaço, mas sim no ser humano inserido no mundo: imaginando-o, criando-o e transformando-o, afinal "o corpo é um "corpo vivo" e o espaço é um espaço constructo do ser humano" (TUAN,

1983, p. 49). Holzer (2012, p.290) complementa que o termo “mundo” foi recorrentemente substituído por “espaço” à luz do pensamento geográfico com a pura finalidade de adquirir historicamente um status de ciência nos moldes positivistas. Na sequência, o conceito de espaço como uma categoria de análise assume a expressão “espaço geográfico”, que grosso modo pode ser entendida como uma forma de descrever e analisar a superfície terrestre. Superfície essa que pode ser identificada pela natureza ou por uma forma particular do ser humano imprimir suas marcas (CORRÊA, 1995).

Colocar os pés em movimento no espaço, para Labbuci (2013, p.11), significa um revolvimento em direção a si mesmo e ao próprio mundo. Um fato que me permite sugerir que antes mesmo de sermos alfabetizados e aprendermos a ler, naturalmente aprendemos – por meio de nossos atos sensoriais – a identificar e processar os elementos que compõem o espaço ao nosso redor. Ou seja, primeiramente interagimos com o espaço que basicamente representa uma síntese de nossas primeiras experiências geográficas de mundo. Experiências essas que são baseadas no movimento, no deslocamento e no eixo de equilibro, que envolvem o processo de aprendizado em conjunto com o próprio desenvolvimento gradual do corpo, um amadurecimento de nós mesmos que, ao começar a caminhar, a própria consciência de espaço se expande.

Provavelmente não nos recordamos do período de nossas vidas em que engatinhávamos e em uma tentativa de buscar a memória mais antiga possivelmente levaria a uma lembrança em que já estávamos sob duas pernas, para momentos que já caminhávamos. Pensar na memória mais antiga é provavelmente um exercício de recordar a infância. Um movimento que Gonçalves (2009, p.2), ao tentar se transportar para suas memórias pessoais passadas, tem dificuldades em conseguir distinguir ou dissociar os verbos derivados de brincar, aprender e crescer. Em uma infância privilegiada, é difícil saber se brincávamos para viver ou se vivíamos para brincar, “explorávamos livremente o mundo ao nosso redor, sem precisar nos conter. Tudo era muito natural: andar na chuva, sujar-se na lama, correr ao vento. A gente se escondia, fugia, girava, saltava, brigava e fazia as pazes”. Lembranças que também consigo enxergar como minhas. Momentos que se fazem fundamentais em nossas experiências sensoriais no mundo e que nos moldam enquanto indivíduos inseridos em uma unidade familiar, em um contexto societário e regido por uma cultura.

Diante dessas colocações retomo aqui a minha primeira frase: dizem que aprendemos a caminhar sozinhos. Será mesmo que é um processo solitário, natural e independente da forma com que o senso comum faz parecer ser? Ora, fato é que o caminhar é intrínseco ao ser humano enquanto espécie, é uma característica que se demonstra inata ao *Homo sapiens* e, embora seja um ato mecânico e físico de deslocamento, imputamos sentidos, agregamos valores, entendimentos e concepções culturais. Ao falar de comportamento em uma espécie, é preciso pensar na espécie não enquanto indivíduo, mas no coletivo. Da mesma forma se aplica ao conceito de cultura: não pode se referir apenas a um sujeito e sim a um somatório de normas, práticas, ideias, valores, significados e sentimentos que são compartilhados e socialmente transmitidos entre gerações, nas suas mais diversas escalas populacionais, para lidar com o mundo material (BRYM *et al.*, 2006, p.75). O que me leva a acreditar que o caminhar para além da sua funcionalidade motora é também uma construção cultural. Conforme escreveu Laraia (1999, p.59), somos "não apenas produtor da cultura, mas também, num sentido biológico, produto da cultura". Sendo assim, caminhar é um processo cognitivo associado à aprendizagem e, portanto, um produto cultural.

Os primeiros passos de uma criança é geralmente motivo de celebração. O momento de se levantar e começar a caminhar, em suas inúmeras tentativas até que o corpo se estabilize e acostume com o movimento, parece ser uma forma de educação corporal que está inserida na complexidade dos nossos processos cognitivos. Steiner (1983, p.4) sugere que a maneira com que uma criança aprender a andar reflete diretamente na sua capacidade de orientação no espaço, em como ela vai aprender a converter seus primeiros movimentos indeterminados dos braços em gestos que se relacionam com o mundo exterior e, por consequência, "tudo isso se transporta através da misteriosa organização interna do homem para a organização da cabeça, manifestando-se na fala". Em outras palavras, o caminhar se relaciona diretamente com o campo das linguagens e da atividade intelectual humana.

É nas consequências dessas ideias que Coverley (2015, p.12) acredita que o ato de caminhar se diversificou e adquiriu um grau de significação cultural surpreendente: "como pôde algo tão óbvio, tão instintivo, ter chegado a esse papel? ". A resposta, conforme o autor explica, não está somente em observar a movimentação de pernas de alguém, mas sim o que esse movimento pretende expressar ou simbolizar e aonde ele

pode levar. Socialmente e culturalmente, o caminhar está profundamente presente no cotidiano da vida moderna, desde os movimentos mais simples aos mais complexos. Contudo, Frédéric Gros (2010) discute uma ideia frequentemente difundida a respeito do ato de caminhar, na qual cria-se uma noção do caminhante que parte "de dentro" e que vai na direção do "fora". Uma condição que reflete uma certa banalização do caminhar em um contexto urbano que está associado ao dia-a-dia corrido, dinâmico e inundado por tecnologias.

> Quando se vai para "fora", é sempre para se passar de um "dentro" a outro: da residência ao escritório, de sua casa às lojas comerciais da vizinhança. Sai-se para fazer alguma coisa, em outro lugar. O lado de fora é uma transição: aquilo que separa, quase um obstáculo. Entre cá e lá. Mas isso não possui um valor próprio. O trajeto de casa até o metrô é percorrido independentemente do tempo que está fazendo, com um corpo apressado, a mente ainda tomada por detalhes da vida pessoal e já voltada para as obrigações profissionais, as pernas rápidas, enquanto a mão se assegura, apalpando nervosamente os bolsos, de que não se esqueceu nada. Fora mal existe: como um grande corredor que separa, um túnel, uma imensa câmara de escape (GROS, 2010, p.37).

Na esteira dos avanços tecnológicos e da expansão urbana, o caminhar é "marginalizado" para atividades exteriores às rotinas nas grandes metrópoles. Para estudar, trabalhar ou simplesmente chegar de um ponto a outro da cidade, sua estrutura exige meios de transportes para se locomover com eficiência e rapidez. Esse movimento fez com que o caminhar fosse substituído e assumisse outras designações, como por exemplo ao lazer, ao esporte, em expressões religiosas, aos benefícios para saúde e ao turismo em suas inúmeras facetas. Essa lógica atual esconde toda uma rica diversidade social e histórica por detrás desse simples e, ao mesmo tempo, complexo movimento de caminhar. Esconde as expressões, os significados e valores que o caminhar assumiu na nossa trajetória enquanto espécie. Um caminhar que se faz visceral a nossa história e uma história que está impressa no próprio ato de caminhar.

O ato de caminhar pode expressar uma infinidade de significados para cada caminhante que se põe em um caminho. Gros (2010), Coverley (2015) e Solnit (2016) são exemplos de autores contemporâneos que conseguem explicar como o caminhar adquiriu historicamente um caráter filosófico, questionador e reflexivo. O recente contato com esses autores me fez perceber que tive o privilégio de aprender essa concepção na prática com meu pai. Desde pequeno eu cresci vendo meu pai chegar do trabalho, trocar sua roupa e sair para andar sem rumo pelo bairro, seguindo até onde o seu corpo aguentasse

ir. Eu entendia isso como uma forma de manter uma boa saúde, um exercício físico praticado para evitar o sedentarismo. Acontece que em certas situações eu era levado junto, geralmente porque eu havia feito algo ou então pelo simples fato dele precisar conversar sobre algum assunto delicado. O seu passo largo acompanhava pacientemente minhas pernas curtas e as frases eram alternadas por longos períodos em silêncio. Um silêncio que, apesar de não saber se era intencional, hoje sei que não só servia para cadenciar o movimento respiratório com cada passo dado, mas também abrir a possibilidade de processar internamente o diálogo e induzir a própria reflexão.

Atualmente já não temos mais o hábito de caminhar juntos, mas hoje consigo compreender a influência que essa prática representou – e ainda representa – na minha trajetória. Talvez tenha sido esse hábito cultivado pelo meu pai, somado a outros momentos marcantes da minha vida, que contribuíram definitivamente para inflar o meu gosto e minha paixão por histórias e relatos de caminhadas, aventuras, explorações e expedições. Ler e ouvir histórias de viagens e aventuras sempre me fizeram sentir como se eu estivesse dentro da própria narrativa, em um ato de imersão contínuo. Um desses momentos, e que considero talvez dos mais relevantes, foi um relato que ouvi de um colega na adolescência sobre uma trilha de três dias na Serra do Cipó. Essa trilha, que me foi apresentada como travessia Lapinha-Tabuleiro, não só criou todo o meu imaginário ao redor da experiência de se aventurar em um longo percurso entre serras com mochila nas costas e isolado do mundo, mas também me fez idealizar o momento em que se levanta um acampamento, acende uma fogueira e deixa-se relaxar o corpo fatigado. Me degustei com o relato e cada palavra soava como um passo que meu próprio corpo poderia ter dado naquele lugar que havia sido me revelado de uma maneira tão fantástica. Foi uma narrativa que não só criou raízes fortes no meu imaginário durante os anos seguintes, mas veio a definir escolhas, projetos e hábitos de vida.

Me lançar em um percurso acadêmico na geografia foi possivelmente um produto de todas as influências que eu citei, dentre uma variedade de momentos e lembranças na memória que, embora eu não tenha mencionado, estão incorporadas nos rastros de todos os caminhos que optei por seguir. A confluência desses caminhos eu encontrei ao descobrir que em uma disciplina optativa eu poderia percorrer – no formato de um trabalho de campo – a travessia Lapinha-Tabuleiro, que anos antes eu já havia sido introduzido. Tive uma primeira oportunidade de descortinar a travessia e encontrar um novo universo

dentro do meu íntimo. Consegui assumir a figura de um viajante explorador e reinventar o ato de caminhar. Fui magnetizado pela serra, apresentado a um enigma que fez irromper uma febre do retorno. Um desejo inexplicável e indescritível de estar lá e viver indefinidamente a travessia. Foi o momento em que eu finalmente me descobri como caminhante e, na condição de caminhante, deflagrou-se uma travessia paralela em que eu estava determinado a me encontrar como geógrafo no mundo.

A porta da Serra do Cipó me havia sido aberta e assim foi, pouco a pouco, me apresentando vagarosamente toda a diversidade que caracteriza a Serra do Espinhaço. O efeito magnetizante da região já havia sido anunciado por Moura (2000) e Gontijo (2003) e pouco sobre a travessia existia na literatura acadêmica. Ferreira (2007) havia observado o perfil do ecoturista ao longo do percurso, enquanto Pacheco (2008) descreveu e analisou o potencial didático-pedagógico da trilha para o ensino da geografia escolar. Diante disso, enxerguei a possibilidade de adotar a travessia enquanto *locus* e o ato de caminhar enquanto objeto das pesquisas que realizei no meu percurso acadêmico. Comecei observando e discutindo as potencialidades da travessia para a conservação ambiental por meio do caminhar (PADOAN, 2014), o que me permitiu, a partir dos resultados que alcancei, compreender a relação do caminho e do caminhante sob uma ótica do ato de caminhar enquanto atitude transformadora do ser e, por consequência, do espaço (PADOAN, 2017).

O processo de investigação que eu havia me lançado envolveu, sobretudo, caminhar. Foi durante esse processo que descobri que a paisagem é muito mais que só um conceito resultante da combinação dinâmica e instável de elementos físicos, biológicos e antrópicos em perpétua evolução (BERTRAND, 2004, p. 141). A paisagem pode vir "carregada de sentido, investida de afetividade por aqueles que vivem nela e a descobrem", são experienciadas e por isso também podem ser compreendidas através dos órgãos sensoriais, permitindo a relação do visível o e invisível (CLAVAL, 2011, p. 265). Durante minhas caminhadas pelo Espinhaço senti na pele os diferentes efeitos, sentimentos e emoções suscitadas do ato de atravessar uma singular heterogeneidade de ambientes em decorrência das diferentes formações fitofisionômicas[1], além de ser

[1] Um mosaico fitofisionômico dotado de alta ocorrência de endemismos que caracteriza toda a Serra do Espinhaço (GIULIETTI et al., 1987; MENEZES e GIULIETTI, 1986; PERON, 1989; MENEZES e GIULIETTI, 2000; RAPINI et al., 2008).

possível compreender toda a organização dos elementos socioculturais que participaram do processo histórico de ocupação da região. Foi sobre viver esse processo em meio a percursos que me revelaram vestígios da história local, principalmente por caminhantes que deixaram essas histórias pelos caminhos.

Pesquisar o caminhar enquanto me colocava na condição de caminhante me provou que o ato pode ser um potencial movimento de fuga interna em direção ao íntimo, libertando os mais profundos devaneios (ROUSSEAU, 1782). Me ofereceu uma vasta paleta de sentimentos e sensações que decorriam da diversidade paisagística que meu corpo atravessou (SCHELLE, 1802). Pude também saborear um pouco da solidão nos termos de Thoreau (1854) e me extasiar com a troca de experiências coletivas nos parâmetros de Tuan (1983). Diante disso, percebi que o caminhar era feito de micromomentos em um universo completamente novo que se abre em um caminho. Embora eu estivesse projetando as ideias em uma trilha, eu poderia associar e aplicar os conceitos para peregrinações, procissões, festejos, atividades esportivas, turísticas ou lazer. Expressões em que o caminhar possibilita uma imersão do corpo no espaço e o flutuar dos pensamentos no tempo.

É a partir da imersão do corpo e da difusão da mente em meio à diversidade paisagística que comecei a compreender a profundidade das relações de magnetismo e sedução que um lugar pode apresentar para cada indivíduo. Um lugar que se constrói na lógica de Tuan (1983), a partir de espaços indiferenciados que se transformam em lugares na medida que são dotados de valores e significados. Ideias que se aproximam de Yázigi (2002) ao propor o conceito da “alma do lugar”, a qual se refere ao conjunto de tudo aquilo que lhe confere peculiaridade ocasionada pela diferença. Como se existisse um tear que une fio a fio a história, a cultura, os simbolismos e todas as relações idiossincráticas de uma paisagem. É nessa lógica que vejo a possibilidade de um sujeito, em sua subjetividade, interagir com as singularidades de um espaço e atravessar sua paisagem, transformando-a em um lugar ao encontrar sua alma. Uma relação de entrega que ecoa de dentro para fora, mas que também reverbera de fora para dentro, sendo provavelmente dessa relação mútua que com força eclodem os mistérios e os enigmas.

Os mistérios e os enigmas estão espalhados pelo mundo, irradiados por dentre caminhos a serem percorridos. É dessa relação que o caminhar se caracteriza enquanto uma forma de compreender o espaço e um movimento de descortinamento do mundo. “Há uma

célebre frase de um geógrafo que dizia: “Geografia se faz a pé”, e o conhecimento experiencial depende dessa (con)vivência, que ultrapassa a passagem rápida da feitura de um inquérito ou de um reconhecimento de campo” (MARANDOLA JR. *et al.*, 2007, p.62). Essa geografia que se faz a pé baseia-se em um fazer geográfico que anseia pelo movimento do corpo e pela dispersão da mente. Por transitar entre as escalas e assim conduzir uma dança lenta entre o espaço e o tempo. Um fazer geográfico que necessita do envolvimento íntimo do pesquisador, que encontra no caminhar uma forma de experiência geográfica. Se o caminhar, por si só, conforme apontava Steiner (1983), é uma forma de espacializar o corpo e conceber o que está a volta, posso então pensar no caminhar enquanto experiência geográfica no sentido construído por Tuan (1983), que entende como o resultante da experiência espacial do ser humano através dos sentidos. Ou como Dardel (2011), que compreende qualquer experiência espacial como experiência geográfica, já que representa nossa existência no espaço. Caminhamos e sentimos o espaço, significamos, valorizamos e assim geramos um fluxo continuado de experiência composta da relação entre o sentimento e a racionalidade. Uma introjeção completa do lugar no corpo que Marandola Jr. (2012, p.50) assinala como sendo o sentido da experiência geográfica em sua totalidade: a consubstanciação máxima que torna o ser e lugar uma coisa só.

Foi pensando nessa relação entre o caminhar e a experiência geográfica de mundo que me deparei com a riqueza conceitual do espírito geográfico, descrito primeiramente por Clozier (1972) e discutido por Amorim Filho (2006). Trata-se de uma ideia abstrata que toca o ser humano no âmago e faz com que sejamos todos um pouco geógrafos de nossos mundos. Um sentimento que exprime a busca pela aventura e se coloca diante da “necessidade, no surgimento, no desenvolvimento e na própria identidade da geografia” (AMORIM FILHO, 2006, p.15). Um verdadeiro prólogo para a geografia na sua qualidade de ciência e que parece estar acompanhando o ser humano desde os tempos imemoriais.

> Ora, a aventura – qualquer que seja o motor: lucro, curiosidade, necessidade – é, na verdade, o prólogo, a primeira etapa da geografia. [...] Esta obsessão pelos “países desconhecidos” é em nós o legado não expresso da instável humanidade primitiva. Pois os primeiros homens, bem antes dos périplos gregos, ou das grandes descobertas marítimas do século XV, exploraram a superfície do globo (CLOZIER, 1972, p.5-6).

Vejo um processo exploratório de mundo em que o caminhar está na sua gênese. Um caminhar que se faz inflamado por um espírito geográfico, resultando em uma geografia feita a passos curtos que sempre orientou as grandes descobertas e a constante busca pelas *terrae incognitae*. Um caminhar que se associa aos imaginários geográficos diversamente construídos ao longo da história da humanidade e que, nos termos de Wright (2014, p.7), trata-se da principal fonte motriz que alimenta nossa atração magnética para o geograficamente desconhecido, movendo, dessa forma, viagens e expedições não só pelo espaço, mas em direção das mentes e dos corações de cada um. Uma viagem que é entendida como fundamental na construção do saber geográfico (AMORIM FILHO, 2008) e um caminho que representa a expressão da inquietação e dos múltiplos sentires humanos (FERNANDEZ e CHAVEIRO, 2010). O caminhar é, portanto, atravessar toda essa afluência que sobrevém um fazer geográfico tal qual Dardel (2011) enuncia: na vontade de conhecer o mundo, cruzar os mares e desbravar o desconhecido. Uma inquietude que certamente precede e sustenta a ciência objetiva.

Na encruzilhada dessas reflexões proponho um questionamento: o caminhar não poderia ser de fato considerado uma condição visceral na gênese, história de formação e consolidação da atividade intelectual geográfica? Em vista de um movimento que a princípio pode se apresentar como um ato mecânico, simples e inato ao ser humano, mas que, a partir da minha trajetória, acabei descobrindo um caráter orgânico, passível de valores e significações, complexo e congênito à construção do saber geográfico. Sendo um pouco mais pretencioso, arrisco a dizer que é possível que o caminhar faça parte até mesmo da história do surgimento da ciência moderna. Se delinearmos um retorno às origens da filosofia antiga, o qual, segundo Reale e Antiseri (2005), também seria um retorno às raízes da ciência, veremos os primeiros vestígios que relacionam o caminhar à atividade intelectual. A escrita se demonstra parte desse processo enquanto possível produto da relação entre o caminhar e pensar, surgindo uma vasta literatura ao longo dos séculos associada a narrativas, relatos, tratados, relatórios, romances, diários, croquis, pinturas e dentre inúmeros outros formatos (COVERLEY, 2015; SOLNIT, 2016) que, conforme aponta Amorim Filho (2008), passou a ser historicamente utilizada como uma das principais fontes da geografia. Uma intrincada e frutífera cadeia de relações que até o momento pouco foi pesquisado na literatura acadêmica, abrindo uma rica possibilidade a ser explorada e investigada

Foi um longo caminho até aqui, mas consigo enxergar a oportunidade de dar alguns passos a mais na minha travessia. Essa pesquisa – que é fruto de toda a minha trajetória até o presente momento – tem como objetivo geral de descrever e analisar a interseção entre a geografia e o caminhar, investigando esse encontro e refletindo sobre um terreno fértil de discussões para se chamar de geografia do caminhar. Para isso, elenco três objetivos específicos: (i) identificar e analisar por meio da literatura acadêmica as relações do caminhar com a trajetória do ser humano no espaço e, de tal modo, tornando possível discutir e refletir uma história do caminhar e um caminhar na história; (ii) identificar e discutir as bases epistemológicas da geografia a partir da lógica movimentante do ser humano, fundamentando que a produção do conhecimento está relacionada com o deslocamento no espaço; (iii) conceituar e discutir o meu entendimento sobre a geografia do caminhar, buscando refletir sobre as relações existentes entre a movimentação e a experiência geográfica.

Por fim, saliento que a pesquisa se encontra organizada e estruturada em quatro capítulos. O primeiro intitulado de "NOS RASTROS DE UMA GEOGRAFIA EM MOVIMENTO", que descrevo o meu percurso na geografia e as relações com o tema que proponho abordar, definindo a problematização e os objetivos da investigação. Na sequência, o segundo capítulo foi denominado como "UM MUNDO CONSTRUÍDO POR CAMINHANTES", trata-se do momento que discuto as relações históricas do ser humano e o caminhar através do espaço e do tempo. O terceiro capítulo, "A GEOGRAFIA DO CAMINHAR", é onde aprofundo no processo de construção do conhecimento e pensamento geográfico, buscando definir e discutir as relações com o movimentar do ser humano, para que, então, eu possa explorar o meu entendimento sobre o que de fato seria a geografia do caminhar. Por último, nas "CONSIDERAÇÕES FINAIS" realizo o fechamento da investigação expondo minhas conclusões e últimas reflexões.

1.1. Os passos metodológicos e o percurso da investigação

Me chama a atenção que no decorrer do processo de construção da minha pesquisa me deparei, ao acaso, com inúmeros autores que adotaram o caminhar enquanto metáfora para representar suas propostas. Caminhar sugere um caminho, assim como sugere também a existência de um caminhante. Um pesquisador é, portanto, um caminhante que

se lança aos caminhos de sua investigação. Esses caminhos, conforme Castro (2012) sugere, representam um salto no desconhecido, uma aventura que atrai o pesquisador a explorar o desconhecido.

A título de exemplo, Carlos (1993) adentra nos "caminhos da Geografia Humana no Brasil" para compreender de que forma vinha sendo conduzido o debate geográfico em um contexto nacional. Castrogiovanni (2016, p.14), ao discutir ensino da Geografia, se propõe a "fazer diferente, desvendar caminhos e desafiar aos outros a também inventarem". Rosendahl (2018, p.12) explora historicamente os espaços sagrados e os simbolismos religiosos sob uma perspectiva geográfica: "Uma procissão na Geografia, título escolhido para o livro, representa o meu caminhar na ciência geográfica". Tanto Machado (1997) quanto Corrêa (2019) refletem sobre a ciência geográfica enquanto trilhas, percursos e caminhos que foram empreendidos na história. São "caminhos paralelos e entrecruzados que revelam as inúmeras possibilidades de conhecer o espaço produzido pela ação humana ao longo do tempo", caminhos que possibilitam "conexões entre métodos e temas aparentemente distintos entre si" (CORRÊA, 2019, p.5). São apenas alguns exemplos dentre as inúmeras alusões que buscam descrever o caminhar através de um percurso geográfico.

Essas alusões demonstram e expressam a ideia de um processo construtivo na ciência geográfica. Os passos que foram adotados, os percursos definidos a serem seguidos ou caminhos que se encontram e podem levar o pesquisador para outros encontros. Toda essa ideia é abraçada por Ingold (2007) e é descrita como histórias que podem ser narradas: caminhar é como uma narrativa, parte-se de um lugar para se chegar a outro e, nesse ínterim, estão os encontros, sejam eles planejados ou inesperados.

> Assim, contar história é relatar, numa narrativa, as ocorrências do passado, percorrendo novamente um caminho por um mundo em que outras pessoas, tomando recursivamente os fios de vidas passadas, podem seguir no processo de fiar-se na história [..]. E na narração de uma história, como também na caminhada, é no movimento de um lugar para outro – ou de um tópico para outro – que o conhecimento se integra (INGOLD, 2007, p.90-91).

Assim como Ingold, Claval (2013) explica que o processo de uma pesquisa pode ser uma narrativa que adquire identidade a partir dos significados que o pesquisador atribui, delineando assim um discurso que se propõe a construir.

> Todo o grupo tem a tendência de dotar-se de uma história: ela prova sua existência, lhe confere uma identidade e dá um sentido à ação que ele conduz. Esta história toma a forma de um discurso, de um grande relato, de uma narração. Os coletivos de pesquisadores são, desse ponto de vista, semelhantes aos outros: eles têm a necessidade de ressaltar o significado dos trabalhos que levam à cabo (CLAVAL, 2013, p.1-2).

É dessa forma que entendo a minha investigação enquanto um percurso que simboliza o meu caminho na Geografia. Certamente não se trata de um caminho engessado ou que tenha sido roteirizado. Bem como sugeriu Dardel (2011, p.12), "na geografia, pelo menos, a linha reta não é em todos os casos o caminho mais curto de um lugar a outro". Definido o meu ponto de partida e apresentado meus objetivos, busco fundamentar o percurso dessa pesquisa através de uma abordagem geográfica fenomenológica. De acordo com Relph (1979, p.1) "fenomenologia tem a ver com princípios, com as origens do significado de experiência". Uma experiência que para Dardel é vivida, sendo justamente "no curso de sua vida e no movimento de coisas e pessoas que o homem externa sua relação fundamental com a Terra" (2011, p.47).

Para investigar, circunscrever e refletir sobre a interseção entre a geografia e o caminhar, considero, portanto, o caminhar enquanto fenômeno que reflete as experiências do ser humano e que movimentam o espaço geográfico. Ao discorrer sobre o caminhar, estou me referindo à movimentação do corpo, à forma com que os seres humanos expressam sua existência no mundo. É o que me permite defender a ideia do caminhar como uma forma de experiência geográfica. "A geografia está implicada em um mundo vivido, o mundo ambiente da existência cotidiana dos homens" (BESSE, 2011, p.114). É nesse sentido que Dardel (2011, p.33) sugere que a geografia, antes de ser concebida como conhecimento ou ciência, é sobretudo referente às interpretações, entendimentos e compreensões do ser humano sobre a Terra, são as relações concretas que fazem o homem se enxergar ligado a ela.

À vista do meu objetivo geral e do exposto até aqui, propus duas frentes de reflexões que estão organizadas em dois capítulos sequentes. Ambos os capítulos buscam fiar-se na estruturação da minha narrativa que explora o caminhar enquanto experiência geográfica. As reflexões foram desenvolvidas e idealizadas a partir de um extenso levantamento, revisão e análise bibliográfica, dentre a literatura acadêmica (artigos científicos, ensaios, livros e etc.), documentos históricos, relatos e uma diversidade de outros gêneros literários. A partir do meu embasamento teórico foi possível trabalhar na minha

interpretação particular do fenômeno. O propósito está em trilhar o meu percurso partindo de caminhos que outros pesquisadores já adentraram. Ao buscar esses caminhos consigo inserir e contextualizar – no tempo e no espaço – minha narrativa, assim como também fornecer elementos que corroboram com as ideias e argumentos que aqui me proponho a iluminar. Dessa forma, consigo não apenas repensar no que já foi proposto, mas também encontrar as possibilidades do novo, de buscar os caminhos que ainda não foram explorados.

Conforme estabeleci, orientei minha pesquisa por meio de duas frentes de reflexões. Na primeira, "UM MUNDO CONSTRUÍDO POR CAMINHANTES", busquei apresentar a trajetória do ser humano – *Homo sapiens* – desde sua origem na condição de espécie até a atualidade. Entender esse contexto, ao meu ver, é crucial para poder demonstrar de que maneira o ser humano povoou o planeta e quais foram os momentos essenciais nesse processo. Foi minha intenção ilustrar como ocorreu esse movimento de habitar o mundo e como o caminhar é visceral à trajetória que exponho. Para isso, subdividi minha narrativa em cinco etapas:

- **A morfologia do caminhante e as origens do caminhar**: referindo-me ao processo de surgimento do ser humano, apontando as condições na qual podemos definir o *Homo sapiens* como uma espécie caminhante. Adentro nas teorias e explicações sobre nossa estrutura bípede e como o fato de caminharmos foi um diferencial para a nossa trajetória na Pré-História. Não se trata de uma discussão sobre a história evolutiva do homem, mas sim sobre os significados e as consequências da nossa mobilidade corporal, um meio pelo qual a espécie aprendeu a entender o mundo a sua volta;
- **As raízes do filósofo caminhante:** momento que discorro sobre o caminhar na Antiguidade, que representa o surgimento da relação entre caminhar e a atividade intelectual. No contexto da Grécia Antiga, berço da filosofia, observo a emergência do filósofo-caminhante. Neste mesmo período registra-se as primeiras expressões políticas associadas ao caminhar. Novas dimensões exploratórias sobre o caminhar se abrem a partir do registro escrito;
- **O desenvolvimento de uma pré-literatura do caminhar:** contemplando o período medieval, contextualizo a ascenção do catolicismo frente à nova racionalidade do mundo. Explico como a compreensão do espaço e também do

caminhar se distingue a partir dessa nova racionalidade. Inicia-se um período intenso de travessias religiosas que estão na base de uma pré-literatura do caminhar (registros em documentos, cartas e narrativas literárias) que esquadrinham o percurso e o caminhante (compreendido na figura do peregrino);

- **Os afluentes do caminhar:** à luz do período moderno, discuto a expansão do mundo conhecido e o desenvolvimento do pensamento iluminista. Meu intuito em evocar esse pano de fundo está em demonstrar os afluentes do caminhar, ou seja, como que o ato começa e se diversifica a partir dos entendimentos religiosos que definiu o período anterior. Discorro sobre as transformações sociais e culturais que marcam novos ritmos do cotidiano. Ao final da modernidade, caminhar já poderia ser considerado um ato social e estético, compreendendo o estabelecimento de uma literatura que aponta para o movimento espontâneo e contemplativo, constituindo-se como referência e influência para a pluralização do caminhar que ocorre no período seguinte;
- **O processo de pluralização do caminhar:** cerco a contemporaneidade e realizo uma investigação acerca do caminhar em meio às intensas transformações no mundo ocorridas em um curto período de tempo, as quais resultam na organização do espaço geográfico atual. Discorro sobre o adensamento urbano e avanços tecnológicos, as bases filosóficas do caminhar fundamentadas nas ideias Iluministas e os novos movimentos exploratórios de caráter questionador dos fenômenos. Estabeleço como essas questões estão associadas entre si e proporcionam o que defini como processo de pluralização do caminhar, compreendendo a infinidade de significados, símbolos, valores e expressões que o caminhar assume nas últimas décadas.

Encerro a primeira frente estabelecendo um mundo construído por caminhos e por todos seus caminhantes que, conforme demonstro, pode ser observado e interpretado de formas distintas no decorrer da trajetória do ser humano. Analisar todo esse contexto sob uma perspectiva geográfica do caminhar me permitiu estabelecer um espaço geográfico que se define pelo movimento, revelando uma geografia em movimento. Essas conexões me guiaram para a segunda frente de reflexões, “A GEOGRAFIA DO CAMINHAR”, em que busco estabelecer e discutir as relações entre a geografia e o ato de caminhar, sendo estruturada em duas etapas:

- **Um prisma geográfico e o espectro do caminhar:** momento que proponho analisar e refletir sobre o caminhar a partir de um prisma geográfico, buscando cercar de que forma a movimentação humana está associada ao processo de gênese, surgimento e consolidação da Geografia. Ao trilhar a história do conhecimento geográfico, busquei identificar e discutir os vestígios que acredito estarem apontando na direção de uma geografia do caminhar. Essa trilha perpassa pelas geografias que estão nos caminhos, tanto nos saberes que se constituem como conhecimento de mundo (saberes práticos, mas não sistematizados), como também no processo de sistematização da ciência geográfica. Foi também uma forma de identificar os entendimentos sobre o caminhar a partir das diferentes temporalidades associadas ao que se compreendia por geografia e o que se considerava como geógrafo. Conduzo a análise até o contexto das abordagens geográficas atuais, momento em que o caminhar é de fato objeto de análise e passa a ser interpretado de formas distintas por diferentes geógrafos. Sendo assim, ilustro de que forma o prisma geográfico resulta e expõe um diverso espectro do caminhar;
- **Reflexões sobre a geografia do caminhar:** baseando-se em toda a construção da narrativa, me lanço ao que acredito estar no contato que me propus a investigar. Descrevo e discuto os meus entendimentos sobre a geografia do caminhar e os conceitos que acredito serem substanciais para fundamentar a ideia de uma geografia que se faz do movimento. Experiência, espaço, mundo, habitar, corpo, ritmos, existência, percepção e sentidos são alguns exemplos dos elementos que entrelaço para guiar minhas reflexões que convergem na ideia do caminhar enquanto experiência geográfica. Exploro, por fim, os encaminhamentos que vislumbro para continuar a se pensar e refletir sobre a geografia do caminhar.

É a partir dessas frentes, portanto, que estabeleço e conduzo todo o meu percurso investigativo.

II

UM MUNDO CONSTRUÍDO POR CAMINHANTES

> Onde começa? Os músculos se flexionam. A perna, um pilar, sustentando o corpo ereto entre o céu e a terra. A outra, um pêndulo, vindo de trás. O calcanhar toca o chão. Todo o peso do corpo oscila e passa para a planta dianteira do pé. O dedão toma impulso e o peso, em delicado equilíbrio do corpo, é transferido mais uma vez. As pernas trocam de posição. Começa com um passo, e outro, e outro ainda, que vão se somando como toques de tambor e criando uma cadência, o ritmo do caminhar. É a coisa mais óbvia e obscura do mundo, esse caminhar que se perde tão prontamente na religião, filosofia, paisagem, política urbana, anatomia, alegoria e mágoa (SOLNIT, 2016, p. 19).

O caminhar é natural ao *Homo sapiens* e um primeiro olhar já designa o ato para as necessidades motoras. No entanto, um segundo olhar já pode revelar um movimento complexo, que entranha em hábitos culturais, recebe significados, atribui valores, simbolismos e até mesmo assimilado por metáforas e alegorias. Foi caminhando que o ser humano povoou a Terra e foi também caminhando que o ser humano atribuiu sentido ao mundo, dividindo e categorizando a superfície terrestre. Espaço, território, região, paisagem e lugar são categorias de análise utilizadas pela ciência geográfica com o objetivo de compreender um determinado fenômeno ou realidade através de suas particularidades. Como conceber o mundo em uma perspectiva geográfica sem observar uma dimensão temporal ao longo das transformações espaciais? Na geografia de Carl Ritter (1779-1859) a Terra pode ser considerada o teatro em que a história acontece. Para o geógrafo francês Elisée Reclus (1830-1905): “a Geografia não é outra coisa que a História no Espaço, assim como a História é a Geografia no Tempo”. Uma concepção que expõe a relação íntima entre tempo e espaço, duas dimensões que se interpolam e, de acordo com Vergara e Vieira (2005), são escalas multifacetadas e indissociáveis.

Transversal a essa dança entre o tempo e espaço encontramos os caminhos espalhados pelo mundo. Percursos que não são apenas palco da história, mas também expressam essas histórias no espaço. Uma geografia que nasce e respira entre caminhos, que para enxergar suas arestas e pilares é preciso de, antes de tudo, fazer o exercício de olhar para trás e registrar nossas próprias pegadas. Tentar analisar a trajetória humana em sua totalidade é como um beco sem saída, uma vez que eu estaria inundado de tamanha

complexidade que não se encaixaria nos papeis dessa e provavelmente de nenhuma investigação. O que busco apresentar aqui é uma descrição e análise, à luz do caminhar enquanto experiência geográfica, sobre nossas histórias e nossas escolhas. Revelar um mundo construído entre caminhos percorridos.

Como fio condutor dessa longa história de caminhos e caminhantes, adotei a periodização histórica convencionada pela historiografia tradicional. Representa um método cronológico para compartimentar a história da humanidade entre a Pré-História e a Idade Contemporânea. Tenho plena consciência que essa periodização tradicional simboliza uma concepção linear de história que automaticamente induz a noção errônea de progresso, tratando-se, sobretudo, de uma visão eurocêntrica de mundo repleta de armadilhas. Uma história que, conforme Walter Benjamin (1987) explicou, foi escrita pelos vencedores e nessa conjuntura os vencidos foram colocados às margens. Fato é que apesar das críticas e correntes que buscam transformar ou substituir esse modelo, a disponibilidade de registros, documentos e pesquisas na literatura acadêmica ainda se encaixam na periodização tradicional. Portanto, sem a pretensão de quebrar esse paradigma, consigo delinear minha narrativa fundando em toda uma extensa bibliografia já existente.

Ao me referir sobre um mundo construído por caminhantes não pretendo soar arrogante e associar ao ser humano toda e qualquer transformação espacial ocorrida na Terra, afinal, certamente somos uma espécie relativamente recente se pensarmos em uma escala geológica. O movimento não é algo exclusivo do ser humano, “onde quer que haja vida, há movimento” (INGOLD, 2015). Ele está presente em toda a dinâmica e ciclo da vida que precede – e muito – a existência do ser humano. Por isso, quando me refiro a um mundo construído por caminhantes, estou indo para além do “suporte físico”, estou me referindo ao nosso mundo vivido, as nossas experiências e histórias que constituem tudo aquilo que somos. Não se trata da concepção mecânica de se movimentar, mas sim da complexidade de relações que o ato de caminhar assume ao passo que construímos nossas histórias no espaço que se entende por geográfico.

2.1. A morfologia do caminhante e as origens do caminhar

Eu enxergo uma história do caminhar que acompanha a história do ser humano. Não existe um caminhar sem caminhante, assim como não existe um caminhante sem o ato de

caminhar no espaço. É curioso a quantidade de significados e simbolismos que o simples movimento mecânico das pernas pode internalizar em um grupo de sujeitos. Para além do coletivo, se faz curioso a magnitude do impacto desse movimento em um único indivíduo. Estudar o caminhar tem sido um desafio e pensar em uma história que acompanha o ato tem me levado a aprofundar cada vez mais em nosso passado. Penso que rastrear as pegadas do ser humano, refletindo sobre a importância desse movimento físico para a sociedade moderna em seu cerne e discutir seus desdobramentos tenha um grande peso científico e, principalmente, existencial. Portanto, revisitar o nosso passado enquanto espécie é, também, identificar o papel do ato de caminhar na história do *Homo sapiens.*

A história do caminhar de fato acompanha a história humana e, embora essa última seja bastante estudada em várias áreas do conhecimento, refletir sobre a trajetória do ser humano sob a ótica de um movimento tão natural como o caminhar não é uma tarefa simples. Indissociável de nossa existência no mundo, propor uma reflexão sobre o caminhar sempre me traz o questionamento de todas as ideias e conceitos que naturalmente advém do ato. Nesse momento, não estou me referindo às questões que se desdobram restritamente das consequências de se caminhar para um sujeito, mas sim de tudo aquilo que o movimento representou e representa para nós, *Homo sapiens*, em sua complexa teia de interações no espaço e, sobretudo, no tempo. Em razão disso, como é possível definir um marco inicial para um ato que à primeira vista pode parecer tão natural e inato a nossa espécie?

A história do caminhar é antiga e, por assim dizer, tão antiga quanto a história do ser humano. É nessa premissa que Solnit (2016) relaciona o ato de caminhar com a evolução do bipedismo e, portanto, com a anatomia humana. Pensar em uma história do caminhar que acompanha a trajetória do ser humano é essencial para entendermos nossa condição enquanto espécie inserida no mundo, uma vez que, como ressalta Careri (2013, p. 27), “o ato de atravessar o espaço nasce da necessidade natural de mover-se para encontrar alimento e as informações necessárias para a própria sobrevivência”. Em outras palavras, a sobrevivência e a permanência do ser humano teve influência direta da capacidade de deslocar-se caminhando, já que se trata de um dos elementos no qual o *Homo sapiens* conquistou o espaço em todo o planeta.

Para Valva e Diniz-Filho (2003, p. 68), existe um consenso generalizado que indica a estrutura bípede enquanto primeira condição tipicamente hominídea, sendo a característica determinante na separação da linhagem dos símios. O primeiro pesquisador a trazer o caminhar para a história evolutiva humana foi John Napier (1967) ao inserir a importância do bipedismo já na Pré-História, além de associar a modalidade de locomoção do homem a uma atividade potencialmente catastrófica, visto se tratar de um movimento ritmado à frente – primeiro uma perna seguida de outra, constituindo em um passo seguido de outro – que o impede de cair no chão. Solnit (2016) discute esse obstáculo (quase) catastrófico que é o caminhar e corrobora com a ideia afirmando ser o andar ereto a obstrução que a espécie no seu processo de evolução atravessou para que fosse considerada um hominídeo, tornando-se distinta de todos os outros primatas e ancestrais. A autora prossegue:

> A lista do que acabamos obtendo com o bipedalismo é longa e fascinante, repleta de abóbodas e alongamentos góticos do corpo. Comece com a fileira reta de dedos e a abóboda alta do pé. Suba pelas pernas compridas de bípede até as nádegas, arredondadas e protuberantes graças ao superdesenvolvido glúteo máximo dos andarilhos, um músculo insignificante nos hominoides, mas o maior músculo do corpo humano. Passe, então, para o abdome liso, a cintura flexível, a espinha reta, os ombros baixos, a cabeça ereta no alto de um pescoço comprido (SOLNIT, 2016, p. 69).

Apesar de hoje ser um consenso em relação à importância do bipedismo na evolução humana, nem sempre foi assim. Solnit explica que na década de 1990 surgiram inúmeras teorias que tentavam explicar a estrutura bípede a partir de hipóteses como, por exemplo, uma adaptação para carregar comida, bebês e objetos construídos. Outros pesquisadores chegaram a associar a adaptação à exibição masculina do pênis para impressionar as fêmeas e intimidar outros machos. Também foi discutido exaustivamente a proposta do bipedismo em uma melhor condição em termos de eficiência energética em detrimento da estrutura quadrúpede. Essas teorias, além de outras ideias que surgiram, foram discutidas em uma conferência intitulada de Origens do Bipedalismo, ocorrida em 1991 em Paris.

Ainda existem muitos embates científicos com relação à evolução da anatomia do homem moderno, bem como autores que sustentam diferentes teorias e evidências sobre a cronologia e o berço da nossa origem evolutiva. A questão é que cada vez mais cientistas ao discutirem a origem da natureza humana passaram a incluir o caminhar como parte

central desse debate (SOLNIT, 2016). Sendo assim, mais importante que tentar compreender um "porquê" da adaptação do bipedismo, se faz entender as consequências dessa condição, algo que Leakey já enfatizava em 1979.

> Não há como enxergar o papel que o bipedalismo desempenhou na evolução dos hominídeos. Talvez seja o ponto notável que diferencia os antepassados do homem de outros primatas. Essa habilidade singular liberou as mãos para milhares de possibilidades: carregar objetos, fabricar ferramentas e manipulação complexa. A partir desse único desenvolvimento, na verdade, tem origem toda a tecnologia moderna (LEAKEY, 1979, p. 453).

Com relação às teorias que buscam traçar uma cronologia evolutiva, Lévy (1998) aponta que o homem moderno provavelmente surgiu no cenozoico, no período quaternário, quando o *Homo sapiens* se diferenciou do *Homo erectus* em algum ponto da África Oriental entre um milhão de anos e 300 mil anos atrás. Outra teoria denominada como Arca de Noé, discutida por Wilson e Cann (1992) e Disotell (1999), sugere uma origem pontual do *Homo sapiens* em uma população africana há cerca de 200.000 anos atrás e que teria se espalhado para outros continentes, disputando territórios e eliminando outras populações. Valva e Diniz-Filho (2003) também abordam sobre outra teoria chamada de origem multiregional, a qual foi debatida por Thorne e Wolpoff (1992) e propõe que a evolução teria acontecido de forma difusa, paralelamente em várias populações de *Homo erectus* em diferentes locais do continente africano, havendo possivelmente um intercâmbio de genes entre populações de *Homo sapiens* em seus diferentes estágios evolutivos.

São muitas as pesquisas que buscam compreender a origem do ser humano, uma vez que se refere ao entendimento de uma das questões mais emblemáticas na ciência: de onde viemos? Indubitavelmente, ao buscar as teorias que discutem a origem do homem moderno, as bases e dados podem variar desde estudos ancorados em DNA mitocondrial até estudos apoiados em evidências fósseis. Ressalvo que não é meu objetivo problematizar as controvérsias presentes na história da evolução humana, mas sim reiterar a relevância do ato de caminhar presente nesse contexto. Apesar das discrepâncias encontradas no processo evolutivo, a maioria dos autores citam as ondas migratórias como responsáveis pelo povoamento do planeta pelo *Homo sapiens*. A título de exemplo, Neves *et al.* (2007) indica a ocorrência de três ondas migratórias originárias do continente

africano para o resto do globo, sendo possivelmente o que ocasionou o povoamento do continente americano pelos grupos de caçadores-coletores.

Retomando Lévy (1998), o autor sugere que a massiva e progressiva movimentação dos indivíduos é explicada pela ausência da condição sedentária, característica presente apenas quando os grupos começam a se fixar no espaço em decorrência do desenvolvimento de práticas voltadas ao uso e manejo do solo. Warren Dean, em sua obra A Ferro e Fogo (1995), estuda e descreve o processo de devastação da Mata Atlântica, indicando evidências que relacionam com os movimentos migratórios do *Homo sapiens* e a chegada ao continente sul-americano: "a retomada da expansão da Mata Atlântica coincidiu com sua descoberta pelos homens, caçadores que subitamente invadem as planícies sul americanas há talvez 13 mil anos". Prous (1997) fala na chegada de caçadores-coletores à América do Sul há cerca de 11.500 anos atrás, mas tanto Prous quanto Dean sugerem que o Estreito de Bering situado entre a América do Norte e a Ásia tenha funcionado como passagem durante a ocorrência de períodos mais frios no pleistoceno, facilitando a travessia de grupos que continuaram a se deslocar na busca por disponibilidade de alimento no novo território.

Penso que para além das controvérsias e consensos presentes no estudo da ocupação humana no espaço, é essencial que seja ressaltado a importância do atravessar para a sobrevivência desses grupos. Travessias que se fizeram presentes no processo evolutivo do *Homo sapiens*. Travessias que promoveram a dispersão do homem ao longo de milhares de anos. Travessias que, sobretudo, fazem parte da nossa história enquanto espécie e estão no cerne da nossa origem.

O ato de caminhar, nos primórdios da Pré-História, carregava um significado voltado à sobrevivência e à busca por alimento em novos territórios, "uma vez satisfeitas as exigências primárias, o caminhar transformou-se numa forma simbólica que tem permitido que o homem habite o mundo" (CARERI, 2013, p. 27). Um habitar através do caminhar e um espaço atravessado modificado com novos simbolismos que, de acordo com Careri, só a partir dessa simples ação de caminhar pelo espaço é que foram desenvolvidas as mais importantes relações que o homem estabeleceu com o território. "O caminhar veio da África, da evolução e da necessidade, e se espalhou por toda a parte" (SOLNIT, 2016, p. 85) e o ato em si, para além da movimentação do corpo, também

caracterizou a dispersão da troca de saberes e conhecimentos na interação entre grupos em meio a travessias pela sobrevivência.

Se o caminhar está presente na história evolutiva do homem, certamente o ato também se faz intrínseco à história social, cultural, da formação das sociedades modernas e, sobretudo, inerente à história da ciência e da técnica. Ruy Moreira (2001, p.18), apoiando-se nos conceitos de Reclus (1906) e Milton Santos (1996), reafirma a ideia na qual a história da técnica é de fato a história dos espaços, "uma história de enraizamento cultural territorial-ambiental, que começa com a descoberta do fogo e culmina na moderna criação da informática". Considerando que vivemos em um mundo dominado pela técnica, nas palavras de Labucci (2013), o caminhar representa as sobras em relação a esse horizonte pautado no desenvolvimento dominado pela tecnologia. Me questiono, portanto, se realmente o início dessa sociedade pautada na tecnologia – na qual hoje existe um curto limiar entre a banalização e a valorização do caminhar – foi deflagrado somente a partir da descoberta do fogo.

Moreira (2001) propõe que a descoberta do fogo e o surgimento da agricultura levou o ser humano a se dispersar e adensar, aumentando o leque da diversidade de espaços ocupados e multiplicando a diversidade de possibilidades da criação cultural do homem. Será que não faria sentido incluir, para além da descoberta do fogo e do surgimento da agricultura, o caminhar enquanto mais um elemento fundamental no processo de ocupação do espaço e no florescer da sociedade moderna? Fato é que o caminhar se constitui, sobretudo, como uma forma de movimentação e deslocamento que se faz inato à espécie, o que possivelmente leva a desconsiderá-lo em uma análise por aparentar ser, a princípio, algo tão óbvio.

O ato de caminhar desempenha papel fundamental no que diz respeito ao processo de emergência da agricultura. Ao me referir ao surgimento da agricultura, apoio em Oliveira (1989) que sugere ser um fenômeno recente, tratando-se de uma prática social que surgiu há aproximadamente 10.000 anos a partir de uma transformação gradual, ocorrida simultaneamente em vários pontos ao redor do globo. É consenso que o surgimento da agricultura resultou em uma condição sedentária aos grupos de caçadores-coletores que, em vista dos benefícios oriundos da prática, acabaram se fixando gradualmente na terra. Nesse contexto, o caminhar é chave para a compreensão e vai além de populações que simplesmente se estabeleceram no espaço em decorrência dos benefícios da agricultura,

passando de uma vida pautada na massiva movimentação em busca da sobrevivência para uma vida sedentária ao redor de recursos. É indispensável, portanto, que seja enfatizado a ruptura no modo de habitar o espaço, a qual foi definida por Lévy em duas fases, sendo a primeira quando:

> A humanidade separa-se, dispersa-se: afastamento geográfico, divergência de línguas, separação progressiva das culturas, invenção de mundos subjetivos e sociais cada vez menos comensuráveis. O motor dessa diáspora de várias dezenas de milhares de anos é relativamente simples: as sociedades de caçadores-coletores não são sedentárias, ocupam um território extenso e o desenvolvimento demográfico traduz-se quase automaticamente pela cisão do grupo inicial e a partida de um ou de vários subgrupos rumo a outros horizontes. Vê-se, logo, que numa primeira fase da história humana — a mais longa — o crescimento demográfico leva à separação, ao distanciamento. Por vagas sucessivas, a humanidade ocupa todos os continentes, todos os meios, da savana à floresta equatorial, do Saara à Groenlândia, do Velho Mundo às Américas, da Mongólia às ilhas da Oceania (LEVY, 1998, p.38).

A segunda fase, prossegue o autor, é caracterizada pela revolução neolítica, ou seja:

> A grande mutação técnica, social, cultural, política e demográfica cristalizada na invenção da agricultura, da cidade, do Estado e da escrita. A revolução neolítica tem vários focos, sendo os três principais, por ordem alfabética, o Oriente Próximo (Mesopotâmia e Egito), a China e as civilizações pré-colombianas do México e dos Andes. Nessas zonas privilegiadas, a humanidade sedentariza-se, concentra-se, multiplica-se, acumula riquezas e registra signos. A partir dos grandes focos iniciais, o sistema neolítico expande-se e submete progressivamente toda a humanidade. Esse processo ainda não se completou, pois sobrevivem algumas, raras, sociedades de caçadores-coletores (LEVY, 1998, p.38).

Nesse processo, temos o caminhar inserido não só como elemento importante de um momento histórico, mas também como uma lente a qual podemos adotar para analisar as formas de ocupar e assimilar o espaço. Careri (2013, p. 35), com relação à ruptura, sugere "uma primitiva separação da humanidade em nômades e sedentários" que, por consequência, acabou derivando distintas formas de concepções do espaço. É nesse sentido que o autor, ao refletir sobre as apropriações do espaço habitado, sustenta uma ideia na qual:

> É convicção difundida que, ao passo que os sedentários – enquanto habitantes das cidades – devem ser considerados como os arquitetos do mundo, os nômades – enquanto habitantes dos desertos e dos espaços vazios – deveriam ser considerados "anarquitetos", experimentadores aventureiros e, por isso, avessos à arquitetura e, mais em geral, à transformação da paisagem (CARERI, 2013 p.35).

É interessante pensar na ótica do autor ao colocar o sedentarismo como berço das cidades primitivas, considerando-os "arquitetos do mundo". No entanto, tenho certo estranhamento quando o autor caracteriza as sociedades nômades como avessas à arquitetura e à transformação da paisagem. Me parece tentar atribuir significados e simbolismos atuais para uma outra época em que o movimento de atravessar, como o próprio autor define no início de sua obra: se faz por uma busca fulcral da sobrevivência. Sendo assim, enxergo uma dualidade entre sociedades sedentárias e nômades. Duas maneiras completamente opostas de habitar e se relacionar com a terra. O sedentarismo garantiu o enraizamento no solo a partir de uma relação mais íntima com um determinado espaço, permitindo diferentes tipos de cultivo, criação de animais, armazenar alimentos e vivenciar o ambiente em todas as suas estações, apreendendo com os ciclos naturais e abrindo as portas para as ressignificações do espaço. Por outro lado, o nomadismo também permitiu uma relação íntima com a terra, embora seja feita pela ótica do deslocamento, da sazonalidade. Um saber focado na sobrevivência, experienciando diferentes tipos de ambientes e aprendendo a prosperar diante da dificuldade. Populações em constante movimento, em constante travessia.

Essa dualidade entre as duas formas de habitar o mundo foi bastante estudada por Careri e, ao meu ver, é notório que sua formação acadêmica na arquitetura tenha influenciado sua investigação. Embora, em alguns momentos, o autor injete demasiadamente alguns conceitos e discuta temáticas que fogem ao escopo da minha pesquisa, Careri resgata com densidade a discussão sobre um percurso sedentário e um percurso nômade. Assim, o arquiteto indica três possíveis sentidos atribuídos ao termo percurso: o ato da travessia e o percurso como ação do caminhar, uma linha que atravessa o espaço e o percurso como objeto arquitetônico e, por último, o relato do espaço atravessado e o percurso na condição de estrutura narrativa. São ideias na qual o autor se ancora nos filósofos Deleuze e Guattari (1996):

> O traçado nômade, ainda que siga pistas ou rituais, não tem a função do percurso sedentário que consiste em distribuir aos homens um espaço fechado, atribuindo a cada um a própria parte e, a partir daí, regulando a comunicação entre as partes. O traçado nômade faz exatamente o contrário, distribuindo os homens (ou os animais) num espaço aberto, indefinido, não comunicante.

As comunidades emergidas pelo enraizamento sedentário passaram a atribuir ao caminhar novos significados, já que após a ruptura com um estilo de vida em constante movimento,

não se fez mais necessário deslocar-se longas distâncias na busca por alimento, uma vez que passaram a delimitar seus territórios. Uma relação com a terra que se colocava completamente distinta do espaço nômade e, embora estivessem em contraste, acabaram de algum modo se relacionando. Careri sugere que ambos os estilos de vida, com o passar do tempo, não se mantinham autossuficientes e "o nomadismo vive em contraposição, mas também em osmose com a sedentariedade: agricultores e pastores nômades têm a necessidade de um contínuo intercambio dos seus produtos e de um espaço híbrido" (2013, p. 40).

Enfatizo que para além das relações estabelecidas pelos diferentes estilos de vida que coexistiram, ambos compartilharam mais do que relações pautadas na necessidade. É preciso lembrar que a fixação no espaço e a prosperidade no modo sedentário de se relacionar com a terra só se fez possível a partir do aprendizado acumulado ao longo do processo evolutivo do homem enquanto espécie. Em outras palavras, o sedentarismo tornou-se realidade através da herança do saber transmitido por grupos de caçadores-coletores que viveram em constante errância nos caminhos da sobrevivência em tempos primitivos.

Em meio às contraposições e necessidades, tem-se diferentes concepções sobre o caminhar, caminho e percurso. Deleuze e Guattari (1996) sugerem que o "espaço sedentário é estriado por muros, recintos e percursos entre os recintos, ao passo que o espaço nômade é liso, marcado somente por traços que se apagam e se deslocam com o trajeto". Careri, completando as ideias de Deleuze e Guattari, afirma que o espaço sedentário é mais denso e sólido, sendo, portanto, cheio. Por outro lado, o espaço nômade é menos denso, mais líquido e, por isso, vazio.

> O espaço nômade é um infinito vazio desabitado e muitas vezes impraticável: um deserto em que é difícil orientar-se, como um imenso mar onde o único rastro reconhecível é o sulco deixado pelo caminhar, um rastro móvel e evanescente. A cidade nômade é o próprio percurso, o sinal mais estável dentro do vazio, e a forma dessa cidade é a linha sinuosa desenhada pelo subseguir-se dos pontos em movimento. Os pontos de partida e de chegada tem um interesse relativo, enquanto o espaço intermediário é o espaço do ir, a essência mesma do nomadismo, o lugar em que cotidianamente se celebra o rito da eterna errância. Assim como o percurso sedentário estrutura e dá vida à cidade, o nomadismo considera o percurso como o lugar simbólico em que se desenrola a vida da comunidade (CARERI, 2013, p. 40-41).

Um espaço vazio desabitado marcado pela transumância que, por sua vez, não necessariamente sugere um vazio simbólico. Como o próprio autor afirma, tratam-se de paisagens marcadas por longas caminhadas em meio a paisagens percebidas e vividas, memorizadas e mapeadas nas experiências dos instantes, emergindo uma geografia através do deslocamento e em contínua transformação. Uma geografia que acredito estar ligada à experiência do percurso, uma geografia que vem sendo construída pelos caminhos e seus caminhantes, que reflete nas relações estabelecidas com o espaço conhecido. Careri denomina esse espaço assimilado pelas populações nômades de espaço liquido, uma vez que se constitui por pontos de referências em constante alternância que inclui poços, rios, lugares sagrados e terrenos descampados para pernoite.

Certamente quando falo em uma geografia cujo berço é o caminhante em meio ao caminho, não me refiro a uma geografia sólida e lapidada. Assim como se fez notório a diversidade de formas de conceber o espaço e seus percursos por diferentes grupos, difuso também se torna a geografia de caráter empírico e embrionário que surge mediante a prática do caminhar. Para tornar mais claro, tomo como exemplo dois grupos aqui citados: os caçadores-coletores vinculados ao conceito de errância e os nômades ao conceito de nomadismo. Um percurso errático está ligado, segundo Careri, às perseguições da presa e a sobrevivência do homem caçador-coletor, enquanto o nomadismo está vinculado aos deslocamentos cíclicos durante a transumância. Essas singularidades notáveis entre os dois diferentes grupos tornam evidentes também as distintas noções de espaço e território, o que, por sua vez, confere diversidade ao conhecimento geográfico nascido dos percursos mediante as experiências e vivências daqueles que caminham.

Caminhar é, portanto, uma forma diversa e difusa de habitar o mundo em todas as suas facetas, estando presente em todos os momentos da história humana. Tim Ingold (2011) escreveu que caminhar é marcar não só o chão que se pisa, mas também a mente e, por isso, pode ser qualificado como o caráter fundamental pelo qual os seres humanos compreendem o espaço à sua volta. Além disso, o autor enxerga a vida humana definida pela linha do seu próprio movimento, inscrita através da paisagem e marcada por gerações. Seguindo as reflexões de Ingold, Merlin Coverley (2015) corrobora com o papel significativo e essencial do ato de caminhar, “tornando-se o meio pelo qual os seres humanos aprendem a entender o mundo a sua volta enquanto passam por ele” e “a marca que deixam atrás de si não é registrada apenas nos caminhos que deixam em suas esteiras,

mas também nas histórias orais e nos textos por meio dos quais essas ações são registradas" (p.13).

Pôr-se a caminho colocando os pés em movimento significa, segundo Labucci (2013), um movimento direcionado a si mesmo e, ao mesmo tempo, ao mundo. O autor compreende também que "se ficarmos nos primórdios, o que o homem aprendeu a ler em primeiro lugar não foram as tabuletas cuneiformes dos sumérios ou os hieróglifos egípcios, mas sim os rastros no solo, pegadas de seus semelhantes" (p.11-12).

Uma vez mencionado textos e registros escritos, me distancio da Pré-História e me aproximo da Antiguidade. Na historiografia, é justamente o surgimento da escrita que separa ambos os períodos e, de acordo com Pauluk (2004), a arqueologia propõe que em torno de 3.500 anos antes de Cristo foi o surgimento dos primeiros indícios de um sistema linear de escrita na região da Mesopotâmia, embora Merege (2009, p.170) proponha um surgimento simultâneo que inclui não só a Mesopotâmia, mas também na China, Egito e possivelmente outras regiões. Nesse sentido, me questiono se o aparecimento da escrita e o desenvolvimento da mesma pode ter sido um fator importante para deflagrar o começo de um movimento de autorreflexão sobre o ato de caminhar. Fato é que na Pré-História o caminhar estava, de certa forma, associado a um ato inconsciente de deslocamento visando a sobrevivência e compreensão do espaço, enquanto, por outro lado, na Antiguidade já se encontram alguns registros e indícios que evidenciam o caminhar enquanto ato consciente utilizado por filósofos, estando possivelmente o movimento associado a troca de saberes.

2.2. As raízes do filósofo caminhante

O surgimento da escrita é de fato um marco histórico que separa o período pré-histórico da Antiguidade. Sua relevância é inquestionável e foi – e ainda é – estudada no campo do conhecimento. Segundo Maluf (2003, p.9), "a escrita é uma das maiores invenções da humanidade. Talvez a maior delas. Foi ela que tornou possível o registro da história humana, estando reconhecivelmente ligada às condições de desenvolvimento das formas democráticas de organização das sociedades", na raiz dos processos de diversificação das linguagens e, não menos importante, aos avanços técnico-científicos observados ao longo do tempo.

O questionamento da relação entre a escrita e o caminhar me ocorre em consequência de uma resposta de Ingold (2011) dada para a seguinte pergunta: em que a leitura se diferencia do caminhar pela paisagem? Em nada, alega o autor, uma vez que caminhar significa viajar tanto na mente quanto na paisagem e ler implica em viajar tanto na página quanto na mente, ambos assumindo um caráter meditativo. O que de fato diferencia ambos é a porta dos sentidos em que se desenvolve o trânsito mental.

Uma tentativa de buscar as origens dessa atitude meditativa através do caminhar citada por Ingold me leva à Antiguidade Clássica[2], na Grécia Antiga, o berço da filosofia, época em que Coverley sugere manifestações do ato como algo intencional e não um simples meio de locomoção. Fedro, diálogo escrito por Platão, é uma evidência que identifica Sócrates como um antigo filósofo-caminhante, trazendo o movimento das pernas como pano de fundo para ideias a serem discutidas, sendo assim, o caminhar se consagra como um recurso clássico associado ao próprio ato de filosofar (COVERLEY, 2015, p.20). No entanto, com relação a essas constatações, o autor sente a necessidade de trazer uma importante ressalva:

> As Geórgicas, de Virgílio, os idílios pastorais de Teócrito e Horácio e até a Odisseia, de Homero, são identificados como outros exemplos do papel essencial que o ato de caminhar desempenha no cânone clássico. Mas em todos esses casos, se o caminhar deve ter um papel, não é um papel filosófico, e sim um papel literário, fornecendo um recurso estrutural acessível em que o ritmo físico do andar empresta ao texto um grau de dinamismo. Caminhar e falar coincidem regularmente aqui, mas conjunção dessas duas atividades cotidianas nunca é formalizada em qualquer aspecto, e menos ainda utilizada como base para qualquer situação filosófica. Em resumo, como Morris Marples nos lembra, "vemos os gregos tendo prazer na atividade conjunta de caminhar e falar [...] Mas nenhum grego ou romano jamais saiu para dar um passeio a pé" (COVERLEY, 2015, p.20-21).

Afirmar se um grego ou romano alguma vez saiu para dar um passeio a pé é certamente relativo, acredito ainda se tratar de uma questão subjetiva e um pouco atemporal. O que se faz relevante é a mudança de perspectiva que o caminhar adquire, tornando-se um mecanismo consciente o qual sujeitos utilizavam visando a troca de saberes. O foco, claramente não era o caminhar, mas sim dialogar. A grosso modo, caminhava-se para

[2] Período aproximadamente compreendido entre os séculos VIII a.C. e V d.C.

expor ideias e palestrar, exercitar o diálogo, características que se tornaram emblemáticas do período.

Sendo a Grécia o berço da filosofia e estando a filosofia intimamente associada ao caminhar, resta-me pensar no que de fato possibilitou esse matrimônio que resultou em um caminhante-filósofo. Reale e Antiseri (2005) investigam a gênese, natureza e o desenvolvimento da filosofia antiga na Grécia, encontrando três principais fatores associados ao modelo de reprodução social existente na época. Em um primeiro momento, os autores indicam o mistério da existência representado pela prática da poesia, alimentada pelo mito e o fantástico; em sequência sugerem a religião ausente de dogmas ou escrituras sagradas, fato que proporcionou uma ampla liberdade de expressão; e por fim, as condições políticas e socioeconômicas que propiciaram a consolidação da Cidade-Estado, transformando as pessoas livres em cidadãos, sendo, inclusive, a origem histórica do termo.

Uma religião na qual denota-se a ausência de dogmas possibilita também questionamentos e reflexões existenciais que vão para além da fé, buscando a razão para encontrar respostas. Na sequência, a liberdade institucionalizada tornou-se apenas possível em decorrência de uma importante transição estrutural ocorrida na Grécia, possibilitando a emergência de instituições políticas livres:

> Nos séculos VII e VI a.C., a Grécia sofreu uma transformação socioeconômica considerável. Deixou de ser país predominantemente agrícola, desenvolvendo de forma sempre crescente o artesanato e o comércio. Assim, tornou-se necessário fundar centros de distribuição comercial, que surgiram inicialmente nas colônias jônicas, particularmente em Mileto, e depois também em outros lugares. As cidades tornaram-se florescentes centros comerciais, acarretando forte crescimento demográfico. O novo segmento de comerciantes e artesões alcançou pouco a pouco notável força econômica e se opôs a concentração da nobreza fundiária. Com a luta que os gregos empreenderam para transformar as velhas formas aristocráticas de governo em novas formas republicanas, nasceram as condições, o senso e amor da liberdade (REALE e ANTISERI, 2005, p.10).

O desenvolvimento de uma sociedade baseada no artesanato e comércio ocasionam a consolidação de centros comerciais, incluindo a emergência de diversas rotas percorridas por comerciantes visando a venda, revenda e a troca de produtos (HASEBROEK, 1965). Para além do comércio, Solnit (2016) cita o exercício de outras profissões que também traziam uma certa imunidade diplomática e permitiam o deslocamento entre colônias e

comunidades, como é o exemplo de médicos, poetas e músicos. Sendo assim, acredito ser possível enxergarmos o ato de caminhar não só pela sua associação a uma figura de um caminhante-filósofo, mas também como elemento presente nas relações socioeconômicas que se estabeleceram na Grécia Antiga.

É pertinente citar um aspecto destacado tanto por Solnit (2016), quanto por Coverley (2015). Ambos indicam uma possível existência de uma visão romantizada do caminhar em um contexto associado à Grécia Antiga, a qual se deve a uma publicação originalmente escrita em 1793, de John Thelwall, sugerindo que os antigos sábios enxergavam a simplicidade no caminhar se utilizando do movimento não só para palestrar, mas especificamente para pensar e refletir em meio a um cenário dotado de grande beleza, criando uma "imagem fixa que parece fazer parte da história cultural: homens de túnicas austeras, conversando circunspectos enquanto cruzam a pé uma ressequida paisagem mediterrânea entremeada por esparsas colunas de mármore (SOLNIT, 2016, p.36). Nesse raciocínio, Coverley cita a mesma obra de Thelwall e sugere que o tratado filosófico do autor ficou esquecido no tempo, embora sua ideia romântica sobre o ato de caminhar perdure até a contemporaneidade. Caso é que, para além do romantismo presente em Thelwall, a noção de que a filosofia e o caminhar se encontram na Antiguidade é bastante clara, ainda que existam contestações entre especialistas no que se refere ao propósito do ato.

As controvérsias encontradas que cercam o propósito do ato de caminhar na Antiguidade originam-se nas leituras e releituras sobre a escola de filosofia ateniense fundada por Aristóteles (384 – 322 a.C.), na qual se tem enraizada a ideia que os ritmos corporais correspondem aos processos mentais, elevando o caminhar a algo mais que um meio para um fim (COVERLEY, 2015). Os filósofos formados pela escola de Aristóteles ficaram conhecidos como peripatéticos, termo cujo grosso modo significado é "ambulante", "itinerante" ou "aqueles que passeiam". Coverley ainda cita David Macauley (1993, p.5), escrevendo que "a filosofia tem seu começo no caminhar, com os filósofos peripatéticos, que caminhavam ousadamente para fora do domínio escuro e profundo do mito e para dentro da casa iluminada do *lógos*". É nessa ideia que se encontram os conflitos sobre o tema, uma vez que seja inegável a relação entre a filosofia e o caminhar, Coverley e Solnit destacam a possibilidade de existir um mito originário de um mal-entendido linguístico, uma coincidência sobreposta entre a arquitetura e a linguagem.

> O termo “peripatético” é usado para designar os seguidores da escola de filosofia de Aristóteles, fundada em Atenas por volta de 335 a.C. e levada adiante por seus sucessores, entre os quais Teofrasto e Estratão. Originalmente, a palavra grega antiga περιπατητικός (*peripatetikós*), que significa “relativo a andar” ou “que passeia”, evoluiu para se aplicar a qualquer perambulação ou errância. A própria escola, contudo, ou περίπατος (*perípatos*) – o Liceu, onde seus integrantes se encontravam –, deriva seu nome dos περίπατοι (*perípatoi*), as colunatas ou caminhos cobertos pelos quais se afirmam que Aristóteles caminhava enquanto palestrava. [...] No entanto, e muito mais prosaicamente, parece que os peripatéticos devem seu nome não à sua filosofia, mas ao cenário em que ela se realizava. E não há somente esse mito, surgido de uma confusão linguística; os peripatéticos foram objeto de outras representações erradas, conforme alguns escritores posteriores deixaram, deliberadamente, a realidade em favor de uma imagem mais romântica do filosofo passeador (COVERLEY, 2015, p.22).

Como já apontado, um desses autores é Thelwall, cujo obra aqui anteriormente foi citada e, conforme Solnit, influenciada pelas ideias de Jean-Jacques Rousseau – pensador iluminista do século XVIII – que emprega uma leitura romantizada sobre o ato de caminhar já no início da contemporaneidade. Cria-se a imagem de um filósofo clássico cujo foco está no caminhar para pensar e não, propriamente dito, nas palestras e diálogos que caracterizam o período e incluíam o caminhar como pano de fundo dessas atividades, ou seja, sugere uma inversão da essência dos valores e significados que foram construídos no período clássico. Contudo, ainda que ocorram esses conflitos entre pesquisadores, Solnit (2016, p.38) reforça que o “vínculo entre o pensar e o caminhar é recorrente na Grécia antiga, e a arquitetura grega acolhia o caminhar como uma atividade social e coloquial”. De qualquer forma, é relevante para minha investigação o papel do caminhar na Antiguidade, ainda que independente da ótica pela qual é analisada, o ato se faz presente e só reforça a ideia construída de que o movimento está associado intimamente com a trajetória humana ao longo do tempo.

Para além da controvérsia sobre a construção da figura de um filósofo caminhante associado ao contexto da Grécia Antiga, algumas expressões sociais que envolvem prática do caminhar na Antiguidade são registradas na literatura com um certo destaque. Por convenção, a historiografia tem o costume de separar a Antiguidade Ocidental (referindo-se principalmente a Roma e Grécia) e Antiguidade Oriental (compreendendo essencialmente a Mesopotâmia, Egito e outros povos do Oriente Médio). Em decorrência disso, me chama a atenção que, ao buscar relações com o caminhar em ambos os contextos, encontro os primeiros registros de manifestações de caráter político que

ocorreram durante a Antiguidade, as quais ocorreram no oriente há cerca de 1.155 a.C. no Egito Antigo e, no ocidente, marcado na história da Roma Antiga há aproximadamente 494 a.C.

No Egito Antigo, há quase três milênios, acontecia na aldeia de Deir el-Medina, situada às margens do Rio Nilo, um levante dos trabalhadores contra o reinado de Ramsés III (LESKO, 1994; DAVIES, 1999), configurando como possivelmente uma das primeiras greves registradas não só no oriente, mas na história da humanidade (WILKINSON, 2013, p.335). Os pesquisadores, baseados em um antigo rolo de papiro que relata a história[3], contam que a aldeia havia acabado de passar pelo auge da prosperidade econômica e que no ano 29 do reinado de Ramsés III, o vilarejo entrou em uma profunda crise deflagrada pela dificuldade de administrar os recursos, não conseguindo pagar e nem saciar a fome dos operários que, nesse contexto, estavam responsáveis por construir as tumbas no Vale dos Reis[4]. No ápice da crise e da fome, Mark (2017) descreve que os operários aguardaram o pagamento por quase vinte dias até que, sem retorno algum, decidiram largar suas ferramentas de trabalho e atravessarem todo o povoado vociferando por comida em uma longa marcha direcionada ao templo funerário do antigo governante, Ramsés II. Na sequência, caminharam até as proximidades do templo de Thutmose III, onde sentaram e aguardaram o atendimento de todas as suas reivindicações.

> Os oficiais locais não tinham ideia de como lidar com a situação; nunca havia acontecido nada parecido na história do Egito. *Ma'at*[5] se aplicava a qualquer indivíduo, do imperador ao camponês, e todos deveriam reconhecer o seu lugar no plano do universo e agir de acordo. Trabalhadores se revoltando e realizando exigências de pagamento era algo simplesmente incompreensível na percepção e mentalidade do período, uma vez que violava o princípio básico do *ma'at*. Sem entender como lidar com o problema, os oficiais ordenaram que rações fossem entregues aos trabalhadores em greve, esperando que ficassem satisfeitos e voltassem para casa (MARK, 2017).

A ração não foi suficiente, seguiram caminhando e tomando não só os templos sagrados, mas também portões e depósitos do reino. Por quase três anos as relações entre os

[3] O conjunto de rolos de papiro foi descoberto em Deir el-Medina no século XIX ficaram conhecidos como Papiros de Turim (DAVIES, 1999).
[4] Vale localizado na margem oeste do Rio Nilo, onde foram construídas as tumbas para os faraós e os nobres do Egito Antigo.
[5] O *ma'at*, segundo Mark (2017), é descrito como o valor cultural mais importante registrado na história do Egito Antigo. Representava o conceito de harmonia do universo, balanceando e permitindo o funcionamento do mundo de acordo com a vontade dos deuses, projetando para cada indivíduo um papel a ser executado e, sobretudo, inquestionável.

trabalhadores e oficiais se mantiveram conflituosas, ninguém sabia como proceder para retornar a rotina usual. Segundo o autor, até mesmo a representação do poder local tinha medo de descrever a situação em Deir el-Medina para o governo central do reino, temendo retaliações por não cumprirem seu dever. Somente quando os oficiais conseguiram de fato formalizar e manter a frequência dos pagamentos que a situação finalmente se acalmou e a revolta teve seu fim.

O ato de caminhar para tomar e ocupar foi simbólico no Egito, não existindo precedentes registrados que relatam histórias de trabalhadores abandonando seus deveres para protestar por seus direitos e, de acordo com Mark, serviu de exemplo para outros levantes locais. Um movimento similar na Roma Antiga emergiu quase 700 anos depois, embora eu não tenha encontrado registros ou menções concretas que sinalizem para que os acontecimentos ocorridos no Egito de alguma forma tenham influenciando os levantes no ocidente.

No contexto da Roma Antiga – fundada aproximadamente em 753 antes de Cristo e dissolvida no século V – é possível encontrar registros do que possivelmente se configuram como as primeiras revoltas populares ou manifestações políticas no mundo ocidental. Inserido no período que ficou convencionado como República Romana (509 a.C. – 27 a.C.), Ferraz (1989) aponta a configuração política de duas classes sociais distintas compreendidas pela plebe e patrícios. A plebe era constituída pela grande maioria da população sem participação política e poder econômico, os “comuns”, compreendido pelos camponeses, artesãos e pequenos comerciantes. Os patrícios se resumiam a pequena parcela da população que participava ativamente das decisões políticas e detinham o poder econômico, representados pela aristocracia e nobreza. A desarmonia entre as classes gerou conflitos duradouros que ficaram conhecidos como Secessões da Plebe ou Revoltas Plebeias (494 até 287 a.C.), que se caracterizavam basicamente pelo reclame dos plebeus por participação nas instituições sociais, políticas e religiosas (FERRAZ, 1989, p.36).

Essas revoltas ficaram caracterizadas pelo levante da plebe em momentos de instabilidade política ou militar, insatisfeitos com a “desigualdade social e de direitos entre as duas classes, apesar da existência entre os plebeus, principalmente entre as suas lideranças, de vários novos-ricos” (MARCHI, 2005, p.18). A Primeira Secessão da Plebe, conhecida também como Revolta do Monte Sagrado, aconteceu em torno de 494 a.C, quando a

população revoltosa abandona Roma e se retira em uma caminhada conjunta rumo ao Monte Sagrado, objetivando, inicialmente, a construção de uma nova organização societária justa.

> Intensificando-se a luta, através de greves e secessões, e com a retirada dos plebeus para o Monte Sagrado (atual Colina do Aventino), o Senado, não resistindo à pressão política, começa a ceder. Agripa, o então representante do Senado, após, segundo as fontes, ter pronunciado um famoso discurso de reconciliação (com a equiparação da secessão da plebe à revolta dos membros de um corpo contra o seu estômago, considerado por alguns como precursor do organicismo sociológico), sela acordo com a plebe. No entanto, como contrapartida neste acordo, a plebe exige e obtém o direito de ter um seu representante - o famoso Tribuno da Plebe o qual, constitucionalmente, passa a ser considerado “sacrossanto" vale dizer, inviolável e munido do poder geral de veto. Com isto, torna-se tal Magistratura plebeia um centro de poder na vida política da antiga Roma. Em seguida, paulatinamente, a plebe vai conseguindo sucessivas e importantes vitórias (MARCHI, 2005, p.18).

O ato de caminhar em direção ao Monte Sagrado foi tão emblemático que acabou inspirando e legitimando outras posteriores secessões da plebe, caracterizadas como uma luta de resistência pela igualdade de direitos. Essas revoltas se fizeram tão marcantes na história que desses acontecimentos derivaram mecanismos políticos que hoje conhecemos como plebiscitos e assembleias populares.

Outro fato histórico envolvendo o ato de caminhar no contexto da República Romana foi a travessia do rio Rubicão em 49 a.C. pelo icônico Júlio Cesar quando retornava vitorioso da guerra na Província de Gália, recebendo ordens expressas para dispensar o exército e, recusando a cumpri-la, empreendeu a travessia armada para Roma, transgredindo uma lei imposta pelo senado e deflagrando uma guerra civil romana (STORCH, 2004, p.94). O curso d’água basicamente representava uma fronteira natural que delimitava o sul da Gália e o norte do território da cidade de Roma, existindo uma rigorosa lei formulada pelo senado que determinava que nenhum general poderia atravessar o rio comandando uma legião do exército romano, operando como uma medida protetiva do poder central que forçava qualquer unidade militar a contornar o núcleo do governo.

> Rubicão, um rio caracterizado por um pequeno curso d’água ao norte da Itália, onde arriscar a travessia desse limite era violar a Lei do Senado Romano. Não obstante, um general bem conhecido decidiu cruzar totalmente armado. Com toda a sua legião, ele passou a fronteira que separava a Itália da Gália Cisalpina, marchando sobre Roma com a intenção de derrubar Pompeu. Ele cruzou o pequeno curso d'água em

> 12 de janeiro do ano 49 a.C. Este cruzamento transformou o destino da humanidade. Júlio César certamente não duvidou do que estava em jogo em sua decisão. De fato, o futuro imperador proclamou, "*alea jacta est*" – "a sorte foi lançada". Mais tarde, o historiador Suetonius relataria em detalhes os eventos que ocorreram (FALQUE, 2016, p.15).

Muitos são os registros escritos que contam o acontecimento, assim como também as representações artísticas. Na sua grande maioria, Júlio César é colocado atravessando o rio montando em um cavalo e seguido por toda sua legião, majoritariamente a pé. Trata-se de uma marcha simbólica de transgressão que se materializa e encontra seu ápice no momento da travessia do curso d'água, embora exista todo um percurso feito sob negação e rompimento com as ordens do senado romano. Tanto Storch (2004) quanto Falque (2016) sugerem que as implicações da travessia não haviam sido instantâneas e tampouco adquirido as proporções com que hoje conhecemos. Ambos os autores ainda discutem que atualmente é bem difundido como expressão popular a frase "atravessar o Rubicão" em um caráter filosófico e metafórico, no qual o rio ganha infinitas representações pessoais e subjetivas em que um sujeito deve confrontar, enquanto a travessia representaria o enfrentamento de tudo aquilo que o desafia ou impede de concretizar um objetivo.

Fato é que muitos significados, valores e simbologias são atribuídos a momentos ou atitudes do passado. Nesse sentido, ainda que o próprio caminhar não tenha sido diretamente um objeto de discussão e conceituação durante toda a Antiguidade, o ato foi enquadrado por meio de uma racionalidade do presente como um recurso clássico filosófico originário do período em questão. Em razão disso, Coverley (2015, p.21) corrobora e sugere que apesar dos escassos indícios de que a Antiguidade conscientemente elevou o ato de caminhar a algo mais que um meio para um fim, é correto afirmar que o período representa o momento em que a filosofia ocidental e o caminhar se cruzaram pela primeira vez, contexto em que atualmente discute-se se havia ou não um viés meditativo ou contemplativo atribuído ao ato em si.

A tradição em que o caminhar é considerado de fato uma prática meditativa e contemplativa é impulsionada e de certa forma continuada, conforme aponta Coverley, a partir de uma perspectiva espiritual dentro dos limites monásticos da Idade Média. Nessa condição, é importante mencionar que a historiografia compreende a transição da Antiguidade para a Idade Média a partir do marco histórico definido pela queda do Império Romano do Ocidente ocorrido aproximadamente no século V, acompanhado da

ascensão do cristianismo e da Igreja Católica. Julgo importante citar e desenvolver brevemente essa transição histórica em decorrência de sua complexidade e das idiossincrasias que surgem e marcam o período, fatores que influenciaram diretamente na expressão do pensamento da época e possivelmente, por consequência, em formas de compreender o caminhar.

2.3. O desenvolvimento de uma pré-literatura do caminhar

Uma tentativa de definir e enquadrar a transição histórica mencionada, bem como tentar destrinchar todas as peculiaridades que marcam a Idade Média, exigiria desviar o foco da nossa pesquisa, extrapolando os objetivos propostos. No entanto, uma breve caracterização e descrição se faz necessária para que seja possível compreender o contexto que o caminhar se insere no pensamento, no entendimento e nas possíveis manifestações do ato expressadas na época. Essa compreensão se faz essencial para podermos delinear a construção de uma pré-literatura do caminhar, alimentada pelos mais variados registros e histórias que tem como pano de fundo os longos percursos. Registros que mesmo sem ter como objeto central o ato de caminhar, descrevem e dão forma ao movimento ao mesmo passo que narram um período de nossa história no mundo.

A queda do Império Romano no ocidente, reconhecido como marco histórico de transição, é resultado direto dos custos gerados pela tentativa de manter a integralização de seu território. Guarinello (2010, p.127) aponta como fatores decisivos que resultaram no rompimento do Império "a imposição de um poder único, a marginalização da pobreza, a repressão violenta de qualquer contestação, a criação de margens e bordas fronteiriças em muitas áreas rurais dentro do próprio Império e a incapacidade de integrar populações". Essas questões associadas com as invasões bárbaras, um sistema de exploração escravista sem alternativas para sua própria manutenção, a revolta dos judeus e a ascensão do cristianismo contribuíram diretamente para uma instabilidade financeira e controle territorial, causando sua progressiva dissolução enquanto unidade política, constituindo-se como marco histórico do fim da Antiguidade.

A definição do marco de transição, na verdade, é apenas simbólico e envolve um contexto mais amplo. Vejo a importância de incluir um apontamento feito por Guarinello ao se referir sobre a influência da construção do pensamento europeu nos estudos que buscam

não só o entendimento da história do Império Romano, mas uma pretensão de uma história universal.

> Já é praticamente consenso, entre os historiadores, que a história do Império Romano, assim como toda a chamada História Antiga, com suas divisões clássicas entre Oriente Próximo, Grécia e Roma, é uma construção do pensamento europeu, sobretudo do século XIX. Sua pretensão à universalidade, como a História Universal, ou mesmo como a História da civilização ocidental, esvaíram-se na produção acadêmica das últimas décadas. Ao mesmo tempo, os conceitos que estavam por trás da criação dessas 'histórias', como nação, povo, raça, civilização, são evidentes projeções anacrônicas de um presente que não é mais o nosso. A História do Império Romano é uma história particular e seu interesse deve ser buscado, precisamente, em sua particularidade, e não na suposta contribuição para a construção de um futuro que, para os próprios habitantes do Império, obviamente ainda não existia (GUARINELLO, 2010, p.113).

Destacado a ressalva do autor e reforçando a necessidade de buscar meus questionamentos sobre o caminhar nas particularidades do período, penso que para além de todo o contexto político-territorial e cultural transformado entre a Antiguidade e a Idade Média, o crucial está na compreensão da experiência e expressão do pensamento que, segundo Libera (1999), é um dos motivos que sempre nos fazem revisitar o passado com a finalidade de compreender o presente. Quando o autor aponta a possibilidade de refletir sobre o pensamento no medievo, é possível assimilar de duas formas: "a primeira sugere que se pensava na Idade Média, que havia, nesse longínquo milênio, algo como pensadores e um pensamento; a segunda, correlativa, diz que faríamos bem, de vez em quando, em nos lembrarmos dela, ou seja, pensarmos nela" (LIBERA, 1999, p.9). Ao sugerir que é importante nos lembrarmos e pensarmos na Idade Média, o autor faz referência não só a beleza do gesto, mas conclui representar um meio para combater preconceitos que se formatam em anti-intelectualismo e etnocentrismo.

Ao sugerir que havia pensadores e um pensamento na Idade Média, Libera ressalta que a palavra "intelectual" aplicada ao homem não havia significação alguma na época e ainda cita a historiadora Mariateresa Brocchieri, a qual aponta a origem do termo essencialmente associada ao século XIX. No entanto, conforme Le Goff e Goldwasser (1989), certamente pode-se inferir que existiam profissionais do pensamento durante a Idade Média, principalmente mestres e clérigos que trabalhavam utilizando a palavra e o espírito, refletindo a influência religiosa no pensamento medieval. Essa influência era tão intensa que comumente pesquisadores chegaram a reduzir a filosofia praticada no período

enquanto aspecto ou elemento exclusivo do cristianismo, chegando a inferir que não havia filosofia e sim manifestações teológicas. Essa ideia é desconstruída por Storck, esclarecendo que:

> Do ponto de vista histórico, esse estudo passa inevitavelmente pelo reconhecimento de que a transmissão do saber é um fenômeno que acompanhou a história política das instituições. A filosofia grega em sua origem, passou a ser romana e depois cristã. Os sírios transmitiram-na aos árabes estes em boa medida aos judeus. Os cristãos novamente a recuperaram, assimilando teses árabes e judaicas, e buscando mais uma vez as fontes gregas. Os especialistas designam esse movimento de *translatio studiorum*, isto é, o deslocamento dos saberes (STORCK, 2003, p. 8-9).

O período histórico em questão ficou durante muito tempo preconceituosamente convencionado como a "Idade das Trevas" em decorrência do predomínio da Igreja Católica na sociedade europeia medieval promovendo a fé em detrimento da razão (LE GOFF, 2003). Se pensarmos nesse deslocamento dos saberes mencionado por Storck, as particularidades históricas durante o período medieval invertem a expressão e a experiência do pensamento presente ao final da Antiguidade, principalmente no que se refere à Grécia Antiga. Se antes a busca de respostas através da razão ocorria em função da ausência de dogmas religiosos institucionalizados, durante a Idade Média tem-se o enraizamento de dogmas religiosos que – no decorrer de grande parte do período – suprime a razão como principal motor da busca por respostas.

A necessidade de buscar a fé em sobreposição à razão, fez com que Agostinho de Hipona (354-430) – venerado entre os católicos como Santo Agostinho – estudasse a sabedoria grega e encontrasse no discurso da Antiguidade um caminho em direção ao cristianismo, compreendendo que não necessariamente a fé exclua a possibilidade da razão, mas, de qualquer modo, não haveria compreensão da razão sem fé. "Segundo Santo Agostinho, o racionalismo das ciências gregas não traz obstáculos para a fé. Ao contrário, elas estão a serviço tanto da investigação racional da natureza quanto das verdades bíblicas" (STORCK, 2003, p.18).

O domínio da Igreja Católica se expande para a política, para a economia e, sobretudo, no controle da informação, se proclamando a única instituição organizada capaz de controlar o caos e ajudar os povos imersos na desordem:

> Com a ruralização da economia, que se estendeu por toda a Alta Idade Média, a Igreja, antes concentrada nas cidades, foi obrigada a se deslocar para os campos, e os bispos e abades se tornaram verdadeiros senhores feudais. Nessa época, a Igreja tinha praticamente o controle do saber. O domínio da leitura e da escrita era privilégio quase exclusivo de bispos, padres, abades e monges. Os membros do clero eram, por isso, as pessoas mais aptas a ocupar cargos públicos, exercendo funções de notários, secretários, chanceleres. A Igreja, que antes dependia politicamente dos reis, começou a entrar em conflito com a autoridade real (ARRUDA e PILETTI, 1999, p. 105).

O enraizamento da fé cristã na sociedade europeia medieval influenciou certamente a expressão do pensamento e a experiência do homem (LIBERA, 1999). Isso significa influenciar símbolos, significados e valores pertencentes ao período e, consequentemente, sendo possível incluir e discorrer sobre uma ideia distinta relativa ao ato de caminhar que acaba surgindo. Dessa forma, retomo Coverley (2015, p.35) ao induzir que nesse momento da história as noções sobre um sujeito caminhante se direcionam a um objetivo sagrado, estando a dimensão espiritual nas raízes das representações literárias mais antigas sobre o ato de caminhar e, segundo a tradição cristã, tem sua origem na expulsão de Adão e Eva do Paraíso. Careri (2013, p.35-36) revisita o mito de Caim e Abel, filhos de Adão e Eva, ao demonstrar que após o assassinato de Abel pelo irmão, Caim é condenado por Deus à vagabundagem, sendo punido com a eterna errância sem pátria em um deserto infinito sem rumo.

A princípio, constrói-se uma visão do vaguear na condição de castigo divino ou até mesmo referente a uma penitência espiritual a ser concluída pelo corpo intencionado em aliviar a alma dos pecados. No entanto, ainda que o caminhar possa ser associado à ideia de punição em um primeiro momento, ainda na Idade Média surge o conceito complementar da peregrinação: "é o próprio Cristo quem fornece o modelo para o peregrino medieval, com seu período de três anos de caminhares e peregrinações intensivas pela Judeia, uma área que se estende de 220 quilômetros de Sídon e Tiro, no norte, até Jerusalém, no Sul" (COVERLEY, 2015, p.36). Esse modelo da peregrinação medieval ficou sendo reconhecido também como romarias[6], sendo definido por Sanchis (2006, p.86):

> Estavam inscritas na sensibilidade religiosa local desde a Alta Idade Média. Uma manifestação popular que preenchia o imaginário religioso

[6] O termo romaria foi designado em um primeiro momento para definir as viagens devocionais em direção a Roma, no entanto, passou a ser utilizado para se referir a qualquer peregrinação independente do seu destino final.

> das populações, sobretudo do Norte, uma experiência, singular, individual e/ou coletiva, que ritmava, em muitos casos, o fluxo dos anos, as etapas da vida (namoros, casamentos, chegada dos filhos, carreira, problemas e restabelecimentos da saúde). O que era Romaria? Um caminhar, muitas vezes penoso, doloroso até, em condições voluntariamente precárias, por isso demorado, mas cheio de encantos – imersão numa natureza selvagem e encontros lúdicos no caminho – até a concretização da apresentação e presença do peregrino a um "Santo": santuário próximo ou longínquo, Sagrado feito gente, com quem se conversa, se troca bens, energia e saúde (promessas), perto de quem se vive uma pequena porção de tempo, o tempo feito Festa: comida, bebida, encontros, dança; até a volta para um quotidiano transfigurado, já na espera de outra romaria. Um ritmo de vida – e na vida.

As viagens devocionais, as peregrinações ou romarias, conforme explica Franco Jr. (2010, p.60), estão presentes em ambientes culturais bastante diversos, situados em todos os continentes e em todas as épocas, sendo principalmente a Europa medieval cristã marcada por essa atividade em decorrência da sua realidade histórica de intensa mobilidade de pessoas. Enxergo no livre arbítrio a principal diferença entre o caminhar como castigo e o caminhar no formato de peregrinação, estando, sobretudo, na escolha voluntária de se lançar em um caminho sob condições precárias e, por vezes, prejudiciais e penosas ao corpo. Se, em um primeiro momento, o caminhar simboliza o castigo de Deus perante o homem, a peregrinação transforma o castigo em provação divina voluntária. Agrega valores subjetivos e íntimos ao movimento de deslocar-se a pé: penitências, desafios, promessas e a reprodução de caminhos que, por meio da entrega do corpo, direcionam a alma rumo ao sagrado.

Durante a leitura dos trabalhos de Coverley e Careri, identifiquei em ambos os autores a possibilidade de falarmos em uma literatura pré-romântica do caminhar, estando ela intrinsecamente relacionado a esse modelo de peregrinação medieval. O cristianismo, ao influenciar os valores atrelados ao caminhar e à forma com que a sociedade enxergava a prática, acabou também influenciando a literatura sobre o ato, criando assim uma simbologia ao redor do ideal do caminhante:

> Nos poemas antigos sobre peregrinação, como *A divina comédia* (1308-21), de Dante, e o *Piers Plowman* (cerca de 1360-87), de William Langland, o caráter de atividade essencialmente sem trama, próprio do caminhar, é encerrado dentro de uma forma poética altamente estruturada, e o caminhar é em si moldado dentro do instrumento alegórico do sonho. Em vez do caminhar, então, vemos sonhos de caminhar, nos quais o pedestre se abstrai do ambiente físico em que está e das provações da verdadeira peregrinação, para se tornar "o caminhante", o símbolo universal do homem comum. Mas, apesar desse

> sentido de abstração espiritual, o peregrino nunca se divorcia totalmente do domínio da experiência direta, e por mais que a paisagem imaginária se torne visionaria e misteriosa, subjaz uma geografia material, reconhecidamente o mundo habitado pelo leitor (COVERLEY, 2015, p.36).

Surge então um ideal de caminhante universal na figura de peregrino comum, um homem simples no caminho da fé, criado a partir do surgimento de uma literatura pré-romântica do caminhar que idealiza a comunhão do andar a pé com a religião. O modelo do peregrino medieval é representado pela simplicidade e a pureza do caminhar, enxergando em cada passo dado como um ato de penitência diante dos pecados cometidos na Terra e sempre na esperança do perdão divino. Embora esse ideal fosse ressaltado enquanto símbolo de um caminhante universal, não se pode dizer que certamente tratava-se da realidade em sua totalidade. Jonathan Sumption (1975) aponta que, no início da história da Igreja, muitos partiram a pé em direção à Roma e Jerusalém e que, para esses peregrinos, a viagem era de fato um ato de penitência a ser suportada pelo corpo. Por outro lado, com o passar do tempo observou-se um gradual e lento divórcio do caminhar, associado exclusivamente ao componente religioso, elemento que não chegou – em um primeiro momento – a ser considerado por escritores da literatura pré-romântica do caminhar.

Apesar da peregrinação medieval ter se iniciado apegada à fé e à necessidade de se autopunir, ao longo dos anos toda uma estrutura baseada na peregrinação surgiu mediante a possibilidade de extrair lucros da atividade. Acredita-se que metade dos peregrinos medievais que partiram em caminhos sagrados na Europa em 1350 foram roubados ou assassinados e, ainda que existissem riscos, mais caminhantes continuavam afluindo em suas trajetórias, o que incentivou a Igreja Católica e lojistas locais a apostarem no potencial econômico da peregrinação, inundando as principais rotas com abadias, catedrais, igrejas e imagens sagradas (COVERLEY, 2015, p.38). Com o estabelecimento de uma estrutura própria para receber peregrinos e, juntamente com o fato de que já no final da Idade Média começava a aumentar a probabilidade de um sujeito abonado escolher cavalgar em detrimento do caminhar, começa-se a questionar o verdadeiro significado espiritual da peregrinação em decorrência de uma possível descaracterização dos seus preceitos básicos.

Henry David Thoreau (1817-1862) foi um filósofo que, em suas leituras, identificou e mencionou sobre uma desconfiança e uma suposta falsa premissa religiosa que se

instaurou acerca do peregrino medieval. Diante de uma enorme estrutura criada para incentivar caminhantes a percorrerem as rotas sagradas, Amato (2004, p.52) apontou que por ordens das instituições religiosas era emitido instruções claras para que os peregrinos fossem acolhidos como se estivessem recebendo o próprio Jesus Cristo. No entanto, essa relação amistosa e até mesmo idealizada do peregrino não perdurou, uma vez que aparece o que Coverley chamou de pseudoperegrino, um caminhante que se colocava em meio às rotas de peregrinação assumindo estar no caminho da fé, mesmo que não estivesse realmente intencionado a visitar locais sagrados. Sobre esses sujeitos, Thoreau menciona ao discutir sobre o sentido etimológico do termo "*sauntering*", que em português a tradução é o equivalente a perambular ou passear.

> Em todo o decurso da minha vida só encontrei uma ou duas pessoas que compreendiam a arte de andar, isto é, de dar passeios a pé – que tinham o gênio, por assim dizer, do "*sauntering*", palavra esplendidamente derivada de "pessoas vadias que erravam pelo país, na Idade Média, e pediam esmola sob o pretexto de irem *à la Saint Terre*", um "*Saunterer*", um da Terra Santa. Os que nunca vão à Terra Santa nas suas peregrinações, como pretendem, são, em verdade, meros vadios e vagabundos; mas os que lá vão são "*saunterers*", no bom sentido que tenho em vista (THOREAU, 1954, p.4).

Muito se fala na perda da popularidade da peregrinação medieval associada ao afastamento do caminhar das questões religiosas. Ressalto que ao final da Idade Média a Igreja Católica começa lentamente a entrar em descrédito e seu poder político tem o vislumbre de um abalo. Além disso, fato é que a existência de uma estrutura criada para abraçar os caminhantes foi contaminada com lojistas oportunistas a partir de um potencial econômico girando em torno da atividade. Além disso, problemas sociais que envolvem principalmente a violência, podem ser elementos que colaboraram para o surgimento de um pseudoperegrino, o que possivelmente contribuiu para prejudicar a imagem do modelo de peregrino que inicialmente havia sido construída no princípio da Idade Média. Amato (2004) comenta que até mesmo a própria Igreja Católica, ao final do período medieval, estaria autorizando penitências menos desgastantes, permitindo que fossem feitas caminhadas simbólicas dentro da própria propriedade baseadas no tempo e distância até Roma, como uma espécie de pedômetro espiritual.

Vejo também a relevância de ressaltar que existe um senso comum em torno da peregrinação que se apega exclusivamente a imagem do peregrino enquanto caminhante e não do ato em si de peregrinar, prendendo-se apenas a idealização de um indivíduo

vestindo roupas simples e surradas, aparência física desgastada, segurando um cajado e caminhando lentamente em direção a igrejas, monumentos ou símbolos religiosos. Solnit (2016, p.92) explica que historicamente o ato de peregrinar tem como a principal premissa que o sagrado não é totalmente imaterial, que existe uma geografia do poder espiritual que coloca o movimento do caminhar através das rotas sagradas como uma linha tênue que permite o corpo experienciar o imaterial. Em outras palavras, a autora infere que "fazer peregrinação é fazer o corpo e suas ações manifestarem os desejos e as convicções da alma".

Ao final do período medieval, constata-se, portanto, a existência de uma dualidade ao redor do peregrino, de um lado um caminhante simples na busca de um encontro com Deus no limiar do material com o imaterial e, do outro lado, um caminhante solitário considerado vagabundo e sem pátria, um pedinte. Apesar desse conflito de imagem que hoje é possível expor, Coverley reafirma que não resta dúvida que o peregrino foi o viajante emblemático que marcou a Idade Média e que foi apenas no fim do período que "a peregrinação começou a perder sua reputação de experiência atribulada e santa, enquanto o peregrino se tornou uma figura suspeita, um mentiroso cujo "casos de peregrino" eram tratados com zombaria e desconfiança" (COVERLEY, 2015, p.38).

Mesmo que Coverley atribua o modelo de peregrino enquanto viajante emblemático da Idade Média, Franco Jr. (2010, p.60) mostra que o período em si já é marcado pela intensa mobilidade histórica de sujeitos, evidenciando outras possibilidades de conceber o caminhar na Europa medieval:

> O próprio início do período que conhecemos por Idade Média deu-se com grandes deslocamentos populacionais de grupos do norte europeu (a *Völkerwanderung* germânica) em direção aos territórios romanos. E pelos séculos seguintes a errância continuou intensa. Por muito tempo, mais do que comércio, havia comerciantes, isto é, não eram os consumidores que buscavam os locais de venda e sim os vendedores que se deslocavam em busca de seu público. Da mesma maneira, pelo menos até o século XII, mais do que artesanato, havia artesãos, trabalhadores especializados que iam de senhorio em senhorio, de mosteiro em mosteiro, de cidade em cidade, oferecendo seus serviços. Os monges viajavam com certa frequência entre os diversos mosteiros da sua Ordem, os clérigos seculares circulavam por sua diocese e mesmo fora dela para comparecer a sínodos e concílios, para cumprir funções pastorais e administrativas. Os grandes laicos moviam-se constantemente entre seus vários senhorios para consumir in loco as rendas e taxas a que tinham direito. Os cavaleiros deslocavam-se não apenas para as longínquas Cruzadas, mas também pelas regiões cristãs

> à procura de aventuras e torneios. Até fins da Idade Média as cortes monárquicas eram itinerantes, mudavam em função das estações do ano, da necessidade de visitar certos domínios reais, das circunstâncias das campanhas militares.

O fragmento de Franco Jr. nos revela o quadro de relações sociais e territoriais que, através do caráter itinerante, caracterizou o período medieval. Certamente o peregrino foi o viajante emblemático da Idade Média, mas isso não exime o fato de que existiu toda uma dinâmica pautada no deslocamento nesse mesmo período. O termo viajante vem da derivação da palavra viagem, em inglês "*travel*" – com sua origem em "*travail*", termo que não só se traduz em trabalho, como também sofrimento e dores do parto (COVERLEY, 2015, p.37). Acredito que seja interessante incluir outros movimentos característicos do período que vão para além da peregrinação ao se tratar de viajante, como o próprio Franco Jr. demonstra citando comerciantes, artesãos e até mesmo membros da nobreza e do clero. Storck (2013, p.7) remete preferencialmente às Cruzadas, uma vez que se refere a guerras que movimentaram contingentes militares por toda a Europa com motivações religiosas e interesses políticos durante um longo período.

As Cruzadas na Europa medieval são consideradas uma investida da fé cristã em direção às Terras Sagradas, como por exemplo as expedições na tentativa de conquista e reconquista de Jerusalém do domínio dos muçulmanos. Franco Jr. (1986, p.100) define como "não só um elemento de pacificação interna da Europa católica, levando para fora dela a irrequieta nobreza feudal, mas especialmente como um fenômeno aglutinador da Cristandade sob o comando da Igreja". De caráter militar e financiada pela Igreja e pela nobreza, foram ao todo oito Cruzadas empreendidas por contingentes vestindo a cruz simbólica da fé cristã. Apesar das expedições estarem associadas a uma imagem de cavaleiros em suas montarias, a Primeira Cruzada em 1096 rumo à Terra Santa (Figura 1) teve todo o seu percurso realizado basicamente a pé, sendo estimado cerca de 3.000 quilômetros percorridos por guerreiros, camponeses, religiosos e aventureiros dispostos a morrerem pela promessa e esperança de entrarem no paraíso (WILLIAMS, 2007).

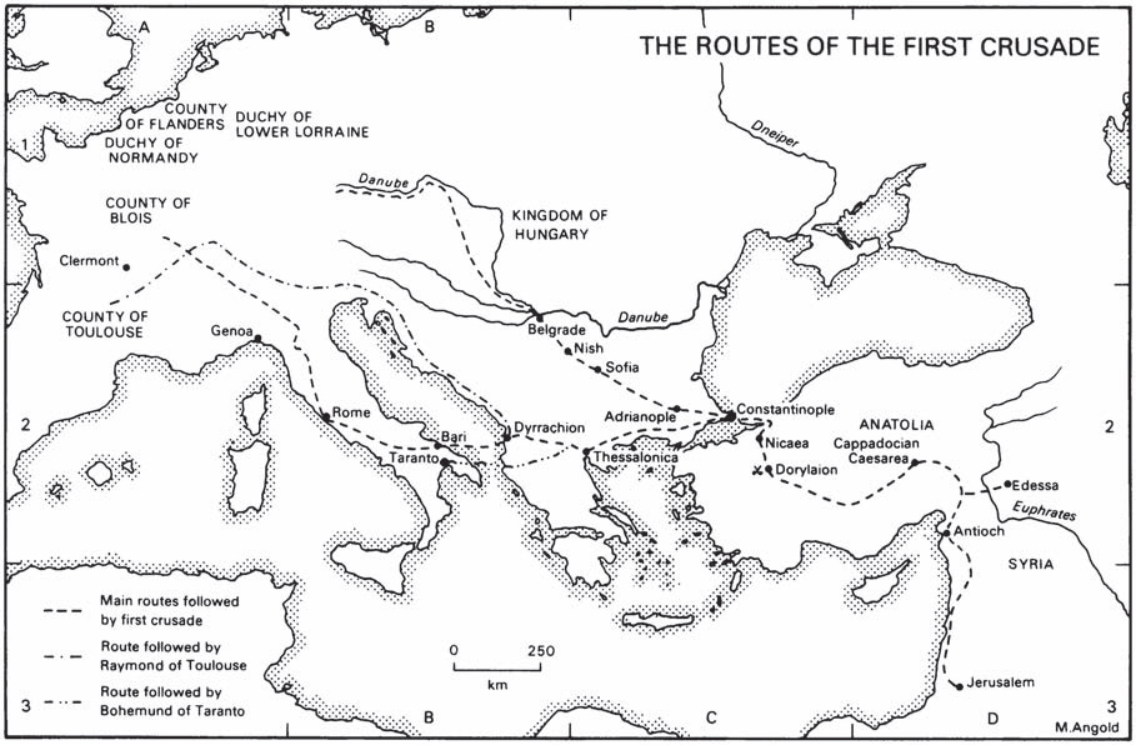

Figura 1 As rotas da Primeira Cruzada. Fonte: MACKEY, 1997, p.87.

As Cruzadas também repercutiram estruturalmente na reprodução do ato de caminhar durante o período medieval, suscitando transformações espaciais derivado da necessidade de fornecer atenção aos que caminhavam para a Terra Santa. Os que percorriam as inúmeras rotas com o auxílio de montarias tinham vantagens sobre aqueles que se deslocavam a pé, benefícios que não só diziam respeito à imagem por estarem montados e isso refletir de certa forma o poder econômico, mas como também reflexos na segurança e saúde ao percorrerem longos caminhos preservando o corpo da fadiga e afastando perigos. Essas questões, segundo Amato (2004, p.61), provocaram o surgimento de uma sensação de superioridade naqueles que podiam se deslocar através de montarias sobre aqueles que apenas caminhavam, fazendo com que as cidades medievais necessitassem buscar novas formas e definir novos meios de garantir a segurança e a saúde dos caminhantes. Curiosamente, foi também nesse contexto do medievo que se origina o termo "peão" para designar um soldado a pé, procedente da palavra em latim "*pedos*". Além disso, o autor indica que inúmeras rotas foram abertas interligando povoados e cidades ao longo da Europa, esforços em prover sinalização nas estradas, várias pontes

foram construídas para evitar acidentes em cursos d'água, até mesmo sapatos adequados para longas distancias e a mensuração em unidade de medida de distância por "pés" tornou-se popular.

Encontrei algumas menções na literatura que caracterizavam as Cruzadas enquanto um movimento peregrinatório, focando substancialmente na fé do guerreiro do que no objetivo militar ou apenas no ato de caminhar em si. Não é meu interesse questionar ou buscar uma classificação para os movimentos, mas sim demonstrar que ambos se lançaram a longos caminhos em direção a lugares e símbolos sagrados do cristianismo, mesmo que os pretextos e as intencionalidades não sejam exatamente as mesmas. Ainda assim, um fato importante com relação às Cruzadas é mencionado por Marques (2001, p.111): as excursões foram responsáveis por recuperar e defender caminhos sagrados que são utilizados para peregrinação até hoje e, além disso, também contribuíram para a manutenção do poder em alguns territórios europeus. Williams (2007) complementa ao indicar que, apesar do caráter religioso das missões, muitos dos guerreiros imbuídos de fé encontraram na guerra a oportunidade de saquear e roubar as cidades do Oriente. Tais fatos me levam a pensar na possibilidade do caminhar sugerindo, em termos de Idade Média, valores relacionados não só a expressão da fé religiosa, mas também na manifestação do poder político e territorial durante a Europa medieval.

O caminhar em um formato similar de uma marcha militar em direção a conquistas, saques e atos violentos aconteceram transvestidos de uma necessidade moral e ética de atuar em nome de Deus e da Igreja. Foram enviadas também cerca de 50 mil adolescentes e crianças para as expedições, acreditando que apenas "almas puras" poderiam reconquistar Jerusalém (WILLIAMS, 2007). Esse evento ficou conhecido como a Cruzada das Crianças e ocorreu em 1212. Uma oitava e última expedição aconteceu no ano de 1270, liderada pelo rei francês Luís IX em direção a Tunísia. Contudo, ao chegar no destino, o rei acabou sendo acometido pela peste negra e falecendo, resultando no fracasso direto da última Cruzada. O último quartil do século XIII é marcado não só pelo fim das Cruzadas, mas também pelos primeiros indícios de uma crise generalizada deflagrada pela Peste Negra que atingiria a Europa medieval e não só prejudicaria a imagem da Igreja Católica, mas como também reduziria politicamente o seu poder de influência.

A crise tardo-medieval, conforme Costa (2004, p.143), trouxe implicações no campo político-diplomático, territorial e, sobretudo, desafios perante a crise do sistema econômico em recessão no formato de feudos. Deflagrada pela peste negra, a contaminação na Europa começa ao final do século XIII, mas é só em meados do século XIV que a doença ganha proporções catastróficas chegando a dizimar aproximadamente quase um terço da população europeia:

> O surto de Peste Negra em 1348 foi, sem dúvida, um dos piores desastres já registrados pelo homem. Não se deseja aqui recapitular a origem da peste no século XIV; para isso há inúmeras publicações, recentes ou não, que já discutiram o problema exaustivamente. Basta recordar brevemente que os testemunhos de época parecem ter atribuído, quase de modo unânime, a origem da epidemia à Ásia central, onde ela, aparentemente, existia em estado endêmico. Na Península Itálica, a epidemia teria chegado com os navios genoveses vindos do Oriente; a doença se alastraria após esses navios terem aportado em Pisa, como é destacado por alguns cronistas coevos (QUÍRICO, 2012, p.136).

O impacto da doença também influenciou potencialmente uma visão escatológica em que o fim dos tempos se aproximava e, além disso, difunde-se uma ideia na qual a epidemia representa a morte enviada do inferno, sendo sua causa a corrupção moral do homem e a consequente cólera de Deus sobre a humanidade. “A peste era compreendida por seus contemporâneos como uma punição divina, um inferno antes mesmo da morte, e que anteciparia os castigos eternos causados pelos pecados cometidos em vida” (QUÍRICO, 2012, p.145). Dessa maneira, aqueles que sofriam da peste acabavam sendo visto como falsos cristãos, pessoas de índole duvidosa que foi acometido por um castigo divino e deveria passar por sua provação ou encarar a morte. O inconveniente e problemático é que a doença acometia intensamente os membros do clero incluindo figuras importantes da Igreja, o que parecia criar uma contradição no discurso e na explicação da peste. Quírico se apoia em crônicas e histórias escritas do período e explica que os membros da Igreja viviam em mosteiros ou conventos extremamente populosos, sendo em sua grande maioria idosos e, portanto, mais sensíveis a qualquer tipo de infecção.

Em razão do quadro exposto e juntamente com o descrédito que a Igreja Católica enfrentava, tornou-se inviável a continuidade das Cruzadas, assim como também as próprias rotas de peregrinação e caminhos voltados ao comércio progressivamente esvaziaram. Após o surto e o medo iminente da morte, os religiosos que não abandonaram seus votos e crenças buscaram formas alternativas de tentar afastar o castigo de Deus e,

ao passo que um vilarejo ou cidade encontrava-se intensamente atingido pela peste, procissões aconteciam nessas comunidades com o intuito de blindar os cristãos da ira divina (QUÍRICO, 2012, p.143). As procissões eram caracterizadas por caminhar nas ruas pregando o nome de Deus e, conforme a autora, poderiam durar até cinco dias em um único vilarejo na tentativa de afastar a peste.

Percebo uma certa transformação na forma com que a penitência divina era compreendida, já que em um primeiro momento havia a entrega do corpo para a fadiga em meio a rotas sagradas em direção a cidades e símbolos cristãos, sendo possível, assim, redimir os pecados da carne. No entanto, os efeitos da peste que em teoria significavam a penitência ao corpo implicaram na sobreposição do medo frente à morte iminente, fazendo com que buscassem outras formas de redimir a alma, sendo que uma delas era entregar todos os bens a Igreja. Assim, podemos dizer que antes caminhava-se longas distâncias para a aliviar a alma e fadigar intencionalmente o corpo e, após a peste, as peregrinações perdem força e passou-se a caminhar internamente nas comunidades em procissões com o intuito de afastar a peste e tentar garantir a saúde do corpo, em uma tentativa de evitar a morte sem a devida preparação espiritual para a chegada ao paraíso.

A crise deflagrada pela Peste Negra começa a modificar toda a organização política, territorial e econômica da Europa e, principalmente em decorrência da instabilidade das instituições religiosas, tornam-se possíveis transformações na compreensão de mundo e na experiência do pensamento ao final do período medieval (LIBERA, 1999). Paralelamente na Itália do século XIV, emergia um movimento intelectual e cultural que ficou conhecido como Renascimento, simbolizando a dissociação entre conhecimento e fé, buscando a razão e colocando o ser humano no centro do saber, já que anteriormente predominava uma ideia na qual o conhecimento se limitava ao Reino de Deus e “não se observava a natureza para deduzir explicações ou levantar hipóteses, mas para ver os símbolos dos desígnios divinos” (FRANCO JR., 1986, p.143). Fato é que o movimento recebe esse nome devido sua objetividade em resgatar a racionalidade predominante na Antiguidade Clássica que, durante grande parte do período medieval ficou nas sombras da fé cristã, por isso uma ideia literal de renascer do conhecimento grego a luz da razão.

Quando me refiro ao pensamento filosófico grego da Antiguidade inserido nas sombras da fé cristã, estou referindo aos pensadores do período medieval que resgataram as ideias como forma de justificar e preservar dogmas religiosos (STORCK, 2003). Nesse sentido,

para além de Agostinho de Hipona aqui já citado, é possível referir ao também santificado Tomás de Aquino (1225-1274) que influenciado pelas ideias aristotélicas, tentou empregar a razão a serviço da fé. Em face disso, vejo a importância de citar que, assim como Aristóteles, Tomás de Aquino também sustentava o hábito pessoal de caminhar enquanto refletia e, de acordo com Coverley (2015, p.23), caminhou quase dezesseis mil quilômetros durante suas excursões pela Europa. Esse hábito, como sugeriu Chesterton (2003, p.109), era muito comum na época e representavam aqueles que travavam suas batalhas internas na própria mente.

Bem como obras, teorias e técnicas provenientes da Grécia Antiga tiveram suas releituras e adaptações ao período medieval, acredito que o hábito de caminhar também seja considerado uma herança nesse processo. Um paralelo na manifestação desse hábito entre ambos os períodos se faz relevante nesse momento. O caminhar enquanto atitude reflexiva filosófica é algo possível de se enxergar na Antiguidade, ainda que assumindo um caráter preambular e acompanhado de toda a controvérsia acerca do tema, considerando que não fica realmente evidente se de fato tratou-se de uma relação consciente entre a movimentação das pernas e o exercício de reflexão. Na sequência, ao longo do período medieval e pensando para além das peregrinações e das Cruzadas, o hábito de caminhar é nutrido na qualidade de prática meditativa espiritual dentro dos limites monásticos (COVERLEY, 2015, p.23). Alguns autores, como Chesterton (2003) e Torrel (2004), citam o hábito de caminhar presente e essencialmente praticado nos mosteiros e igrejas, existindo inúmeros registros de diálogos estabelecidos entre membros das instituições enquanto caminhavam. Acredito que embora o ato fosse feito sob diferentes perspectivas, o registro da conversa proveniente da caminhada se dava de maneira similar ao que era reproduzido na Antiguidade.

O registro do caminhar durante o período medieval esteve em grande parte relacionado ao contexto e exercício da fé cristã, atribuindo basicamente a qualidade meditativa ao ato, excetuando os poucos relatos de caminhantes em meio às Cruzadas. Em contraste, como mostraremos mais adiante, será possível notar ao final do período medieval e já nas vésperas da transição para a Idade Moderna mudanças não só nos elementos presentes nos registros de caminhadas, mas como também no próprio exercício do ato. Esse processo ocorre como consequência da retomada do patrimônio grego pelo Renascimento, provocando na Europa os impulsos questionadores e o surgimento de

novas hipóteses, métodos e técnicas em direção aos vários campos do saber e, como consequência, sendo capaz de transformar a visão do homem e sua percepção de mundo (GARIN, 1996, p.9).

Um dos precursores do Renascimento foi Francisco Petrarca (1304-1374), poeta e inventor do soneto, que se tornou diplomata após abandonar a vida monástica, o que o possibilitou viajar por toda a Europa registrando suas caminhadas e até mesmo escaladas feitas durante suas viagens. O poeta em si ganhou notoriedade ao passo que a literatura buscava se separar do *corpus* religioso, havendo uma passagem de uma cosmovisão puramente teológica para outra na qual se coloca a experiência humana na centralidade das perguntas (PAIVA, 2015, p.45). Fato esse que contribuiu diretamente para o desenvolvimento de uma percepção contemplativa do caminhar para além do elemento espiritual, estando focado principalmente na estética natural da paisagem e da experiência de estar inserido nela. Na França, Petrarca escalou o Monte Ventor em 1336 e descreveu a beleza cênica da paisagem natural que o cercava de forma que ninguém havia ainda feito, evidenciando o contraste entre a natureza percebida em seu estado "puro" e os jardins medievais planejados entre muros afastando os perigos do que deveria ser considerado belo, destacando a possibilidade de duas compreensões culturais de paisagem e natureza (PARISH, 2005, p.4).

A experiência de Petrarca no Monte Ventor se desdobrou em uma carta descritiva do trajeto percorrido, incluindo registros das sensações e sentimentos derivados da escalada na França. Com relação a isso, Paiva mostra que:

> Do ponto de vista filosófico pode-se dizer, talvez, que é na carta do Monte Ventor onde o poeta melhor reúne os fundamentos de sua nova atitude diante da existência. O famoso texto (*L'ascesa sul monte Ventoso col fratello Gherardo*) descreve a escalada que teria feito ao lado do irmão Gherardo, junto de mais dois camponeses; os esforços, as penalidades e a ventura de contemplar os vales abaixo, consciente da superação do espírito. Ao pé da montanha, ainda antes de subir, um pastor afirma ter tentado a empreitada décadas antes "sem nada ter trazido de volta para casa a não ser arrependimento" (PAIVA, 2015, p.46).

O autor também explica que os questionamentos propostos por Petrarca conduziram estudos universitários de seu tempo – os quais já se fundamentavam no aristotelismo – a desenvolverem uma profunda autonomia espiritual, o que, por consequência, acaba sugerindo "uma abertura onde as atitudes humanas passam a ser relevantes diante do

destino; em outras palavras, ele reorienta o livre arbítrio para o centro da existência" (PAIVA, 2015, p.47).

A partir do surgimento de novas formas de expressão na literatura e nas artes, influenciando de forma decisiva na produção do conhecimento do período, o movimento renascentista ganha destaque e se torna fundamental para a mudança de comportamento e transformação na compreensão de mundo do homem medieval por meio do surgimento e difusão de uma cultura humanística, sendo um dos fatores responsáveis, inclusive, pela transição histórica da Idade Média para a Idade Moderna. Sobre isso, Garin elucida que:

> A cultura humanística [...] manifestou-se principalmente no campo das disciplinas "morais", por um novo caminho em direção aos autores antigos. Concretizou-se nos métodos educativos citados nas escolas de "gramática" e "retórica"; atuou na formação dos dirigentes das cidades-estados, oferecendo-lhes técnicas políticas mais refinadas. Serviu não apenas para a compilação mais eficaz do epistolário oficial, mas também para formular programas, compor tratados, definir "ideais", elaborar uma concepção da vida e do significado do homem na sociedade. As palavras de um passado com o qual se pretendia estabelecer uma tradição de continuidade nacional, os livros de autores dos quais todos se proclamavam herdeiros contribuíam para uma autoconsciência e para a formação de uma visão de conjunto da história do homem. O discurso estabelecido pelos "gramáticos" sobre a linguagem dos textos antigos passou a integrar todo texto e toda a linguagem: instituições, costumes, normas, procedimentos lógicos, visões de mundo. Uma afirmação sem preconceitos do espírito crítico veio operando nos vários campos da atividade humana, colocando em dúvida, em seus fundamentos, as "autoridades" sobre as quais grande parte do saber estava fundamentada (GARIN, 1996, p.10).

A transformação social e cultural proporcionada pelo movimento renascentista certamente é um fator relevante para a transição da Idade Média para a Idade Contemporânea. Embora o marco histórico definido na historiografia para marcar uma data exata de início do período contemporâneo seja a tomada de Constantinopla em 1453, outros fatores contribuem para essa transição. Para além do Renascimento e a ruptura do saber vinculado aos dogmas religiosos, os efeitos da crise pós-peste na sociedade europeia, o contexto político-territorial resultante das Cruzadas, a descentralização do poder da Igreja e bem como a emergência das monarquias absolutistas enquanto Estados Modernos são fatores imprescindíveis e aqui já mencionados que proporcionaram a transição para o período moderno. Essa transição e transformação da sociedade certamente reverberam no ato de caminhar, nos valores associados à prática que

acompanham as mudanças e adaptações referentes a um diferente contexto histórico, político e cultural.

Em síntese, vejo essencialmente que o caminhar no período medieval se redescobre em inúmeras expressões manifestadas dentro dos limites do cristianismo e, durante o processo de transição para a modernidade, esses limites se rompem e possibilitam que a prática adquirisse lentamente novos significados. Amato (2004, p.69) pontua de forma precisa que as cidades medievais e as instituições religiosas exerceram uma influência de grande relevância – ainda que em alguns casos indiretamente – na concepção e na diversificação do ato de caminhar na Idade Média, tornando possível a assimilação da prática através objetivos distintos: caminhava-se na condição de tratamento e redenção espiritual; para deslocar-se entre comunidades e comumente estabelecer trocas comerciais ou simplesmente pelo fato de viajar para se chegar a algum destino específico; caminhava-se rumo a guerras e conflitos territoriais; e por fim, ainda que raros sejam os registros, com a finalidade de exercitar a contemplação pessoal simplesmente passeando por prazer.

As peregrinações, cruzadas, longas viagens e até mesmo as perambulações ou passeios durante o período possibilitaram a produção de um extenso registro que nos contam um pedaço da nossa história. Todo esse registro, essa pré-literatura do caminhar, serviu como base e influenciou os séculos seguintes. Se nesse momento o caminhar aparecia enquanto elemento secundário, nos séculos seguintes, cada vez mais, é possível notar um maior protagonismo em meio à literatura. Ao passo que o ser humano se propõe a questionar e enfrentar aquilo que desconhece, simultaneamente decorre um movimento de conhecer a si mesmo e, por consequência disso, passa-se a enxergar o caminhar para além de um movimento mecânico.

2.4. Os afluentes do caminhar

É na lógica das intensas transformações políticas, territoriais e socioeconômicas durante o final do período medieval – destacando principalmente os elementos que envolvem a ascensão das monarquias absolutistas – que Amato (2004) reflete sobre os valores e aspectos culturais que certamente influenciaram a prática, a expressão e os significados do caminhar nos séculos subsequentes ao fim da Idade Média.

> Nos séculos imediatamente após a Idade Média os – séculos XVI, XVII e XVIII mais precisamente – reis, a nobreza e cidades mercantes em ascensão acabaram articulando e refinando novas formas de se caminhar. Com as regras de etiqueta, danças formais e instruções de conduta em público, foi ensinado formas distintas e corretas de movimentar os pés e o corpo para a aristocracia e as estratificações superiores da classe média. Cortes exuberantes, casas luxuosas nas cidades, praças públicas, avenidas largas, jardins decorados e espaçosos com superfície delicada para indivíduos de grande relevância social passearem de modo que pudessem se enxergar e serem vistos por todos (AMATO, 2004, p.70).

A partir do surgimento de uma sociedade monárquica absolutista, cria-se uma gama de regras e hábitos que incluem as formas corretas de se caminhar em público e na corte, talvez em uma tentativa de projetar elegância e poder ao diferenciar-se na execução de um ato que é intrínseco ao ser humano, afinal, não é regra ou pré-requisito o acúmulo de riquezas para simplesmente poder estar apto a andar. Seguindo o raciocínio, bem como sugere Amato, as mudanças não se restringem apenas na expressão do caminhar, mas também na espacialidade do ato em decorrência das diversas transformações ocorridas após a ascensão da classe burguesa e da nobreza nos séculos seguintes ao fim da Idade Média.

É importante frisar que a constituição e consolidação das monarquias absolutistas foi resultado direto da crise enfrentada ao final do período medieval, representando a vitória da burguesia e da nobreza. Nesse modelo, o poder se concentra na figura de um rei que simboliza a autoridade máxima do Estado Monárquico, preservando os privilégios da aristocracia e articulando novos mecanismos políticos para conter os efeitos da crise que havia sido instalada na Europa medieval. Essa nova organização política e administrativa promove uma reorientação de valores que incluem não só o caminhar, mas influi diretamente nos hábitos culturais. Nesse ponto, ressalto que mesmo tendo o Renascimento proporcionado – a princípio – uma ruptura lenta e gradual entre o saber e os dogmas religiosos (resultando em uma certa liberdade investigativa de caráter empírico e questionador), a sociedade europeia se desenvolveu e cresceu sob influência da Igreja Católica. Polónia (1995, p.77) discute a vida cotidiana das comunidades europeias do século XVI e sugere que a religião, entre os seus habitantes, era um elemento cultural onipresente. A autora disserta sobre a ausência de relógios públicos e privados, restando ao sino da igreja a representação e orientação de tempo e de vida das comunidades, marcando além da hora os momentos festivos de nascimentos, casamentos, festas e a

chegada de personalidades importantes; em contraste, marcando também os momentos difíceis em funerais, incêndios e perigos de invasões.

O tempo vivenciado, de um modo geral, é marcado pelo componente religioso que institui o calendário católico a ser regido. Além disso, de igual modo e peso, a organização espacial também foi influenciada:

> No que se refere ao espaço, a igreja e o seu adro continuam a ser o centro da vila ou da aldeia, catalisando todas as grandes manifestações coletivas: missas, festas, cerimônias, procissões, mas também arraiais, mascaradas e outras manifestações profanas, sendo também local de reuniões, de eleições, ou de ensino. De resto, daí partiam, ainda, as informações mais importantes para a comunidade: as que se reportavam a ela própria, ou as relativas ao reino ou estado. Novas como os casamentos do rei, a sua morte ou sucessão, a declaração de início ou fim da guerra, o arrolamento de tropas e a cobrança de impostos tem na igreja o seu epicentro de divulgação ou realização (POLÓNIA, 1995, p.78).

A vida cotidiana do século XVI em muito se manteve marcada pela Igreja e, portanto, também o caminhar. Ainda que a burguesia e a nobreza tenham atribuído novos valores na expressão do ato ao criar suas normas de etiqueta, a relação do caminhar com o componente religioso não deixou de existir. A espacialização das comunidades por si só já se faz pensada na centralização de uma igreja acompanhada de espaços comuns, lugares esses que se abrem para a simples passagem de um sujeito ou para longas procissões, espaços os quais o caminhar está presente de forma íntima. Do simples ao complexo, do ato inconsciente ao consciente, do movimento individual sem pretensão alguma ao movimento organizado, coletivo e visando objetivos bem definidos.

Outros elementos são relevantes ao falar da vida cotidiana do homem moderno do século XVI. Nesse aspecto, incluo o medo enquanto sentimento generalizado do período que, segundo Polónia, após o acometimento da peste, fome e consecutivas guerras que assombraram a Idade Média, os fenômenos continuaram a amedrontar a mente e o imaginário do ser humano que nesse século já havia começado a se projetar ao exterior do território Europeu através do mar e das viagens ultramarinas, fato que por si só já gerava medo e insegurança com relação ao desconhecido. A autora ainda completa seu ponto de vista indicando que, de uma maneira geral, os medos que afligem os homens do século XVI entroncam em uma particular concepção de sagrado. “Um sagrado que, ele próprio, suscita medo: medo do poder de Deus e dos seus desígnios insondáveis, medo

da punição divina e, em particular, medo da morte, à qual está associado o momento do juízo final" (POLÓNIA, 1995, p.91).

A expansão marítima por meio das viagens ultramarinas simbolizou um enfrentamento do medo diante do desconhecido, influenciado constantemente por histórias, relatos e mitos sobre mistérios, perigos e fenômenos alimentados pelo imaginário coletivo do ser humano. A expansão, através do oceano, apenas foi possível em decorrência dos Estados Monárquicos sólidos capazes de subsidiar as viagens que, em virtude das consequências do Renascimento, trouxeram o surgimento de novas ideias em conjunto com melhorias e progressos no conhecimento técnico. Além do enfrentamento de todas as adversidades e também do ímpeto de explorar (tanto no sentido de conhecer novas terras quanto beneficiar-se delas), as viagens também representaram uma oportunidade de expandir o cristianismo para um "Novo Mundo" e uma importante contribuição para a consolidação de um conjunto de práticas econômicas desenvolvidas na Europa durante a Idade Moderna, significando também uma reversão dos efeitos da crise do século XIV, dando início ao que ficou conhecido como Revolução Comercial entre os séculos XV e XVII, expandindo as relações por meio das Grandes Navegações que culminaria mais tarde no conceito de mercantilismo.

Uma definição rápida de mercantilismo enquanto conjunto de práticas econômicas é a intervenção forte do Estado na economia objetivando sua prosperidade por meio de uma balança favorável, controle comercial rígido de exportação/importação e, sobretudo, a manutenção da exploração colonial. Essas práticas, conforme explica Rojas (2007, p.73), contrastava com a religiosidade e seus ideais éticos e morais pregados e, ao mesmo tempo, a ênfase do Estado regulador na economia entrava em conflito com autores clássicos da Antiguidade que simbolizaram a base do Renascimento. Apesar dessas incongruências mencionadas, a expansão do mundo conhecido aconteceu diante do auge do absolutismo e houve a descoberta de novas rotas marítimas para a Ásia e para os países árabes, a circum-navegação da África e o descobrimento das Américas. Por consequência, "os descobrimentos e as sucessivas conquistas, então, permitiram o surgimento dos impérios coloniais – basicamente Espanha, Portugal, Inglaterra, França e Holanda" (ROJAS, 2007, p.78), o que contribuiu para a intensificação do comércio e da atividade econômica em geral.

Com relação a esse período de descobertas e conquistas do Novo Mundo, é instigante imaginar que há mais de 12.000 anos atrás o ser humano na condição de caçador-coletor havia chegado caminhando ao continente americano, ainda que a passos lentos e incontáveis gerações. Em razão disso, é possível afirmar que esse novo período se trata de redescobertas e, portanto, um reencontro com a própria espécie. O Novo Mundo, que na realidade aparentava ser novo apenas na perspectiva do homem europeu da transição do século XV-XVI, já era habitado e povoado por grupos que conheciam intimamente a terra havia milênios. Um povoamento que se deu através do resultado intenso do caminhar, sucessivas migrações na busca da sobrevivência,

> Nenhuma dessas sociedades que aqui [nas Américas] se estabeleceram, entretanto, são autóctones. Os grupos indígenas vieram da Ásia, provavelmente em migrações sucessivas, no decorrer da última glaciação. Foram pouco a pouco descobrindo, colonizando e ocupando o imenso território americano, e procurando formas mais eficientes de adaptação às paleopaisagens frias e secas da época glacial. Ao longo dos milênios, terminaram por ocupar toda a América do Sul. Alguns grupos permaneceram nômades e caçadores-coletores-pescadores. Outros deram origem a sociedades muito complexas e diferenciadas, estabelecidas em aldeias no Amazonas ou mesmo em cidades nas montanhas dos Andes e no altiplano boliviano. Esses grupos nativos sul-americanos, no limiar da Idade Moderna, não poderiam ter ideia de que seus destinos históricos estavam relacionados com outros grupos provenientes de duas longínquas nações ibéricas, Portugal e Espanha (KERN, 2000, p.70).

Em outras palavras, o descobrimento, redescobrimento ou até mesmo invasão do Novo Mundo deve ser considerado um dos fatores essenciais para a inauguração dos princípios do pensamento moderno sobre a natureza humana, já que simultaneamente à descoberta de novas terras ocorre o encontro com os povos nativos e, portanto, o choque cultural com sociedades completamente distintas do padrão existente no continente europeu (MARCONDES, 2012, p.422). Contudo, ainda que a utilização do termo "descobrimento" seja adotado quase que de forma universal para se referir à expansão do mundo conhecido, Iglésias (1992, p.23) aponta uma delicada questão ética e moral envolvendo o emprego da expressão:

> A palavra descobrimento, empregada com relação a continentes e países, é um equívoco e deve ser evitada. Só se descobre uma terra sem habitantes; se ela é ocupada por homens, não importa em que estágio cultural se encontrem, já existe e não é descoberta. Apenas se estabelece seu contato com outro povo. A expressão descobrimento implica em uma ideia imperialista, de encontro de algo não conhecido; visto por outro que proclama sua existência, incorporando-o ao seu domínio,

> passa a ser sua dependente. Tornou-se comum o uso da expressão para os movimentos realizados no fim da Idade Média e começos da Idade Moderna, quando se verifica o maior expansionismo assinalado na história. Falou-se fartamente de descobrimentos realizados pelos portugueses e espanhóis na costa ocidental da África e em ilhas do Oceano Atlântico. E multiplicam-se as datas de revelação de realidades geográficas ou humanas, desde a ilha de Porto Santo, em 1418, a dezenas de outras, bem como acidentes do litoral do continente africano. Alguns acontecimentos tiveram enorme ressonância, como a passagem do extremo sul, chamada Cabo das Tormentas ou Cabo da Boa Esperança, em 1488, por Bartolomeu Dias, desfazendo-se uma das lendas da geografia medieval. Ou a de Cristóvão Colombo, genovês a serviço da Espanha, em 1492, com a revelação do Novo Mundo ou da América. A do português Vasco da Gama, que chegaria à Índia em 1498, agora pela via marítima. Entre 1519 e 1522 é feita a primeira viagem de circunavegação, iniciada pelo português Fernão de Magalhães e concluída por Sebastian del Cano.

Penso que a ressalva é importante para sinalizar que a utilização do termo não deve ser acompanhada de ingenuidade, afinal, sabemos que a relação colonial não se desenvolveu pacificamente. Por isso, tenho todo o cuidado ao adotar a expressão sabendo que a mesma carrega valores relativos ao contexto e a racionalidade do período em questão, incluindo séculos de tráfico de escravos provenientes do continente africano, sujeitos retirados de suas terras e encaminhados como mercadorias para o restante do globo. Paralelamente a atos que hoje enxergamos como desumanos, Iglésias define que as viagens ultramarinas objetivaram principalmente a ampliação do horizonte geográfico visando novas terras, matéria prima, metais preciosos e novos mercados, o que de fato foi uma descoberta se observada apenas no sentido literal do termo a partir da perspectiva do europeu do século XV e XVI:

> O expansionismo, ou a superação da era do Mediterrâneo pela do Atlântico e do Índico, é um momento decisivo na história, quando se alargam os horizontes econômicos e políticos como os geográficos. Supera-se aos poucos o limite do homem medieval, não só em extensões mais dilatadas, incluindo a Ásia, a África e a América, como também com uma nova visão do humano e do social, não mais preso ao teocentrismo da Idade Média, mas aberto ao antropocentrismo que vai caracterizar a Idade Moderna. Valoriza-se o culto da Natureza, a pesquisa, o experimentalismo, aos poucos sobrepostos aos velhos dogmas. [...] Não terá sido o começo— de impossível fixação —, mas foi um momento importante na trajetória do pensamento científico, na imposição dos valores do Racionalismo, como se consagrará nos séculos seguintes (IGLÉSIAS, 1992, p.25).

Com a expansão marítima, cronistas e escrivães foram enviados com os navios na intenção de descrever e narrar os acontecimentos das longas expedições. Comumente

navegadores e membros de alta posição nas frotas também possuíam diários e registros das viagens. Um dos mais famosos registros é a carta escrita pelo navegador Cristóvão Colombo datada em 15 de fevereiro de 1493, a qual o explorador – no comando de uma frota espanhola – relata sua experiência ao aportar nas atuais ilhas que compõe o Caribe, acreditando se tratar da Índia. Encontrei cópias desse relato na obra *Selected Documents Illustrating the four Voyages of Columbus*, de Lionel Jane e publicada em 1930. Nos escritos de Colombo[7], me chama a atenção as menções sobre o caminhar e a significação do ato enquanto uma expressão tática de caráter próximo ao militar. O navegador e almirante não discute o caminhar em si, mas relata as estratégias utilizadas para o reconhecimento do espaço ainda desconhecido envolvendo o deslocamento a pé por longas distâncias:

> A cabo de muitas léguas, visto não haver novidades, e que a costa me levava a setentrião, contrário à minha vontade, porque o inverno já estava encarnado, e eu tinha o propósito de ir ao austro, e também o vento me deu adiante, decidi não aguardar mais, e retornei até um porto assinalado, de onde enviei dois homens por terra, para saber se havia rei ou grandes cidades. Caminharam por três jornadas, e encontraram infindas povoações pequenas e gente sem número, mas não coisa de regimento; por isto voltaram (COLOMBO, 1493).

É perceptível que pouco é descrito sobre o encontro com os nativos das ilhas além do essencial. Colombo espanta-se com o fato de caminharem despidos e ressalta frequentemente o medo enquanto característica generalizada dos que ali viviam: “eles não têm ferro, nem aço, nem armas, nem palavra para isto, não porque não sejam gente de boa constituição e de bela estatura, mas porque são medrosos ao extremo”. O relato também expressa certa frieza e naturalidade sobre a violência ao subjugar os nativos encontrados, fato que reflete a sua posição enquanto almirante encarregado de encontrar o potencial econômico das terras que ancorou, dizendo muito sobre a consciência e as noções de moralidade e ética vigentes no período (FLINT, 2017, p.184). Através da força, Colombo usou o conhecimento dos nativos para assimilar o território, relatando suas caminhadas de reconhecimento do espaço e buscando sempre mensurar as distâncias e proporções por onde andou.

> E logo que cheguei às Índias, na primeira ilha que encontrei, tomei por força alguns deles, para que aprendessem e me dessem notícia do que havia naquelas partes, assim foi que logo nos entenderam, e nós a eles,

[7] Tradução para o português de Henry Alfred Bugalho. Revista Samizdat. Disponível em: < http://www.revistasamizdat.com/2009/10/carta-de-cristovao-colombo-anunciando-o.html>.

> fosse por língua ou sinais; e isto foi de muito proveito [...]. Já disse como eu havia andado 107 léguas pela costa do mar pela linha direita do ocidente para o oriente pela ilha de Juana, segundo tal caminho posso dizer que esta ilha (Juana) é maior que a Inglaterra e a Escócia juntas; porque, além destas 107 léguas, há na parte poente, duas províncias que eu não percorri, uma das quais chamam Avan, onde nasce gente com rabo; tais províncias não podem ter menos de 50 ou 60 léguas de comprimento, segundo pude entender dos índios que me acompanham, os quais conhecem todas as ilhas (COLOMBO, 1493).

Penso que esses trechos – dentre outras passagens no documento de Colombo – apontam para o ato de caminhar inserido em uma estratégia sólida para a compreensão de um espaço desconhecido, o que permite detalhar um território e suas características que facilitem sua ocupação. Sendo assim, os relatos de um modo geral incluem resultados das caminhadas de Colombo pelas ilhas e significam, para Flint (2017), uma possibilidade de imaginarmos a paisagem percebida em um contexto histórico distinto do atual. E assim como a carta de Cristóvão Colombo, outro famoso registro em que encontrei elementos do caminhar foi a carta de Pero Vaz de Caminha (escrivão da frota de Pedro Álvares Cabral) relatando a chegada na América do Sul em 1500[8]. No documento enviado para o Rei Dom Manuel I de Portugal, ele relata o primeiro encontro entre os portugueses e os nativos do território que hoje configura-se o Brasil. Diferentemente de Colombo, vejo que o conteúdo escrito por Caminha tem um caráter mais sensível e talvez até um pouco romântico ao registrar sua experiência com a frota de Cabral no processo de exploração das terras encontradas. O primeiro choque cultural nesse processo exploratório é citado por Caminha logo após avistarem terra firme e se aproximarem da costa, o que permitiu identificar homens nus caminhando pelas praias.

> Dali avistamos homens que andavam pela praia, obra de sete ou oito, segundo disseram os navios pequenos, por chegarem primeiro. Então lançamos fora os batéis e esquifes, e vieram logo todos os capitães das naus a esta nau do Capitão-mor, onde falaram entre si. E o Capitão-mor mandou em terra no batel a Nicolau Coelho para ver aquele rio. E tanto que ele começou de ir para lá, acudiram pela praia homens, quando aos dois, quando aos três, de maneira que, ao chegar o batel à boca do rio, já ali havia dezoito ou vinte homens. Eram pardos, todos nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas. Nas mãos traziam arcos com suas setas. Vinham todos rijos sobre o batel; e Nicolau Coelho lhes fez sinal que pousassem os arcos. E eles os pousaram (CAMINHA, 1500).

[8] Carta de Pero Vaz de Caminha ao Rei D. Manuel I. 1º de maio de 1.500. Disponível na Fundação Biblioteca Nacional: <http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/Livros_eletronicos/carta.pdf>.

Evidentemente que o choque acontece assim que avistam os nativos caminhando completamente despidos. Similar ao mencionado na carta de Colombo, o fato de estarem nus foi motivo de grande estranhamento para a frota portuguesa. O espanto causado pela natural nudez dos nativos foi tão grande quanto a percepção de que não havia nenhum indício da fé católica (ou em nenhuma crença, como suspeitou o escrivão em seu registro). Ao prosseguir a leitura da carta, encontro evidências que sugerem o caminhar entre os nativos e pela região como uma forma de observar e registrar os hábitos dos nativos, assim como também possibilitou a caracterização da paisagem exótica percebida pelos estrangeiros.

Em uma das passagens do documento, o Capitão de um dos navios ordena a um sujeito que fosse andar entre os nativos para observar os seus costumes. Caminha e Nicolau Coelho – outro membro da tripulação – foram ao encontro dos índios que estavam na praia e a carta descreve toda a interação em conjunto com uma minuciosa observação de toda a movimentação:

> E mandou com eles, para lá ficar, um mancebo degredado, criado de D. João Telo, a que chamam Afonso Ribeiro, para lá andar com eles e saber de seu viver e maneiras. E a mim mandou que fosse com Nicolau Coelho. Fomos assim de frecha direitos à praia. Ali acudiram logo obra de duzentos homens, todos nus, e com arcos e setas nas mãos. Aqueles que nós levávamos acenaram-lhes que se afastassem e pousassem os arcos; e eles os pousaram, mas não se afastaram muito. E mal pousaram os arcos, logo saíram os que nós levávamos, e o mancebo degredado com eles. E saídos não pararam mais; nem esperavam um pelo outro, mas antes corriam a quem mais corria. E passaram um rio que por ali corre, de água doce, de muita água que lhes dava pela braga; e outros muitos com eles. E foram assim correndo, além do rio, entre umas moitas de palmas onde estavam outros (CAMINHA, 1500).

A maior dificuldade nesse encontro era a comunicação, já que impossibilidade do diálogo acontecia pelas diferenças no uso da linguagem verbal. Assim, a compreensão acabou sendo estabelecida por mímicas, gestos e, sobretudo, pela observação assídua do comportamento do outro, aprendendo o que se julgava essencial sobre o modo de vida ali estabelecido. Caminha registrou como os nativos se portavam, o que utilizavam como adorno, a maneira com que se deslocavam, dentre outras características e expressões assimiladas enquanto caminhavam no território do outro:

> Muitos deles ou quase a maior parte dos que andavam ali traziam aqueles bicos de osso nos beiços. E alguns, que andavam sem eles, tinham os beiços furados e nos buracos uns espelhos de pau, que

> pareciam espelhos de borracha; outros traziam três daqueles bicos, a saber, um no meio e os dois nos cabos. Aí andavam outros, quartejados de cores, a saber, metade deles da sua própria cor, e metade de tintura preta, a modos de azulada; e outros quartejados de escaques. Ali andavam entre eles três ou quatro moças, bem moças e bem gentis, com cabelos muito pretos, compridos pelas espáduas, e suas vergonhas tão altas, tão cerradinhas e tão limpas das cabeleiras que, de as muito bem olharmos, não tínhamos nenhuma vergonha. Ali por então não houve mais fala ou entendimento com eles, por a barbaria deles ser tamanha, que se não entendia nem ouvia ninguém (CAMINHA, 1500).

São diversos os trechos que caracterizam a movimentação dos nativos e também sobre a experiência do europeu de caminhar entre os nativos, mesmo que a desconfiança pendesse mais para os recém-chegados naquela terra: "enquanto ali andaram, dançaram e bailaram sempre com os nossos, ao som dum tamboril dos nossos, em maneira que são muito mais nossos amigos que nós seus". Imerso nas interações, Caminha relata seus passeios de reconhecimento e as impressões daquele mundo novo até então desconhecido, registrando os elementos da paisagem ao alcance dos seus sentidos.

> Andamos por aí vendo a ribeira, a qual é de muita água e muito boa. Ao longo dela há muitas palmas, não muito altas, em que há muito bons palmitos. Colhemos e comemos deles muitos. Então tornou-se o Capitão para baixo para a boca do rio, onde havíamos desembarcado. Além do rio, andavam muitos deles dançando e folgando, uns diante dos outros, sem se tomarem pelas mãos. E faziam-no bem. Passou-se então além do rio Diogo Dias, almoxarife que foi de Sacavém, que é homem gracioso e de prazer; e levou consigo um gaiteiro nosso com sua gaita. E meteu-se com eles a dançar, tomando-os pelas mãos; e eles folgavam e riam, e andavam com ele muito bem ao som da gaita. Depois de dançarem, fez-lhes ali, andando no chão, muitas voltas ligeiras, e salto real, de que eles se espantavam e riam e folgavam muito.
> [...]Ali ficamos um pedaço, bebendo e folgando, ao longo dela, entre esse arvoredo, que é tanto, tamanho, tão basto e de tantas prumagens, que homens as não podem contar. Há entre ele muitas palmas, de que colhemos muitos e bons palmitos (CAMINHA, 1500).

O conteúdo do documento revela o quão diferente é, dentre os europeus e os nativos, a percepção do espaço por meio dos sentidos e acredito que isso enfatiza e simboliza a intensidade do contraste cultural evidente nesse encontro de dois mundos distintos. Pero Vaz de Caminha narra a notória beleza por onde andou e as cores vivas que encontrou, o formato das matas e o que lá crescia, a quantidade infindável das águas e o seu sabor, os cheiros e a qualidade dos alimentos ali provados, a organização das aldeias e toda a rotina para manutenção da vida, incluindo os hábitos alimentares e o comportamento social. Tudo devidamente registrado mediante a observação atenta enquanto caminhava no ambiente construído por aqueles que ali já viviam e, bem como a percepção do homem

europeu no encontro com o novo e exótico, o documento também descreve a experiência dos nativos diante do mundo extratropical que lhes foi trazido do outro lado do oceano.

> Mostraram-lhes um carneiro: não fizeram caso. Mostraram-lhes uma galinha, quase tiveram medo dela: não lhe queriam pôr a mão; e depois a tomaram como que espantados. Deram-lhes ali de comer: pão e peixe cozido, confeitos, fartéis, mel e figos passados. Não quiseram comer quase nada daquilo; e, se alguma coisa provaram, logo a lançaram fora. Trouxeram-lhes vinho numa taça; mal lhe puseram a boca; não gostaram nada, nem quiseram mais. Trouxeram-lhes a água em uma albarrada. Não beberam. Mal a tomaram na boca, que lavaram, e logo a lançaram fora (CAMINHA, 1500).

A escolha dos fragmentos anteriores dentre os vários possíveis na carta de Caminha denotam a importância do caminhar na percepção humana do espaço vivenciado, mesmo que essa relevância dada ao movimento não tenha sido uma atribuição consciente do próprio autor do documento que foi enviado à Coroa Portuguesa, já que não se discutia conceitualmente o caminhar e sim mencionava sua prática inserida a determinados contextos. Aproveito o momento para também ressaltar que o termo “andar”, “andavam” e “andaram” foram as expressões mais frequentes encontradas ao longo do corpo do texto, o que certamente corrobora com a ideia de que a movimentação foi um ponto crucial na estratégia de observação do escrivão, ora um olhar atento ao caminhar dos nativos, ora detalhando os caminhos percorridos a pé. Com relação ao documento de um modo geral, Hemming (2007, p.33) propôs que o mesmo poderia ser considerado a certidão de nascimento do Brasil em decorrência do seu conteúdo descritivo dotado de emoção e deslumbramento ao relatar toda a experiência nas novas terras. Essa afirmação, contudo, só é válida da perspectiva do europeu já que as terras recém descobertas, por si só, já eram povoadas por sociedades independentes e culturalmente diversas.

É evidente que o fato das terras encontradas pelos europeus nesse período de expansão marítima já serem habitadas não foi um impedimento para que se apropriassem e que fosse atribuído a qualidade de descoberta, uma vez que os nativos eram considerados apenas selvagens exóticos sem conhecimento de um mundo mais amplo (IGLÉSIAS, 1992, p.23). Nas cartas de Colombo e Caminha encontrei algumas passagens que citam a possibilidade de conversão do nativo para a fé católica e uma eventual integração dos povos na sociedade cristã. Nas palavras de Colombo (1493): “em todas estas ilhas não vi muita diversidade na feição das gentes, nem nos costumes ou na língua; salvo que todos se entendem, que é coisa muito propícia para a determinação de Suas Altezas para a

conversão deles à nossa santa fé". Na mesma premissa de conversão ainda que sob outra perspectiva, Caminha (1500) sugere: "não duvido que eles, segundo a santa intenção de Vossa Alteza, se hão de fazer cristãos e crer em nossa santa fé, à qual praza a Nosso Senhor que os traga, porque, certo, esta gente é boa e de boa simplicidade". A expansão marítima foi, portanto, não só um movimento de ampliação do mundo conhecido, mas também um passo na expansão da fé cristã.

Um dos grandes problemas no processo inicial de colonização e exploração do Novo Mundo foi o trabalho forçado dos nativos. Ainda que a conversão dos ditos selvagens fosse um objetivo já declarado, explorar economicamente era prioridade e "os brancos, em número pequeno, vinham para obter vantagens, não se entregando às tarefas pesadas, atribuídas à massa da população" (IGLÉSIAS, 1992, p.30). Ainda que os governos metropolitanos proibissem, a prática era continuada pelo próprio colonizador e certamente tratava-se apenas de uma contradição conveniente. Conforme Iglésias destaca, de pouco valeu até mesmo uma bula papal de 1537 que declarou os índios enquanto seres humanos e portadores de uma alma, o que os tornariam passíveis da conversão à fé cristã e, portanto, com direito a liberdade e patrimônios.

Na esteira do conflito referente à conversão dos povos nativos do Novo Mundo e principalmente em virtude da necessidade de expansão da fé cristã para além do continente europeu em resposta a Reforma Protestante[9], surge a Companhia de Jesus fundada por Inácio de Loyola como uma ordem religiosa de vocação missionária e doutrinadora, que se estende no século XVI, bem como aponta Londoño (2002, p.13), para outros continentes sob o domínio da escrita.

> A Companhia de Jesus começou a ser gestada em Paris, a partir de 1531, e seu núcleo inicial foi um grupo de estudantes do Colégio de Santa Bárbara que se reunia em torno de um basco que tinha fama de homem santo. Incluindo o próprio Loyola, os primeiros jesuítas eram todos mestres em letras. Nas gerações seguintes já estariam presentes também os doutores. Os chamados primeiros companheiros valorizaram desde o início os aspectos relacionados com as letras, o que compreendia escrever e ler em vernáculo e em latim, ter conhecimento de outras línguas e de textos existentes em grego e latim. Assim, obrigações

[9] Com a ascensão da burguesia, intensificação do comércio, a expansão marítima/colonial e a popularização dos ideais humanistas, a Reforma Protestante surge como uma crítica à unicidade cristã da Igreja Católica e o marco inicial "acontece em 31 de outubro de 1517, quando o monge Martinho Lutero afixa suas 95 teses na porta da catedral de Wittenberg. A intenção de Lutero era apontar as falhas e contradições na Igreja Católica. A partir dessa iniciativa, outros líderes promoveram ações que foram consideradas reformistas, como as Reformas Calvinista, Anglicana e a Anabatista" (VALENTIN, 2010, p.61).

> comuns aos padres de maior grau, os chamados professos, como o de viver de esmolas, não se aplicava aos jovens que deveriam dedicar-se ao estudo. Para isto, se buscou doações e proteções que foram constituindo um patrimônio destinado a ser investido na formação dos jovens. Uma ordem descentralizada, mas ao mesmo tempo hierárquica como a Companhia de Jesus só podia ser letrada no século XVI (LONDOÑO, 2002, p.15-16).

Dado essa breve caracterização da Companhia de Jesus, ressalto que a importância de mencionar a ordem religiosa para essa pesquisa está nas condições e no método pregado por ela durante as expedições missionárias em todo o mundo. Primeiramente foram enviados missionários jesuítas pela Europa e em seguida para Ásia, também foram enviados para as Américas, para o continente africano e até mesmo para o Japão (CYMBALISTA, 2015). Enviados com a intenção de educar e doutrinar o homem do Novo Mundo e qualquer outro infiel – forma como os jesuítas referenciavam – para a fé cristã e para a Igreja Católica, os missionários seguiam as instruções do livro escrito por Inácio de Loyola durante os anos de 1522 a 1537, chamado de Exercícios Espirituais (HERNANDES, 2008, p.292). Tratava-se basicamente de um rigoroso método para regulamentar e instruir as ações dos jesuítas, conduzindo os praticantes à reflexão, ao encontro e ao diálogo com Deus. Esse método, segundo uma tradução do original de Loyola (1966, p. 13), poderia ser sintetizado em:

> Qualquer modo de examinar a consciência, de meditar, de contemplar, de orar vocal e mentalmente, e outras operações espirituais [...]. Pois assim como passear, caminhar e correr são exercícios corporais, da mesma forma se dá o nome de Exercícios Espirituais a todo e qualquer modo de preparar e dispor a alma, para tirar de si todas as afeições desordenadas e, afastando-as, procurar e encontrar a vontade divina, na disposição da vida para a salvação da alma.

Seria possível adentrar na profundidade do método cunhado por Loyola, mas essa não é minha intenção. Na realidade, enxergo a relevância de uma possível rudimentar proposta de sistematização que não só qualifica os exercícios atribuídos às operações de cunho espiritual, mas também elenca os atos físicos que compõem os exercícios de natureza corporal. Embora os atos praticados com relação ao corpo e a alma estivessem conceitualmente separados, sua interação era inevitável. Hernandes (2008), ao estudar o método de Loyola e as implicações no processo educativo, indica que frequentemente os companheiros jesuítas se encontravam para praticar os exercícios corporais e espirituais, dialogando enquanto caminhavam. Além disso, o autor também cita um dos fundamentos básicos no método de Loyola que dialoga com modelo do peregrino medieval, remetendo

à impossibilidade de recusa aos exercícios corporais e que não há união divina sem a penitência da carne.

Em razão desses delineamentos, alguns pontos devem ser ressaltados: (i) o caminhar, na sua qualidade de exercício corporal, é mencionado intencionalmente e discutido enquanto um preceito inserido em um método de caráter espiritual formulado no período moderno; (ii) acredito na possibilidade das ideias elaboradas por Loyola terem sofrido algum tipo de influência aristotélica em decorrência das ideias humanistas que emergiram com certa intensidade no período moderno. Tanto Aristóteles quanto Loyola possuem propostas que reverberam em expressões corporais como o caminhar, ainda que ambos apliquem as ideias sob perspectivas teóricas distintas; (iii) a proposta de Loyola também resgata a ideia e a imagem do peregrino ideal que surge durante a Idade Média e acaba perdendo progressiva força em paralelo às crises enfrentadas ao longo do período em questão. O modelo acaba sendo retomado em decorrência das vivências peregrinatórias pessoais de Inácio de Loyola através da Europa e adaptado ao seu método para ser seguido pela Companhia de Jesus.

As expedições missionárias da Companhia de Jesus funcionavam, portanto, como uma espécie de peregrinação em direção ao objetivo principal: levar a fé cristã para o restante do mundo. Apesar de não haver uma caminhada com destino a Terra Santa, se direcionavam para terras desconhecidas ou de povos considerados infiéis e caminhavam para exercer o trabalho de conversão em nome da Igreja Católica e espalhar o nome de Deus, ainda que, como bem ressalta Iglésias (1992, p.31), mesmo sob a premissa de estarem executando um trabalho divino, por vezes não evitavam o abuso e a continuidade de atos violentos na crença de estarem levando penitências espirituais. Atitudes que causam estranhamento sob uma ótica atual, mas Hansen (2010, p.11-12) explica que basicamente reflete a experiência humana daquele tempo, pressupondo a presença providencial de Deus como causa e fim, assimilando uma doutrina de poder, originária de uma outra linguagem e realidade fundamentada na metafísica e de ordenamento teológico-político.

Não tenho a pretensão de entrar em detalhes sobre como se desenvolveu a atuação dos missionários no processo de conversão dos povos ao redor do mundo – é tema para outra pesquisa, além de exigir tempo para estudar as especificidades de cada caso. Contudo, em decorrência da disponibilidade de documentos que analisam espacialmente as expedições

dos missionários em terras brasileiras a partir do século XVI, enxerguei elementos que colocam em evidência o ato de caminhar nas missões, possibilitando aqui vislumbrar efeitos e consequências na formação do território. As cartas e os registros de maior notoriedade são de autoria do padre Manuel da Nóbrega: chefe provincial e superior da missão da Companhia de Jesus enviada para o Brasil, atuando entre março de 1549 e outubro de 1570 e desenvolvendo programas de educação e catequese sob a jurisdição da Coroa portuguesa, também responsável pelo trabalho de conversão das populações indígenas das capitanias do Nordeste, Pernambuco, Bahia, Ilhéus, Porto Seguro, e do Sudeste, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Vicente (HANSEN, 2010, p.11).

Hansen analisa e sumariza as cartas e os registros originalmente escritos pelo padre Manuel da Nóbrega[10], empenhando-se em propor uma cronologia que alinha as ações dos jesuítas no Brasil e descreve todo o deslocamento e os longos percursos de membros por terra. Revela a existência de trajetos conhecidos que foram ensinados por nativos cristianizados e os caminhos que foram abertos para atravessar barreiras geográficas, como o caso da Serra do Mar. As cartas também contam sobre o processo de fundação de aldeias, vilas e toda a estrutura criada para sustentar as novas ocupações. Na premissa da conversão, se desenvolve a exploração das terras por meio do caminhar e possibilita a emergência de um processo lento de povoação e instalação no território. De acordo com o autor, até mesmo o termo hoje conhecido como "sertão" tem sua origem em decorrência da atuação dos grupos missionários:

> Os jesuítas do século XVI chamaram de "sertão", termo talvez derivado do aumentativo de "deserto", "desertão", as regiões desconhecidas com que os europeus ainda não tinham feito contato. Em 1550, o termo era aplicado para nomear os arredores de Salvador. Do mesmo modo, Nóbrega dá notícia da fundação da aldeia de Piratininga situando-a "[...] deste sertão adentro". A noção relacionava-se ao povoamento, não ao solo; nomeava um território sempre cambiante, que se alterava conforme as fronteiras eram dilatadas pela ocupação. Pelos rios e vias terrestres, os jesuítas as alargaram constantemente, quando penetraram mato adentro para realizar a "conquista espiritual" das populações indígenas dos novos territórios (HANSEN, 2010, p.79-80).

Fazendo um parêntese com relação ao termo sertão, existe uma derivação que foi atribuída aos "movimentos de penetração territorial que alargaram as fronteiras brasileiras

[10] Grande parte dos escritos originais do padre Manuel da Nóbrega que descreve as suas ações no Brasil durante o século XVI foi publicada pelo padre Serafim Leite (1953) ao acessar os arquivos da Companhia de Jesus e outras instituições culturais (HANSEN, 2010, p.48).

muito além do Tratado de Tordesilhas entre os séculos XVI e XVII" (OLIVEIRA, 1993, p.216). Esses movimentos ficaram conhecidos como bandeirantes ou "sertanistas", caminhantes que por muito tempo ficaram convencionados enquanto heróis nacionais por embrenharem em território desconhecido e serem responsáveis pela interiorização e abertura de inúmeros caminhos, embora "atrás das façanhas desses intrépidos desbravadores esconde-se a envolvente história dos milhares de índios – os negros da terra – aprisionados pelos sertanistas" (MONTEIRO, 1994, p.8). Com relação a atuação, Oliveira explica que:

> As bandeiras tiveram vários objetivos, entre eles o aprisionamento de índios, a busca do ouro, a guerra contra índios e negros amotinados. Seu principal local de origem era a capitania de São Vicente, hoje São Paulo. Através de vias fluviais e antigos caminhos indígenas, essas expedições ligaram São Paulo à margem esquerda do rio Paraná, fizeram a penetração para o interior e para o norte, e muitas vezes se chocaram com as missões dos jesuítas espanhóis. Este movimento produziu duas correntes interpretativas: uma que valoriza os bandeirantes como heróis, pela grandiosidade de seu trabalho feito sem apoio real, e outra que os acusa de caçadores impiedosos (OLIVEIRA, 1993, p.216).

É importante salientar que a imagem heroica criada ao redor do bandeirante é bastante controversa e atualmente já desconstruída, uma discussão que desenvolverei em outro momento. Na sequência, tanto Oliveira (1993) quanto Monteiro (1994) indicam a constância no conflito entre o movimento de interiorização dos bandeirantes e ao trabalho desenvolvido pelos missionários. Em consonância ao assunto, a pesquisa de Hemming (2007, p.21) sugere que enquanto os missionários portugueses avançavam pela bacia do Amazonas, outros registros mostram missionários espanhóis ocupando a bacia do Paraná-Paraguai sob constante tensão com os bandeirantes que progressivamente chegavam do litoral, principalmente vindos da capitania de São Vicente.

Para além dessa questão, encontrei outros estudos que propõem uma investigação que busca espacializar as ações dos missionários, bem como os efeitos no território das missões de conversão, ou as chamadas "conquistas espirituais" ao penetrarem mato adentro. Carvalho Júnior (2005), na sua tese intitulada "Índios Cristãos: a conversão dos gentios na Amazônia Portuguesa", investiga a irradiação dos missionários em direção a Amazônia, utilizando a rede fluvial "como artérias irrigando as densas florestas daquele mundo tropical, rios que, assim como o São Francisco no estado do Brasil, permitiram aos primeiros exploradores a oportunidade de penetrar muito mais profundamente os

sertões daquelas terras" (p.39). O autor descreve o processo de difícil interiorização na mata e as dificuldades encontradas ao se relacionarem com os nativos.

Seguindo o rigoroso método da Companhia de Jesus, a comunicação se fundamentava essencialmente na escrita. Os registros do desenvolvimento das missões aconteciam pela confecção de cartas, relatórios, informes e crônicas em que se descreviam a vida e o cotidiano dos jesuítas em exercício em todo o mundo (LONDOÑO, 2002, p.12). A título de curiosidade, acredita-se que somente Inácio de Loyola tenha escrito entre os anos de 1524 a 1556 aproximadamente sete mil cartas, o que por si só já configura um vasto acervo que remete às ações dos missionários em atividade (BERTRAND, 1985 *apud* LONDOÑO, 2002, p.16). Esse significativo e volumoso material construído pela Companhia de Jesus, bem como também o extenso registro de missões exploratórias que incluem os diários, cartas e crônicas de navegadores, militares, escrivães, poetas e qualquer outra profissão ou sujeito que se lançava ao desconhecido para cruzar o mar no período das explorações ultramarinas, compreende o que Marcondes (2012) chama de literatura das navegações.

> A assim chamada "literatura das navegações", consistindo nos relatos desses eventos históricos ainda pouco estudados fora dos círculos dos especialistas, tem uma importância capital para o entendimento dessas transformações e do processo de formação da modernidade e teve um grande impacto no pensamento da época, sobretudo, em um momento em que a divisão em áreas como filosofia, história, literatura etc. era ainda quase inexistente. Esses textos, grande parte deles de cronistas e navegadores, incluem não só a descrição das viagens e das "maravilhas" encontradas nas Índias, orientais e ocidentais, mas também reflexões filosóficas, políticas e religiosas, dando origem ao que já foi também chamado de "antropologia das navegações" (MARCONDES, 2012, p.423).

A numerosa e a diversidade na produção dos registros em viagens e missões exploratórias representam um retrato pessoal e descritivo da experiência humana nesse período moderno. Apesar da literatura das navegações passar uma ideia que talvez direcione o foco no deslocamento marítimo ou que são apenas registros feitos em mar, considero importante reforçar que compreende a totalidade do processo das expedições, o que não se restringe apenas às viagens ultramarinas e incluem os registros feitos em terra. Nesse último ponto, o caminhar se faz indissociável e está inserido naturalmente nas mais diversas formas de perceber e experienciar o espaço, bem como exemplifiquei com os registros de Colombo, Caminha e da Companhia de Jesus.

Ao refletir sobre a relação entre as viagens exploratórias no período das Grandes Navegações e o caminhar, as incursões por terra ganham proeminência por razões que acredito serem óbvias, afinal trata-se de uma associação rápida em função da disponibilidade de documentos que relatam sobre experiências em caminhos que foram percorridos a pé. No entanto, é possível também encontrarmos expressões do caminhar na vida e no cotidiano das frotas navais em meio às travessias marítimas e é nesse sentido que Ramos (2008, p.113) relata e descreve um fato pouco conhecido. As viagens eram longas e penosas, o que exigia uma disciplina rígida e qualquer quebra de hierarquia significaria colocar em risco a tripulação. Uma das formas de amenizar a tensão e melhorar o bem-estar estava nas festas e comemorações cristãs que incluíam procissões realizadas dentro dos navios:

> Realizava-se uma missa e, em seguida, uma procissão corria toda a embarcação, desfilando solenemente. O cerimonial era composto por uma cruz, levada no princípio da procissão, entre duas tochas por um homem em uma sobrepeliz. Detrás da cruz, ia uma folia e uma dança, festejando a memória do chamado sacramento. No meio da procissão, iam religiosos, com os cantores. O padre que havia rezado a missa caminhava debaixo de um pátio, feito especialmente para aquele dia, acompanhado de dois meninos com "cara de anjo", escolhidos pelo semblante ingênuo, para simbolizar a pureza dos céus, trazendo consigo lanternas nas mãos. Depois de percorrer o navio, a cruz era conduzida até um altar desmontável, colocado na proa, e então começavam as danças ao som de músicas, "cantadas em prosas" (RAMOS, 2008, p.113-114).

Expressões culturais e religiosas que eram reproduzidas em terra foram trazidas para o cotidiano no mar como uma forma de criar um escape e simbolizar uma vida rotineira comum. Segundo o autor, para a tripulação hierarquicamente inferior as procissões e as festas nos navios significavam formas de se manter a sanidade mental, estabilizar tensões e promover a interação da tripulação. Por outro lado, para os comandantes se tratava de um artifício para exercer controle social mais rígido, disciplinando através de mensagens repetitivas em atos que tudo se invertia simbolicamente em teatros festivos e litúrgicos: "só mesmo no cerimonial religioso um simples grumete podia tornar-se uma figura de destaque a bordo. [...] um humilde virava imperador, um garoto virava anjo, ao passo que tudo continuava igual, a realidade não mudava" (RAMOS, 2008, p.114). Nessas condições, é factível reconhecer o caminhar tanto como elemento presente nas expressões religiosas associadas às procissões e às festividades organizadas para a tripulação, quanto também inserir em um contexto estratégico de poder que possibilita a manutenção das

relações hierárquicas. Tratavam-se de vislumbres da rotina terrestre em meio ao oceano desértico, oferecendo esperança por meio de caminhadas festivas nas dependências do navio que, ao mesmo tempo, reforçava as relações verticais.

Outro ponto que me chama a atenção na pesquisa de Ramos é a sua descrição sobre as relações e dinâmicas sociais concebidas em regiões portuárias durante o período da expansão marítima. O autor adota como exemplo o porto de Lisboa no reino de Portugal ao final do século XVI, se baseando em documentos e em quadros originais da época, em especial a gravura feita em cobre (Figura 2) de autoria de Georg Braun que compõe seu trabalho "*Civitates Orbis Terrarum*" de 1593. Estando Ramos objetivado a destacar as relações humanas impressas na região portuária, o autor não se restringe apenas à porção litorânea e disserta sobre a construção da paisagem percebida por inteira, uma vez que as relações sociais estão intimamente associadas ao contexto e à composição urbana[11] como um todo, sendo, portanto, indissociáveis.

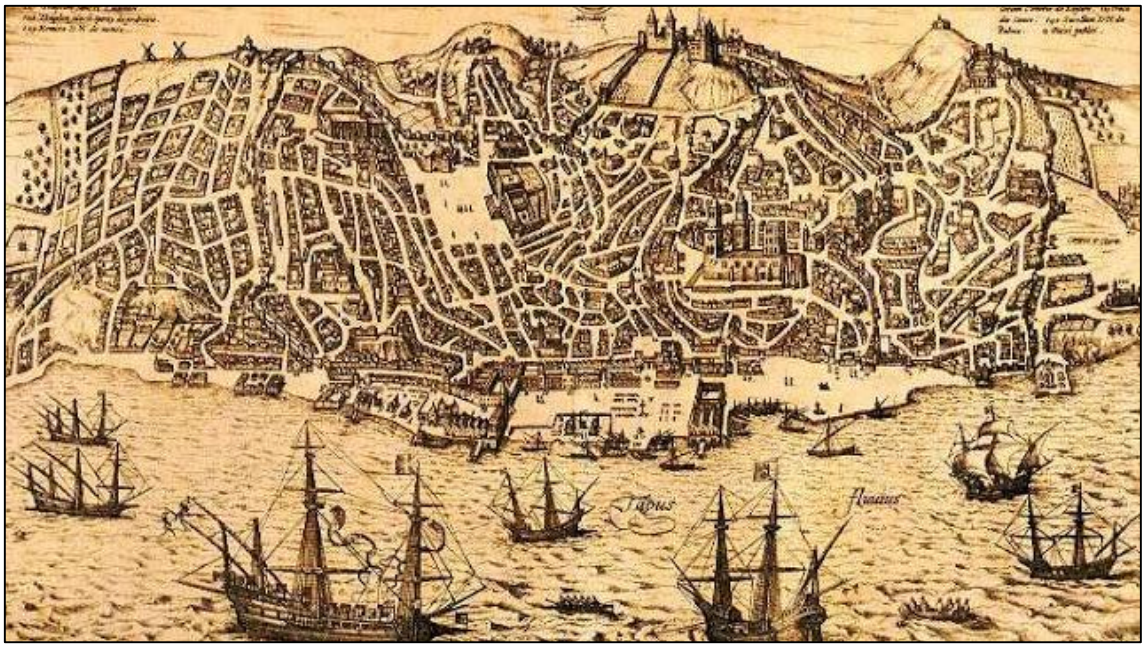

Figura 2."Lisboa, vista em perspectiva". Gravura em cobre. Autor: Georg Braun, 1593.

É nesse sentido que consigo enxergar o ato de caminhar enquanto componente natural da dinâmica cotidiana. Ainda que o foco da análise de Ramos seja destacar as relações

[11] É importante ressaltar que o conceito de urbano, tal qual é entendido atualmente, só se desenvolve e consolida após a Revolução Industrial no século XVIII na Inglaterra. Ainda que pesquisas e estudos atuais utilizem termos recentes para se referir aos processos do passado, eles estão, na realidade, fazendo referência as cidades onde haviam concentração de poder e mercado (MONTE-MÓR, 2006, p.12).

associadas ao porto de Lisboa e os preparativos para as viagens expedicionárias, o autor faz uma breve descrição da paisagem e seus principais elementos que evidenciam a forma com que se fundamentava a vida e a rotina na Lisboa do século XVI. Construída sobre sete colinas e caminhos sinuosos que acompanham o declive da cidade, Lisboa tinha uma população em torno de cem mil habitantes. O autor explica que a região mais elevada e privilegiada era dedicada à nobreza e à realeza, onde localizavam os palácios e possuíam os principais estabelecimentos comerciais, praças públicas e instituições religiosas. Destaca-se ainda que as ruas estavam sempre limpas, mas não por conta de uma limpeza pública eficiente e sim pelo fato da sujeira descer naturalmente com a percolação da água pluvial para as porções inferiores da cidade. Em contrapartida:

> A parte baixa de Lisboa era habitada pelos mais pobres, que caminhavam sobre o barro e a sujeira, escorridas da parte alta, e as fezes, espalhadas pelas ruas, pois as casas não tinham latrinas e as imundices se despejavam ao relento. A falta de iluminação tornava perigoso andar nas ruas, ao anoitecer. Além do risco de ser atingido por imundices jogadas das janelas e sacadas, os pedestres eram alvos fáceis dos malfeitores – que ali perambulavam em busca de vítimas –, assim como de capitães, acompanhados de brutamontes, à procura de desavisados para compor a tripulação de navios. Isso ocorria porque, para terras pouco atraentes, escasseavam voluntários e, por outro lado, o contingente de degredados, forçados a embarcar, não dava conta de preencher a demanda de pessoal. Assim, recorria-se ao expediente de capturar pessoas pelas ruas e embarcá-las, à força, nos navios portugueses. Para evitar surpresas desagradáveis, aqueles que conheciam a rotina da cidade não dispensavam a capa longa e o capuz, ao caminhar pelas áreas mais perigosas. (Consta que até mesmo o rei procedia assim.) A indumentária sugeria que o indivíduo, talvez, estivesse portando armas, o que afugentava os transeuntes, temerosos de se envolverem em alguma encrenca (RAMOS, 2008, p.48)

O ordenamento territorial e a arquitetura da cidade, os hábitos e a rotina dos residentes, as convenções e as normas sociais são elementos que demonstram estarem de alguma forma vinculados a nossa capacidade básica de deslocamento pelo espaço e a experiência que aflora diretamente e indiretamente do ato: alguns exemplos estão no contraste entre caminhos limpos e caminhos sujos, iluminados e escuros, perigosos e seguros, espaços sagrados e profanos e dentre muitas outras possibilidades. Além disso, Ramos explica que o caminhar nas regiões mais pobres e afastadas exigia do sujeito um certo cuidado e vestimentas adequadas, dialogando de forma complementar a Amato (2004) ao indicar que para os lugares ocupados pela nobreza, exigia-se não só uma vestimenta para ser visto e manifestar seu poder aquisitivo, mas uma postura do corpo e tipos de movimentações adequadas para diferentes situações. Ou seja, uma forma de materialização e significação

proveniente da desigualdade social e econômica em uma população, o que por si só já é escancarado na própria definição que orienta a concentração da riqueza e do poder nas partes mais elevadas de um território, enquanto a concentração da pobreza é afastada para as margens e para as regiões mais baixas.

O alto custo das cidades obrigava "muitos a perambularem pelas ruas em busca de abrigo, sendo acolhidos em igrejas e nas misericórdias ou ficando ao relento durante a noite" (RAMOS, 2008, p.62). Esse fato fazia com que muitas famílias empregassem seus filhos em navios visando a renda como uma possibilidade de manter a vida. Ramos ainda descreve que os mosteiros tinham um papel fundamental para os viajantes nas cidades, configurando-se em espaços de refúgio espiritual onde "muitos marujos, oficiais, futuros passageiros e seus familiares se reuniam, antes da partida, confessando-se a Deus e orando por uma viagem tranquila. Ao retornarem em segurança tinham o costume de voltar ao mosteiro e agradecer a proteção divina" (p.42).

Por mais que Ramos utilize Lisboa do século XVI como exemplo, o autor sugere que as dinâmicas são análogas a outras cidades ibéricas do período, especialmente as portuárias pelo fato concentrarem mais serviços, comércios e, por consequência, população. Desse modo, as péssimas condições de vida nas grandes cidades fizeram com que embarcar em um navio fosse de fato uma oportunidade de mudar de vida.

> A viagem ultramarina oferecia uma oportunidade única de buscar melhores condições de existência para muitas pessoas de vida sofrida, aglutinadas nas cidades. O povo miúdo chegava a disputar o embarque em navios destinados a Índia, Brasil e África, rotas vistas como de grande possibilidade de enriquecimento (RAMOS, 2008, p.66).

As consequências da expansão marítima no período moderno criaram um ambiente de efervescência cultural ao aproximar sociedades distantes e intensificar as relações políticas, comerciais e disputas territoriais ao redor do globo. Influências são reconhecidas até mesmo na arquitetura e na organização das cidades ibéricas que, em complemento ao que foi exposto por Ramos, Kern (2000, p.78) aponta o surgimento de um "plano urbanístico em forma de grade e com "*plaza mayor*"[12] nas novas cidades renascentistas; as linhas sinuosas, decorativas e teatrais da ornamentação barroca; e as inovações técnicas dos grandes descobrimentos" que auxiliaram a orientar a expansão

[12] Referência a praças centrais originárias da arquitetura hispânica.

urbana no durante os séculos XVI e XVII. Nesse sentido, o planejamento e a arquitetura de uma cidade certamente interferem no cotidiano e nas relações sociais estabelecidas por aqueles que ali habitam, o que por consequência também reflete no caminhar, já que, como bem discute Careri (2013, p.4), o ato em si também deve ser considerado não só como uma prática estética, mas também como uma forma de intervir, apropriar e experienciar as cidades.

Acredito que o conceito bem definido do caminhar, enquanto uma forma de experienciar e perceber o espaço, começou a ser gestado na Europa inicialmente no século XVII e só é impulsionado de fato entre os séculos XVIII e XIX. Esse processo acontece paralelamente ao passo que a própria filosofia moderna começava a engatinhar em meio ao contexto histórico da Idade Moderna que Chaui (1984, p.4) descreve como polêmico, frequentemente autoritário e violento.

Constantemente a literatura acadêmica entende como o berço da filosofia moderna as contribuições do cartesianismo de Descartes (1596-1650), a mecânica de Galileu (1564-1642), a síntese de Francis Bacon (1561-1626) e a proposta de soberania política de Hobbes (1588-1679). Contudo, conforme Chaui destaca, essa sistematização desconsidera toda a paisagem política e cultural que caracterizou o período e inúmeros outros nomes de relevância filosófica, levando a uma cronologia falaciosa que não considera a complexidade e os contornos peculiares do pensamento da época. Contornos esses que perpassam por questões históricas como o Renascimento e a disseminação das ideias humanistas, a Reforma e a Contra-Reforma, as Grandes Navegações e as consequências da expansão marítima, dentre outras questões que aqui mencionei sobre o período.

Nos meandros da inauguração da filosofia moderna – ou renascimento da filosofia – o caminhar aparece com certa frequência associado à ideia de um hábito rotineiro de reservar para momentos solitários de reflexão. Momentos que foram registrados em diários, relatos e outros tipos de escritos e de inúmeros filósofos, ainda que muitos deles não tenham nem sequer discutido conceitualmente o ato de forma explícita.

Na pesquisa de Aczel (2007, p.95), o autor identifica que René Descartes mantinha o hábito de caminhar pelas ruas da cidade que morava e inclusive cita uma carta que o filósofo enviou para seu pai com os dizeres a respeito de uma longa excursão a pé que

realizaria: “uma viagem além dos Alpes seria de grande valia para mim, para me instruir na condução de meus negócios, adquirir alguma experiência de mundo e formar novos hábitos”. Solnit (2016, p.38) aponta que Thomas Hobbes chegou a possuir uma bengala com um tinteiro de chifre embutido para que pudesse colocar suas ideias no papel com mais facilidade sempre que estivesse caminhando. Stephen (2011, p. 24) afirma que o filósofo Jeremy Bentham mantinha o hábito rigoroso de caminhar após a refeição matinal, costume que chamou de “circunvoluções pós-café da manhã” e tinha o objetivo de simplesmente sair para refletir. Os passeios de Immanuel Kant na hora do almoço eram tão regulares e disciplinados que seus vizinhos ajustavam os relógios em função dele (COVERLEY, 2015, p.28). Segundo Skousen (2001, p.32), o filósofo e economista Adam Smith tinha o costume de andar pelo bairro mexendo os lábios em silêncio e, certa vez, acabou distraidamente caminhando para outra cidade vizinha, se dando conta de onde estava apenas com o badalar do sino da igreja local que retumbou na sua mente e o trouxe de volta para a realidade.

As citações e histórias de pensadores que nutriam o hábito de caminhar são extensas e talvez seja nesse sentido que Coverley sugere de forma lúdica que “a lista dos filósofos caminhantes parece tão abrangente que talvez se possa dizer que somente o filósofo estático mostra verdadeira originalidade” (2015, p.23). Isso só torna evidente que a relação entre a filosofia e o caminhar que antes era observada na Antiguidade retorna com mais intensidade ao final do período moderno. Mesmo que os autores não discutam sistematicamente ou conceituem o caminhar em si, a reflexão através do ato já parecia ser uma ação consciente e difundida. Conforme Coverley, o caminhar e o caminhante tornaram-se símbolos do pensamento sistemático e, mais tarde, viriam a se tornar símbolos da liberdade intelectual e da criatividade solitária.

O século XVIII, de acordo com Solnit (2016, p.38), sugere ter potencializado a associação entre o filosofar e caminhar, uma vez que parece ter sido difundido de tal forma que a toponímia mais comum na Europa central faria homenagem ao caminhar/caminhante: “o célebre Philosophenweg[13] em Heidelberg, onde dizem que Hegel caminhava; a Philosophen-damm[14] em Königsberg, por onde Kant passava a pé todos os dias (hoje

[13] Uma estrada de quase 2 quilômetros na cidade de Heidelberg, Alemanha. O termo Philosophenweg pode ser traduzido livremente como Estrada do Filósofo.
[14] Em tradução livre para o português, Barragem do Filósofo.

substituída por uma estação ferroviária), e o Caminho do Filósofo, que Kierkegaard menciona em Copenhague".

As bases teóricas, que fundamentam para a construção de um conceito do caminhar enquanto ato perceptivo do espaço, começam a ganhar forma na esteira das contribuições para a consolidação da filosofia moderna entre os séculos XVII e a primeira metade XVIII, momento em que o empirismo ganha destaque no debate filosófico por meio dos trabalhos de John Locke (1632-1704), George Berkeley (1685-1753) e David Hume (1711-1776), tratando-se de uma "tese epistemológica segundo a qual a fonte última do conhecimento é a experiência" (CHIBENI, 1997, p.256). Em outras palavras, o empirismo seria o conhecimento derivado das experiências sensíveis individuais e sua posterior valorização em representações mentais. A razão, com seus princípios, seus procedimentos e suas ideias seriam adquiridas através da experiência que, por sua vez, entende-se como percebida pelos sentidos (CHAUI, 1995, p.85). Assim, o primeiro passo é dado ao deflagrar a discussão e reflexão sobre as experiências humanas enquanto fonte e assimilação do conhecimento, abrindo espaço para que posteriormente outros filósofos pudessem promover uma leitura e releitura das ideias propostas.

Na sequência, as contribuições ao que se refere diretamente à caracterização e conceituação do ato de caminhar só emergiram de fato no final da segunda metade século XVIII e começo do século XIX, o que já compreende o período de transição para a contemporaneidade. Ressalto ainda que o final da Idade Moderna diante da consolidação da filosofia faz parte de um contexto maior de questionamentos e reflexões que só foi possível a partir das consequências do que Edgar Morin (2005, p.24) chamou de "explosão" do Renascimento, que pode ser definido como:

> Um acontecimento histórico que possibilitou a ressurreição da filosofia não mais como serva da religião, restabeleceu e retomou o tema da autonomia da razão oriunda dos gregos e permitiu, com Galileu, Descartes e Bacon, o desabrochar da ciência baseada em procedimentos empírico-racionais. Esse desenvolvimento da ciência levou a conhecer separando os objetos do conhecimento uns dos outros e do sujeito que conhece.

Corroborando com a ideia de Morin, Paolo Rossi (1992, p.9) sugere que esse desabrochar da ciência baseada em procedimentos empírico-racionais contribuiu para o que hoje conhecemos por Revolução Científica, compreendida entre a metade do século XV e a primeira metade do século XVIII, resultando em um:

> Declínio do mundo mágico e da tradição hermética; as estreitas conexões entre o nascimento da nova ciência e os problemas da teologia; as discussões de física e de cosmologia que acompanharam e determinaram o fim da visão aristotélico-ptolomaica do Universo; a disputa sobre a infinitude e a habilidade dos mundos e sobre a posição do homem no cosmos; o problema das classificações naturais e a formação de uma linguagem rigorosa na botânica, na zoologia e na química; as grandes alternativas presentes na discussão sobre a história da Terra e o peso exercido sobre elas pelas perspectivas cartesianas e newtonianas (ROSSI, 1992, p.9).

É durante esse contexto de rupturas que o século XVIII fica marcado pelos "processos de Laicização do mundo moderno, possibilitando assim a emancipação das condições de vida, de produção e de concepção de mundo, agora desenvolvido por um viés racional e científico" (SILVA, 2018, p.2). Tratam-se de concepções de mundo que não eram mais compatíveis com um estado absolutista, regime que foi predominante por quase toda Idade Moderna até o século XVIII que, alimentado por ideias relacionadas à liberdade do indivíduo, liberdade religiosa e liberdade econômica, promovem a emergência de inúmeras revoluções políticas e econômicas ao redor do globo. São ideais influenciados pelas ideias de liberdade propostas por filósofos que atualmente são reconhecidos como "iluministas": John Locke, Adam Smith, Montesquieu, Jean-Jacques Rousseau, Voltaire e dentre outros teóricos.

O iluminismo enquanto movimento histórico é primeiramente definido por Kant em 1784 como uma "saída do homem de sua menoridade, da qual ele próprio é culpado", sendo um processo de superação dos erros por meio do esclarecimento. O termo Iluminismo, portanto, é uma derivação de esclarecimento (do alemão, *aufklärung*). Na sequência, Strenger (1998) aponta que o iluminismo funda uma concepção de que a humanidade estaria emergindo do obscurantismo e da ignorância em direção a um novo tempo iluminado pela razão. Em outras palavras, seria um movimento "de revalorização da atividade intelectual por meio da razão e da difusão do conhecimento científico" (SILVA, 2018, p.5). Em razão disso, é sob a luz dos preceitos iluministas que o século XVIII também marca o processo de transição entre a Idade Moderna e a Idade Contemporânea, compreendida pela insurgência de revoluções sociopolíticas e econômicas baseadas nos conceitos de autonomia e liberdade difundidas a partir da Europa, sendo o marco histórico emblemático dessa passagem temporal a Revolução Francesa em 1789

Reitero que considero o processo de transição para a contemporaneidade relevante para a compreensão do ato de caminhar enquanto conceito devidamente descrito e caracterizado na literatura. A partir do processo de consolidação da filosofia que surge durante os dois últimos séculos da modernidade, observo um terreno fértil para a discussão a respeito do caminhar na sua condição de ato perceptivo, sensorial, experiencial e, principalmente, na sua qualidade de indução à introjeção no espaço. Essas ideias e reflexões tem sua origem essencialmente a partir de autores como Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) e Karl Gottlob Schelle (1777-1825) que discutem, cada qual sob suas perspectivas particulares, o ato de caminhar enquanto forma de experienciar o espaço e sentir a paisagem. O simples fato de "ser caminhante" que anteriormente era algo considerado inato ao ser humano, agora passa a ser objeto centralizado na discussão a respeito de sua natureza filosófica e dos seus benefícios e consequências que vão para além do corpo, e influem diretamente na mente.

É importante frisar que essas contribuições para a construção conceitual do caminhar e do ser caminhante fica no limiar entre a Idade Moderna e a Contemporânea, encontrando-se talvez em estado latente até emergir, reverberar e ecoar com intensidade apenas no século XIX. Segundo O'Byrne (2003, p.7), o final do século XVIII "tem sido reconhecido como o ponto de partida de uma literatura e uma cultura que se relaciona intimamente com o ato de caminhar, mas muito deste trabalho concentra-se quase exclusivamente em escritores românticos". É o caso, por exemplo, de uma das publicações de Rousseau que o consagra enquanto filósofo caminhante: "Os devaneios do caminhante solitário", tratando-se de um ensaio filosófico escrito entre 1764 a 1776 que compreende o relato de dez caminhadas meditativas e que em cada passeio um tema diferente é discutido. No entanto, a compilação de Rousseau só foi publicada e divulgada anos depois de sua morte. Foi por razões como essa que optei por me aprofundar nas contribuições relativas à conceituação do caminhar no próximo tópico, uma vez considerado o seu impacto na literatura durante o decorrer do século XIX.

Ao meu ver, a Idade Moderna representou um importante período de diversificação do ato de caminhar nas suas mais diversas concepções, observando os significados e valores atribuídos a sua reprodução. Além disso, também são registrados os primeiros impulsos relativos ao próprio entendimento e compreensão da prática enquanto uma atitude filosófica consciente. Nesse sentido, é possível que essa diversidade se justifique pelo

fato de se tratar de um período histórico marcado pela efervescência cultural promovida pela expansão do espaço habitado conhecido e a consequente aproximação de sociedades distintas. Outra questão relevante e complementar foi a retomada das contribuições do pensamento greco-romano da Antiguidade que, em paralelo as revoluções econômicas, sociais e políticas permitiram o renascimento e consolidação da filosofia e do surgimento de um pensamento racional científico. É nesse contexto geral da Idade Moderna que Amato (2004) sintetiza brevemente os efeitos e consequências do período, delineando os fatores pelos quais a prática de caminhar se difundiu:

> Com a diminuição da frequência de conflitos e guerras intensas na Europa, as práticas agrícolas floresceram, a população global cresceu vertiginosamente, Estados buscam focar as atenções no comércio exterior. Melhorias técnicas também foram observadas no transporte, na organização e na administração das cidades. O surgimento do humanismo e a centralidade na razão, as reformas políticas, práticas artísticas e a reforma científica faz com que o século XVIII ficasse conhecido como a Era da Iluminação. É nesse contexto que as pessoas caminharam e viajaram mais – por opção – entre cortes e palácios, pelas cidades e pelos campos (AMATO, 2004, p.71).

Complementando o que propõe Amato, o ato de caminhar voluntário em detrimento a outros meios de locomoção se intensifica em conjunto com um "sentimento de natureza" que surge e vem a se desenvolver no próximo período com as contribuições de um novo movimento de viagens exploratórias. A prática do caminhar na sua qualidade estética e contemplativa da paisagem é uma ideia que foi lentamente sendo construída e tem impulso com o romantismo que surge no século XVIII enquanto movimento artístico, político e filosófico. Com relação a essas ideias, Simmel explica sobre o surgimento desse sentimento e da capitalização da paisagem:

> Observamos frequentemente que o "sentimento da natureza" propriamente dito só se desenvolveu na época moderna, e não deixamos de atribuí-lo ao lirismo ao romantismo, etc., o que é, creio eu, um tanto superficial. As religiões das épocas mais primitivas revelam aos meus olhos um sentimento muito profundo de natureza. Por outro lado, o gosto pela paisagem, esse produto tão especial, é um tanto tardio, porque sua criação justamente exigiu das formas de vida interiores e exteriores, a dissolução das ligações e das relações originais em benefício de realidades autônomas de caráter diferenciado – essa fórmula maior do universo pós-medieval também permitiu recortar a paisagem na natureza. Não é de espantar que a Antiguidade ou a Idade Média ignorassem o sentimento da paisagem; o próprio objeto não conhecia ainda esta determinação psíquica nem essa transformação autônoma cujo ganho final fosse confirmado com o surgimento da

> paisagem na pintura e de certo modo capitalizado por ela (SIMMEL, 1996, p.16-17)

Passear e viajar a pé parecia ser, ao final do período moderno, uma prática estética e contemplativa bem difundida fundamentalmente entre os economicamente privilegiados, uma vez que para aqueles que deveriam fazê-lo por necessidade não se tratava bem de uma escolha. O historiador Hobsbawn (2006, p.7) sugere que viajar era um ato restrito, que a grande maioria da população humildade jamais sairia de suas terras se não fosse em ocasiões especiais como por exemplo o serviço militar. Ao tentar investigar essas relações em que a prática do caminhar parecia estar inserida em um contexto de poder e posição social, acabei me deparando com uma série de questões que se entremeiam nas transformações e revoluções que definiram a transição para a Idade Contemporânea, inaugurando o período que nos situamos. É no decorrer dos últimos dois séculos da contemporaneidade que o caminhar se pluraliza em consonância às transformações de mundo, uma nova organização do espaço geográfico que se define por novos modelos políticos, configurações territoriais, avanços tecnológicos e científicos, crescimento populacional e, sobretudo, a diversidade cultural e as formas com que os seres humanos se relacionam com o espaço.

2.5. O processo de pluralização do caminhar

Algumas questões relativas à inserção do caminhar durante o processo de passagem entre a modernidade e contemporaneidade foram levantadas. Questões que acredito serem fundamentais não só para a compreensão da sua relação com a transição temporal, mas que reverberam para o entendimento de todo o contexto atual sobre a diversidade de valores, significações e ressignificações do ato de caminhar que se desenvolve ao longo da Idade Contemporânea, período que, como já exposto anteriormente, tem seu início marcado historicamente por uma grande onda de revoluções sociais, econômicas e políticas, sendo o marco dessa transição a Revolução Francesa, momento em que 6 mil pessoas espontaneamente se concentraram a pé em Paris e tomaram a Bastilha, repercutindo em todo o mundo.

> O final do século XVIII, como vimos, foi uma época de crise para os velhos regimes da Europa e seus sistemas econômicos, e suas últimas décadas foram cheias de agitações políticas, às vezes chegando a ponto da revolta, e de movimentos coloniais em busca de autonomia, às vezes atingindo o ponto da secessão: não só nos EUA (1776-83) mas também na Irlanda (1782-4), na Bélgica e em Liége (1787-90), na Holanda

> (1783-7), em Genebra e até mesmo - conforme já se discutiu - na Inglaterra (1779). A quantidade de agitações políticas é tão grande que alguns historiadores mais recentes falaram de uma "era da revolução democrática", em que a Revolução Francesa (1789) foi apenas um exemplo, embora o mais dramático e de maior alcance e repercussão (HOBSBAWM, 2006, p.38).

Assim como Hobsbawn, outros autores (PORTANOVA, 2005; MIRANDA, 2012) também mencionam a crise do absolutismo e as consequentes revoluções do final do século XVIII como fundamentais para moldar alguns parâmetros da sociedade contemporânea que se consolidava no pós-crise do velho regime. “Se a economia do mundo do século XIX foi formada principalmente sob a influência da revolução industrial britânica, sua política e ideologia foram formadas fundamentalmente pela Revolução Francesa” (HOBSBAWN, 2006, p.38). As revoluções são adotadas, portanto, enquanto símbolos para representar a influência da economia e da política no mundo contemporâneo. O autor prossegue expondo que “a Grã-Bretanha forneceu o modelo para as ferrovias e fábricas, o explosivo econômico que rompeu com as estruturas socioeconômicas tradicionais do mundo não europeu; mas foi a França que fez suas revoluções e a elas deu suas ideias” (p.38).

> A Revolução Industrial, fomentada pelo espírito capitalista, modificou toda a estrutura econômica e social da Europa e, por conseguinte, de todo o mundo. No mesmo período histórico, ocorrera a Revolução Francesa, que forneceu um novo paradigma político através dos ideais revolucionários de 1789, momento de imensa ruptura política e social, sendo apontada pelos historiadores como fato relevante que modificou a humanidade, em que a queda da Bastilha é apontada como o momento histórico da mudança da Idade Moderna para a Idade Contemporânea. Novos modelos sociais, políticos e econômicos foram postos. Foi o surgimento do liberalismo, político e econômico. Estas foram as bases políticas e econômicas para o surgimento e consolidação do Estado burguês e liberal, em que todos os homens, em tese, seriam iguais. Contudo, estes ideais de liberdade e igualdade criaram um paradoxo, de um lado enorme desenvolvimento técnico e econômico, por outro, enormes desigualdades sociais, em função da exploração do trabalho do homem pelo homem no modo de produção industrial capitalista (MIRANDA, 2012, p.2).

E todo esse contexto representativo da transição histórica está inserido em um mundo no qual, de acordo com Hobsbawn (2006, p.4-5), havia certas contradições escalares. O espaço geográfico conhecido era de fato menor que se comparado à atualidade. Ainda que grande parte das porções oceânicas tenham sido exploradas ao longo da Era dos Descobrimentos por grandes navegadores, o espaço habitado – ou os “mundos conhecidos”, como se refere o autor – por diversas comunidades e populações ao redor

do globo estava longe de ser conhecido em sua totalidade. Não havia recenseamento e as estimativas demográficas configuravam-se apenas em especulações. Além disso, ainda que os contornos do continente europeu, suas cadeias montanhosas e conjuntos de ilhas já fossem registrados e mapeadas com certa precisão, por outro lado, a espacialização da América Latina era grosseira, o território asiático pouco explorado e a África basicamente desconhecida para fins práticos. Até mesmo "o curso dos grandes rios do mundo, com exceção dos da China e da Índia, era um mistério para todos a não ser para alguns poucos caçadores, comerciantes ou andarilhos, que tinham ou podem ter tido conhecimento dos que corriam por suas regiões" (HOBSBAWN, 2006, p.5).

Não só o espaço físico conhecido em si era menor, mas outros aspectos envolvendo a compreensão de mundo também. Com a expansão marítima e os processos de colonização e ocupação dos novos territórios, Hobsbawn explica que até mesmo a medicina precisou buscar se atualizar em decorrência do contato com doenças desconhecidas originárias de outras regiões. Incursões por paisagens nunca antes vivenciadas por europeus foram realizadas e sua experiência registrada e difundida no imaginário da sociedade europeia sobre as terras do outro lado do oceano. E para além da racionalidade, até mesmo em termos de estatura a sociedade europeia parecia menor do que se comparado com a média atualmente.

> Os europeus, no geral, eram nitidamente mais baixos e mais leves do que hoje. Para dar uma ilustração da abundante estatística sobre a compleição dos recrutas na qual baseamos esta generalização: num pequeno cantão da costa da Ligúria, 72% dos recrutas em 1792-9 tinham menos de 1.50 metro de altura. Isto não significava que os homens do final do século XVIII fossem mais frágeis do que somos. Os esqueléticos, raquíticos e destreinados soldados da Revolução Francesa eram capazes de um sofrimento físico igualado hoje em dia somente pelos diminutos guerrilheiros das montanhas coloniais. Era comum uma marcha picada de uma semana, sem descanso, com todo o equipamento, a uma média de 30 milhas por dia. No entanto, segundo os nossos padrões, a constituição física humana era muito pobre, como indica o excepcional valor dado pelos reis e generais aos "sujeitos altos", formados dentro da elite dos regimentos de guardas, couraceiros ou semelhantes (HOBSBAWN, 2006, p.6)

Em contrapartida aos elementos expostos acima, o autor coloca que se o mundo parecia em diversos aspectos menor do que atualmente, ao mesmo tempo, certas dificuldades e incertezas com relação aos modelos de comunicação e transporte da época acabavam fazendo-o parecer muito maior do que realmente é de fato, como se os empecilhos

esticassem as distâncias físicas reais. Atualmente a difusão da informação e a comunicação são altamente dinâmicas e praticamente instantâneas, majoritariamente online. No entanto, se pensarmos em um contexto do final do século XVIII e primeiro quartil do século XIX, Hobsbawn sugere que tanto o transporte de mercadorias quanto o de passageiros por terra era limitado, vagaroso e proibitivamente caro se comparado com os dias atuais, recursos que se restringiam apenas a pequenas parcelas da população economicamente privilegiada. Ainda assim, é importante frisar que era nitidamente perceptível, se comparado aos antecessores padrões medievais, o aperfeiçoamento nas estradas, melhorias nos veículos por tração animal e também no serviço postal, o que proporcionava relativa velocidade e regularidade nos meios de comunicação para a época (HOBSBAWN, 2006, p.6).

Ao meu ver, essas ideias expostas pelo historiador dialogam com as questões exploradas e discutidas por Amato (2004) sobre o final da modernidade, indicando que o próprio caminhar já expressava indícios claros da desigualdade social. Em um primeiro momento, Amato investigou os primeiros registros do ato de caminhar enquanto prática estética e contemplativa restrita as famílias privilegiadas do mundo europeu. Na sequência, Hobsbawn caracterizou e discutiu os serviços de comunicação, comércio e transporte que operavam na sociedade europeia no início do século XIX, diferenciando o seu funcionamento e as possibilidades em decorrência da condição econômica, trazendo também evidencias que relacionam a desigualdade social associada à perspectiva do caminhar.

> Para a grande maioria dos habitantes do mundo as cartas eram inúteis, já que não sabiam ler [...]. Se eles ou suas mercadorias se moviam por terra, isso era feito na imensa maioria das vezes a pé ou então nas baixas velocidades das carroças, que mesmo no início do século XIX transportavam cinco sextas partes do trânsito de mercadorias na França, a um pouco menos de 20 milhas por dia. Os mensageiros percorriam longas distâncias com despachos; os postilhões[15] conduziam as carruagens postais com mais ou menos uma dúzia de passageiros, todos sacolejando os ossos ou, caso sentados na nova suspensão de couro, sofrendo violentos enjoos. Os nobres locomoviam-se em carruagens particulares. Mas para a maior parte do mundo o que dominava o transporte terrestre era a velocidade do carreteiro caminhando ao lado da mula ou do cavalo (HOBSBAWN, 2006, p.6).

[15] Homem que transportava a cavalo notícias e correspondências (LUSTOSA, 1994, p.8).

É nessa lógica que Hobsbawn sugere que o mundo era infinitamente maior, obviamente não em termos físicos reais, mas sim na distância e no tempo que era necessário para se percorrer um determinado trajeto ou para se chegar a algum lugar. De um modo geral, estar em uma cidade portuária representava estar mais próximo do mundo e residir no interior de um continente, por consequência, significava estar afastado do restante do mundo. De acordo com o autor, "nessas circunstâncias o transporte por água era, portanto, não só mais fácil e barato, mas também geralmente mais rápido, exceto quanto às incertezas dos ventos e do tempo" (2006, p.6). Em razão disso, outro ponto abordado pelo autor trata da diferença da dinâmica e do fluxo da informação que se fazia mais intenso em cidades portuárias do que nas cidades, povoados e vilarejos localizados no interior de um continente, os quais constantemente dependiam de viajantes e do chamado "setor móvel da população" para receberem notícias e boatos aos locais mais afastados. Ou seja, os caminhantes naturalmente acabavam, ainda que em caráter informal, exercendo a função de disseminar a informação.

> O resto do mundo era assunto dos agentes governamentais e dos boatos. Não havia jornais, exceto os pouquíssimos periódicos das classes média e alta - ainda em 1814 era de apenas 5 mil exemplares a circulação de um jornal francês -, e de qualquer forma muito pouca gente sabia ler. As notícias chegavam à maioria das pessoas através dos viajantes e do setor móvel da população: mercadores e mascates, artesãos itinerantes, trabalhadores de temporada, grande e confusa população de andarilhos que ia desde frades ou peregrinos até contrabandistas, ladrões e o populacho; e, é claro, através dos soldados que caíam sobre o povo durante as guerras e o aquartelavam nos períodos de paz (HOBSBAWN, 2006, p.7).

A partir das colocações do historiador, enxergo um vínculo no qual o caminhante constrói uma ponte de relações políticas e socioeconômicas entre cidades inseridas no litoral (com abertura para o mundo) e cidades e povoados mais afastados no interior do continente (distantes do mundo). Embora o próprio autor utilize frequentemente o termo "cidade" para se referir a ocupações do interior, ele explica e reforça que o contexto populacional global entre o século XVIII e XIX era essencialmente rural e poucas eram as grandes cidades no mundo inteiro. Por isso, a adoção do conceito "urbano" ao se referir a momentos antes da Revolução Industrial inglesa sugere uma extensa amplitude em que se pode considerar tanto as grandes cidades como Londres, na época com quase cerca de um milhão de habitantes, como também pequenas aglomerações populacionais em províncias aquelas "onde o homem podia, a pé e em poucos minutos, vencer a distância

entre a praça da catedral, rodeada pelos edifícios públicos e o campo" (HOBSBAWN, 2006, p.8).

Em tempo, é nesse contexto majoritariamente rural do início do período que, conforme sugere Moreira (2003, p.115), a burguesia industrial emergente do século XVIII projetou suas visões sobre o campo, assimilando politicamente e culturalmente as oposições referentes a campo-cidade, tradicional-moderno, incivilizado-civilizado e rudimentar-tecnificado. Oposições que de certa forma perduram até a atualidade e, para além disso, também influenciaram nas relações do homem com o espaço, inclusive nas distintas percepções sobre ambiente, paisagem e natureza ao longo do tempo. Em face dessa realidade entre os séculos XVIII e XIX, a Revolução Industrial contribuiu para transformações intensas do espaço construído e percebido, nas relações e nas dinâmicas populacionais, sendo possível apontar consequências estruturais para as primeiras décadas da sociedade contemporânea.

> A emergência de uma nova sociedade urbano-industrial acarretou duas consequências principais para as áreas rurais. Por um lado, inicia-se um acentuado processo de perda de centralidade econômica, social e simbólica por parte do mundo rural. Por outro lado, este tende a ser globalmente identificado com realidades arcaicas, enquanto as aglomerações urbano-industriais são vistas como o palco, por excelência, do progresso. A relação rural-urbano não pode deixar de refletir esta alteração profunda, forjando-se novas complementariedades e modificando-se a sua natureza (FERRÃO, 2000, p.46).

Esse processo de uma nova centralidade econômica e social direcionada ao urbano-industrial é inaugurado pela Inglaterra no século XVIII e começa a tornar-se tendência global a partir do século XIX. Explorando o contexto histórico desse pioneirismo inglês do pré-industrial ao urbano-industrial, Corfield (1990) investiga as relações do caminhar nas cidades inglesas utilizando a metáfora de uma odisseia urbana em que perambular pelas ruas adquire inúmeras conotações, valores e sentimentos relacionados as multidões e aglomerações, a paixões e esperanças pessoais, pés doloridos ao longo das pavimentações de pedra, vivências e sabedorias que são construídas nas ruas, dentre muitas outras concepções que surgem a partir do caminhar na sua condição de experiência universal do ser humano. "Em qualquer hora do dia ou da noite pessoas podem ser encontradas andando nas ruas" afinal, "caminhar é – e sempre foi – a forma principal de deslocamento nas cidades" (CORFIELD, 1990, p.132-133).

Essas concepções são influenciadas por uma literatura e uma cultura que se difunde na Europa e no restante do mundo durante os séculos XVIII e XIX. Narrativas, relatos, poemas e pinturas passam a adotar o caminhar em suas mais diversificadas formas de expressões artísticas, fato que foi fundamental para Corfield se apoiar e reconstruir as relações intrínsecas ao ato de caminhar impresso na paisagem urbana inglesa que foi historicamente registrada.

Com base em registros da época, Corfield explica que em muitas cidades na Inglaterra existiam ocasiões especiais para as caminhadas de mero caráter contemplativo e caminhadas visando as interações sociais da nobreza, as quais aconteciam em sua grande maioria aos domingos e feriados, que por sua vez estavam geralmente reservados para as festividades locais. As estações do ano também começavam a regrar as roupas a serem vestidas, que não mais se associavam a apenas sua utilidade (manter-se fresco no calor ou esquentar-se no inverno) e começavam a girar em torno de um senso de moda e estilo que se popularizava. Existiam também os locais para os passeios comunitários, ocorrendo principalmente próximo aos castelos, às margens dos rios e em locais públicos, em especial os parques e praças. Nesse período, segundo a autora, os parques públicos eram projetados visando a própria prática do caminhar em uma perspectiva estética e contemplativa, sendo frequentemente constituído por uma longa avenida arborizada, incluindo a disposição de fontes, lâmpadas, músicos, barracas de comida e cabines de jantar. Jornais locais inclusive já instruíam e divulgavam o caminhar na sua qualidade de exercício físico e seus benéficos para a saúde. São diversas os papeis e as convenções sociais que permeiam a vida nas ruas que, de acordo com autora, precisavam ser aprendidos e assimilados.

É em razão dessas dinâmicas que Corfield sugere que o caminhar de fato entra e se consolida na pauta social em um contexto urbano-industrial em ascensão no século XVIII e XIX, deixando de significar um simples meio pelo qual sujeitos se deslocam pelo espaço, passando a representar – para uma parcela da população – uma forma conhecida e popular de entretenimento informal e experimentação das cidades. No entanto, acredito que seja imprescindível ressaltar que essa conscientização do caminhar contemplativo não era algo universal, afinal, nobres e burgueses caminhavam por prazer, enquanto aqueles que os serviam caminhavam por obrigação. Um nobre ou burguês poderia

caminhar prazerosamente por uma avenida, enquanto um servo provavelmente estaria carregando o peso ou executando alguma ordem.

É certo que o ato de caminhar se caracteriza por um movimento mecânico e inato ao ser humano enquanto espécie, caminhamos e, um passo após outro, nos deslocamos através do espaço. No entanto, ao observar as relações expostas principalmente por Hobsbawn e Corfield, mais uma vez faz-se notório que o caminhar também deve ser compreendido como um elemento intrínseco a nossa experiência social, inserido em uma vasta possibilidade de expressões da convivência em sociedade, que incorporam fluxos e dinâmicas humanas, refletindo nas mais distintas manifestações socioculturais. Além disso, é curioso observar a complementariedade dos estudos de Hobsbawn e Corfield. Por um lado, a investigação de Hobsbawn, ainda que em momento algum estivesse intencionado em discutir sobre o caminhar em si, ao examinar os processos revolucionários que acometeram a sociedade entre os séculos XVIII e XIX, acabou sendo necessário, por consequência, adentrar e detalhar dinâmicas que se caracterizavam basicamente em torno do ato de caminhar. Em contrapartida e assumindo um caráter complementar, a investigação de Corfield envolve diretamente o caminhar enquanto seu objeto de pesquisa, inserindo-o no contexto urbano-industrial inglês em um período semelhante ao recorte da análise de Hobsbawn.

É durante esse contexto de revoluções e transição para uma sociedade industrial urbana que surge o que Coverley (2015, p.26) e Solnit (2016, p.39) concordam em ser as bases ideológicas em que o próprio caminhar é reverenciado. Essas bases, segundo os autores, são fundadas por Jean-Jacques Rousseau em sua última obra, “Os devaneios do caminhante solitário”, publicado quatro anos após sua morte no ano de 1782, consagrando a figura ideal do filósofo caminhante no final do século XVIII e influenciando diretamente sua consolidação no século XIX. É nesse sentido que Coverley assinala não só a última obra de Rousseau, mas toda sua literatura, colocando em evidência a imagem do filósofo caminhante na iconografia do pensamento iluminista, propondo um caminho que logo em seguida o romantismo adotaria. Em “As Confissões”, também publicado após sua morte, Rousseau descreve os significados e suas motivações pessoais que o leva a caminhar, fato que já denota uma concepção romantizada do ato mecânico do corpo, sugerindo existir ali uma atitude de caráter existencial.

> Eu nunca pensei tanto, existi de modo tão vivido e vivenciei tanto, nunca fui tanto eu mesmo – se posso usar essa expressão – quanto nas jornadas que fiz sozinho a pé. Há no caminhar algo que estimula e aviva os meus pensamentos. Quando fico parado num lugar tenho dificuldade de pensar. Meu corpo precisa estar em movimento para pôr em funcionamento a minha mente. A paisagem do campo, a sucessão de panoramas agradáveis, o ar livre, um bom apetite e a boa saúde que eu ganho caminhando, a atmosfera tranquila de uma hospedaria, a ausência de tudo que me remete à minha situação – tudo isso serve para libertar o meu espírito, para emprestar uma ousadia maior ao meu pensamento, para me atirar, por assim dizer, na vastidão das coisas, de forma que eu possa associá-las, selecioná-las e torna-las minhas como eu quero, sem temor nem constrangimento (ROUSSEAU, 1782, p.167).

O ato de caminhar se torna, a partir das contribuições de Rousseau, sinônimo de reflexão e compreensão de si mesmo. Infundir-se na paisagem para encontrar os próprios pensamentos, buscando a calmaria dentro de si através do movimentar das pernas. Esses ideais são reflexos que não se restringiram apenas as propostas do filósofo em seus trabalhos, também são considerados, sobretudo, um espelhamento da própria natureza e personalidade do escritor. É em decorrência desse fato que Rossi (2008, p.102) sugere existir uma certa dificuldade em dissociar a imagem do Rousseau filósofo do Rousseau músico, compositor e, principalmente, viajante precoce que se lançou ainda muito jovem aos caminhos do mundo.

> Rousseau nasceu em Genebra, em 1712, e a história do Rousseau caminhante antecede a do Rousseau filósofo, começando em 1727, quando, aos quinze anos, ele voltou para a cidade depois de um passeio no campo e viu que os portões da cidade tinham sido fechados. Num ato de extraordinária impulsividade, deu as costas à sua cidade natal e abandonou a vida que levara até então para começar um longo período itinerante. Deixou a Suíça e foi para a França e a Itália. Enquanto caminhava e trabalhava, passou por experiências que moldariam o seu caráter e sua obra. Esse foi um hábito que ele nunca pôde ou talvez nunca tenha desejado superar, e que moldaria a sua vida (COVERLEY, 2015, p.24).

No seu livro “As Confissões”, Rousseau expõe o seu gosto pela vida itinerante e a autossatisfação de simplesmente pôr-se a caminhar. É por isso que antes de ser considerado filósofo ou escritor Rousseau era caminhante, sendo justamente sua condição de caminhante que o tornou filósofo. “A transição de caminhante para escritor foi estimulada por uma decisão tomada enquanto caminhava. Foi em 1749, enquanto percorria a pé os dez quilômetros entre Paris e o cárcere onde seu amigo Denis Diderot

estava preso[16]" (COVERLEY, 2015, p.25). Muitos foram os trabalhos de Rousseau ao longo de sua vida como escritor que, através das suas ideologias, influenciaram a racionalidade e o pensamento da época, com ênfase em suas notórias publicações: "Discurso sobre as ciências e as artes" (1750) e "Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade" (1754), que injetaram suas críticas ao regime monárquico, à religião e ao Estado na sociedade europeia do século XVIII; os romances "Júlia" (1761) e "Emílio" (1762) que trazem a sensibilidade de Rousseau ao representar a felicidade associada à simplicidade na vida no campo; e por fim, as publicações póstumas aqui já citadas, as reflexões de suas caminhadas em "Os devaneios do caminhante solitário" e sua autobiografia "As Confissões", ambas de 1782.

Alguns motivos justificam o porquê de Rousseau ter sido tão lido durante os séculos XVIII e XIX, consolidando-se como referência literária em inúmeros assuntos até a atualidade. Solnit (2016, p.42) explica que muitas das ideias do pensador que hoje são consideradas pressupostos positivos, naturais ou até mesmo parte de um senso comum, para a época, foi como atear fogo nas estruturas societárias construídas nos últimos séculos. Além desse caráter incendiário, a autora também sugere que o filósofo escrevia com tamanha elegância que cativaria sumariamente qualquer leitor.

> Rousseau, como pensador, era mais ousado do que o original: enunciou com a maior das audácias as tensões de sua época com o mais fervoroso louvor às suscetibilidades emergentes. A alegação de que Deus, a monarquia e a natureza estavam alinhados e em harmonia começava a ficar insustentável. Rousseau, com seus ressentimentos de classe média baixa, a desconfiança que nutria pelos reis e pelo catolicismo, típica dos suíços calvinistas, a vontade de escandalizar e a inabalável autoconfiança, era a pessoa certa para transformar grunhidos longínquos de discordância em algo específico e político. No "Discurso sobre as ciências e as artes", ele declarou que o ensino e até mesmo a imprensa corrompiam e enfraqueciam o indivíduo e a cultura (SOLNIT, 2016, p.40-41).

Ressalto que muito embora as contribuições de Rousseau em cada uma de suas publicações possuíssem diferentes centralidades nas suas propostas de discussões, um paralelo com a figura ideal de um caminhante caracterizado pela solidão e seu isolamento na natureza era frequentemente reproduzido em seus trabalhos. O caminhante ideal era,

[16] "Em 1749, o escritor e enciclopedista Denis Diderot foi jogado na prisão por ter redigido um ensaio que questionava a bondade de Deus. Rousseau, amigo íntimo de Diderot na época, passou a visita-lo no cárcere, percorrendo a pé os dez quilômetros entre sua casa em Paris e o calabouço do Castelo de Vincennes" (SOLNIT, 2016, p.40-41).

na visão do filósofo, um indivíduo simples caminhando solitariamente no campo e longe da sociedade, despegado como um viajante, embora não possua adornos e nenhum equipamento fabricado por indústrias, dependendo única e exclusivamente da força do próprio corpo e não de conveniências compradas (SOLNIT, 2016, p.42). Coverley (2015, p.25) complementa que "nessa existência idealizada, o ato de caminhar assume um papel básico de pura mobilidade, destituído de qualquer acessório desnecessário", mantendo a pureza da própria experiência de caminhar e conhecer a si mesmo.

Essa experiência pura do caminhar, segundo Rousseau, só é possível a partir da simplicidade do ato que provoca uma atitude direcionada ao íntimo e à mais profunda liberdade da mente. Entendo que toda a concepção que o filósofo construiu em torno do ato caminhar é, sobretudo, consequência de uma vida de andanças. O caminhante e a caminhada ideal que Rousseau escreve e detalha é, sem dúvidas, uma descrição precisa de suas próprias experiências e vivências. Acredito que seja nesse sentido que Solnit (2016, p.45) sugere uma certa ambiguidade presente no último livro de Rousseau (Os devaneios do caminhante solitário), uma vez que o escritor descreve sobre o ato de caminhar sem necessariamente ser um livro sobre o caminhar. São registros de suas habituais caminhadas, as quais acompanham suas reflexões íntimas e devaneios situados em meio à movimentação de suas pernas. O caminhar, portanto, significava para ele um momento particular e íntimo, uma experiência privada consigo mesmo e necessária para sentir-se completo.

> Tendo concebido, portanto, o projeto de descrever o estado habitual de minha alma na mais estranha condição em que jamais possa se encontrar um mortal, não vi maneira mais simples e mais segura de realizar essa empresa do que manter um registro fiel de minhas caminhadas solitárias e dos devaneios que as preenchem quando deixo minha mente livre por inteiro e minhas ideias seguirem suas inclinações, sem resistência e sem dificuldade. Essas horas de solidão e de meditação são as únicas do dia em que sou eu mesmo por inteiro e pertenço a mim sem distração, sem obstáculo, e em que posso dizer de verdade que sou o que a natureza quis (ROUSSEAU, 1782, p.16).

Ainda que não fosse a intenção de Rousseau, suas contribuições hoje representam as bases de uma filosofia construída através do caminhar, um corpo que se desloca para que a mente delire em devaneios. Um movimento que promove o autoconhecimento e a reflexão, sendo necessário dedicação ao registro habitual das caminhadas que nas palavras do filósofo: "para fazê-lo com sucesso, seria preciso proceder com ordem e

método" (1782, p.13). É nesse sentido que Rousseau, além de ser considerado um dos pioneiros na literatura sobre o caminhar, é também um dos precursores ao propor algo próximo de um rigor metodológico para o ato de caminhar.

> Essas folhas não passarão de um diário disforme de meus devaneios. Nele, muito se falará de mim porque um solitário que reflete necessariamente se ocupa muito de si mesmo. De resto, todas as ideias externas que me passam pela cabeça ao caminhar também ali encontrarão lugar. Direi o que pensei tal como me ocorreu e com tão pouco encadeamento quanto às ideias da véspera têm em geral com as do dia seguinte. Mas pelo conhecimento dos sentimentos e pensamentos que meu espírito faz seu alimento diário, no estranho estado em que me encontro, sempre resultará um novo conhecimento de minha natureza e de meu humor (ROUSSEAU, 1782, p. 13).

Por mais que o pensador nutrisse a prática do caminhar durante toda sua vida, foi apenas nos seus últimos anos que compreendeu o ato enquanto uma possibilidade única de transportar-se para dentro de si mesmo e permitir que a mente atravessasse as memórias e os pensamentos mais íntimos. Rousseau escreve sobre essas experiências de infusão do corpo no espaço e se refere ao processo como um "recurso" do caminhar solitário que surge em sua vida de forma a moldar a sua própria existência e o conduzir a encontrar a verdadeira fonte da felicidade:

> Esse recurso, que descobri tarde demais, tornou-se tão fecundo que logo foi suficiente para me compensar de tudo. O hábito de entrar em mim mesmo por fim me fez perder a sensação e quase a lembrança de meus males; aprendi, assim, por minha própria experiência, que a fonte da verdadeira felicidade está em nós e que não depende dos homens tornar miserável aquele que sabe querer ser feliz. Há quatro ou cinco anos experimentava essas delícias internas que as almas afetivas e suaves encontram na contemplação. Esses enlevos, esses êxtases que sentia algumas vezes ao caminhar assim sozinho, eram prazeres que devia a meus perseguidores: sem eles nunca teria encontrado nem conhecido os tesouros que carregava em mim mesmo. Em meio a tantas riquezas, como fazer um registro fiel? Querendo lembrar tantos doces devaneios, em vez de escrevê-los, voltava a eles. Era um estado restituído por sua lembrança, que logo deixamos de conhecer cessando de senti-lo por completo (ROUSSEAU, 1782, p.17).

A busca pela felicidade verdadeira que Rousseau escreve pode parecer ingênua em um primeiro momento e até mesmo romântica. No entanto, esconde uma verdadeira faceta da personalidade do filósofo que o frequentemente o colocam como paranoico, sem senso de humor e desconfiado de tudo e todos, acreditava que estava sempre sendo perseguido "e é exatamente essa impressão de paranoia exaltada que permeia todo o livro, transformando o ato de caminhar num mecanismo de fuga, num meio de escapar de uma

sociedade que ele considera totalmente malevolente" (COVERLEY, 2015, p.27), estando na caminhada solitária uma forma – talvez ilusória – de controlar o ambiente ao redor e estar em segurança consigo mesmo.

É nesse terreno melancólico e solitário que a literatura do caminhar filosófico se edifica e reverbera na contemporaneidade, com Rousseau pontuando, descrevendo e aprofundando em sua experiência pessoal como caminhante ao mesmo tempo em que inspira e influencia revoluções e transformações políticas:

> Se a literatura do caminhar filosófico começa com Rousseau, é porque ele foi um dos primeiros a julgar valer a pena registrar minuciosamente as circunstâncias de suas ruminações. Se ele era um radical, seu ato de mais profundo radicalismo foi reavaliar o pessoal e o privado, para os quais a caminhada, a solidão e a natureza ofereciam condições favoráveis. Se ele inspirou revoluções – da imaginação e da cultural, bem como da organização política –, elas foram, para ele, simplesmente necessárias para derrubar os obstáculos a essa experiência. A força total de seu intelecto e seus argumentos mais convincentes foram investidos na causa de recuperar e perpetuar essas disposições de ânimo e condições de existência que ele descreve em Devaneios do caminhante solitário (SOLNIT, 2016, p.48).

Na lógica do caminhar solitário, Coverley (2015, p. 27) conclui que "se devemos reconhecer o status de Rousseau como inaugurador da literatura da caminhada filosófica, precisamos também lhe atribuir a criação de uma tradição paralela de caminhada melancólica, uma tradição que continua até hoje". O filósofo veio a falecer em 1778 com 75 anos e foi enterrado na França pelo marquês de Girardin em sua propriedade, Ermenonville, onde o proprietário instituiu uma peregrinação para aqueles que vinham prestar seus sentimentos e homenagens, devendo obedecer um rigoroso itinerário que fazia o visitante não só cruzar o jardim para chegar ao local da tumba de Rousseau, mas também um convite a sentir sua particular melancolia e solidão durante o caminho (SOLNIT, 2016, p.49).

É notório que as contribuições de Rousseau prosseguiram com fervor para o século XIX, sendo responsável por destacar o caminhar e intensificar os passeios públicos em praças, parques, jardins e bosques na Europa. Além disso, suas obras instigaram outros pensadores que também buscaram formas de estudar e refletir sobre o ato de caminhar e as suas peculiaridades. Um desses autores foi o filósofo alemão Karl Gottlob Schelle (1777-1825) que, influenciado por Rousseau, publicou em 1802 um tratado sobre o caminhar e suas implicações físicas e mentais para um sujeito, bem como também incluiu

uma discussão sobre a inserção do corpo em uma determinada paisagem, identificando a possibilidade de categorizar as consequências do caminhar através dos diferentes ambientes, reforçando a noção de que o movimento do corpo sempre esteve intimamente ligado à atividade intelectual.

Conheci o tratado de Schelle sobre o caminhar já há alguns anos e sempre me chamou a atenção a diversidade de perspectivas na qual o filósofo alemão adota para discutir o ato da movimentação do corpo no espaço. Ainda que frequentemente eu encontre citações de Schelle em pesquisas atuais relacionados à filosofia do caminhar, ressalto que poucas referências estão disponíveis para consulta acerca da vida pessoal e profissional do escritor. Em uma breve descrição sobre sua personalidade, Deshusses (2001, p.5) afirma que Schelle foi um filósofo prático que detestava especulações, entregando-se de corpo e espírito às reflexões sobre as coisas da vida. Acreditava que a filosofia deveria deixar as altas esferas da especulação para se revelar inerente à vida e possibilitar o homem a discutir sobre tudo aquilo que ocupa o espaço. Embora seja um projeto louvável, de acordo com Deshusses, não se dirigia a toda população do primeiro quartil do século XIX, mas sim a um público restrito da elite europeia agraciada por um senso de humanidade refinado, polido pelo espírito das luzes.

É diante dessas premissas que Deshusses constrói uma análise geral sobre o tratado de Schelle e os temas abordados pelo filósofo, reforçando a mensagem principal pontuada na obra que eleva o caminhar como uma arte na vida do ser humano através do passeio, essencial para o corpo e para a mente, a qual devemos compreender para que possamos aproveitar e usufruir dos benefícios da prática em sua totalidade.

> Se o procedimento de Schelle continua sendo, apesar de tudo, analítico, a distinção não se faz na ordem dos conceitos, mas na ordem das coisas. O passeio em si não existe. Há tantos passeios quanto lugares diferentes. A distinção se opera no nível dos lugares e das paisagens, que são cuidadosamente relacionados: o passeio num parque não implica a mesma disposição de espírito que os passeios na montanha, por exemplo; da mesma forma, não se vagueia pela floresta como se passeia à margem de um rio. São essas distinções que elevam o passeio à categoria de uma arte. Não tomar consciência dessa diversidade é andar às cegas. Ora, o que Schelle quer, numa época moldada pelas luzes e pelo desejo pedagógico, é justamente permitir aos leitores diferenciarem a natureza dos passeios para que deles usufruam plenamente. O prazer é o desfecho. O passeio se inscreve numa arte de viver (DESHUSSES, 2001, p. 6).

O passear na condição de arte é visto por Schelle (1802, p.16) primeiramente através da perspectiva pela qual ele compreende o ato de caminhar em si: “uma das numerosas condições de nossa existência física é o movimento do corpo”. Sendo assim, ainda que o caminhar não seja uma condição vital como a alimentação e o sono, o autor conclui que a falta total da movimentação das pernas é, no entanto, indispensável para a saúde corporal e para o bom funcionamento do organismo. Um indivíduo seria capaz de passar anos sem caminhar, até mesmo durante toda a sua existência, mas certamente impactaria sua qualidade de vida no que se refere à sua condição física e mental, já que “mesmo supondo-se que a falta de movimento do corpo e a estada contínua numa atmosfera confinada não abafem de imediato o bom senso, elas não deixam de gerar um estiolamento do espírito, mesmo quando a razão é plenamente utilizada” (SCHELLE, 1802, p .17). Assim, caminhar é parte da arte de viver e, por isso, passear também encontra o seu lugar:

> Uma arte do passeio seria de interesse para todas as pessoas cultas que gostam de flanar, com o espírito e os sentidos alertas, tanto na natureza como nos locais frequentados, e de usufruir plenamente da natureza e da sociedade durante seus passeios; da mesma forma como a arte de viver deveria ser para cada indivíduo um objeto de atenção, no sentido pleno do termo, se a vida fosse para ele um pouco mais do que um simples jogo (SCHELLE, 1802, p.11-12).

Vejo a importância de abrir um parêntese quanto ao Schelle se referir à arte do passeio restrita apenas às pessoas cultas. Atualmente, essa frase pode ser enxergada com certo preconceito, embora seja necessário considerar a racionalidade e o contexto sociocultural da época em que o tratado foi escrito, assim como também seu público alvo. Sobre isso, Deshusses (2001, p.5) reafirma que Schelle visou uma pequena parcela da burguesia humanizada pelas Luzes do século XIX, enquanto, por outro lado, os restantes estariam exaustos demais pelo trabalho e pelo cotidiano para poderem fazer parte dessa demanda. A instrução e a educação não eram tão difundidas, fazendo com que questões filosóficas e existenciais, como é o caso do ato de caminhar, fossem uma preocupação daqueles mais privilegiados por sua condição socioeconômica.

A construção das ideias de Schelle sobre a grande diversidade dos passeios e suas infinitas concepções reproduzidas no espaço vem diretamente das consequências práticas associadas às contribuições de Rousseau para a sociedade. Jardins, parques e praças públicas vão sendo, pouco a pouco, ocupadas sob um novo viés que, diferentemente do

observado nos séculos anteriores, nesses primeiros momentos do século XIX já não se caminhava mais para ver e ser visto socialmente, mas sim pelo prazer irrefutável de passear em um lugar simbólico e representativo da natureza inserido em meio ao contexto de uma cidade dinâmica e movimentada. Um aparente efeito da popularização das ideias de Rousseau que, para o olhar de Schelle, o levou a refletir sobre os efeitos físicos e psicológicos do caminhar em distintas paisagens, o que o fez abrir um grande leque de possibilidades e caminhos para se pensar e repensar o caminhar.

> Certas coisas parecem ser evidentes ou estar em contradição com a noção de arte. À primeira vista, o passeio pareceria pertencer a essa categoria. Mas trata-se apenas de uma impressão à primeira vista. Não é necessário refletir muito tempo ou com profundidade para dissipar totalmente essa ilusão. Quem não sentiria que os passeios em meio a outras pessoas provocam uma impressão bem diferente de um passeio à natureza? Quem colocaria no mesmo plano os prazeres de um passeio a pé, a cavalo ou de carro, e quem desconheceria, nem que fosse apenas pela impressão que dele extrai, o prazer especial proporcionado por cada um deles? Quem ousaria dizer que passeia sempre da mesma maneira, na encosta de uma montanha ou em um vale, em um prado ou em um bosque? Se esse fosse realmente o caso, se – como em pleno mar, diante de uma imensa extensão de água calma, ou em plena noite, quando não é mais possível distinguir nada – as diversas impressões dadas pela natureza e pela sociedade se dissipassem todas em nosso coração, então passear seria a coisa mais simples do mundo. Mas como esse não pode ser o caso – se não seria necessário que os passeios fossem apenas uma sucessão de vagares e de fantasias secretas – é muito natural que se deseje aproveitar toda a paleta de impressões proporcionadas pelos passeios e, aprofundando a natureza desse prazer múltiplo, multiplica-lo e ainda aumentá-lo. É somente aí que não se anda mais às cegas durante os passeios (SCHELLE, 1802, p. 9).

Ao difundir a discussão sobre a diversidade existente no caminhar, é aceito que o ato passe pelo filtro dos sentidos, sentimentos e, principalmente, pensamentos. Dessa maneira, atravessa o campo da experimentação e, ainda que em caráter particular e subjetivo para cada indivíduo, é possível caracterizar uma experiência distinta para um mesmo espaço. É nesse sentido que enxergo a reflexão de Schelle (1808, p. 10), ao propor que “é muito natural que se deseje aproveitar toda a paleta de impressões proporcionadas pelos passeios e, aprofundando a natureza desse prazer múltiplo, multiplica-lo e ainda aumentá-lo”. Diante disso, esse processo de experimentação que aproveita a “paleta de impressões” que um trajeto pode proporcionar acaba por destacar aquele que caminha “às cegas” por um passeio, daquele que de fato “enxerga” não só o caminho, mas também a si mesmo.

Penso que se Rousseau popularizou o caminhar, Schelle é um dos responsáveis por diversificar a compreensão do ato através do estudo das paletas de impressões que as paisagens proporcionam. Embora ambos os autores estejam relacionados e Schelle estivesse bebendo diretamente na fonte de Rousseau, o filósofo alemão fez suas ressalvas quanto ao modelo de um caminhar melancólico e solitário anteriormente difundido, expondo que o mesmo deva ser reproduzido e induzido de forma natural, caso contrário não haveria sentido.

> Passear sozinho de vez em quando em meio à natureza com o objetivo de encontrar-se a si próprio, longe das distrações oferecidas pela sociedade e pela literatura, não pode certamente ser a finalidade imediata do passeio em plena natureza, mas não há mal nisso. Isso só se tornaria prejudicial caso se mergulhasse ou se perdesse completamente em si durante tal passeio na natureza, de maneira que desaparecessem todas as impressões, todo o proveito que o coração pudesse retirar da natureza. Durante um passeio, a atividade do espírito deve sempre ser leve e destituída de todo esforço para corresponder à sua finalidade e, por isso, essa forma de passear solitariamente só deve ser compreendida na perspectiva de um livre comércio consigo mesmo. Somente então o espírito deixará surpreender por impressões que não poderia obter se fosse forçado a isso (SCHELLE, 1802, p.44).

Para Schelle, o perigo da caminhada solitária está em uma tentativa forçada de se chegar ao próprio íntimo, possibilitando o acometimento de efeitos opostos ao que se esperava encontrar. Por exemplo, Rousseau, por meio de suas experiências e devaneios, acreditava veementemente que o caminhar e a solidão eram essenciais para naturalmente atingir a felicidade verdadeira. Sendo assim, Schelle (1802, p.57) explica que reproduzir com imprudência uma atitude melancólica e reservada ao estilo de Rousseau pode certamente barrar sentimentos positivos, já que a incapacidade de se dissipar a negatividade durante uma caminhada acaba, por consequência, por bloquear ou até mesmo negar outros milhares de convites à alegria e prazer em um único percurso.

Para além do que diz respeito ao que cada autor considera como a figura de um caminhante ideal, solitário ou não, considero importante incluir um segundo elemento comparativo. Rousseau foca em um caminhar voltado à experiência pura do sujeito, em meio à natureza e sem qualquer tipo de regalia ou vantagem, apenas o caminhante infuso no caminho. Já Schelle abre a perspectiva do caminhar para as inúmeras possibilidades dos passeios nas mais diversas paisagens, estações do ano e períodos do dia, permitindo-o analisar e comparar as diferenças dos efeitos físicos e mentais do ato de caminhar por entre campos e florestas, crista das montanhas e fundos de vale, na beira de cursos d’água

e regiões mais secas, dentre outras possibilidades e combinações. Além disso, Schelle também introduz reflexões sobre as diferenças de se passear a pé ou a cavalo, assim como também comparou as experiências de se passear nas cidades em relação aos passeios em ambientes reconhecidos como naturais. De todo caso, mesmo que Schelle amplie o vasto leque de possibilidades sobre o caminhar associado a uma atitude reflexiva e às experiências humanas, o autor reforça uma ideia de que se acaba se aproximando de Rousseau, ao propor que o ato de caminhar "em meio à natureza preserva o sentido da natureza e dão a ela a ocasião de ter uma influência benéfica sobre os corações" (SCHELLE, 1802, p.78).

O século XIX foi marcado pelo desenvolvimento da literatura do caminhar em um sentido mais amplo. Basicamente Rousseau abre o caminho para a figura do caminhante solitário na natureza, enquanto Schelle abre o leque de análise das experiências. Na esteira desses autores, outros filósofos também buscaram refletir sobre o ato caminhar, talvez não na mesma perspectiva de se aproximando de uma compreensão que privilegia a pureza da experiência em meio natural, mas sim ao compartilhar uma visão do caminhar enquanto atividade ou elemento pertencente ao cânone filosófico ocidental. Nesse sentido, Coverley (2015) elenca o filósofo Søren Kierkegaard[17] (1813-1855) como um exemplo de pensador que, também sob influência intelectual de Rousseau, desenvolveu registros associados ao caminhar em que os relatos apresentam conteúdo evocativo, descritivo e altamente pessoal sobre sua vida nas ruas da sua cidade natal na Dinamarca. Foi um caminhante "que prosperou não no campo, e sim junto à multidão da vida urbana. O cenário era quase que exclusivamente Copenhague, a cidade em que Kierkegaard passou toda a vida" (COVERLEY, 2015, p.28).

Ao discorrer sobre autores que Rousseau influenciou, Solnit (2016) também apontou Kierkegaard, embora a autora explique que, apesar da influência, a concepção do caminhar de Kierkegaard se distinguia por suas experiências terem sido basicamente em um ambiente urbano, enquanto Rousseau mantinha seu hábito de caminhar no que ele considerava natureza. As diferenças e semelhanças entre ambos os filósofos foram bem delineadas por Solnit:

> Søren Kierkegaard é outro filósofo que tem muito a dizer a respeito do caminhar associado ao pensar. Ele escolheu as cidades – ou uma cidade,

[17] Considerado também um dos precursores da filosofia existencialista.

> Copenhague – como local onde caminhar e estudar seus objetos humanos, apesar de ter comparado esses passeios urbanos à coleta de plantas no campo: os serem humanos eram os espécimes que ele recolhia. Nascido cem anos mais tarde e numa outra cidade protestante, levou uma vida absolutamente distinta da de Rousseau em alguns aspectos: os severos padrões ascéticos que estabeleceu para si mesmo não poderiam diferir mais do comodismo de Rousseau, e ele nunca abandonou sua terra natal, a família e a religião, apesar de ter contestado todas elas. Em outros aspectos – o isolamento social, a redação prolífica de obras tanto literária quanto filosóficas, a preocupação incomoda com as aparências –, a semelhança é grande. Filho de um mercador endinheirado, religioso fervoroso e inflexível, Kierkegaard viveu de sua herança e sob a autoridade do pai a maior parte de sua vida (SOLNIT, 2016, p.49).

Com relação ao hábito de caminhar de Kierkegaard, Coverley conta que em decorrência de uma queda acidental quando criança, cresceu com uma curvatura acentuada na coluna que o fazia anatomicamente inclinar para trás quando se colocava a caminhar, resultando em movimentos que aparentavam um aspecto deslocado e mecânico, como se cada passo precisasse de extrema cautela. No entanto, "essa aparência era, obviamente, enganosa, pois no andar de Kierkegaard pouca prudência se poderia encontrar. Sua caminhada era o andar a esmo, que uma geração depois se tornaria a marca do *flâneur* nas ruas de Paris" (2015, p.28). O *flâneur* é um termo que tem sua origem no século XIX associado ao caminhar enquanto ato sensorial e perceptivo, vinculando-se tanto à figura de um caminhante observador e atento, quanto a de um andarilho preguiçoso. Apesar do conceito surgir no século XIX, apenas só vem a ser difundido com Walter Benjamin no século XX, baseando-se nos trabalhos poéticos de Charles Baudelaire (SHAYA, 2004, p.47). A partir disso, Coverley e Solnit concordam que possivelmente seria Kierkegaard reconhecido – ao invés de Benjamin – como o primeiro verdadeiro filósofo da *flânerie* se não fosse por seu gênio e seu caráter prolífico.

Esse caráter prolífico que ambos os autores atribuem a Kierkegaard é consequência direta do seu hábito de caminhar. Coverley explica que o ato para o filósofo dinamarquês era bem mais do que uma prática estética e observação atenta, tratava-se de uma fonte de alegria e prazer, assim como também de solidão e cura pessoal, significando, portanto, como um elemento crucial para alimentar sua produtividade enquanto escritor (2015, p.28). Um modo de vida que Kierkegaard sintetiza brevemente em um fragmento de seus diários citado por Coverley:

> Acima de tudo não perca o desejo de andar: todo dia eu caminho num estado de bem-estar, e andando me afasto de todas as doenças. Tenho tido meus melhores pensamento enquanto ando, e não sei de nenhum pensamento tão opressivo que a pessoa não possa afastar enquanto caminha. Mesmo que alguém precisasse caminhar por razões de saúde e que ela estivesse constantemente um pouco adiante – ainda assim eu diria "Ande!". Além disso é evidente que, ao caminhar, a pessoa constantemente fica tão perto do bem-estar quanto possível, mesmo que nunca o alcance de fato – mas ficando sentada imóvel, e quanto mais se senta imóvel, mais próxima ela fica do sentir-se doente. A saúde e a salvação só podem ser encontradas no movimento. Se alguém nega que existe o movimento, faço o que fez Diógenes: ando. Se alguém nega que a saúde está no movimento, então eu saio andando para me afastar de todas as objeções mórbidas. Assim, se a pessoa continua andando, tudo ficará bem (KIERKEGAARD, 1847 *apud* COVERLEY, 2015, p.29).

Nessa lógica, o caminhar de Kierkegaard se aproxima de Rousseau, elevando o ato para um movimento íntimo e pessoal, ainda que um buscasse as ruas da cidade e o outro a natureza para a reprodução do hábito diário de caminhar. Embora os filósofos possuíssem um caminho idealizado em paisagens diferentes, ambos enxergavam a solidão como motor dos pensamentos em movimento. O caminhar melancólico de Kierkegaard era, assim como o de Rousseau, resultado de suas vivências e experiências ao longo da infância e juventude. Ao final de sua vida, o caminhar em Kierkegaard ficaria ainda mais marcante. Coverley demonstra que o filósofo sabia que o caminhar não poderia fornecer a panaceia contra fundamentalmente todos os tipos de doenças e, mesmo consciente disso, nunca abandonou seu hábito rotineiro de caminhar. Baseando-se nos registros dos diários de Kierkegaard, Fenger (1980) sugere que o filósofo possa ter sido acometido por sintomas que se assemelham à tuberculose em 1855, prejudicando gravemente sua saúde e, ainda que doente, Coverley explica que mesmo assim foi incapaz de "romper um hábito de toda a sua vida e continuou andando pelas ruas, e foi numa dessas caminhadas que desmaiou e morreu" (2015, p.30).

Certamente a história sobre a morte de Kierkegaard em meio a uma caminhada tem sido frequentemente contada sob um tom romântico, muito em função da relação existente entre o filósofo e o ato de caminhar. Em uma biografia sobre a vida de Kierkegaard, Swenson (2000, p.25) descreve que em 1855, durante uma caminhada nas ruas de Copenhague, o filósofo sofreu uma queda em decorrência de sua saúde frágil, sendo levado diretamente a um hospital onde foi constatado sua aparente fraqueza. Por mais que

o tivessem alertado para sua condição frágil de saúde, Kierkegaard se recusou a receber tratamento médico e espiritual, vindo a falecer dias depois.

Diante de tudo isso, é interessante apontar que o caminhar a partir da concepção de Rousseau e Kierkegaard só se tornou acessível na literatura pelo fato de sempre escreverem "a respeito disso em obras mais pessoais, descritivas e específicas – as Confissões e os Devaneios de Rousseau, os diários de Kierkegaard –, em vez de permanecer nos domínios impessoais e universais da mais pura filosofia" (SOLNIT, 2016, p.55). É por motivos como esse que Solnit acredita que o ato de caminhar durante o decorrer do século XIX foi tema cada vez mais frequente fora da filosofia, penetrando principalmente em romances, poesias, cartas, diários e relatos de viagens, encontrando no caminhar uma forma de moldar e ser moldado pela própria experiência. Uma relação que acredito ser intrínseca, caminhante influenciando o caminho, assim como o caminho igualmente influenciando o caminhante.

Muitos foram os autores que no século XIX abordaram a temática do caminhar, essencialmente após a disseminação das contribuições de Rousseau e sem se esquecer na sequência da relevância de Schelle e Kierkegaard para a literatura do caminhar que, por si só, se tornou complexa e também reverberaria no século XX. A frequente e intensa associação entre o filósofo e o caminhar que se constrói durante o século XIX, marcou não só a consolidação de uma cultura popular que vinculou o ato de caminhar na qualidade de reflexão e autoconhecimento, mas representou, também, uma relação ambígua com a filosofia pura. Dentre a grande maioria dos filósofos que incorporaram conscientemente o hábito de caminhar, inegavelmente acabaram se expressando e fundamentando seus escritos em uma visão muito pessoal sobre sua percepção de mundo, uma percepção essa que colocam os textos e registros em desacordo com qualquer forma de pensamento sistemático filosófico que, em teoria, deveria ser impessoal e objetiva (SOLNIT, 2016, p.30-31).

Embora exista essa ambiguidade que gira em torno da figura do filósofo caminhante, teorias e trabalhos acadêmicos também surgiram ao longo do século XIX adotando o ato de caminhar na perspectiva de análise objetiva e imparcial, construindo teorias e ideias que contribuíram para o entendimento do ato mecânico de movimentação do corpo humano, essencialmente no campo da fisiologia e medicina. Teorização essa que Coverley explica que atualmente tem sido retomada e estudada:

> Recentemente, contudo, houve uma espécie de ressurgimento da teorização da caminhada. Evidentemente essas teorias não são novas – existe uma tradição bem consolidada de tentativa de "explicar" a atividade de caminhar de um modo que se aproxima do científico, entre elas a Teoria do caminhar (1833), Honoré de Balzac, e a Fisiologia do Caminhar (1878), de Oliver Wendell Holmes. Mas o que vemos hoje não é uma volta à teoria, pelo menos com o significado que esses dois escritores deveriam atribuir ao termo. Em vez disso, estamos falando de *teoria*, essa palavra bastante incômoda que promete (e frequentemente realiza) algo muito hermético, impenetrável e quase sempre francês (COVERLEY, 2015, p.31).

Essa atribuição generalista e aparentemente usando um tom quase que acusativo ou pejorativo em relação ao francês, segundo a explicação do autor, vem de uma longa questão histórica na qual os principais teóricos sobre o caminhar foram fundamentalmente franceses ou residentes da França, mais especificamente na cidade de Paris. Uma problematização que foge ao tema e de fato não me cabe adentrar ou empregar juízo de valor.

O século XIX pode ser considerado o borbulhar da literatura do caminhar, estando intimamente relacionado com o desenvolvimento da filosofia. Nessa lógica, outros processos do período também contribuíram para que o século XIX fosse reconhecido por essa efervescência do ato de caminhar e não se limita apenas aos filósofos, progressivamente delineando e registrando sobre o hábito de caminhar enquanto forma de impulsionar os pensamentos e reflexões. Em paralelo à construção das bases filosóficas do caminhar, é importante elencar um novo movimento de viagens exploratórias que emergia em decorrência do contexto histórico, político e econômico que predominava na Europa, impulsionados pelo "imperialismo, colonialismo, proselitismo religioso, desenvolvimento do pensamento científico, curiosidade em relação ao insólito e ao exótico, busca por glória e aventura", dentre outras motivações que conduziram os europeus a assumirem não só a frente do movimento de exploração ainda no século XVI, mas a atingirem o seu clímax no decorrer do século XIX (AMORIM FILHO, 2008, p.109-110). Nesse novo movimento de explorações, o ato de caminhar também foi um importante elemento intrínseco a todo o processo das viagens, principalmente se observado nos registros, diários e publicações dos viajantes naturalistas ao redor do mundo.

Se nos séculos anteriores – principalmente durante a Era dos Descobrimentos – o caminhar aparecia nos registros como elemento fundamental em técnicas de exploração

terrestre e compreensão do espaço, já no século XIX o viajar e o caminhar passa a ser simbolizado na figura dos naturalistas, representando peça essencial que se encaixa na história das ciências naturais e, principalmente, da ciência como um todo – ou ainda uma protociência em processo de consolidação.

Em um sentido do contexto histórico mais amplo, o século XIX representou um período de intensas transformações culturais e sociais que, em decorrência das crises, das revoluções e das contribuições filosóficas aqui já discorridas, reorientaram o epicentro de um raciocínio lógico e pautado na experiência comprovada através de um método rigorosamente testado. As perguntas perdem o seu caráter predominantemente metafísico e passam a ser movidas por um motor questionador dos fenômenos. Se as viagens exploratórias nos séculos anteriores visavam sobretudo catalogar e registrar o novo, a partir do século XIX surge então um caráter questionador dos fenômenos que se demonstravam desconhecidos, gerando uma necessidade de conhecer e explicar o porquê de tudo, justificando, portanto, a relevância das viagens exploratórias. Sendo assim um momento em que começava a engatinhar uma compreensão de mundo pautada no que mais tarde seria conhecido como conhecimento científico, fato que acontece e se desenvolve paralelamente às intensas e progressivas transformações urbanas em todo o mundo. Trata-se de uma complexidade histórica de acontecimentos em relação a qual Mayr revisita os principais pontos ao refletir sobre a história da ciência:

> Pode se argumentar que a ciência se originou em épocas iletradas, quando as pessoas começaram a levantar as questões do tipo “como?” e “por quê?” a respeito do mundo. Grande parte do que os filósofos faziam na Grécia e nas colônias jônicas da Ásia Menor e do sul da Itália era ciência rudimentar. A obra de Aristóteles foi um princípio muito respeitável da ciência da biologia. No entanto, aceita-se de maneira generalizada que a chamada revolução científica dos séculos XVI e XVII, descrita por Galileu, Descartes e Newton, foi o início real do que hoje é chamado de ciência. Naquela época, a maioria dos fenômenos no mundo inanimados e vivo ainda não era explicada em termos de causas naturais, e Deus ainda era considerado a causa última de tudo. No entanto, com o passar do tempo, explicações seculares foram se tornando cada vez mais adotadas e consideradas como ciência legítima. Lidava-se primariamente com dois ramos da ciência, mecânica e astronomia. Não é surpresa que naquele tempo o conceito de ciência fosse o conceito dessas duas ciências físicas. Para Galileu, a mecânica era ciência dominante e assim permaneceu por centenas de anos (MAYR, 2005, p.20-21).

O objetivo de Mayr ao revisitar a história do pensamento científico está em demonstrar que mesmo quando a vida intelectual ressurge no final da Idade Média, ainda não havia

termo ou expressão para designar o que atualmente é definido por ciência. “Com efeito, a palavra inglesa *Science* para o que hoje se chama de ciência, só foi introduzida por Whehell em 1840” (MAYR, 2005, p.21). Essa introdução do termo é feita, conforme detalha Miguel (2006, p.22), a partir da sistematização histórico-filosófica do conhecimento por Whehell, cunhando e designando como homem da ciência (“*man of science”)* ou cientista (“*scientist*”) todos aqueles que atuavam em atividades intelectuais na busca pela construção do conhecimento que, no decorrer do século XIX, foram utilizados para designar aos que se dedicavam a compreensão dos fenômenos físicos naturais, ou o que viria a ser as ciências naturais.

É nesse pano de fundo que o “século XIX parece ser o apogeu de todo o tipo de expedições para o melhor conhecimento do mundo” e “certamente o momento histórico de maior prestígio para a já antiga atividade geográfica, que atinge o status de disciplina acadêmica, status este que, a partir da Europa, se generaliza rapidamente por quase todo o mundo” (AMORIM FILHO, 2008, p.110). Todo esse processo, explicado por Amorim Filho, acaba culminando no surgimento e fundação de inúmeras sociedades, além de departamentos e laboratórios nas principais universidades europeias para o desenvolvimento de pesquisas em botânica, zoologia, geografia, etnologia, geologia, dentre outras áreas do conhecimento. O autor ainda assinala que a grande maioria dos viajantes exploradores do século XIX, conhecidos como naturalistas, pertenciam a sociedades geográficas e eram parcialmente ou totalmente patrocinados por elas, fazendo com que após o retorno das viagens apresentassem os resultados em relatos orais e escritos em assembleias.

É diante das publicações, dos diários e relatos sobre as viagens e expedições dos naturalistas do século XIX que encontro uma diversidade de registros sobre o ato de caminhar. Para Amorim Filho, todo esse material se constitui enquanto acervo de valor inestimável que compreende um fragmento de uma vasta literatura de explorações e aventura. Penso que esses registros de explorações também possam se aproximar da literatura do caminhar nos termos que Coverley (2015) e Solnit (2016) introduziram. O fervilhar do caminhar na literatura do século XIX é impulsionado principalmente pelas contribuições filosóficas e a base conceitual que é construída. Por outro lado, acredito que os registros das viagens exploratórias também possuem sua relevância como fonte de alimentação do imaginário literário sobre as longas expedições percorridas pelos viajantes

e, além disso, esses registros também evidenciam o caminhar inserido nos procedimentos, métodos e instrumentação da investigação de fenômenos naturais das viagens exploratórias.

Caminhar, conhecer e explorar fazem parte da viagem e, conforme aponta Kury, viajar é uma etapa fundamental da investigação que transforma o desconhecido em conhecimento. Investigações essas que são compostas por uma grande e complexa teia de relações que constituem e resultam nas expedições exploratórias. Sobre isso, a autora explica:

> A viagem é em geral considerada pela história natural como uma das etapas necessárias para a transformação da natureza em ciência. Muitas vezes, o coletor e o sistematizador não são a mesma pessoa. Ou seja, para a história natural realizada nas instituições europeias, ver com os próprios olhos não é necessário. Daí a importância que adquirem as instruções para as viagens científicas e a formação de profissionais de diversos tipos, tais como jardineiros coletores, desenhistas e pintores especializados em história natural, preparadores de animais (que conheciam os procedimentos de conservação e empalhamento), que acompanhavam ou algumas vezes substituíam os próprios naturalistas (KURY, 2001, p.865).

Um dos precursores das viagens expedicionárias e que notoriamente impulsionou a atividade geográfica no início do século XIX foi o alemão Alexander von Humboldt (1769-1859). De acordo com Kury, a experiência da viagem era insubstituível para Humboldt, sendo suas contribuições responsáveis por influenciar intensamente outros naturalistas[18] e viajantes que seguiram seus passos, além de ser reconhecido por construir as bases do pensamento científico da época. “Hoje, embora praticamente esquecido fora do mundo acadêmico – pelo menos nos países de língua inglesa –, as ideias de Alexander von Humboldt ainda moldam nosso pensamento” (WULF, 2016, p.31). Um homem frequentemente referenciado na literatura como à frente de seu tempo, extremamente

[18] A visão apaixonada da natureza e os relatos extraordinários das andanças de Humbold impulsionaram e incentivaram outros viajantes – principalmente europeus – a percorrerem seus caminhos. Viajantes que se lançaram ao desconhecido, na premissa de explorar o exótico e aquietar a curiosidade que apontava com força ao se embrenharem nos relatos sobre as maravilhas para além da Europa. Sob a influência dos registros de Humboldt, aqui estão alguns importantes naturalistas que, a título de exemplo, vieram ao Brasil durante o século XIX e empreenderam longas expedições: Georg Heinrich von Langsdorff (1774-1852), Wilhelm Ludwig von Eschwege (1777-1855), Auguste de Saint-Hilaire (1779-1853), Carl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868), Johann Baptist von Spix (1781-1826), Peter Wilhelm Lund (1801-1880), dentre outros. Segundo Nogueira (2005), as contribuições desses viajantes são importantes não só para o registro da vegetação, mas também para a compreensão do conhecimento geográfico.

metódico, dotado de uma memória extraordinária e, sobretudo, um observador atento e apaixonado.

> Humboldt foi celebrado por seu conhecimento e seu pensamento científico, porém não era nenhum acadêmico erudito, um intelectual de gabinete. Nunca satisfeito em ficar confinado em sua sala de trabalho ou em meio aos livros, ele se arrojou na investigação de campo, no empenho físico, submetendo seu corpo aos limites. Aventurou-se nas profundezas da misteriosa floresta tropical úmida na Venezuela e rastejou ao longo de estreitas bordas de pedras a alturas vertiginosas nos Andes para ver as chamas no interior de um vulcão ativo. Mesmo já sexagenário, viajou mais de 16 mil quilômetros para os mais remotos rincões da Rússia, deixando para trás seus companheiros mais jovens (WULF, 2016, p.26).

O caminhar para Humboldt representava a possibilidade de sentir e experienciar a paisagem, etapas que se fizeram fundamentais na construção do seu processo de investigação dos fenômenos naturais. O naturalista acreditava que, por meio dos sentidos, seria possível se ater a um olhar analítico e atento aos ínfimos detalhes. Por isso que, segundo Wulf, o alemão era capaz de se lembrar especificadamente, mesmo anos depois, da textura e dar cor de um solo, do formato de uma folha ou de uma medição aproximada de uma temperatura, tornando-o capaz de realizar uma síntese comparativa ao esquadrinhar uma cadeia de fenômenos. Mesmo que Humboldt buscasse sempre por experiências novas, ver com os próprios olhos e sentir com o próprio corpo, o naturalista nunca abandonou a instrumentação, prezando rigorosamente pelas medições que o permitiam tornar informações abstratas em dados palpáveis.

> Fascinado por instrumentos científicos, medições e observações, era igualmente movido por um senso de deslumbramento e encantamento. Claro que a natureza tinha de ser medida e analisada, mas ele acreditava também que grande parte de nossa resposta ao mundo natural deveria se basear nos sentidos e nas emoções. Ele queria instigar o "amor à natureza". Numa época em que outros cientistas estavam em busca de leis universais, Humboldt escrevia que a natureza tinha de ser conhecida em primeira mão e vivenciada por meio dos sentimentos (WULF, 2016, p.27).

Esse amor à natureza que Humboldt sempre buscou em suas viagens e expressou em seus relatos é a fundação do conceito ideal de natureza que hoje possuímos. Assim como Nicolau Copérnico nos mostrou o nosso lugar no universo, Isaac Newton definiu as leis que regem a física, Thomas Jefferson definiu os conceitos de liberdade e democracia, Charles Darwin delineou a teoria da evolução, Humboldt foi o responsável pelo conceito de natureza (WULF, 2016, p.32). A paixão pelo natural, por estar e ser a paisagem, é

similar ao que Rousseau propunha ao defender que o ser humano só poderia ser feliz e se sentir por inteiro se buscasse o contato emotivo com a natureza. É nesse sentido que Springer (2009, p.10) acredita que a visão holística e ao mesmo tempo romântica sobre natureza que oferece suporte a toda obra de Humboldt é, em grande medida, influência das ideias de Rousseau. A atitude perante o natural e o sentimento de estar em contato com a natureza parecia, para ambos, causar o mesmo efeito de sintonia e conexão com íntimo.

Nessa lógica, me proponho a questionar se até mesmo a própria compreensão do caminhar para Humboldt não poderia ser, de algum modo, influenciada pelas leituras das concepções de Rousseau. Não encontrei nada na literatura que relacionasse o ato de caminhar em si diretamente entre Humboldt e Rousseau. No entanto, Wulf comenta que o naturalista mantinha o frequente hábito de sair andando pela cidade quando as ideias pareciam ofuscar na sua mente, caminhando pelas ruas e refletindo solitariamente ou, como de costume, acabava se dirigindo até a casa de algum colega para discutir e ouvir a opinião sobre suas questões mais recentes. Além disso, Humboldt nutria uma profunda amizade com o poeta Johann Wolfgang von Goethe (1749-1832), mantendo o costume de saírem para empreender longas caminhadas com o objetivo de discutir possíveis experimentos ou trocarem anotações. “Goethe disse a um amigo que jamais havia encontrado uma pessoa tão versátil. O ímpeto de Humboldt, vergastava as coisas científicas, instigando-as a uma velocidade tão grande que por vezes era difícil de acompanhar” (WULF, 2016, p.60). A relação entre o caminhar e o pensar se demonstrou vívido nos hábitos de Humboldt e acredito ser possível considera-lo um filósofo caminhante próximo aos termos que propõe Rousseau, já que Humboldt era, sobretudo, um pensador que tinha aversão à monotonia do gabinete e necessitava avidamente por estar em movimento. Uma geografia que nasce em movimento.

Um segundo ponto também me chama a atenção com relação às contribuições de Humboldt. Na condição de caminhante, muitas das observações e sensações registradas pelo naturalista entram em diálogo com o tratado de Schelle sobre o caminhar. Fato é que, apesar de Humboldt ser reconhecido por uma escrita rigorosamente detalhada em suas medições e análises comparativas das paisagens e dos fenômenos, não deixou de escrever uma narrativa lírica que expressava suas percepções pessoais e subjetivas sobre os lugares que percorreu. Conforme pensou Schelle, em decorrência da ampla variabilidade,

organizações e disposições dos elementos em uma paisagem, distintos também serão os sentimentos, as emoções e impressões que emergem no íntimo. Tais concepções Wulf identifica e aponta nas publicações de Humboldt, essencialmente na pretensão de assinalar a importância do registro dessas ideias para a literatura, na medida que o fato em si abre um relevante precedente:

> Em "Quadros da Natureza"[19], Humboldt mostrou como a natureza podia exercer enorme influência na imaginação das pessoas. A natureza, ele escreveu, estabelecia uma comunicação misteriosa com nossos "sentimentos interiores". Um céu azul e límpido, por exemplo, desencadeava emoções diferentes daquelas disparadas por um céu amortalhado por nuvens negras. Uma paisagem tropical, densamente povoada por bananeiras, gera um efeito diferente de uma floresta aberta de abetos de troncos delgados e brancos. Um fato que hoje poderíamos subestimar e dar como favas contadas – a existência de uma correlação entre o mundo externo e o nosso estado de ânimo – foi uma revelação para os leitores de Humboldt. Poetas já haviam se ocupado dessas ideias, nunca um cientista (WULF, 2016, p. 200-201).

Os sentimento e impressões em uma paisagem faz parte do caminhar enquanto um ato sensorial que, no caso de Humboldt, representa parte constituinte do seu processo sistemático de campo que permite uma observação minuciosa do espaço. Sua capacidade de realizar uma síntese completa da integração dos fenômenos e transmitir essa análise em forma de registros narrativos que aguçassem o imaginário certamente contribuíram para torna-lo um homem famoso. É nesse sentido que Helferich (2005) o chama de filósofo da natureza, justamente por ter sido capaz de combinar o exercício da atividade científica com o romantismo, de modo que a obra Cosmos passou a ser considerada ciência universal do movimento romântico.

É diante dessa lógica que Humboldt se tornou um viajante extremamente conhecido, "descrito por seus contemporâneos como o homem mais famoso do mundo depois de Napoleão, sendo uma das figuras mais fascinantes de seu tempo" e chegando a escrever mais de 50 mil cartas discutindo teorias, ideias e respondendo seus leitores (WULF, 2016, p.25). Assim, o naturalista inspirou a prática intelectual em todos os sentidos, não só impulsionando um novo movimento de viagens exploratórias, mas influenciando nas mais diversas áreas, dentre elas artes, literatura e política.

> Humboldt influenciou muitos dos mais formidáveis pensadores, artistas e cientistas de seu tempo. Thomas Jefferson chamou-o de "um dos mais

[19] Originalmente publicada em dois volumes, respectivamente em 1807 e 1849.

> excelentes ornamentos da nossa época". Charles Darwin escreveu que "nada jamais estimulou de forma tão ardorosa o meu entusiasmo quanto a leitura da Narrativa pessoal de Humboldt", declarando que sem ele não teria embarcado no Beagle, tampouco concebido A origem das espécies. William Wordsworth e Samuel Tyler Coleridge incorporaram em seus poemas o conceito humboldtiano de natureza. E o escritor mais respeitado dos Estados Unidos, Henry David Thoreau, encontrou nos livros de Humboldt uma resposta para seu dilema sobre como ser um poeta e um naturalista – sem Humboldt, Walden teria sido um livro bem diferente. Simón Bolívar, o revolucionário que libertou a América do Sul do jugo colonial espanhol chamou Humboldt de o "descobridor do Novo Mundo", ao passo que Johann Wolfgang von Goethe, o maior poeta alemão de todos os tempos, declarou que passar alguns dias com Humboldt foi como "ter vivido vários anos" (WULF, 2016, p.29).

Humboldt foi uma das principais influências de Henry David Thoreau (1817-1862), filósofo e também naturalista do século XIX, reconhecido principalmente por cunhar o conceito de desobediência civil, mas não só isso, também ficou afamado por vivenciar a vida simples e solitária na natureza durante dois anos, escrevendo importantes ensaios sobre a contemplação do mundo natural e o caminhar, publicando "Walden, ou, A vida nos bosques" (1854) e "Caminhada"[20] (1862). Wulf sugere que foi a visão humboldtiana da natureza que deu a Thoreau confiança para entretecer ciência e poesia, sendo Walden "a resposta de Thoreau ao Cosmos de Humboldt" (2016, p.359). Além de Humboldt, é frequente encontrar na literatura acadêmica estudos comparativos que buscam apontar a influência de Rousseau em Thoreau, citando principalmente as pesquisas de Temmer (1961) e Lambert (1969). As comparações surgem em decorrência de similaridades nas bases filosóficas, no conceito de liberdade e principalmente na busca pela experiência pura do caminhante solitário e isolado no mundo natural, ideias e conceitos atribuídos a Thoreau que estão em profunda harmonia com Rousseau. No entanto, Walter Harding (1982, p.97-98) escreveu que mesmo Thoreau sendo fluente em francês, ainda assim não existe evidência ou anotação que confirme que o filósofo norte-americano de fato se inspirou em Rousseau.

Se por um lado a aproximação de Thoreau com as ideias de Rousseau, principalmente se tratando do caminhar solitário na natureza enquanto fuga e busca da felicidade, me fazem enxergar suas contribuições na direção de uma literatura do caminhar filosófico nos termos de Coverley (2015) e Solnit (2016). Por outro lado, Thoreau é reconhecidamente

[20] Escrito entre 1851 e 1860 por Thoreau, foi originalmente uma publicação póstuma de 1862 com o título "The Wild", sendo reeditado e novamente publicado como "Walking", no Brasil traduzido e publicado como "Caminhada" e "Andar a Pé".

influenciado pelas leituras de Humboldt, essencialmente pela harmonização da escrita poética e científica em relatos narrativos, na relação que desenvolve com a natureza, além de seu fascínio e a necessidade de compreensão dos fenômenos naturais a partir da rigorosa observação, elementos que aproximam Thoreau de uma literatura de explorações e aventura que Amorim Filho (2008) descreve.

De origem simples, Gros (2010, p.91) relata que Thoreau é o terceiro filho de um fabricante de lápis, se destacando demasiadamente cedo nos estudos e se diplomando com êxito na Universidade de Harvad. Tentou lecionar, mas se recusava a infligir castigos corporais aos estudantes, se vendo obrigado a largar a ocupação docente. Caminhante desde cedo, Thoreau necessitava de longos passeios diários e, por vezes, passava de três a cinco horas por dia caminhando. Em 1837 passa a construir um diário que trabalhou todos os dias até sua morte. Frente ao desenvolvimento dos meios de transporte, infraestrutura e a multiplicação das redes ferroviárias nos Estados Unidos do século XIX, Thoreau escolheu a vida de pedestre como protesto às intrusões da cidade e destruição da natureza (COVERLEY, 2015, p.104). Cansado do desenvolvimento urbano e industrial, foge para longe da vida citadina e para o interior de Concord, às margens do lago Walden Pond:

> Em março de 1845, começa a construir para si, com suas próprias mãos, uma cabana perto de Walden Pond, onde Emerson comprara um terreno à beira de um lago. Esse será seu ato filosófico. Lá viverá durante mais de dois anos, sozinho, em perfeita autossuficiência, em meio às arvores, à beira do lago: capinando a terra, passeando, lendo, escrevendo. Em julho de 1846 é preso na cabana porque se recusou a pagar impostos, recurso esse que empregou para manifestar seu repúdio a um governo que estava em guerra contra o México e autorizava a escravidão. Dessa experiência resultará um livro político da maior importância sobre a Desobediência Civil. Passará somente uma única noite na prisão, pois um benfeitor anônimo intercede para que fosse liberado [...]. Realiza algumas excursões no Quebec, no estado de New Hampsire, bem como nas White Mountains, o que lhe possibilita travar contato com tribos indígenas. Morre de tuberculose aos 44 anos de idade, deixando uma obra imensa, fascinante, entre as quais o mágico Walden, narrativa de sua experiência de dois anos nos bosques (GROS, 2010, p. 92).

O caminhar de Thoreau era solitário. Observava, ouvia e caminhava. Vagando por toda a região do lago Walden tornou-se um descobridor, nomeando todos os lugares com feições expressivas, assim como faria qualquer explorador: Montanha da Penúria, Aldeia do Tordo, Pedra da Garça-Azul e dentre outros locais (WULF, 2016, p.358). O pensar e o caminhar para Thoreau era algo inato, tamanha comunhão que Amato (2004, p.143)

chegou a afirmar que o filósofo pensava com os próprios pés, considerando que o ato de caminhar determinou o formato de todas as suas publicações e resultou em uma estruturação que não seguia um argumento lógico e objetivo, mas sim pautado em uma sucessão de observações que se revelavam ao longo de uma caminhada. O caminhar era uma oportunidade de fuga da vida nas cidades e a possibilidade do encontro consigo mesmo ao desfrutar da solidão. É nesse sentido que, assim como Rousseau, o caminhar em Thoreau prezava pela infusão na natureza na sua condição mais pura, ser natureza e, portanto, possibilitando encontrar o íntimo e a felicidade. Logo no primeiro parágrafo do seu ensaio sobre o caminhar Thoreau propõe:

> Desejo dizer uma palavra em nome da natureza, em nome da liberdade absoluta, em nome da amplidão, que contrastam com a liberdade e a cultura das cidades – no sentido de considerar o homem como um habitante da natureza, ou parte e parcela dela, e não como um elemento da sociedade (THOREAU, 1862, p.3).

Diante da sua imprescindível solidão, o caminhar de Thoreau é, na realidade, um movimento de fuga para colocar-se fora do caminho da economia perversa e estar à margem dos mundos civilizados, quaisquer que eles sejam (GROS, 2010, p.98). Uma concepção certamente idealizada e entendida como utópica nos dias atuais, embora a solidão em seus longos passeios cotidianos o tenha feito perceber que não é necessário ir longe para de fato estar longe. Descrito e chamado por Gros como um aventureiro de pernas curtas, Thoreau descarta a relevância da distância física a ser percorrida e prioriza a viagem interior, o ato de perder-se em seus próprios pensamentos. Assim como outros autores do início do século XIX, Thoreau também enfatiza uma filosofia baseada na indução da imersão humana através do caminhar, orientando a infusão do corpo no espaço e a profusão da mente no tempo.

> Não havia necessidade nenhuma de sair numa expedição rumo a países remotos. Por que não viajar em casa mesmo? Thoreau anotou em seu diário – o mais importante não era a que distância uma pessoa viaja, "mas o quanto a pessoa está viva". Seja um explorador "dos seus próprios riachos e oceanos", ele aconselhou, um Colombo de pensamentos, e não de comércio ou ambições imperiais (WULF, 2016, p. 369).

Longe de qualquer ambição e acreditando em uma economia do imaterial[21], Thoreau enxergava o espaço "selvagem" diferentemente da ideologia desenvolvimentista que

[21] Thoreau propõe uma nova economia pautada no princípio da vida, conforme ele explica (1854, p.12): "o preço de uma coisa é a quantia, à vista ou a prazo, do que chamarei de vida e que é exigida em troca".

regia os Estados Unidos no século XIX. De acordo com Coverley (2015, p.108) o espaço selvagem significava para Thoreau a potencial possibilidade de retorno a sua existência primitiva, real e imaginada, colocando-se em uma tradição de caminhadas e caminhantes contemporâneos, embora sempre respeitando e seguindo os passos dos antigos profetas, poetas e exploradores que percorreram o mundo. Por motivos como esse que Thoreau se posicionou completamente contrário ao direcionamento de ocupação do espaço norte-americano, um processo que visou conquistar, ocupar e desenvolver da costa leste a costa oeste. Esse momento histórico ficou conhecido como "Marcha para o Oeste" que, contrastando a esse ideal, declara o filósofo: "o oeste de que falo é apenas um sinônimo de selva; e o que venho desenvolvendo para afirmar é que na rusticidade está a preservação do mundo. Cada árvore exterioriza suas fibras para entregá-las a selva. As cidades adquirem-nas a qualquer custo" (THOREAU, 1862, p.25-26). A idealização do caminhante puro, do espaço selvagem e da necessidade de proteger decorre simultaneamente ao avanço de um modelo de desenvolvimento pautado no lucro e na exploração:

> Thoreau assiste àquele momento do século XIX em que se inaugura a era das grandes produções de massa, em que se iniciam o período do capitalismo total e a época das grandes explorações industriais. Ele intui a corrida infinita pelos lucros e o saque de uma natureza encarada apenas como fonte de ganhos (GROS, 2010, p.92).

Fato é que os avanços técnicos, as intensas transformações estruturais e infraestruturas se fizeram notáveis não só nos Estados Unidos durante o século XIX, mas certamente em todo o mundo. As relações do ser humano com a natureza estavam se transformando já a passos largos e, por consequência, o espaço entrava em metamorfose em reflexo às mudanças. A resposta de Thoreau basicamente foi uma tentativa de fuga e tentativa de retorno à vida primitiva, longe das cidades e das relações que ele julgou degradante ao ser humano.

É diante dessa lógica que enxergo uma consolidação do caminhar enquanto objeto e tema de discussão ao longo do século XIX, terreno que se demonstrou fértil e influenciou diversos autores. Ao passo que as transformações urbano-industriais avançavam, as reflexões sobre o ato de caminhar em meio a natureza se intensificaram. Tratados, ensaios e narrativas de caminhadas se tornaram cada vez mais frequentes. As discussões sobre o caminhar no início do século XIX giravam em torno da introjeção humana no espaço, o caminhante enquanto filósofo e em busca da felicidade. Já tardiamente na segunda metade

do século, com Thoreau, o caminhar adquire a expressão de proteção e valorização ao mundo natural frente aos avanços do novo sistema econômico aglutinador. Estar na natureza para ser natureza, proteger a natureza para proteger a si mesmo.

Surge então um sentimento de cuidado e proteção à natureza, uma necessidade de mantê-la intacta e inviolada, partindo principalmente das preocupações de Thoreau. “A expansão da ferrovia e da sociedade urbana que cresceu na sua esteira acabaram eclipsando o espaço selvagem que ele via, e a atividade de caminhar foi substituída sucessivamente por outras formas de transporte” (COVERLEY, 2015, p.109). Baseando-se nessa preocupação com o espaço selvagem e intocado de Thoreau, e inspirando-se nas viagens expedicionárias de Humboldt, o escocês John Muir (1838-1914) empreende uma longa caminhada de quase mil quilômetros nos Estados Unidos, registrando suas andanças no seu diário pessoal que veio a ser publicado após sua morte em 1914 sob o título de “Caminhada de Mil Milhas até o Golfo”. O relato é considerado um dos primeiros registros de uma caminhada de longa distância feita exclusivamente por amor ao ato de caminhar simultaneamente ao prazer de estar na natureza (COVERLEY, 2015; SOLNIT, 2016).

Bem como aponta Solnit, o que impressiona e destaca nos escritos de Muir é a ausência de um limite bem definido entre a literatura do caminhar e suas compreensões sobre a natureza, sendo uma narrativa que “não há uma trama global, a não ser o enredo óbvio de ir do ponto A ao ponto B, e para os mais introspectivos, a autotransformação que se dá pelo caminho” (2016, p.211). Assim como Humboldt e Thoreau, a literatura de Muir expressa a imersão de um corpo que se movimenta e sente-se parte do mundo natural. É nesse sentido que Coverley (2015, p.112) pontua a importância da influência de Muir para outros caminhantes e escritores, sendo responsável por inspirar e difundir o sentimento de natureza que foi crucial para o desenvolvimento da ideia de preservação dos espaços naturais.

O sentimento pela natureza difundido nos Estados Unidos no último quartil do século XIX contribui ativamente para a institucionalização de parques nacionais e, já no início do século XX, um órgão federal (*National Park Service*) é criado com o objetivo de gerir e administrar os parques. Nessa esteira, organizações e associações voltadas à preservação ambiental são articuladas como forma de realizar pressão política e difundir as atividades de recreação e lazer na natureza.

Esse movimento de proteção e amor ao mundo natural que emerge nos Estados Unidos se populariza e divide opiniões sobre como se relacionar com ambiente, discussões que enfaticamente estão nas raízes do que hoje conhecemos por movimento ambiental. Sobre isso, Larrère explica que:

> Próximo ao final do Século XIX, um cisma divide os Estados Unidos, os defensores das florestas primárias, aquela natureza que os colonos desbravaram e destruíram com ardor. Sob a bandeira da "*conservation*" se reuniam aqueles que, como Gifford Pinchot, defendiam a "*wise use*", o bom uso das florestas, a fim de administrar os recursos naturais de maneira durável. Sob aquela da "preservação" estavam os partidários de John Muir, defensores de uma natureza inviolada, preservada em sua pureza original, uma natureza sem o homem: a *wilderness*. De um lado, uma preocupação da eficácia racional e uma referência às necessidades das gerações futuras. De outro, um cuidado sentimental da natureza, que se alimenta no romantismo americano, em particular nas obras de Henry David Thoreau. Para Thoreau, preservar o selvagem — e então a *wilderness*, era também preservar o selvagem que está em nós (a *wildness*), essa aspiração à liberdade que é comum a todos os seres vivos e, portanto, aos homens (LARRÈRE, 2012, p.248).

A problematização da proteção e uso da natureza – ou recursos naturais como passa a ser referenciado – é uma questão histórica complexa. Na visão de Pádua (2010, p.83), a modernidade da questão ambiental diante da compreensão de que o ambiente natural imputa um problema radical e inexorável para a continuidade da vida humana deve ser entendida em um sentido amplo, estando não apenas relacionada "com as consequências da grande transformação urbano-industrial que ganhou uma escala sem precedentes a partir dos séculos XIX e XX, mas também com uma série de outros processos macro-históricos que lhe são anteriores e que com ela se relacionam". Processos esses que, segundo o autor, partem da expansão colonial europeia, da incorporação de regiões e territórios, da emergência de uma economia sob dominância e, em contraste a tudo isso, o surgimento do conhecimento científico com pretensão de universalidade e um saber geográfico planetário capaz de racionalizar os riscos da ação humana no espaço.

A questão ambiental não surge especificamente no século XIX, é na realidade uma consequência da construção lenta de uma sensibilidade ecológica que só veio a encontrar o ápice no final do século XX, sendo atualmente uma das questões mais complexas, controversas e compartimentadas no meio científico. Utilizando categorias e vocabulários próprios para a época, a crítica ambiental desponta no século XIX e se intensifica a partir de reflexões sobre as consequências ambientais dos atos humanos, reflexões que se fazem

marcante nos ensaios de filósofos e naturalistas (PÁDUA, 2010, p.84). Nesse sentido, o caminhar, conforme destaquei ao longo da pesquisa, foi um dos elementos fundantes da grande maioria desses relatos, ensaios e tratados que propõem uma atitude reflexiva sensível do homem com o espaço. Se o caminhar foi fundamental para o surgimento dos textos e pesquisas que impulsionam a reflexão e a crítica ambiental, ora, então é factível dizer que o ato de caminhar está presente na gênese e desenvolvimento do movimento ambiental tal qual conhecemos atualmente.

Nessa conjuntura histórica, o crescimento demográfico e os progressos técnicos dos meios de transporte marcaram o século XIX e a transição para o século XX. Em decorrência do aumento populacional e o crescimento vertiginoso das cidades, os meios de transporte encurtaram ainda mais as distâncias. “Barcos a vapor substituíram veleiros, e redes de estradas de ferro passaram a interligar as cidades a partir da segunda metade do século XIX” (BRAGA *et al.*, 2004, p.21). Além disso, o final do século também presenciou o surgimento do automóvel movido à combustão, com sua consequente e crescente popularização no mundo ao longo do século XX. Máquinas invadem o contexto urbano, as inovações aproximam as relações internas e externas dos Estados, assim como também aproximam colônias e metrópoles no mundo, intensificando as relações econômicas e potencializando a imigração não só de pessoas, mas de redes e centros industriais. O dinamismo passa a reorientar as relações em todas as escalas: desde a rapidez com que um produto atravessa o oceano, até a rapidez com que um sujeito atravessa a cidade para chegar no seu local de trabalho. Se locomover passa a ser questão de tempo e torna-se, portanto, uma necessidade. Como consequência, exatamente no momento em que a literatura idealizava e exaltava o ato de caminhar, o sistema econômico pautado no desenvolvimentismo banalizou e marginalizou a lentidão do caminhante.

É, por fim, durante essa fase de mudanças e transformações que identifico o surgimento de uma pluralidade do caminhar. Ao mesmo tempo em que se observa o fervilhar do ato através da literatura, da arte e da ciência ao longo do século XIX, as transformações sociais, urbanas e econômicas produzem uma ambiguidade em torno das expressões do caminhar. Como qualquer outra espécie, o ser humano busca sua sobrevivência. Acontece que na atual lógica de reprodução capitalista devemos trabalhar para acumular riquezas e prover uma existência não apenas saudável, mas repleta de necessidades ilusórias e

supérfluas. O trabalho é exaustivo, a rotina diária é desgastante e, por isso, uma válvula de escape frente ao caos torna-se frequentemente procurada. É nesse contexto que o ato de caminhar, na qualidade de fuga para o lazer e descanso, se potencializa e entra em um novo processo de diversificação em suas concepções e entendimentos no decorrer dos séculos XX e XXI. Uma pluralidade de sentidos que certamente é impossível aproximar de uma descrição exata que compreenda a realidade em sua totalidade, mas tentarei, à luz das bases históricas aqui construídas, realizar uma breve análise das expressões do caminhar na atualidade.

A pluralidade do caminhar, ao meu ver, acontece diante da expressiva diversidade cultural. Como sugere Tuan (1983, p.94), pessoas originárias de culturas distintas certamente diferem a ótica pela qual fracionam e concebem o mundo, bem como na maneira de atribuir valores e significados às suas partes e, acima de tudo, no modo de mensurá-las e medi-las. Essa ideia me permite afirmar que o espaço pode ser visto, entendido e sentido de maneiras completamente distintas em decorrência da variabilidade dos fatores socioculturais. Dessa maneira, assim como a compreensão do espaço, acredito que o caminhar também seja assimilado a partir da mesma lógica, se fazendo, portanto, plural.

Essa pluralidade que proponho nasce a partir das contradições entre as concepções do espaço urbano e o espaço natural, desenvolvendo-se e diversificando-se por meio da dicotomia homem-natureza. Se estamos na cidade, queremos uma fuga. Se estamos em fuga, precisamos do retorno para obedecer a lógica de reprodução capitalista: trabalhar para viver, viver para trabalhar. Solnit escreve que “a história do caminhar tanto na cidade quanto no campo é uma história de liberdade e de definição do prazer” (2016, p.287). A liberdade em si, hoje, é possivelmente uma ilusão, mas o prazer, sim, é algo universal no ser humano, ainda que algo notoriamente subjetivo. Acredito que a liberdade mencionada pela autora, na realidade, não seja uma menção ao conceito ou condição de ser livre na sociedade, mas sim sobre a possibilidade de liberdade da mente e do espírito durante o ato de caminhar. Na sequência, o prazer que Solnit defende provavelmente vem do sentir-se inteiro e estar completo durante um caminho, do sentimento do bem-estar próprio, tanto no campo quanto na cidade.

No início do século XX é possível apontar dois movimentos distintos e multifacetados com relação ao ato de caminhar: o primeiro que transita entre a busca da valorização do

caminhante solitário, da vida simples e do mundo natural; e o segundo que carrega uma tentativa, por meio do caminhar, de recuperar o espaço urbano diante das expansões industriais desenfreadas e sem planejamento. Ambos os movimentos estão intimamente interligados e fazem parte de uma mesma história do caminhar. Além disso, faço essa divisão consciente da complexidade e das possibilidades de subdivisões em cada movimento, cada qual com suas especificidades e conflitos em si mesmos e para com outros. No entanto, minha intenção é indicar e discutir os momentos marcantes e as principais contribuições a partir do século XX, construindo um delineamento geral que me permite, de forma simplificada e didática, analisar as principais expressões do caminhar inseridas na atualidade, observando como elas surgiram.

Um questionamento que me faço sobre as ideias que sugerem um retorno ao caminhar e a figura do caminhante primitivo – antes mesmo de se pensar em existir espaço urbano – é que, para além da fuga enquanto protesto, a própria ideia do retorno às origens envolve a noção de estágios e de recusa a aceitação do real. No entanto, a própria origem do ser humano está no percurso, está na movimentação e, esse modelo de vida resulta na lenta e difusa transformação do espaço da forma tal qual conhecemos hoje. Em teoria, a fuga e o protesto é uma atitude reflexiva individual pregada pelos filósofos e pensadores do século XIX, mas na prática, somos seres sociais e parte constituinte de uma sociedade em suas diversas escalas, desde a unidade familiar até a unidade enquanto espécie. Essa fuga e retorno ao natural, que hoje certamente deve ser considerado uma atitude radical, nada mais é que uma sobreposição do individual ao coletivo e, ao meu ver, ainda que permeada de ideias utópicas e inoperantes nos dias atuais, acredito terem sido essenciais para inflamar e orquestrar os sentimentos de valorizações da natureza que proliferaram e infundiram na sociedade.

O mesmo radicalismo observado nesse movimento de fuga e retorno ao primitivo também pode ser identificado no crescente movimento de recuperação e valorização do espaço urbano do início do século XX. Segundo Coverley (2015, p.164), o caminhar foi vivenciado nas cidades durante a primeira metade do século enquanto uma forma caracterizada como antiarte, rejeitando a natureza que estava impressa nas manifestações artísticas do período. Na busca por impulsionar e incentivar as práticas estéticas e a recuperação das cidades, deflagra-se um processo de valorização cultural e simbólica do espaço urbano. A própria ideia de rejeição da natureza e tentativa de idealização do

urbano me causa, a princípio, um certo estranhamento. Essa aversão se desfaz ao refletir sobre as condições de vida nas cidades diante do contexto industrial que se proliferava no século XX, tratando-se, portanto, de uma tentativa de recuperar a intimidade com o espaço que se vive, oferecendo um novo olhar para as ruas e bairros que compõem as cidades, além de reconhecer a necessidade de uma nova lógica livre dos efeitos esmagadores do desenvolvimento capitalista.

Fazendo uma retrospectiva, Careri (2013, p.63) orienta a origem e as raízes do ser humano no percurso, situando a importância de se perceber que o caminhar, seja onde for, está inserido no contexto do imaterial, dos significados e dos valores culturais. O que acredito representar a própria essencialidade da pluralidade do caminhar, evidenciando a diversidade como reflexo da heterogeneidade cultural.

> Antes da transformação física da crosta terrestre iniciada com os menires, o território sofreu uma transformação cultural fundada no caminhar, uma ação que se desenvolveu sobre a superfície do planeta sem violar a sua matéria. Portanto, o percurso é um espaço anterior ao espaço arquitetônico, um espaço imaterial com significados simbólico-religiosos. Durante milhares de anos, quando ainda era impossível a construção física de um lugar simbólico, percorrer o espaço representou um meio estético através do qual era possível habitar o mundo. Associavam-se à errância a religião, a dança, a música e a narração nas suas formas de epopeia, de descrição geográfica e iniciação de povos. O percurso/narração transformou-se num gênero literário ligado à viagem, à descrição e à representação do espaço. [...] O que vem a seguir é uma história da cidade percorrida (CARERI, 2013, p.63-66).

A história da cidade percorrida e da valorização do espaço urbano passa necessariamente por uma adaptação ou modernização do conceito de *flâneur*. Originário do contexto parisiense do século XIX, Baudelaire escreveu sobre a *flânerie*, ou ato de passear, em suas poesias. O substantivo francês está associado às práticas de caminhar, vagar e observar, sendo, posteriormente, adaptado e difundido por Walter Benjamin no século XX. O conceito foi popularizado a partir de um conjunto rico de ideias que caracterizam o termo. O *flâneur* vem de caminhar entre multidões, de uma ideia sobre concentração urbana, experiência sensorial do espaço e também da diversidade arquitetônica. Pode tanto ser o sujeito que se lança a experienciar os prazeres das cidades, como também um sujeito preguiçoso e ocioso. Pode ser um sujeito curioso que caminha e observa atentamente, assim como também pode se referir aos que perambulam e vagueiam (os "vagabundos" e "vadios"). "O *flâneur* busca uma imersão nas sensações da cidade, "banhar-se na multidão", perder-se nas sensações, sucumbir ao arrasto de desejos

aleatórios e aos prazeres da escopofilia" (FEATHERSTONE, 2000, p. 192). Esse contexto, de acordo com Gros (2010, p.178), subentende o real momento em que as cidades passam a ser observadas, experienciadas e sentidas enquanto paisagem, onde "tudo pode mudar de um distrito ao outro: a dimensão das casas, a arquitetura em geral, o ambiente, o ar que respira, o modo de vida, a luz, as categorias sociais".

A modernização do conceito do *flâneur*, segundo Coverley (2015, p.164), perpassa um movimento transitório no limiar da subversão à experiência estética das cidades, processo no qual uma ação cotidiana se transformaria em ação experimental. Um exemplo de manifestações como essa é descrito por Careri, relatando o que mais tarde ficou reconhecido como a primeira peregrinação laica rumo a uma igreja católica na cidade de Paris, sob a organização de André Breton (1896-1966), um poeta francês e teórico do surrealismo.

> No dia 14 de abril de 1921, em Paris, às três da tarde e sob um dilúvio torrencial, os membros do movimento Dadá encontraram-se em frente à igreja de Saint-Julien-le-Pauvre. Com essa ação, pretendem inaugurar uma série de excursões urbanas aos lugares banais da cidade. É uma operação esteticamente consciente, dotada de muitos comunicados de imprensa, proclamações, panfletos e documentação fotográfica (CARERI, 2013, p.71).

Essa manifestação também é citada em Coverley (2015, p. 164) e, assim como Careri, sugere que o movimento inaugura um primeiro encontro que pretendia ser uma sequência de excursões urbanas direcionadas para os locais banalizados da cidade, um formato de empreendimento sério e com apoio da imprensa parisiense. Segundo o autor, "esperavam incentivar ativamente a habitação e o processo de transformar a percepção dos bairros negligenciados da cidade, dos quais Saint-Julien era emblemático" (p.165). Na prática, Careri e Coverley apontam que as consequências da manifestação ficaram bem aquém do esperado, embora tenham aberto importantes precedentes para outros movimentos que vieram na sequência. Entretanto, além da tentativa de valorização de lugares negligenciados, vejo a relevância da excursão como uma forma de ressignificação do

próprio ato de peregrinar que historicamente sempre esteve associado à figura de um caminhante católico[22] percorrendo longas distâncias.

Três anos depois da peregrinação laica, Breton em conjunto com Louis Aragon, Max Morise e Roger Vitrac, organizaram uma nova excursão cujo objetivo seria basicamente vaguear sem objetivo (COVERLEY, 2015, p.166). É nesse contexto que surge o termo "deambulação", um exemplo de caminhada que Careri (2013, p.78) define como a própria essência da desorientação pautada no abandono corporal em meio ao inconsciente. Um tipo de viagem que partiria do centro da cidade em direção ao campo, considerado o mundo externo e vazio. Essa travessia tornaria possível encontrar a transição da cidade-campo. Uma caminhada que "coloca-se fora do tempo, atravessa a infância do mundo e toma as formas arquetípicas da errância nos territórios empáticos do universo primitivo" (CARERI, 2013, p.78).

Excursões e viagens a pé no início do século XX, como as de Breton e outros poetas e escritores contemporâneos a ele, inspiraram a publicação de romances baseados nas caminhadas e nas andanças pelas ruas das cidades. No entanto, em decorrência da conjuntura global de guerras e conflitos no século em questão, alterou-se o foco das manifestações associadas ao caminhar, que não mais se restringia a uma concepção estética, mas sim à popularização do caráter político e crítico ao ato de ocupar as ruas e a mobilização de pessoas, potencializando a participação na vida pública das cidades. É importante ressaltar que as manifestações e expressões políticas já vinham se proliferando em todo o mundo desde o século anterior, principalmente influenciadas pelos acontecimentos da Revolução Francesa, embora muitas delas nem sempre estivessem associadas ao caminhar em si. É somente a partir do século XX que se intensifica a ocorrência dos movimentos sociais e das articulações objetivando a ocupação das áreas urbanas (BEM, 2006, p.1143), principalmente se tratando das ruas, de espaços públicos e monumentos, configurando-se enquanto uma manobra política e uma resposta crítica da população. Esse fenômeno, segundo Solnit (2016, p.360) trata-se do mais elevado ideal

[22] Atualmente é recorrente encontrarmos caminhantes fiéis a outras religiões em ato peregrinatório, ou até mesmo sem qualquer pretensão religiosa, percorrendo os caminhos, trilhas e percursos às igrejas, mosteiros e equipamentos das instituições católicas, configurando-se em uma forma de peregrinação laica, por mais que possa parecer uma ideia completamente ambígua ou incoerente.

de democracia, oferecendo a possibilidade da comunidade em participar da construção de suas próprias vidas.

É nessa lógica que as ruas dão sentido ao termo “cidadão”, que originalmente aparece no contexto da Grécia Antiga. Estar nas ruas é exercer a cidadania, e para Solnit, o “caminhar é só o começo da cidadania, mas é por meio dele que o cidadão ou a cidadã conhece a sua cidade e outros cidadãos e realmente habita a cidade, e não uma parte dela, pequena e privatizada” (2016, p.291). Nessa ótica, a rua vai muito além de uma mera questão de mobilidade urbana ou do deslocamento de pessoas. É onde um sujeito se torna pedestre, o pedestre soma a um coletivo e, dessa forma, esse coletivo vivencia valores e significados culturais particulares impressos no espaço urbano. Portanto, a rua é o palco da cidade e onde tudo acontece e está relacionado, do mais simples ao mais complexo e diverso:

> A própria palavra *rua* encerra uma magia indelicada e suja, conjurando o baixo, o comum, o erótico, o perigoso e o revolucionário. Um homem das ruas é só um democrata, mas uma mulher das ruas, como a prostituta, que vende sua sexualidade. Os meninos de rua são pivetes, mendigos e fugitivos, e morador de rua refere-se àquele que não tem outro lar. Em inglês, *street-smart* é alguém que tem a malandragem das ruas, que conhece os costumes da cidade e consegue sobreviver nela. “Às ruas” é o brado clássico da revolução urbana, pois é nas ruas que as pessoas se tornam o público e onde reside seu poder. A rua significa a vida nas correntezas impetuosas do rio urbano no qual todas as pessoas e coisas podem se misturar. É exatamente essa mobilidade social, essa ausência de compartimentos e distinções, que confere à rua seu perigo e sua magia, o perigo e a magia da água na qual todas as coisas correm juntas (SOLNIT, 2016, p.291).

A temática da diversidade de paisagens e relações que caracteriza o ambiente urbano não se restringe apenas ao âmbito literário e poético, o mundo acadêmico também passa a adota-lo enquanto objeto de estudo. Na metade do século XX o francês Guy Debord (1931-1994) funda o que definiu como “psicogeografia”, objetivada em encontrar o ponto de intersecção entre a psicologia e a geografia, estudando o impacto emocional e comportamental da diversidade do espaço urbano sobre a consciência individual, sendo o estudo aplicado sob condições científicas e pautadas em resultados rigorosamente analisados (COVERLEY, 2015, p.174). Na pesquisa de Debord, conforme Coverley explica, o francês estudou a verdadeira natureza do ambiente urbano enquanto atravessa por ele, descrevendo o *flâneur* e o ato da deriva urbana.

A magia das ruas, o *flâneur* e principalmente a diversidade das paisagens urbanas fez com que a literatura do caminhar se transformasse e renovasse. Se no século XIX ela foi majoritariamente representada pela ideia do caminhante solitário na natureza, no início do século XX ela está intimamente atrelada à figura do caminhante urbano e os prazeres das cidades. Além disso, com uma mudança da centralidade temática da literatura do caminhar, certamente o teor das publicações também se desloca para essa nova perspectiva urbana. Nesse sentido, a popularidade dos tratados filosóficos e os relatos das expedições exploratórias dos naturalistas fora do mundo acadêmico começavam, de maneira lenta e gradual, a ceder espaço não só para poemas e romances voltados a literatura urbana mas, principalmente, nos registros e diários de caminhantes das grandes metrópoles e exploradores dos prazeres das ruas, os quais constituíram e impulsionaram um novo fenômeno que surge no final da primeira metade do século XX e difunde a famosa expressão "cair na estrada". Me refiro ao surgimento e à popularização da geração *beat* nos Estados Unidos que irrompe durante a conjuntura pós-guerra ao final da década de 1940, sendo considerado principalmente o fenômeno popular precursor de todo e qualquer movimento coletivo de contracultura e crítica ao materialismo.

O movimento *beat* emerge em contestação ao surgimento de uma cultura hegemônica norte-americana. De acordo com Luna e Schenkel (2015, p.140), a difusão dessa cultura expõe os vestígios das fraturas decorrentes do processo civilizatório associado ao projeto capitalista liberal, que se fez resultado das marcas sombrias deixadas pela revolução industrial. A eclosão da Primeira Guerra (1914-1918) devasta a Europa e reverbera nos Estados Unidos provocando a crise financeira de 1929, conhecida como a Grande Depressão. É somente após os efeitos da Segunda Guerra (1939-1945) que, em conjunto ao *boom* industrial e a uma cultura midiática de consumo, os Estados Unidos se tornaram a potência econômica no cenário global.

> É nesse contexto de culto exacerbado ao consumo que se dá a restauração da ordem social fraturada no pós-guerra. O desejo de consolidar a ordem faz com que as tradições e os valores puritanos retomem seus assentos na vida familiar. A autoridade paterna volta a ser exercida sem embargos e a dona de casa, empoderada nos tempos de guerra, obrigada como foi a comandar a casa na ausência do marido, reassume o papel submisso de "rainha do lar", após o retorno dos combatentes. Consolida-se, assim, e com relativa rapidez, o que se chamaria daí em diante de "o estilo de vida americano", *the American way of life*. Centrado na imagem da família de classe média branca, esse modelo de núcleo social combina o mais alienado consumismo a uma

> religiosidade traduzida em artificialismos e comportamentos hipócritas. Como diria Terry Eagleton, se agora os norte-americanos buscavam a salvação, o caminho para o céu seria feito de Cadillac. E ninguém ousaria esquecer de levar ao paraíso a parafernália de eletrodomésticos que, naquele momento, tanto preenchia o vazio da vida, quanto elevava a autoestima da população, já que o carro, a geladeira, a TV, a máquina de lavar, o aspirador de pó e outras tantas tralhas eram não apenas usadas pelos americanos, mas eram produzidas nos Estados Unidos, *Made in the USA* (LUNA e SCHENKEL, 2015, p.143-144).

É no contraste ao padrão de vida norte-americana difundida na década de 1940 que o movimento *beat* ganha destaque, sendo movido por um desejo profundo de ampliar os estágios da consciência, encontrando na fuga e na negação do sistema como uma forma concreta de manifestação e contestação (OLIVEIRA, 2011, p.142). Esse fenômeno cultural foi influenciado, de acordo com Luna e Schenkel, pela tríade literária composta por Allen Ginsberg (1926-1997), William Burroughs (1914-1997) e Jack Kerouac (1922-1969) que pregavam uma vida itinerante nas grandes metrópoles dos Estados Unidos, sem criar raízes e sem buscar qualquer tipo de garantias ou estabilidade para uma vida normal em quaisquer que fosse a cidade. Uma tentativa de escape e rejeição ao sistema simbolizado por colocar uma mochila nas costas e "cair na estrada". Considerados vagabundos pela sociedade burguesa norte-americana e se autointitulado enquanto "vagabundos iluminados", Cordeiro (2011, p.4) explica que ainda assim se popularizaram e inspiraram pessoas em todo o mundo a viajar e experienciar uma vida regida por um tempo completamente distinto da rotina imposta pelo capitalismo industrial: o tempo da estrada.

Para a geração *beat*, o tempo na estrada era um tempo livre de preocupações, caminhar pela rodovia a espera de uma carona para ser levado à outra cidade. Sem planejamento e sem objetivos concretos, a vida baseava-se no improviso e nas experiências intensas em cada cidade. "O *beat* observa a multidão enfurecida como quem olha para animais em uma jaula. Vê falta de lógica e de sentido no estilo de vida burguês. Há crueldade e competição no ar, tudo em função de objetivos e sonhos vazios" (CORDEIRO, 2011, p.2). Por isso que se negavam a prisão ao sistema e não se fixavam em nenhum lugar, mantinham uma vida de um nômade urbano, um *flâneur* das estradas ou um peregrino em busca da plenitude e libertação. O caminhar representado pelo vagar nas estradas, nas cidades e pelas ruas, impresso na literatura por meio de relatos autobiográficos, romances e poesias, sendo reproduzido como fenômeno cultural crescente.

A fuga da geração *beat*, ao meu ver, nada mais é que uma releitura das indignações e insatisfações de autores como Rousseau e Thoreau. Ambos os filósofos pregavam a fuga como forma de protesto ao sistema econômico, embora o escape estivesse pautado na condição solitária e do retorno à experiência primitiva do ser humano. Os *beats*, por outro lado, buscavam uma fuga coletiva contra o sistema e, apesar de criticar a lógica de reprodução urbana, vivem intensamente a vida boemia nas ruas. Encontram o protesto materializado na manifestação de uma atitude incompatível com a idealização do *american way of life* promovido pela mídia, subvertendo os valores de família, propriedade, necessidades e estabilidade financeira.

Esse fenômeno cultural, que nasce primeiramente enquanto movimento literário e evolui para uma atitude coletiva, difunde-se para além dos Estados Unidos. É no decorrer da década de 1950 e 1960 que a geração *beat* influencia e inspira o surgimento e consolidação de todo um fenômeno de mobilização e contestação social de contracultura, resultando no movimento *hippie*, o *underground* e até mesmo culminando na formação de outras vertentes musicais. Um coletivo objetivado em transgredir os valores e manifestar o descontentamento com o estado de uma sociedade gerada no materialismo e consumismo. Esse descontentamento, principalmente se tratando do movimento *hippie*, foi manifestado por meio de pressões populares nas ruas, eventos culturais e difusão de práticas alternativas associadas à liberdade da consciência religiosa e idealização da natureza que, segundo Guerriero (2009, p.7) foram elementos que possibilitaram "o surgimento de comunidades rurais e urbanas que propunham uma maneira alternativa de viver".

O movimento da contracultura, que se acentua durante a década de 1960 e 1970, em conjunto com outros fatores que irei mencionar, contribuiu para o surgimento de novas concepções de viagens e viajantes, de caminhadas e de caminhantes. Essas novas ideias estão associadas a outros três fatores: (i) em comunhão e paralelamente ao movimento de contracultura, o mundo observou um novo despertar para a questão ambiental sob a tragédia anunciada de Rachel Carson, na obra "Primavera Silenciosa" de 1962, em que a autora alertou para os problemas ambientais e possíveis contaminações causadas pelo uso irresponsável de agrotóxicos. Obra que é inserida dentre um contexto que no âmbito acadêmico começava-se a discutir relações ecológicas e interferência humana; (ii) a década de 1970 parece ter sido, conforme aponta Solnit (2016, p.217) a idade de ouro das

caminhadas de longa distância sob os relatos de autores como Peter Jenkins, Robyn Davidson e Alan Booth, que descreveram experiências únicas em lugares distantes da lógica perversa do capital, indicando que caminhar sem destino é o motor da comunhão interna e o encontro com essas experiências extraordinárias; (iii) por fim, a difusão do conceito de turismo e suas inúmeras tipologias durante a década de 1970 que não só mercantilizam a necessidade do lazer e descanso perante o cotidiano exaustivo, mas torna um produto a ser vendido sob a ideia da viagem e da figura do viajante (RUSCHMANN, 1997; BRAMBATTI, 2011).

É em face dessa complexa conjuntura da contracultura, da preocupação com a natureza diante da interferência humana, da diversidade literária associadas às caminhadas de longa duração e da difusão do conceito de turismo que, durante a década de 1970, o ato de viajar sem destinação concreta, sem planejamento e sem objetivo definido acaba sendo responsável por suscitar novas concepções de viagem e da figura do viajante. A busca por conhecer e se lançar a lugares distantes de uma égide da sociedade de consumo faz com que surgisse a imagem do viajante *hippie* em associação à imagem do andarilho vagabundo, que levou à consequente popularização da ideia do mochileiro e o conceito de um turista independente, dentre outras terminologias apontadas por Falcão (2016, p.83) que parecem direcionar para um mesmo conjunto de motivações e atitudes que reverberam na atualidade:

> No âmbito acadêmico, Welk (2004, p. 85) sinaliza que as motivações que esses "vagabundos" tinham para viajar era sua rebeldia contra uma "geração de pais conformistas". Assim, esse autor acredita que essa situação levou os jovens a várias tentativas de criação de estilos de vida alternativos por meio de viagens a outros países, na esperança de buscar a redenção pessoal, mudando e revolucionando a própria sociedade em que viviam. [...] vagabundo era uma definição para a juventude nômade, no início da década de 1970, e que muitos já nomeavam de "viajante hippie". Esses viajantes rumaram a muitos lugares distantes das rotas turísticas convencionais, impulsionados pela crítica à alienação produzida pela própria sociedade e pela incapacidade de encontrar autenticidade para a volta. Dessa forma, Cohen (2003) vê o vagabundo/hippie como um modelo ideológico que os mochileiros atuais pretendem recriar (FALCÃO, 2016, p.83).

O ato de colocar a mochila nas costas e partir em direção à incerteza remonta a geração *beat* e, embora o termo mochileiro (do inglês, *backpacker*) já fosse popular no senso comum há mais tempo, a inclusão da expressão na literatura acadêmica é relativamente recente e foi introduzida por Pearce em 1991 para designar os "vagabundos modernos"

ou sujeitos que organizam suas viagens de forma independente, flexível e econômica (FALCÃO, 2016, p.83). Ou seja, um mochileiro contemporâneo que apesar de ideologicamente buscarem suas inspirações nos viajantes da década de 1970, as condições socioeconômicas e políticas atuais não permitem uma reprodução exata do ato. Essa impossibilidade do espelhamento idêntico está associada a uma atual conjuntura histórica que se distingue totalmente das décadas anteriores, além de questões que se relacionam a fatores como a infraestrutura, segurança, criminalidade e, sobretudo, a uma outra racionalidade vigente no século XXI que está associada aos processos resultantes da globalização e dinamismo de uma sociedade altamente tecnológica e dependente dos confortos urbanos.

> Se antes o turismo mochileiro era visto como uma atividade marginal, associada às drogas, aos hippies e aos aventureiros irresponsáveis, hoje, os mochileiros da Europa, Oceania e América do Norte realizam grandes viagens como uma espécie de ritual de passagem, o encerramento de um ciclo da vida pessoal, seja antes da entrada na vida universitária, na saída dela ou em um período entre empregos. Viajar emergiu como uma importante qualificação informal, uma espécie de formação educacional paralela, como uma certificação profissional através da obtenção de experiência, pois os mochileiros visam o desenvolvimento pessoal, a complementação educacional. Durante as últimas três décadas, os mochileiros se tornaram um fenômeno em evidência, fortalecidos pelas facilidades advindas da globalização, que abriu novos horizontes pelo aumento das facilidades de viagens internacionais, pelo aumento da disponibilidade de hospedagens econômicas e pelo trade turístico voltado para este segmento, mesmo que ainda incipiente em muitos países (SAWAKI *et al*., 2010, p. 6-7).

A definição acima sobre o mochileiro contemporâneo é apenas uma generalização possível dentro de inúmeras categorias e alternativas de classificações que fervilham nos últimos anos. A atividade turística, de uma forma geral, se diversificou nas últimas décadas e vem surgindo uma infinidade de tipologias associadas ao caminhar que encontram os precedentes nas raízes de uma mesma árvore histórica aqui traçada. Tipologias essas que Castrogiovanni (1995) imputa à diversidade de categorias por se tratar de um conjunto de atividades, bens e serviços que se inserem em um espaço com fins recreativos, culturais, de saúde ou até mesmo religiosos, sendo a paisagem geográfica a base do fenômeno turístico.

É nessa efervescência cultural que o caminhar se revela nas entranhas das atividades voltadas ao lazer; na prática de esportes; em bases profissionais; em manifestações religiosas, políticas e culturais e uma infinidade de categorias que se associam com a

segmentação turística. Nesse momento, uma revisão sobre as classificações e tipologias do turismo apenas serviria, ao meu ver, para ordenar e enquadrar o que já foi feito e continua sendo feito exaustivamente na literatura acadêmica. Cada autor pode, a partir de uma ótica, enquadrar uma atividade em um segmento distinto, como é o caso, por exemplo, das atividades que se desenvolvem na natureza. Na esteira da questão ambiental se observa o surgimento de um turismo ecológico, turismo sustentável, turismo de aventura, turismo de montanha, turismo na natureza, ecoturismo e dentre inúmeras categorias que buscam novas nomenclaturas para distinguir particularidades no ato da viagem. Além disso, esse enquadramento não depende só da ótica de um autor, mas também da forma com que a mídia e o mercado a tratam e, por fim, na própria compreensão e entendimento sobre a atividade daquele que a pratica.

Buscando fugir das armadilhas conceituais e teóricas que as tipologias do turismo podem me proporcionar, me vem o questionamento do porquê de encontrar com certa frequência na literatura uma associação que coloca o lazer, o caminhar e o viajar sempre atrelado a uma segmentação turística, como se a própria atividade em si não existisse fora dela, como se não fosse independente de classificação. Acredito que uma resposta satisfatória é elucidada por Labucci (2013) ao apontar que vivemos em uma sociedade dominada pela técnica, pela ditadura da expansão urbana e do automóvel, pela cegueira à devastação ambiental e ao consumo desenfreado e, por esses motivos, cada vez mais se alimenta a ideia de que o lazer e o prazer estão no exterior dessa rotina dinâmica e autoritária dos centros urbanos. Uma fuga à realidade que Rousseau, Thoreau e outros filósofos já anunciavam entre os séculos XVIII e XIX, uma fuga que foi amplamente abraçada pela literatura do caminhar e, sobretudo, praticada coletivamente pelos movimentos de contracultura.

É na herança desse anseio pela fuga e na necessidade de experiências únicas que se popularizam a busca por trilhas, travessias e caminhadas de longa duração nas últimas décadas. Caminhos que são carregados de valores e significados idiossincráticos que representam a materialização de um pedaço da história da humanidade em um longo percurso. Caminhos que foram percorridos por povos primitivos, que trazem marcas do processo civilizatório e fazem parte de momentos históricos da expansão humana em todo o planeta. Percursos que refletem a singularidade dos fenômenos religiosos e envolvem peregrinações, procissões e festejos. Trajetos que foram explorados por viajantes e

aventureiros de todos os períodos da história. Caminhos que estão registrados na literatura do caminhar e que atualmente compõem uma complexa rede de trilhas e travessias espalhadas em todo o mundo, que refletem não só a diversidade cultural, mas representam um rico mosaico de nossa existência no mundo.

São trilhas, travessias, caminhadas de longa duração, escaladas, peregrinações e dentre inúmeras outras concepções e entendimentos da prática do caminhar que possibilitam a imersão humana no espaço. Atividades que levam o sujeito a exigir mais do corpo em cada passo dado, atingindo o limite e a exaustão para que, então, só assim encontre a plenitude na mente. Uma idealização que Cidade (2012, p.11-12) conclui representar uma valorização histórica e cultural do sofrimento, uma romantização da dificuldade que nasce em decorrência do sentimento de superação das adversidades. Um elemento que, associado a uma infinidade de questões subjetivas e individuais, leva um sujeito a peregrinar por quase 800 quilômetros nos Caminhos de Santiago de Compostela ao longo do continente europeu; a percorrer o circuito de trilhas no Nepal de quase 15 dias até o Campo Base do Everest e até mesmo arriscar a vida na ascensão ao pico; a se lançar na *Pacific Crest Trail*, uma trilha que se prolonga por mais de 4.300 quilômetros no Estados Unidos, ligando o país de norte a sul; ou a desbravar a diversidade de paisagens da Serra do Espinhaço em toda sua abundância e riqueza de trilhas e travessias. São exemplos de caminhos que envolvem interações entre pessoas, entre culturas e, principalmente, uma viagem ao íntimo de cada caminhante que representa um movimento mais relevante que o próprio ato de chegar ao destino final. Uma representação lúcida da fuga contemporânea, uma forma que, ainda que pareça ilusório, nos fazem sentir livres e vivos.

É diante de toda essa complexa diversidade que enxergo e defendo a pluralidade do caminhar. Nas palavras de Labucci (2013, p.10), o movimento tem representado a forma mais elevada de existência e resistência, sendo, portanto, um modo único de pensar e de agir. Uma comunhão natural de movimentação física e atividade intelectual que, por consequência, nos tornam mais humanos. Acredito que nessa longa comunhão, a imaginação e a escrita também tenham conquistado o seu espaço, afinal, é por meio do imaginário e da literatura que vários caminhos e caminhantes foram eternizados e, dessa maneira, a história do caminhar continua sendo escrita, pensada e repensada.

> Caminhar tem sido uma das constelações no céu estrelado da cultura humana, uma constelação de três estrelas, que são o corpo, a

> imaginação e o mundo vasto e franco, e embora todas as três existam independentemente, são as linhas traçadas entre elas – pelo ato de caminhar com finalidades culturais – que faz delas uma constelação. As constelações não são fenômenos naturais, mas imposições culturais: as linhas traçadas entre as estrelas são como caminhos batidos e criados pela imaginação daqueles que nos antecederam. Essa constelação chamada caminhar tem uma história, a história trilhada por todos aqueles poetas, filósofos e insurgentes, por pedestres incautos, prostitutas de rua, peregrinos, turistas, excursionistas e montanhistas; mas se ela tem ou não um futuro, isso depende da possibilidade de esses caminhos comunicantes ainda serem ou não percorridos (SOLNIT, 2016, p.476).

Caminhar é, portanto, um ato sensorial e perceptivo do espaço. É se infundir na paisagem e se lançar ao desconhecido, a novas experiências de mundo e vivências em outras culturas. Se abrir para o exótico e para o novo, poder reimaginar o passado e repensar o presente. Um movimento rumo ao íntimo e direcionado a reflexão, a compreensão de si mesmo e do outro. É assim que o caminhar abraça a história do ser humano e de todo seu conhecimento sobre o mundo. Um mundo construído por caminhos e por todos seus caminhantes. Está na gênese e desenvolvimento da ciência e da própria figura do cientista, é visceral ao conhecimento geográfico e à experiência geográfica. O caminhar é, por fim, ser geógrafo e fazer geografia em movimento, pautado em um ritmo alternado em cada passo dado. Uma dança lenta entre as escalas espaciais e temporais. Um movimento de infusão do corpo e difusão da mente. Um ato físico e ao mesmo tempo simbólico de ser e estar no mundo.

III

A GEOGRAFIA DO CAMINHAR

Nas páginas anteriores busquei traçar uma narrativa que pudesse revelar um mundo construído por caminhantes, produzindo basicamente uma releitura da história da humanidade a partir de uma perspectiva geográfica do caminhar. Essa releitura seria um primeiro passo não apenas para clarear, mas também para tornar palpável, uma geografia que de fato tem como berço o caminhar. Desde o início dessa pesquisa venho modelando a ideia de que caminhar é uma forma de experiência geográfica, que é possível pensar em uma geografia intrínseca ao caminhar. Da mesma forma que podemos pensar a trajetória e história do ser humano no espaço por meio do ato de caminhar, por que não seria possível utilizar a mesma perspectiva ao investigarmos e aprofundarmos na epistemologia do pensamento geográfico? Um saber que nasce do movimento e uma ciência que também se desenvolve e se estabelece também por sua influência. Sua concepção está diretamente entrelaçada com a história da Geografia. Um olhar atento para o passado dessa ciência é, também, uma forma de apontar as evidências e demonstrar a emergência da própria geografia do caminhar.

A geografia tem em suas origens um saber puramente empírico e todo o processo de consolidação e sistematização desse conhecimento geográfico se resume, de acordo com Machado (1997, p. 7), em uma longa "trilha escura, porém sedutora" a ser explorada. Um longo percurso sinuoso, ou labirinto para ser mais preciso, que tem como ponto de partida uma única questão: o que é a geografia? Uma indagação que a princípio pode parecer simples, curta e direta, mas que carrega consigo todo um complexo arcabouço teórico envolvendo correntes de pensamentos e paradigmas que atravessam a história dessa ciência. Discutir geografia envolve adentrar nas suas mais variadas propostas de análise do espaço geográfico e que, muitas vezes, podem parecer até conflitantes ao se deparar com a quantidade de dicotomias que permeiam o pensamento.

Certamente não existe uma resposta única para essa pergunta, já que implicaria em reduzir toda a profundidade de um campo do conhecimento para dentro de uma única gaveta fechada. Estamos falando de uma longa e diversa construção cognitiva que acompanha especificidades temporais, competências e sistemas explicativos que tem como objetivo

buscar traduzir e conceber o mundo que vivemos. Frente a essa complexidade, como seria possível estruturar ou estabelecer uma única identidade geográfica? Possivelmente a forma mais habitual entre os geógrafos para se esquivarem dessas questões é apoiando-se na etimologia do termo: *geo* + *grafia*. Ou seja, apontar a geografia enquanto uma ciência responsável por estudar o espaço e que tem como objetivo descrever a superfície terrestre. Embora o entendimento da origem etimológica tenha sua devida importância, essa simplificação não abraça de fato a pergunta:

> O que é a Geografia? A essa pergunta tão comum muitas vezes sucede também uma habitual resposta. Com insistência se diz que a Geografia, como aliás o próprio nome indica, é a ciência que estuda o espaço terrestre. A composição da palavra, formada a partir da justaposição de *geo*, terra, e *grafos*, escrita ou descrição, responderia assim perfeitamente à questão. Esse recurso à etimologia é um dos mais corriqueiros expedientes de apresentação geral da Geografia, sobretudo para um público escolar ou quando dirigido a uma audiência menos familiarizada com a disciplina. Está resolvido o problema? Não. Nem sempre a etimologia ou a constituição da palavra é capaz de informar completamente a respeito de seus usos e significados. Muitas palavras viveram transformações nos seus sentidos originais e, algumas vezes, no emprego corrente nada, ou pouca coisa, guardam dos seus significados etimológicos de origem (GOMES, 2017, p.14-15).

Por esse caminho Gomes inicia o seu debate na busca pela compreensão das bases do raciocínio geográfico. O autor infere que o apelo etimológico acontece pelas vias inversas, já que não se trata de oferecer uma explicação final e sim criar um ponto de partida para a reflexão. Se for observado o significado de uma palavra quando concebida, estaríamos, por esta maneira, assumindo os valores que ela carregava naquele período em específico. “Discutir o terreno onde essa palavra se formou significa, pois, estabelecer a rede de associações que naquele momento ela mantinha com outras ideias [...] Esse é o caso da palavra Geografia. O que ela designa hoje? ” (2017, p.16). É todo esse percurso que culmina na trilha escura e sedutora do pensamento geográfico. O que está entre o conhecimento empírico mais antigo e o seu processo de sistematização enquanto ciência, entre a concepção do termo e sua sequente pluralização até os dias de hoje.

Realizar uma retrospectiva histórica da geografia não revelaria apenas uma única identidade, mas sim inúmeras identidades entre as geografias. É nesse sentido que se diz que existem tantas geografias para quantos forem os métodos de interpretação da realidade (MORAES, 1986, p.30), geografias que emergem conforme as relações e vivências com os lugares, paisagens e espaços (SUERTEGARAY, 2005, p.32) ou

simplesmente tantas geografias para quantos forem os geógrafos (LIMA, 2014, p.5). Uma diversidade que é explorada por Amorim Filho:

> A atividade geográfica, desde suas origens mais remotas, sempre foi pluralista tanto em sua temática, quanto em suas abordagens; essa pluralidade, apesar das dificuldades e perplexidades que, inevitavelmente, traz para os praticantes da geografia é, do ponto de vista do autor deste texto, um dos principais motivos da continuidade, da utilidade, da riqueza e do prazer ligados a esta atividade intelectual tão antiga; apesar dessa pluralidade, a atividade geográfica sempre possuiu, para os geógrafos mais conscientes, uma unidade que, ao contrário do que alguns possam pensar, não é dada por nenhuma grande teoria ou orientação ideológica, mas, sim, por certos objetivos e princípios gerais, em relação aos quais sempre houve um certo consenso (explicito ou tácito) entre os membros mais coerentes da comunidade dos geógrafos (AMORIM FILHO, 2006, p.1).

É essa pluralidade geográfica que se desenvolve ao longo do tempo e é guiada por uma unidade de objetivos e princípios que aqui me interessa. Ruy Moreira (2007, p.14) acredita que para "cada época da história tem uma forma própria de geografia e um perfil próprio de geógrafo". Trata-se de um mar epistemológico e o movimento, agora, será de mergulhar nessa complexidade para compreender essas formas que a geografia assume, objetivando evidenciar como o caminhar foi se relacionando com essas geografias e, não menos importante, com os geógrafos.

3.1. Um prisma geográfico e o espectro do caminhar

No campo da física, um fenômeno bastante estudado e demonstrado através de experimentos práticos é a refração e dispersão da luz, quando ocorre a decomposição da luz branca em um espectro variado de cores. Esse fenômeno é frequentemente explicado em livros didáticos e reproduzido em sala de aula ao atravessar artificialmente a luz branca em um prisma. Uma forma mais agradável de visualizar esse espectro colorido seria contemplando um arco-íris ou simplesmente observando a capa do disco *The Dark Side of the Moon* (1973) da banda *Pink Floyd*. De todas as formas, a conclusão que se chega é sempre a mesma: Isaac Newton (1643-1727) estava certo ao afirmar que a luz branca é composta, basicamente, por todas as demais cores.

O que seria esse prisma que decompõe a luz branca em um espectro de cores se não uma analogia para a ciência que tenta explicar o mundo? É comum ouvir dizer que a ciência, em um sentido metafórico, é como uma lente a qual um sujeito adota para observar um

determinado fenômeno e tentar explica-lo. Aproximando dessa ideia, Gomes (2017, p.146) aponta a geografia como uma forma de pensar, “original e potente de organizar o pensamento” com seus conjuntos diversos de instrumentos e princípios que fundamentam e estruturam o raciocínio geográfico. A partir disso, acredito na possibilidade de imaginar a concepção de um prisma geográfico. Da mesma forma que um prisma de vidro refrata e decompõe a luz branca, um prisma geográfico seria como uma lente capaz de compreender e assimilar os fenômenos do mundo, dotando-os de valores, significados e construindo os sistemas explicativos que compõem o raciocínio geográfico.

Enxergo essa analogia como uma forma inteligível de ajudar a delinear uma geografia do caminhar. Ao atravessar o ato de caminhar por entre o prisma geográfico, é possível decompor sua complexidade e resultar em um espectro que apresenta e revela toda a sua pluralidade. A compreensão desse prisma passa pelo movimento de entender o processo de como a geografia se estruturou ao longo do tempo, a sua história e o que hoje ela significa. Me coloco a realizar esse retorno às origens buscando ressaltar essa perspectiva do caminhar. Além disso, conforme Diniz Filho (2009, p.14-15) ressalta, esse movimento de olhar para trás ao discorrer sobre a história da geografia, dilemas epistemológicos e grandes transformações geográficas, necessita de um afastamento de abordagens que “interpretam a história da ciência como um movimento progressivo que culminaria com a chegada de uma proposta epistemológica que poderia ser considerada superior às anteriores”. Pelo contrário, estabelecer uma narrativa dos caminhos do pensamento geográfico seria uma forma de “mostrar ao leitor as muitas vias possíveis [...] bem como os desafios a serem enfrentados para cada uma delas”. Por fim, é como Tozer (1971, p.2) reforça: “a História da Geografia representa uma fração integral da história e desenvolvimento da humanidade enquanto espécie”.

3.1.1. Conhecimento de mundo

É consenso entre os geógrafos (SODRÉ, 1989; MOREIRA, 2007; CLAVAL, 2014; GOMES, 2017) que o inicio da gestação da geografia enquanto ciência começa com as bases filosóficas na Grécia Antiga, ainda que a sistematização do conhecimento geográfico só viria a acontecer de fato no decorrer dos séculos XVIII e XIX. Embora a Grécia seja apontada como epicentro na gênese da geografia, há também as referências às raízes empíricas da ciência geográfica que precedem a Antiguidade. Tratam-se de

conhecimentos de mundo que acompanham a trajetória da humanidade desde os primórdios e nascem a partir das infinitas experiências no espaço. São os "saberes práticos, mas não sistematizados" (CLAVAL, 2011, p.81).

As bases epistemológicas da Geografia remetem à Grécia Antiga em decorrência do surgimento e maturação dos princípios filosóficos, que estão relacionados com a prática de registrar e documentar, culminando em uma extensa e rigorosa literatura dotada de método que buscava descrever os fenômenos do mundo (CLAVAL, 2013; CLAVAL, 2014). O saber prático, por sua vez, tem sua relevância para a história da geografia por outras vias. As dinâmicas das populações humanas da Pré-História – intensamente exploradas principalmente por arqueólogos – carregaram esse saber prático em sua essência. Ainda que houvesse a produção e reprodução de conhecimentos de conteúdo geográfico[23], não havia reflexão direcionada para a abstração desses conhecimentos visando postular regras ou princípios gerais.

> Conhecimentos de conteúdo geográfico são necessários [...]; por exemplo, os povos caçadores têm de saber quais são os tipos de vegetação e os tipos de meio ambiente que convêm à caça; o problema é, uma vez estes meios localizados, achar um itinerário para chegar lá. Não é desenvolver um conhecimento abstrato e geral dos meios ambientes, ou regras gerais para orientar-se e localizar os lugares (CLAVAL, 2011, p.81).

A descoberta do fogo na Pré-História, a título de exemplo, é uma das melhores formas para demonstrar a relevância do saber prático, já que não haveria nem ciência e nem técnica se as populações não transmitissem culturalmente a prática do fogo, repassando o conhecimento por entre gerações (MOREIRA, 2001). Por mais que as discussões sobre o pensamento geográfico tenham o ponto de partida na Grécia Antiga, a Pré-História – conforme demonstrei no capítulo anterior – preserva parte da raiz empírica da geografia, estando essencialmente atrelada à necessidade de sobrevivência e dotada de um conhecimento de mundo[24] que surge do movimento. Um saber que aflora da experiência entre as relações do espaço habitado e do espaço desconhecido, uma geografia crua, de

[23] Claval (2011, p.81) discorre sobre esse conhecimento de conteúdo geográfico. Estão associados aos conhecimentos geográficos que têm um papel na vida das pessoas e se referem "(i) à orientação e à localização dos lugares, (ii) ao uso dos meios ambientes, (iii) à integração nos grupos sociais e ao uso das relações sociais para atingir os seus alvos, e (iv) à proteção contra grupos hostis e, mais geralmente, para fazer guerra ou manter a paz".

[24] "Nós adquirimos conhecimento do mundo através das possibilidades e limitações dos nossos sentidos. O espaço que nós podemos perceber estende-se na frente e ao redor de nós" (TUAN, 1979, p.398).

caráter embrionário e ainda muito distante dos moldes filosóficos e científicos. Uma geografia prática que desabrocha entre os longos percursos, memorizações e a constante observação dos ciclos naturais. Uma compreensão de mundo que serviu como base para seguirmos enquanto espécie, caminhando, povoando e habitando o espaço.

No capítulo anterior me empenhei em estabelecer uma narrativa da nossa trajetória enquanto espécie à luz do caminhar ao decorrer do período pré-histórico[25]. Por isso, o saber de conteúdo geográfico, oriundo das relações com o espaço, consolidaram os povos pautados no movimento[26] e, também, contribuíram significativamente para o surgimento das sociedades sedentárias. Esse relacionamento mais íntimo com o espaço habitado é o que difere o *Homo sapiens*, que ocorre em decorrência de um conjunto de fatores que incluem nossa estrutura bípede e nossas características comportamentais. Somos capazes de nos locomover e explorar territórios mais amplos, assim como podemos criar signos, linguagens, interações sociais complexas e refletir sobre si mesmo, o que, segundo Jorge e Jorge (2000, p.102-103) pode ser enquadrado como um *modus operandi* "moderno" que nos diferencia das outras espécies que habitam e compartilham o mesmo espaço.

Os conhecimentos que nascem das formas de habitar o espaço ao decorrer da Pré-História, incluindo aqui, os conhecimentos de conteúdo geográfico, são motivos pelos quais pode ser observado uma "explosão" criativa que remonta há cerca de 40.000 anos. Essa explosão criativa é descrita por Jorge (1999, p.449-450) e acontece de forma simultânea em diversos pontos do planeta nas sociedades em movimento, ainda imersas em uma natureza pouco modificada, produzindo signos e povoando o espaço de sentidos. É por volta dos 12.000 atrás que se tem o processo de "domesticação" do espaço natural com os povos sedentários, ainda regidos pela oralidade e pelo saber que se caracteriza, sobretudo, pelo "saber fazer".

O caminhar frutifica esse saber prático que emana dos povos em movimento. Para exemplificar essa afirmação cito o deslocamento como parte do que caracteriza as estratégias de sobrevivência e subsistência dos povos nômades. Binford (1980) e Kelly (1985) demonstram, a partir de vestígios e dados arqueológicos, a estrutura na qual

[25] Discussões entre as p.29-39.
[26] Os povos em movimento são caracterizados pelos conceitos de errância e nomadismo, possuem origem na Pré-História. As distinções foram devidamente explicadas por Careri (2003, p.50) e aqui encontram-se também descritas na p.3638.

operavam os povos caçadores-coletores pré-históricos, reimaginando os formatos de organização social, tecnológica e, sobretudo, os padrões de mobilidade e adaptação de grupos a diferentes contextos ambientais. Questões que refletem diretamente na necessidade de conhecer o espaço e as dinâmicas que ali suscitam: seja no aprendizado em relação aos hábitos de suas presas, onde elas ocorriam e a estratégia de caça; no conhecimento da distribuição e identificação dos alimentos coletáveis (seja na distinção entre sementes, ervas, raízes e frutos pela cor, cheiro ou textura); no desenvolvimento de dietas alimentares capazes de sustentar um grupo; a observação dos ciclos e fenômenos da natureza para assimilar os perigos e oportunidades; dentre esses e muitos outros aspectos que surgem da relação do ser humano com o ambiente. São processos que envolvem um profundo conhecimento de conteúdo geográfico, exigindo a memorização e mapeamento mental do espaço habitado. Um saber que se constrói e se estabelece a partir do movimento.

Uma importante materialização desse saber está registrada e preservada em um paredão rochoso localizado na Itália e situado no Parque Arqueológico de Seradina-Bedolina, região de Val Camonica. Me refiro a uma das primeiras representações espaciais em arte rupestre que se tem registros, conhecida como "Mapa de Bedolina":

> Um dos primeiros mapas que representam um sistema de percursos encontra-se gravado numa rocha de Val Camonica, por onde se estende um conjunto de 130.000 gravuras realizadas entre 400 e 1.000 metros de altitude. Trata-se de uma imagem que representa o sistema de conexões da vida cotidiana de um vilarejo paleolítico. Mais que decifrar os objetos, o mapa representa a dinâmica de um sistema complexo em que as linhas dos percursos no vazio entrelaçam-se para distribuir os diversos elementos cheios do território. Observam-se cenas de homens em atividade, sendeiros, escadas, cabanas, palafitas, campos cercados e áreas para o gado (CARERI, 2013, p.47).

Acredita-se que esse conjunto vasto de gravuras (Figura 1Figura 3) tenha sua origem há mais ou menos 10.000 a.C. (PALLOTTINI, 1985; CARERI, 2013). Outros estudos apontam a possibilidade de que seja uma composição que transpõe o tempo entre diferentes períodos da Pré-História, o que justificaria a expressiva variedade de símbolos em todas suas possibilidades de significados. Alexander (2008, p.366) identifica no paredão arenítico certas categorias de petróglifos[27] em que se observam conjuntos que datam o final do Paleolítico e atravessam o Neolítico, que se conectam por caminhos que

[27] Representação gravada em rocha.

revelam não somente a diversidade de apropriações desse espaço, mas também aparentam narrar uma paisagem imaginada.

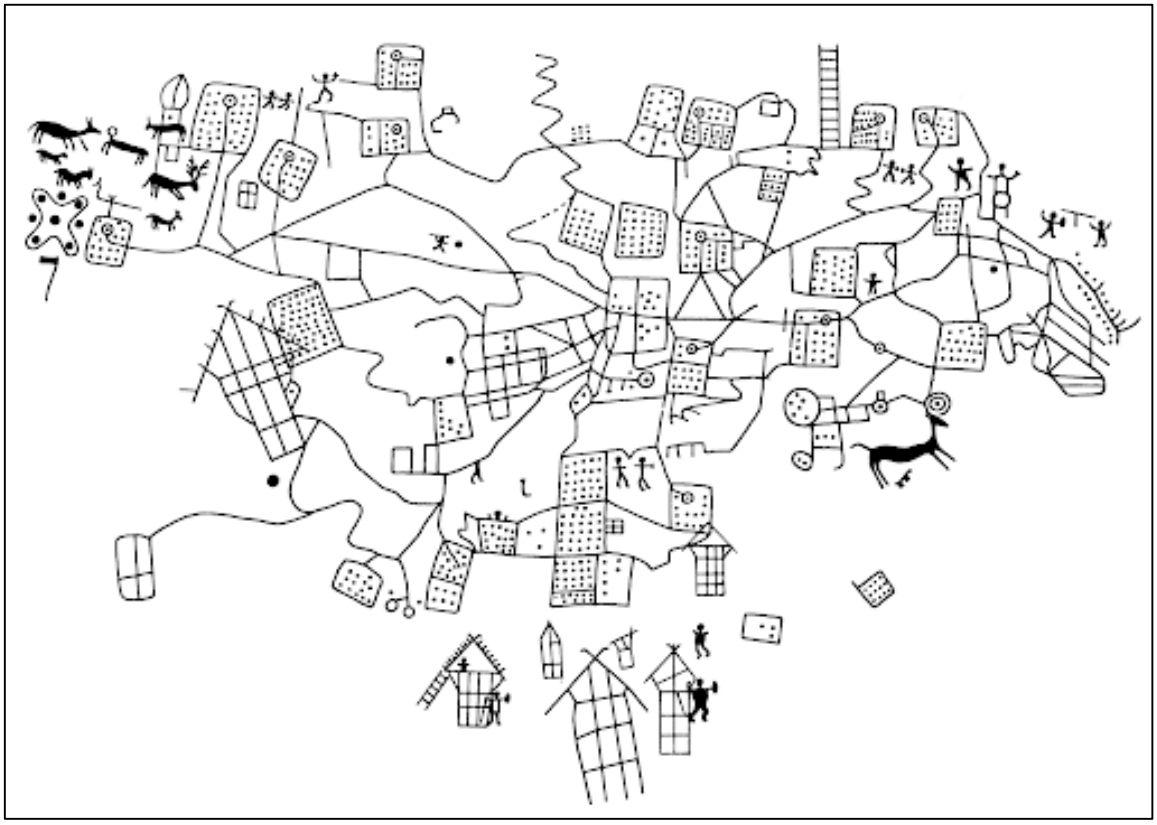

Figura 3. Digitalização da gravura rupestre, “Mapa de Bedolina”, Val Camonica. Fonte: Careri (2013, p.47) adaptado de Pallottini (1985).

O Mapa de Bedolina foi denominado por Marretta (2007) como uma das maiores “composições topográficas” em rocha devido às formas geométricas gravadas com profundidade e, mesmo que não houvesse cálculo ou métrica na sua idealização, representa um importante testemunho para o desenvolvimento da cartografia. Uma representação da realidade gravada em um paredão rochoso que reafirma a ideia de que ao longo da trajetória humana “todo povo, sem exceção, nos legou mapas” (OLIVEIRA, 1988, p.17).

> Na Mesopotâmia, foram confeccionados os mapas mais antigos que a humanidade conhece. Habitada por povos como os sumérios, estabelecendo-se mais ao sul, fundaram cidades como Ur, Nippur e

> Babilônia entre os rios Tigre e Eufrates, onde hoje está o Iraque, e mais ao norte os povos de origem semita, como os acádios e assírios, fundando cidades como Assur e Nínive. Esses povos foram os primeiros a introduzir a forma de comunicação escrita, em plaquetas de argila cozida, e também reproduziam os lugares por meio de símbolos gráficos, dando origem aos mapas, sendo encontradas algumas dessas peças em escavações arqueológicas, representando de modo primitivo a Babilônia, com seus estados e cidades. [...] Os mapas desse período foram responsáveis pela base do sistema cartográfico atual (CAVALCANTI e VIADANA, 2010, p.15-16).

O surgimento da escrita representa o marco de ruptura temporal e o início de um processo transformador nas sociedades orais e do "saber fazer". No entanto, o conhecimento de mundo acumulado e difundido entre gerações não fica estático na paisagem e na memória. É como um córrego que deságua em um rio e naturalmente segue o seu novo fluxo. Os povos em movimento da Pré-História deixaram sua herança, influenciando, de certa maneira, a forma de ser no mundo. Um legado que perdura e certamente pode ser identificado nas inúmeras formas de ocupar o espaço, na diversidade de expressões e manifestações culturais que se desenvolvem nos séculos seguintes.

> A transumância nômade, geralmente considerada como o arquétipo de todo o percurso, foi na verdade o desenvolvimento das intermináveis errâncias de caça do paleolítico, cujos significados simbólicos foram traduzidos pelos egípcios no *ka*, o símbolo da eterna errância. A errância primitiva continuou a viver na religião (o percurso como rito) e nas formas literárias (o percurso como narração), transformando-se em sagrado, dança, peregrinação, procissão. Foi só no último século que o percurso, ao se desvincular da religião e da literatura, assumiu o estatuto de puro ato estético. Hoje se pode construir uma história do caminhar como forma de intervenção urbana que traz consigo os significados simbólicos do ato criativo primário: a errância como arquitetura da paisagem, entendendo-se com o termo paisagem a ação de transformação simbólica, para além da física, do espaço antrópico (CARERI, 2013, p.28).

O desenvolvimento e o acúmulo de saberes práticos acompanham a nossa história no mundo. Aliás, posso inverter e pensar que é nossa história que remete a uma longa construção dos saberes. Conhecimentos, práticas, habilidades e atitudes que foram sendo produzidas pelos geógrafos no mundo. "Desde a origem dos tempos, todo homem é geógrafo. Ele o segue sendo ainda hoje" (CLAVAL, 2012, p.7). A única diferença é que, em um dado momento dessa história, o saber prático foi sistematizado.

Com relação à ruptura temporal e o processo transformador nas sociedades, apontei e descrevi as características que definem a passagem da Pré-História para a Antiguidade

(p.39-48), além de discorrer sobre os principais motivos que levaram ao surgimento da filosofia antiga na Grécia. É no limiar entre o "saber fazer" e o surgimento das bases filosóficas que encontramos e conseguimos enxergar, com mais clareza, os limites que circundam as raízes empíricas dos pilares que sustentam a gênese do pensamento geográfico. Esses limites, ao estabelecerem a Grécia como berço da ciência moderna, apoiam-se essencialmente na fundamentação e no rigor do método que, sem essas arestas bem definidas, não seria possível pensar em uma organização e sistematização do conhecimento. Não haveria, portanto, uma base sólida norteadora de um pensamento que impulsionaria a reflexão intelectual objetivada em ler e interpretar a realidade, questionando e buscando respostas para os mistérios do mundo.

Esse momento é de suma importância para a história da geografia e do pensamento geográfico, concebendo sua sustentação no rigor do método. Cabe aqui uma pergunta que considero relevante e capaz de evitar alguns nós conceituais: o que distingue o conhecimento e o que define o pensamento? De acordo com Sposito (2003, p.14), em uma primeira aproximação, é possível perceber a diferença entre ambos os termos a partir de sua origem etimológica. Amparado pelo Dicionário básico de Filosofia (1989), conhecimento, do latim, *cognoscere*, significa procurar, saber, conhecer e possui aproximação com o campo empírico; já o pensamento, também do latim, *pensare*, sugere pensar, refletir e representa o processo de reflexão de um sujeito acerca de um objeto, transformando o desconhecido em matéria compreendida. Feita essas considerações iniciais, o autor prossegue:

> Trazendo para a discussão dos temas da Geografia, podemos dizer, então, que o conhecimento refere-se à produção intelectual dos geógrafos em suas mais diferentes investigações, na busca de realizar uma leitura da realidade objetiva. De maneira diferente, o pensamento é decorrente do trabalho epistemológico de discussão e reflexão daquilo que é acumulado pelas leituras da realidade, resultando em novos conhecimentos em níveis mais abstratos e mais profundos sobre aquilo que é produzido pelos geógrafos. A diferenciação que propomos exige, em suas diferentes determinações, a utilização, no campo intelectual, de alguns elementos básicos e necessários, que se deslocam tanto para análise do conhecimento quanto para a do pensamento geográfico. Esses elementos, buscados no campo filosófico, são as teorias, as doutrinas, os conceitos e, especialmente, os métodos (sem que se esqueça das categorias básicas de cada um deles) que orientam a reflexão intelectual na tentativa de ler e interpretar a realidade (SPOSITO, 2003, p.15).

Para Machado (1997, p.20), pensar epistemologia é consequência de um processo de "reflexão, fundamentalmente, sobre o método e a metodologia, assim como a evolução e o aprofundamento dos conceitos". A questão é: como decorre essa fundamentação da ciência geográfica em sua base histórica a partir da filosofia antiga? Mais precisamente, por quais meios ela orientou o fazer geográfico durante o período e influenciou a forma de pensar nos séculos subsequentes?

> Os fundamentos históricos da ciência geográfica reportam-se à Grécia antiga [...] A filosofia constrói o embasamento conceitual das atividades humanas a partir dos fundamentos do pensamento, no plano das ideias e do enquadramento abstrato e geral do conhecimento, incluindo as ciências, artes e técnicas. Considera-se a Grécia antiga como precursora do embasamento cultural da civilização ocidental, com significativas influências em filosofia, política, linguagem, educação, arte, tecnologia, arquitetura e ciências, pelas formas de conhecimento, modos de reflexão ou teorias da realidade. (CAVALCANTI e VIADANA, 2010, p.12).

As condições sociais, políticas, econômicas da Grécia na Antiguidade[28] propiciaram um terreno fértil para a produção e reflexão do conhecimento. Essa fertilidade foi alimentada pela liberdade religiosa e política do indivíduo, permitindo-o questionar seu papel no mundo e os fenômenos que o cercam, "um esforço intelectual voltado para a compreensão do mundo, do universo e da realidade, ou como era conhecido à época, o cosmos" (CAVALCANTI e VIADANA, 2010, p.13). A cosmovisão, durante a Antiguidade, pode ser compartimentada em dois momentos distintos. Um primeiro pautado predominantemente no mito e no materialismo. Questionavam a existência humana e buscavam explicações lógicas para os fenômenos naturais. Ficou conhecimento na filosofia como período Cosmológico ou Pré-Socrático (sec. VII – V a.C.). Um segundo momento é marcado pelas contribuições de Sócrates (469 – 399 a.C.), quando ocorre uma profunda renovação na forma de enxergar o mundo. O discurso adquire um caráter crítico, político e moral, transferindo o homem para o centro da busca pelas explicações através da razão. O período ficou convencionado como Antropológico ou Socrático.

Algumas nascentes do pensamento geográfico podem ser demarcadas entre as escolas filosóficas pré-socráticas. Esses filósofos buscavam encontrar os princípios das coisas e eram "denominados naturalistas ou filósofos da *phisis* (natureza) entendida não como

[28] Realizei uma análise mais detalhada acerca das condições singulares de vida que caracterizaram a Grécia ao longo da Antiguidade, bem como sua relevância e papel no processo transitório de períodos históricos (p.41).

atualmente, mas como uma realidade primeira, originária e fundamental (CAVALCANTI e VIADANA, 2010, p.19-20). Claval (2011, p.83) rastreia esse desabrochar da geografia na Jônia, Grécia do século VI a.C., momento em que evidências de conteúdo geográfico passam a ser coletadas de forma estruturada com o intuito de organizar a vida coletiva de um estado. Essa geografia é um esboço desenhado pela filosofia jônica, a qual foi descrita pelo grego Heródoto[29] e que a apresentou através de três dimensões principais: na utilização de referências astronômicas para solucionar questões relativas a orientação e localização; o emprego de formas geométricas para imaginar o espaço e propor representações dos territórios[30]; descrição dos aspectos concretos da superfície terrestre. Para esta última, a ausência de embasamento relativo a fauna e flora conferem a essa descrição da Terra um tom etnográfico.

Tales de Mileto (624-556 a.C.), pré-socrático, foi um dos precursores da Escola Jônica e, sem abraçar explicações divinas ou metafísicas, ancorou-se no raciocínio lógico para encontrar evidências e refletir sobre os fatos, sendo esse o movimento condutor de suas conclusões.

> Os filósofos gregos da Escola Jônica podem ser considerados os primeiros geógrafos, em sentido figurado, pelo pioneirismo na concepção de um conhecimento metodológico, ao explicarem as diferenciações do mundo até então conhecido, da influência do clima, dos mares e dos rios na superfície terrestre, além do conhecimento do Universo. Considerando a água a substância primordial que constituía a essência do universo, sendo a origem de todas as coisas, representando uma mudança de comportamento na atitude do homem perante o cosmos, Tales de Mileto (624-556 a.C.) abandona as explicações religiosas até então vigentes, buscando por meio da razão e da observação um novo sentido para o Universo. Esboçou os princípios do pensamento teórico evolucionista, afirmando que o mundo evoluiu da água por processos naturais, e explicou o eclipse solar, ao verificar que a Lua é iluminada por esse astro (CAVALCANTI e VIADANA, 2010, p.19-20).

O rompimento com as influências religiosas no pensamento de Tales de Mileto e o apoio em um método de observação e interpretação, de acordo com Cavalcante e Viadana, foram os aspectos fundamentais para que o filósofo buscasse outro entendimento sobre a dinâmica dos elementos naturais, sugerindo um princípio fundamental de que a natureza

[29] Considerado geógrafo, historiador e viajante, viveu entre 485 a.C. – 425 a.C., foi responsável por estabelecer um rigor metodológico ao registrar a memória e história oral.
[30] "No século V antes de Cristo, Heródoto descreveu a Terra olhando um mapa Jônico, que foi um esquema geométrico da distribuição dos países" (CLAVAL, 2011, p. 83).

era uma só e os fenômenos estavam interligados e em constante transformação, substituindo a crença fenícia de que os elementos eram assimilados na condição de entidades movidas por forças independentes (Sol, Terra, Oceano e Céu). Além do distanciamento religioso e o rigor metodológico apontado pelos autores, outro aspecto pode, ao meu ver, ser inserido nesse processo de construção do conhecimento: a afinidade entre o caminhar e o refletir. A comunhão entre pensar e andar, na Antiguidade, cria a figura de um caminhante-filósofo[31], ideia que encontra sua robustez durante Aristóteles e a escola peripatética, ainda que a prática de refletir enquanto se caminha já parecia estar presente para Tales de Mileto e a filosofia jônica.

Existem vestígios na literatura que demonstram essa relação, como é o caso da história narrada por Sócrates no Teeteto de Platão[32]. O filósofo conta que Tales de Mileto, durante uma noite estrelada, caminhava olhando para o céu em uma tentativa de estudar os astros e, por não abaixar sua cabeça em momento algum, acabou caindo em um poço. Uma testemunha que presenciou o fato começou a espalhar que ele era tão faminto por conhecimento e por querer entender o funcionamento do céu que mal conseguia enxergar o que estava logo à frente de seus pés (ROSEN, 2015; NOGUEIRA, 2017). Essa história passou a ser reproduzida de tantas formas distintas ao longo do tempo que, inclusive, chegaram a sugerir que o filósofo apenas concluiu que a água era o princípio da vida pelo fato de ter experienciado a queda no poço, algo similar à anedota contada para a teoria da gravidade de Isaac Newton e o episódio da maçã. Fato é que em suas ideias haviam uma aproximação com o método, e envolvia um raciocínio lógico baseado na observação e na indispensabilidade em encontrar evidências. Em uma tentativa de ilustrar essas particularidades, Strathern, por meio de uma narrativa romantizada e baseando-se em registros históricos, propõe uma reconstituição de uma das prováveis caminhadas de Tales de Mileto:

> Tales gostava de caminhar nos morros ao redor de Mileto. Podemos imaginar a cena. Espalhada abaixo dele, ao sol fulgurante, a cidade portuária com suas prístinas colunas de mármore e o padrão regular das ruas, tudo preciso e frágil como uma miniatura em casca de ovo. As baías e cabos do continente asiático estendendo-se para o norte, a ampla vastidão do mar Egeu, ilhas distantes borradas com a cerração do calor.

[31] As relações entre a filosofia e o caminhar foram cercadas e discutidas (p. 41). Expus o contexto histórico e social que possibilitou o fortalecimento desse vínculo, além de pontuar as questões e as controvérsias que surgem acerca desse debate.

[32] O Teeteto é um diálogo sobre a natureza do conhecimento entre Sócrates, Teodoro de Cirene e Teeteto, foi escrito por Platão em 369 a.C.

> Talvez um barco comercial de velas frouxas, detido no golfo pela calmaria em sua viagem de volta de uma das colônias da cidade no delta do Nilo, no mar Negro ou na Sicília – ou quem sabe de uma viagem até os rincões tão distantes quanto as minas de prata espanholas além das Colunas de Hércules (Gibraltar). Enquanto caminhava pela trilha na encosta, Tales observava algumas pedras que continham fósseis do que eram inequivocamente conchas marinhas. Percebia que aqueles morros haviam sido outrora parte do mar. Isso o levou a conjecturar que, originalmente, o mundo devia ter consistido inteiramente de água. Concluiu que a água era o elemento fundamental de que todas as coisas derivavam. Em consequência, Tales de Mileto é geralmente considerado o primeiro filósofo. Foi o primeiro exemplo conhecido de pensamento verdadeiramente científico (STRATHERN, 2002, p. 17-18).

A filosofia jônica não se resume apenas a Tales de Mileto. Na esteira das suas contribuições outros filósofos aparecem em destaque e, dentre eles, eu não poderia deixar de mencionar Heráclito de Éfeso (540-470 a.C.), autor do princípio de que nada se mantém estático, tudo está em movimento. Apresenta uma cosmovisão fundamentada em ciclos e é o autor da celebre frase que resume o princípio do mundo em constante fluxo e movimento: “nenhum homem pode banhar-se duas vezes no mesmo rio, pois na segunda vez o rio já não é o mesmo, nem tão pouco o homem”. Uma metáfora que possui uma profundidade filosófica e geográfica na sua concepção, carregando inúmeros sentidos e interpretações que atravessam, principalmente, questões existencialistas. De um ponto de vista atual, é plausível conduzir a discussão através de uma perspectiva da experiência e aprendizado do ser humano no mundo, assim como também é possível pensar em um debate orientado por um viés ambiental, voltado para a compreensão orgânica das dinâmicas que compõem os sistemas hidrogeográficos.

> Heráclito de Éfeso considerava a Natureza (o mundo, a realidade) como um “fluxo perpétuo ”, o escoamento contínuo dos seres em mudança perpétua. Comparava o mundo à chama de uma vela que queima sem cessar, transformando a cera em fogo, o fogo em fumaça e a fumaça em ar. O dia se torna noite, o verão se torna outono, o novo fica velho, o quente esfria, o úmido seca, tudo se transforma no seu contrário (CHAUÍ, 1995, p.138).

Não está claro na literatura se houve influência do caminhar no princípio do movimento proposto por Heráclito de Éfeso, se ele foi influenciado por outras reflexões ou se era uma prática pessoal do filósofo, já que pouco se sabe sobre sua vida. No entanto, não me parece coincidência que as noções de ciclos, fluxos e transformações estejam alinhadas e estruturadas por uma retórica “do ritmo” que frequentemente se destaca quando se

discutem as contribuições filosóficas da Antiguidade. Ainda que essa questão esteja aberta a discussão, é interessante destacar a forma com que o caminhar se fez presente na Escola Jônica e essa, por sua vez, compartilha suas bases e fundamentações para o desenvolvimento da filosofia e a geografia moderna.

Essa relação entre refletir enquanto se caminha é bem definida com o filósofo grego Aristóteles (384 – 322 a.C.) e o Liceu, escola fundada por ele, na qual seus integrantes ficaram reconhecidos como peripatéticos[33]. Popularmente caracterizados por realizarem suas palestras e prosas enquanto caminhavam, Aristóteles e seus alunos mantinham o "hábito de ensino ao ar livre, sob as árvores, privilegiando as ciências naturais, com exemplares (flora e fauna) enviados por Alexandre, o Grande, das regiões conquistadas" (CAVALCANTI e VIADANA, 2010, p.27). O filósofo foi responsável por extensas contribuições em diversos campos do conhecimento humano, dentre eles se destaca a geografia.

> Merece ser ressaltado as contribuições de Aristóteles ao desenvolvimento do conhecimento geográfico. Ele admitiu a esfericidade da Terra apresentando três provas em favor desta afirmativa: "a) a matéria tende a concentrar-se em torno de um centro comum; b) a sombra projetada pela Terra na superfície da Lua, durante o eclipse é circular; c) só se podem explicar as mudanças que se produzem no horizonte e o aparecimento das constelações na esfera celeste por ser a Terra uma esfera. Suas preocupações, porém, não se limitaram apenas a este problema. Ele também tratou de temas como erosão, a formação dos deltas, a relação entre plantas e animais e o meio físico, as variações do clima com a latitude e as estações do ano, a vinculação das águas dos rios e oceanos, as relações entre as raças humanas, o clima e as formas políticas (ANDRADE, 1987, p. 25).

No que diz respeito ao entendimento do mundo natural, suas teorias e princípios acerca do universo estão descritas nos tratados *Physica* (Física) e *De caelo* (Sobre o céu), introduzindo a ideia do cosmo enquanto esfera finita, estando a Terra no centro. Por outro lado, *Meteorologica* (Meteorológicos) foi destinada a caracterizar aspectos naturais do mundo, apresentando uma descrição geral dos fenômenos terrestres e climáticos, buscando uma causa lógica para suas ocorrências, adentrando, inclusive, no ciclo da água e os processos de evaporação, condensação e precipitação. Para além do cosmos e do mundo natural, Aristóteles buscou entender o ser humano e o seu lugar no mundo. Através

[33] Termo que remete tanto a "ambulantes" ou "aqueles que passeiam" como também se refere aos caminhos das colunatas do Liceu. Introduzo a discussão das relações entre refletir e caminhar presentes na escola peripatética, bem como as possíveis interpretações na p.42.

da *Metaphysica* (Metafísica), o filósofo dissertou sobre a existência do "Ser enquanto Ser"

> Aristóteles distingue sete formas ou graus de conhecimento: sensação, percepção, imaginação, memória, raciocínio e intuição. Para ele, ao contrário de Platão, nosso conhecimento vai sendo formado e enriquecido por acumulação das informações trazidas por todos os graus, de modo que, em lugar de uma ruptura entre o conhecimento sensível e o intelectual, Aristóteles estabelece uma continuidade entre eles. A separação se dá entre os seis primeiros graus e o último, ou a intuição, que é puramente intelectual ou um ato do pensamento puro. Essa separação, porém, não significa que os outros graus ofereçam conhecimentos ilusórios ou falsos e sim que oferecem tipos de conhecimentos diferentes, que vão de um grau menor a um grau maior de verdade. Em cada um deles temos acesso a um aspecto do Ser ou da realidade e, na intuição intelectual, temos o conhecimento pleno e total da realidade ou dos princípios da realidade plena e total, aquilo que Aristóteles chamava de "o Ser enquanto Ser". A diferença entre os seis primeiros graus e o último decorre da diferença do objeto do conhecimento, isto é, os seis primeiros graus conhecem objetos que se oferecem a nós na sensação, na imaginação, no raciocínio, enquanto o sétimo lida com um objeto que só pode ser alcançado pelo pensamento puro (CHAUÍ, 1995, p.140-141).

Os graus de conhecimento categorizados pelo filósofo representam as formas com que um ser humano assimila o espaço ao seu redor, compreende a sua existência no mundo e constrói o seu entendimento da realidade. Aproximando-se dessa discussão, Yi-Fu Tuan (2012, p.22) reitera que desde os tempos de Aristóteles já sabíamos que a resposta do ser humano para o mundo era naturalmente diversa e complexa. Por esse sentido, é plausível apontar o caminhar enquanto uma dessas respostas no mundo em que possibilitam a construção do conhecimento, que torna possível a experiência e o aprendizado de um sujeito no espaço. Uma forma de enxergar essa relação é a própria afinidade entre o pensar e o caminhar que aparece tanto no exercer da filosofia, quanto na atividade geográfica.

Foi somente com Eratóstenes (276 - 196 a.C.) que os termos geografia e geógrafo aprecem pela primeira vez (CLAVAL, 2012; BIANCHETTI, 2016). O matemático e astrônomo, que a si próprio se denominou como geógrafo, foi um dos primeiros a comprovar que a Terra possuía de fato um formato esférico[34]. A partir de dados coletados em diferentes pontos na superfície terrestre e com o auxílio da trigonometria, conseguiu elaborar o primeiro cálculo que revelava com certa precisão a circunferência do globo,

[34] Ainda que Aristóteles tenha apontado a esfericidade da Terra utilizando-se da observação e da lógica, Eratóstenes se apoiou na trigonometria.

confeccionando um novo mapa a respeito das dimensões dos continentes até então conhecidos (Figura 4).

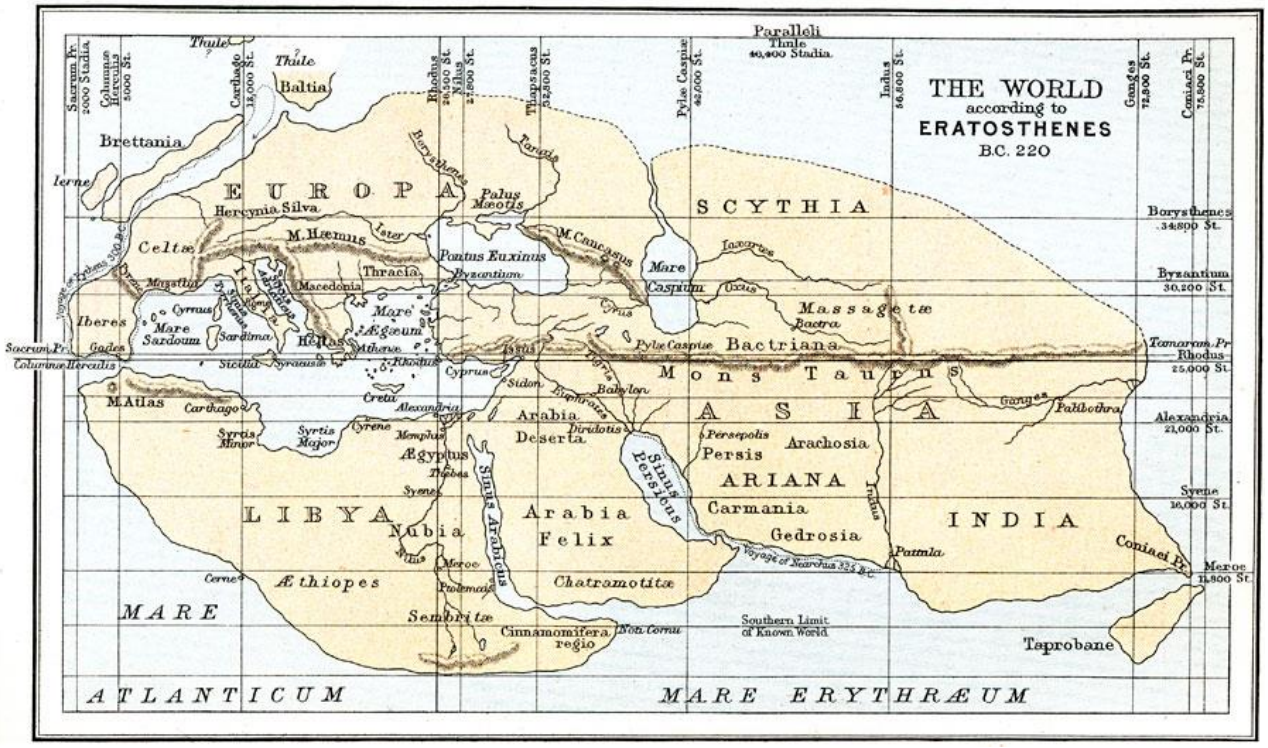

Figura 4. O mundo de acordo com Eratóstenes. Fonte: Rhys (1912).

Para chegar nesse cálculo e consequentemente na confecção do mapa, Eratóstenes desenvolveu um tratado sobre a métrica que orientou suas descobertas e representa o primeiro sistema de coordenadas.

> No século III antes de Cristo, Eratóstenes foi o verdadeiro criador da geografia científica: ele entendeu a possibilidade de localizar pontos na superfície da Terra usando medidas astronômicas. A geografia tornou-se: 'Esta ciência sublime que lê no céu a imagem da Terra' (Ptolomeu). Erastóstenes foi o primeiro a entender que a localização de um lugar qualquer na superfície da Terra pode ser determinada pela sua latitude e sua longitude. Já no tempo de Erastóstenes, a medida da latitude através da altura do sol ou da estrela Polar era fácil; para a longitude, a situação era diferente, porque a medida repousava sobre a comparação do tempo local com o tempo do meridiano de origem. Sem relógio, essa medida foi impossível – e permaneceu impossível até John Harrison, no século dezoito (CLAVAL, 2011, p. 83-84).

As coordenadas e os cálculos propostos por Eratóstenes jamais seriam possíveis se o geógrafo não viajasse. Munido de sua instrumentação para medição e coleta de dados, Eratóstenes viajou através de longos percursos com a finalidade de checar e registrar a variação dessas medidas relativas a distâncias na sua ocorrência em diferentes localidades. É dessa forma que "suas viagens revelaram o mundo" (AGBEBAKU, 2019, p.73) e, ao mensurar a vastidão do planeta, descortina-se também a imensidão do que ainda era desconhecido.

As contribuições de Eratóstenes foram essenciais para a publicação do primeiro tratado intitulado como *Geographia*[35], escrito pelo filósofo e geógrafo grego Estrabão (63 a.C.-24 d.C.).

> Um tratado de dezessete livros contendo a história e as descrições de povos e locais do mundo conhecido à época. Não se sabe ao certo quando a obra foi escrita, presumindo-se ano 7 d.C. Apesar dos erros, essa obra foi a primeira desse gênero herdada da Antiguidade. Conforme Estrabão, "a Geografia [...] nos parece ser, como algumas outras ciências, do domínio da Filosofia [...] a variedade de aplicações que é susceptível à Geografia, que pode servir, por sua vez, às necessidades dos povos e aos interesses dos chefes... implica que o geógrafo tenha esse mesmo espírito filosófico habituado a meditar sobre a grande arte de viver e de ser feliz" (CAVALCANTI e VIADANA, 2010, p.30).

A *Geographia* de Estrabão, para Claval (2011, p.84), propõe uma concepção mais regional da ciência geográfica, uma tentativa de introduzir a análise a partir da diferenciação dos espaços. "Como os estudos das relações sistemáticas que descrevem a paisagem, e que, orientadas por esta, se localizam e se sintetizam para formar o fenômeno regional de Estrabão" (MOREIRA, 2010, p.14). O grego defendeu que a geografia teria como objetivo caracterizar a história da Terra, identificando e nomeando lugares, povos e eventos. Ser geógrafo e exercer a geografia para Estrabão era, sobretudo, descrever os fenômenos que se diferenciavam no espaço e, para isso, era preciso realmente explorar e conhecer (AGBEBAKU, 2019, p.72). Essa caracterização, conforme explica Pereira (2015, p.4), teria como objetivo atender as demandas administrativas para a gestão das cidades e obedecer a um rigor metodológico, o qual deveria estar respaldado em bases técnicas sólidas como, por exemplo, a matemática, física ou geometria. Caso contrário,

[35] Dois dos dezessete tomos de *Geographia* foram escritos baseando-se nas medições e nas descobertas de Eratóstenes.

informações pautadas em narrativas míticas ou religiosas não possuiriam validação prática.

Estrabão parecia compartilhar o mesmo gosto por viajar que Eratóstenes. Antes de publicar a *Geographia*, percorreu por inúmeras cidades da Grécia, Itália, Egito, Etiópia e alguns países da Ásia Menor, sempre registrando o que via: "a geografia familiariza-se com os ocupantes da terra e dos oceanos, com a vegetação, os frutos e peculiaridades dos vários quadrantes da Terra" (ESTRABÃO, *apud* MOREIRA, 2006, p.7). Desse modo, *Geographia* é uma síntese que compartimenta as experiências das viagens de Estrabão, uma descrição do mundo aos olhos do geógrafo a partir do seu próprio entendimento do que constituiria ser a atividade geográfica. Sua escrita, por influências de Homero[36], tornou-se "popular e largamente difundida no seio do gênero "narrativas de viagem", um gênero que então se desenvolvia e que permaneceu em voga até o séc. XIX" (GOMES, 2007, p. 130).

No gancho dessa geografia que emerge das narrativas de viagens, o astrônomo Ptolomeu se apoiou nos caminhos percorridos por outros viajantes e os dados que foram coletados para elaborar sua projeção da Terra. Essa tradição astronômica que decorre na Grécia Antiga, conforme Claval (2012), é subsídio para uma geografia da precisão que se preocupa em fornecer dados mais concretos sobre as incógnitas que envolvem a imagem terrestre, considerando sua forma e tamanho.

> Como seus pares antes dele, Cláudio Ptolomeu (c.100-c170) é ao mesmo tempo astrônomo (como testemunhado por sua *Síntese matemática* à qual os árabes dão o nome de *Almagesta*) e geógrafo. Ele retoma e sistematiza os resultados obtidos pela geografia de base astronômica e as estimativas tiradas das narrativas das viagens dos últimos cinco séculos. Ele fornece as coordenadas para oito mil pontos. Ele explica os diversos sistemas de projeção e escolhe, para representar cartograficamente o mundo habitado, a projeção cônica. Sua *Geografia* é o suporte de uma carta global e de 26 regionais, um verdadeiro atlas. A posterioridade de sua obra é imensa tanto no mundo islâmico quanto na Renascença (CLAVAL, 2012, p.67).

Muitos foram os filósofos, dentre eles também geógrafos, que influenciaram a forma de pensar na Antiguidade e acabaram definindo os caminhos da história – a lista de nomes e contribuições é extensa. É importante destacar que esse vislumbre da geografia enquanto ciência somente começou a apontar no horizonte a partir do momento em que a filosofia

[36] Poeta grego (928 - 898 a.C.) e autor dos poemas épicos Ilíada e Odisseia.

iniciou o processo de transição de pensamento do saber mítico para o conhecimento racional. “Foi dos conceitos de *kosmos* e de *physis* que surgiram a cultura ocidental, a filosofia e a ciência, e daí a geografia” (CAVALCANTI e VIADANA, 2010, p.33).

As contribuições até o momento, indiscutivelmente revolucionárias para a época, se apresentaram através de um caráter totalizante e sustentavam o objetivo de buscar compreender o mundo enquanto unidade, formulando princípios gerais que explicassem o todo. Esses movimentos, apesar de avançar em termos metodológicos, abriram lacunas teóricas que só começariam a ser propriamente preenchidas ao final do século XVIII e no decorrer do XIX a partir da sistematização da geografia (CLAVAL, 2011). Na Antiguidade já é possível observarmos alguns sinais de algumas vertentes particulares da ciência geográfica se formando: com Eratóstenes e sua geografia matemática[37], propondo modelos e medições para o mundo; com Estrabão e sua geografia regionalista, caracterizando o espaço a partir de uma análise que evoca a diferenciação de áreas. Nessa perspectiva, Carvalho (2011, p.9), sobre essa “Geografia dos Antigos”, inclui os filósofos jônicos em uma concepção mais geral da geografia que “se preocupam com problemas da física terrestre, ou seja, a forma, a dimensão e a posição da Terra no espaço, e com elementos de astronomia”.

Definir com clareza quem foi o responsável por acender a fagulha que queimou o pavio até a consolidação da ciência geográfica seria escurecer ainda mais – nos termos de Machado (1997) – a trilha obscura e misteriosa da história da Geografia. Ainda que seja consenso de que essa faísca tenha vindo da Grécia Antiga, cada autor, ao revisitar o passado, costura sua própria interpretação sobre o que era conhecimento geográfico e também sobre quem eram os geógrafos, apontando, desse modo, um nome com maior relevância em relação a outro. Tratando-se de Antiguidade e Grécia, abre-se um enorme leque de possibilidades para se pensar e refletir sobre o conhecimento geográfico a partir da estruturação da filosofia, ainda mais se observarmos sob a perspectiva do caminhar e suas influências dentre os filósofos e geógrafos. É como define Nogueira (2017, p.6): “caminhar e filosofar são atividades associadas ao corpo e à mente, enquadradas na tradição filosófica”.

[37] Ptolomeu (100 - 168 d.C.) é outro nome relevante no que se refere a uma geografia matemática, sendo o responsável por desenvolver o sistema cosmológico conhecido por geocêntrico: situando a Terra no centro do cosmos e os demais corpos celestes girando ao seu redor” (GOMES, 2007, p. 129).

> Certa vez um grego disse: “O pensamento é o passeio da alma”. Com isso quis dizer que o pensamento é a maneira como nosso espírito parece sair de dentro de si mesmo e percorrer o mundo para conhecê-lo. Assim como no passeio levamos nosso corpo a toda parte, no pensamento levamos nossa alma a toda parte e mais longe do que o corpo, pois a alma não encontra obstáculos físicos para seu caminhar (CHAUÍ, 1995, p.191).

O ser humano sempre se colocou em movimento e sempre experienciou o espaço a partir do caminhar. Desde os tempos imemoriais caminhamos, aprendemos sobre o mundo e produzimos geografia no decorrer desses percursos. Os próprios caminhos e os rastros que ali foram deixados são os maiores exemplos dessas memórias que ficaram marcadas na paisagem. Um conhecimento geográfico que se forma da sensibilidade e da percepção, constituindo-se, primeiro, de uma capacidade de “situar coisas no espaço e de nos situarmos nele, ou seja, de dirigirmos os movimentos do corpo no espaço. O ser humano antes mesmo de começar a refletir é capaz de estender o braço para alcançar alguma coisa, de se deslocar na direção de algo” (GOMES, 2017, p.17). Por sermos seres culturais, essa nossa inteligência corporal e espacial nos possibilitou habitar o mundo, desenvolvendo uma geografia que, de acordo com Gomes, classifica e qualifica os espaços, criando roteiros, delimitações e, sobretudo, localizações de interesses dos mais diversos (2017, p.18.).

Mesmo depois de enraizados na terra e estruturando as primeiras cidades, o ser humano não deixou de se movimentar, principalmente se considerarmos a organização e estruturação das sociedades na reprodução do seu cotidiano, seja em afazeres rotineiros, viagens, reflexões ou prosas. Desse complexo movimento surgem os questionamentos e os porquês. É de uma geografia, definida por Claval (2013) como vernacular, que se desenvolve todo o processo de surgimento e maturação do conhecimento geográfico que aqui tracei e converge na Grécia Antiga.

Uma síntese e caracterização de como foi o epicentro desse processo na Antiguidade é descrito por Moreira (2007, p.14):

> Na Antiguidade, a geografia é um registro cartográfico de povos e territórios. Estado, viajantes e comerciantes requerem do geógrafo as informações de caráter estratégico que os orientem em seus deslocamentos no interior dos modos espaciais de vida de cada povo. De maneira que a geografia e o geógrafo agem e se exprimem através do método e da linguagem que combinam no mapa os símbolos da

> cosmogonia e as informações territoriais de cada um dos povos, úteis para os fins da ação prática.

Todo esse período, por fim, acabou revelando o mundo em vários aspectos, não só apenas em extensão e forma, mas também no que tange à complexidade de relações que ocorrem no espaço. Contudo, é possível dizer que isso proporcionou mais perguntas do que trouxe respostas, já que a atividade geográfica potencializou a eclosão de inúmeros questionamentos sobre a existência do ser humano e a dinâmica do mundo natural. As contribuições, de um modo geral, foram essenciais para possibilitar a abertura de novos caminhos e novos rumos para o pensamento geográfico e a forma que o ser humano compreende o espaço ao seu redor, ainda que esses caminhos tenham atravessado – nos séculos seguintes – um intenso resfriamento desse epicentro geográfico, principalmente no que se refere ao contexto europeu.

3.1.2. A sistematização da geografia entre caminhos e caminhantes

Esse resfriamento ao qual aqui me refiro é uma suposta "estagnação" do desenvolvimento da ciência geográfica na Europa entre o século V e o Renascimento, recorte temporal que também é compreendido pela Idade Média. Um momento em que a produção do conhecimento não mais é orientada apenas na razão, nem há uma concentração de esforços em propor reflexões sobre a geografia em si, mas sim, um forte movimento em aplicar os conhecimentos de conteúdo geográfico. Ou seja, cabem à geografia e o geógrafo a produção e reprodução da técnica.

> Na Idade Média, a influência da Igreja leva a geografia a ser uma forma de visão que referenda o imaginário bíblico de um mundo criado por Deus à sua imagem e semelhança. Por isso, a geografia medieval é uma extensão da Bíblia e o geógrafo um cartógrafo do fantástico (MOREIRA, 2007, p.14).

Esse momento é interpretado e retratado de inúmeras perspectivas por diferentes autores na literatura, sendo frequentemente colocado como paralisação ou recuo científico, embora não seja raro encontrar menções que qualifiquem negativamente e definam como um retrocesso[38] em relação ao horizonte que se abria na Grécia, quase que na ideia de um

[38] Caracterizar como retrocesso, atribuindo qualidades negativas, entra na dissonância de interpretações que Libera (1999) e Le Goff (2003) sugerem ser frequentes para análises do período medieval: um observador adotar uma perspectiva atual para julgar os fatos do passado sem levar em consideração o contexto histórico, social e cultural da época (discussão proposta na p.49)

abismo geográfico, como se estivessem atravessando um enorme vazio no que tange à geografia. Na visão de Martonne (1953), pode ser caracterizado como um período de intenso eclipse para a ciência geográfica. Uma pausa que, para Claval (2012), representa um freio nas reflexões sobre o pensamento geográfico ao mesmo passo influi um aprofundamento de caráter empírico, privilegiando as técnicas de exploração, medição e orientação no espaço. Em outras palavras, trata-se de uma descontinuidade com a forma com que o conhecimento geográfico estava sendo desenvolvido na Grécia Antiga. Essas questões estão associadas diretamente com as consequências da queda do Império Romano, processo que caracteriza o marco de transição histórico da Antiguidade para a Idade Média[39] e quando, por influência da Igreja Católica, os dogmas religiosos são amplamente difundidos e se sobrepõem à razão, elevando a fé como princípio básico na busca por respostas aos problemas do mundo.

Se a Geografia dos Antigos havia revelado um mundo ainda desconhecido e repleto de mistérios, essas interrogações, neste primeiro momento da Idade Média, foram preenchidas com a fé. A cartografia foi uma forma de buscar representar as explicações cristãs para as incógnitas do ser humano.

> A cartografia assumiu cada vez mais uma importância no mundo medieval com o desenvolvimento das rotas comerciais. Mas mesmo antes, quando ainda se tinha o predomínio e a afirmação do pensamento religioso sobre as ações humanas, a cartografia serviu como base para a propagação da verdade oriunda da fé cristã. Entretanto, não só para a afirmação do poder religioso as técnicas se aprimoraram, mas também, para a atuação dos transportes aquáticos que demonstrou a necessidade de mapas que atendessem as novas viagens comerciais, agora mais longas e distantes (CENE, 2019, p.37).

A elaboração de mapas, como já demonstrei em um outro momento, é uma das formas mais antigas que o ser humano representa o espaço, não apenas o vivenciado, mas também o desconhecido. Esse conhecimento do espaço é, sem sombra de dúvidas, fruto do movimento, de deslocar-se, caminhar e perceber o mundo. O "mundo é uma ideia social, criada pelo homem" (BROTTON, 2014, p.12) e os mapas são, portanto, grafias dessas realidades: abraçando ideias, conceitos, experiências e até mesmo representações do imaginário humano. Interpretações e crenças que também são movidas por interesses

[39] A queda do Império Romano e o processo de transição entre a Antiguidade e a Idade Média representou uma mudança de contexto social e político na Europa. Descrevi e ressaltei as causas e consequências dessas transformações na p.48.

"buscando moldar ou cristalizar a visão de mundo produzida por sua cultura, marcando a história pelo espaço, reproduzindo suas técnicas e tentando responder a perguntas e anseios" (CENE, 2019, p.38).

> As percepções autoconscientes dos mapas e a ciência de sua criação são invenções relativamente recentes. Por milhares de anos, o que as diferentes culturas chamavam de "mapas" era feito por pessoas que não pensavam neles como pertencendo a uma categoria separada da escrita de documentos formais, da pintura, do desenho ou da inscrição de diagramas em uma variedade de meios diferentes, da rocha ao papel (BROTTON, 2014, p. 11).

A fé imbuída na cultura medieval transforma as relações com o espaço e os geógrafos não se restringem apenas àqueles que confeccionam os mapas. Nesse cenário do medievo eclodem as viagens devocionais[40]: caminhos de penitências, rotas de peregrinações, romarias e, alguns séculos mais tarde, as expedições das Cruzadas. Além disso, em decorrência da expansão dos limites do mundo conhecido, novas rotas comerciais surgem e, por isso, intensifica-se o trânsito de pessoas e a necessidade de uma maior precisão ao se conhecer o espaço, principalmente no que se refere às logísticas que envolviam essas viagens. O deslocamento de caminhantes e o registro desses caminhos sustentaram e influenciaram o que viria a ser concebido como uma pré-literatura do caminhar[41], sendo precursora das narrativas que de fato exaltam o movimento em meio às descrições das paisagens durante viagens e expedições. Dessa forma, o espaço no pensamento medieval adquire outros sentidos e, por consequência, a compreensão das noções de natureza e tempo também assumem outras concepções (BAUAB, 2005).

O mundo medieval era dividido entre o ecúmeno – a terra habitável ou conhecida – e o desconhecido. Essa última repleta de significados e simbologias míticas, influenciando o imaginário humano quanto aos seus aspectos naturais e suas possíveis criaturas fantásticas, configurando-se nos espaços imaginados (CARAVALHO, 2006). Por outro lado, os espaços conhecidos eram, conforme explica Bauab (2005), responsáveis pela religação do homem com Deus. A percepção medieval da realidade era "qualitativa, adjetivada pelas expectativas que as verdades da fé despertariam no sujeito, fazendo do

[40] Estruturei e descrevi de que maneira essas rotas e caminhos foram abertos, bem como os tipos de caminhantes que percorriam esses trajetos. As peregrinações foram, inicialmente, impulsionadas pela busca da manifestação da fé e religação com o espaço sagrado, levando ao desenvolvimento de outras motivações ao longo do período (p.51-54).

[41] Adentrei no processo de surgimento da pré-literatura do caminhar e demonstrei como a religião está envolvida no seu estabelecimento até sua popularização próximo ao Renascimento (p.61-64).

próprio corpo do mundo uma continuidade das expressões e necessidades avultadas no plano subjetivo pela doutrina das Escrituras" (BAUAB, 2005, p.71). É nesse sentido que o espaço se torna o palco das viagens devocionais, do caminhar através dos simbolismos religiosos.

> Na Idade Média, as peregrinações ocorridas levando cristãos até a Palestina expressaram um contexto em que os olhos da fé, construídos nos valores absorvidos nas Escrituras, recitados rotineiramente, desarticulavam espaço e tempo, descrevendo formas e situações que, em verdade, remetiam-se somente aos tempos e espaços contidos na Bíblia, fazendo dos lugares retratados nada mais do que meras marcas, símbolos de um passado ainda desenrolado sobre um mundo afastado de sua atualidade (BAUAB, 2005, p.74).

A construção do conhecimento e a religião não estavam separadas durante o período medieval. O conhecimento geográfico, incluindo todo o pensamento clássico da Antiguidade, estava resguardado dentro dos limites monásticos. Lopes (2012) explica que a concentração desse conhecimento nos ambientes religiosos foi realizada por meio da criação de enormes enciclopédias, preservando e tornando matéria de estudo principalmente entre monges e clérigos[42]. Essa aproximação fez com que as principais idealizações do mundo e as concepções de como seria de fato a Terra partissem de um resgate e adaptação das contribuições gregas. Uma abordagem cristã do que anteriormente havia sido proposto, apoiando-se na fé para explicar ou descrever a superfície terrestre.

> As várias concepções medievais teriam partido de duas noções de Terra: uma plana e outra redonda, de Crates de Melo (c-160 a.C.) e de Aristóteles (384-322 a.C.). Elas originaram as sínteses bíblicas (cratesiana e aristotélica), a teoria das cinco esferas e da existência ou não dos antípodas, bases da concepção de ecúmeno medieval. Essas concepções orientavam a explicação do mundo medieval. A bíblico-cratesiana acreditava na existência de quatro ilhas separadas por uma imensidão de água, o que tornava impossível a comunicação entre elas, reduzindo o ecúmeno cristão a somente uma delas. A bíblico-aristotélica acreditava na existência de terra firme plana em função da grande quantidade de água em volta (proporção de 1 para 10). A concepção das cinco zonas pressupunha uma terra redonda, atribuída a Parmênides (V a.C), concebia uma Terra redonda dividida em duas zonas geladas, uma tórrida e duas temperadas. Diametralmente opostas, somente nestas duas últimas seria possível a existência de pessoas,

[42] Ainda que a apropriação cristã do pensamento clássico tenha se desenvolvido de uma forma em que o pilar central do pensamento medieval seja a fé, muitas práticas e hábitos se mantiveram por influência dos gregos. Conforme aponto na p. 61, o caminhar era um hábito frequente e, assim como os gregos na Antiguidade, os monges e clérigos realizavam o registro desses diálogos e reflexões que surgiam do movimento.

> redefinindo o ecúmeno cristão e fonte importante na discussão acerca da existência dos antípodas. Entre os argumentos defendidos por clérigos medievais que duvidavam da existência de seres humanos no outro hemisfério, estava a impossibilidade das pessoas viverem de cabeça para baixo sem cair "para fora" da Terra (CARVALHO, 2006 p.5).

Essa relação entre o conhecimento clássico e a fé cristã também trouxe um caráter teológico para o entendimento de natureza. A visão de mundo cristã e seus conteúdos religiosos "mediam o espaço, explicavam a natureza, fazendo deles instrumentos, portanto, de retomada de contato com a divindade. Nisso tudo, podemos falar que a interpretação de tempo o fazia, também medido, mediado por conteúdos religiosos" (BAUAB, 2005, p.26). O conceito de natureza foi repensado por Agostinho de Hipona (Santo Agostinho), um dos filósofos medievais responsáveis por estabelecer a ponte entre o cristianismo e a filosofia clássica. Adaptando o conceito grego *natura*, Agostinho sugere "a concepção judaico-cristã de *creata ex nihilo*, ou seja, que Deus criou todas as coisas que existem a partir do nada" (CENE, 2019, p.102). Em outras palavras, o princípio diretor de todas as coisas não seria apenas natureza por si só, mas sim condicionado enquanto criação de Deus.

Um relato de Agostinho que expõe essa familiaridade com os filósofos clássicos pode ser encontrado na obra intitulada como Confissões[43]. Não somente expressa sua oposição à razão pura, como também sustenta a necessidade de encontrar as verdades através dos textos bíblicos.

> E eu não devia dar ouvidos ao que talvez me dissessem: "Como sabes que esses livros foram dados aos homens pelo Espírito de Deus, único e verdadeiro? " Ora, era precisamente isto o que eu devia crer, porque nenhuma objeção caluniosa ou agressiva, das que eu havia lido nos escritos contraditórios dos filósofos, nunca conseguiram arrancar-me a certeza de tua existência, embora ignorasse o que eras, e a certeza de que o governo das coisas humanas está em tuas mãos. Eu acreditava nisso, ora mais fortemente, ora mais frouxamente; mas em tua existência e que cuidava do gênero humano, sempre acreditei, embora ignorasse a natureza, ou qual o caminho que nos conduz ou reconduz a ti. Por isso, persuadido de nossa impotência para achar a verdade só por meio da razão, e que para isso nos é necessária a autoridade das Sagradas Escrituras, comecei a crer que nunca terias conferido tão soberana autoridade a essas Escrituras em todo o mundo, se não

[43] Publicada no início do século V, trata-se de um relato autobiográfico sobre o processo de conversão de Agostinho ao catolicismo. A narrativa apresenta os mais variados sentimentos que contemplam suas angústias, convicções e devaneios.

> quiséssemos que crêssemos e te buscássemos por elas (AGOSTINHO, 2002, p.93).

O espaço é um dos conceitos que frequentemente aparecem em Confissões e certamente é reflexo dos simbolismos que permeiam o pensamento medieval. Um espaço que limita o ser humano e o separa de Deus. Um espaço que, na visão de Agostinho, contém o homem em sua totalidade e que o mesmo deveria buscar transcende-lo, cada qual em sua subjetividade nas manifestações da fé. Segundo Bauab (2005, p.25), a subjetividade e a objetividade no medievo "amalgamavam-se aos conteúdos religiosos previstos e o que hoje chamamos mundo objetivo fazia-se pleno, repleto desta ausência tipicamente moderna de demarcação entre o que é do sujeito e aquilo que pertence ao objeto". Dessa forma, para o autor, é "neste cenário que é produzida a Geografia do período, que é interpretado o espaço".

> Mas tu – que estás ao mesmo tempo tão alto e tão perto de nós, tão escondido e tão presente, tu que não tens membros maiores nem menores, que estás inteiro em toda parte sem estar todo em nenhum lugar, certamente não tens nossa forma corpórea. Contudo, fizeste o homem à tua imagem, e eis que ele, da cabeça aos pés, é limitado pelo espaço (AGOSTINHO, 2002, p.91).

Essa concepção de enxergar o espaço em decorrência da relação íntima com a fé relaciona-se, também, com os conceitos e significados que se desenvolvem acerca do caminhar[44] nesse período. Ainda em Confissões, é possível encontrar um relato que exemplifica a forma com que o movimento inicialmente era assimilado. A ideia de errância associada à punição ou castigo advém do mito de Caim e Abel, se desenrolando para um segundo momento em que a ideia de errância se renova como uma tentativa de reconstruir o modelo de peregrinação que surge a partir da imagem de Jesus Cristo. Nesse sentido, quando Agostinho menciona a errância, ele está se remetendo à punição associada por seu afastamento da fé:

> Só a ti quero, justiça e inocência, tão bela e graciosa aos olhos puros, e com insaciável saciedade. Só em ti se acha o descanso supremo e a vida imperturbável. Quem entra em ti, entra no gozo do seu Senhor, e não temerá, e estará perfeitamente bem no sumo bem. Eu me afastei de ti e andei errante, meu Deus, mui longe de teu esteio em minha adolescência, e cheguei a ser para mim mesmo uma região de esterilidade (AGOSTINHO, 2002, p.40).

[44] A compreensão do caminhar e a figura que assumia o caminhante neste período foi delineada nas páginas 51-54. Discuti os movimentos peregrinatórios, a ideia por detrás do peregrino e processo de transição do conceito de errância, que transitou da punição para a exaltação da fé.

Outra passagem me chama a atenção por Agostinho relatar suas tentativas de executar práticas e ideias que estão associadas aos gregos. Em um certo momento de sua vida, afetado pelo luto em decorrência do falecimento de uma pessoa próxima, o filósofo discorre sobre seus sentimentos e tenta caminhar para afastar sua dor. Não sendo capaz, acaba buscando alternativas inspiradas pelos gregos:

> Durante todo o dia andei oprimido por grande tristeza interior; pedia-te como podia, com a mente perturbada, que aliviasses minha dor. Lembrei então a ir aos banhos, por ter ouvido dizer que a palavra banho (*bálneo*, em latim) vinha dos gregos, que o chamaram *balanéion* (tirar fora a ania), porque o banho aliviava as tristezas da alma. Mas eu o confesso à tua misericórdia – ó Pai dos órfãos: depois do banho fiquei como estava antes, porque meu coração não expulsou o amargor de sua tristeza (AGOSTINHO, 2002, p.163).

Assumindo um caráter mais especulativo, talvez até mesmo a ideia de caminhar como forma de afastar as tristezas possa ter sido inspirada em algum texto ou sabedoria popular proveniente da Antiguidade. Ainda que não haja nada em Confissões que confirme essa ideia, encontrei algumas pesquisas na literatura que atribuem a Agostinho a difusão da expressão *solvitur ambulando*, do latim "caminhar resolve" ou "apenas se resolve caminhando" (OLIVEIRA, 2019; AUGUSTI, 2020; TAYLOR, 2020). Por outro lado, existem registros de que essa expressão, na verdade, tem a sua origem na Grécia Antiga e foi proferida por Diógenes de Sinope (412 – 323 a.C.), filósofo e poeta que ficou conhecido por perambular nas ruas de Atenas (CARAVALHO, 2009; FENNEL, 2012). Ou seja, reforça a possibilidade de que algumas de suas ideias que cercam o caminhar tenham origem em sua familiaridade com os textos da Antiguidade.

Fato é que as contribuições de Agostinho, fundamentadas na fé cristã e imersa no pensamento grego clássico, constituem um importante pilar do que Bauab (2005) define como Geografia Medieval, ainda que estivesse completamente longe dos parâmetros que viriam a constituir uma ciência moderna. Aproximando-se dessa ideia por outra abordagem, Cene (2019, p.170) coloca que "alguns dos fundamentos basilares da ciência moderna tiveram a sua origem na Idade Média, porém, quando localizados neste período eles foram desprezados pela modernidade durante um longo tempo". Posto isso, as concepções de espaço, natureza e tempo permeiam a geografia do medievo, "três categorias que se entrelaçam, de maneira fundamental, na constituição da grafia do planeta" (BAUAB, 2005, p.304), as quais foram cercadas e entendidas conforme o pensamento do homem medieval.

> O conhecimento geográfico produzido durante a Idade Média ficou a cargo das buscas por compreender a Natureza, sua origem, suas causas, seus segredos e como a Natureza, poderia revelar o conhecimento e o caminho até o Paraíso. Embora, o espaço natural ou o habitado não eram os alvos centrais de tais estudos, por serem vistos como corruptíveis, ou seja, enquanto uma cópia imperfeita do Paraíso revelado pelas Escrituras. Mesmo assim, ao buscar o entendimento dos astros, como eles se comportavam, seus movimentos, a causa desse movimento, a sua descrição através da matemática e representações geométricas, resultou-se quase como reflexo do comportamento de tudo que se encontrava na Terra em relação aos céus. As técnicas, tanto instrumentais quanto matemáticas, usadas para entender os cosmos, também somadas ao empirismo da Natureza levou o homem medieval ao encontro do conhecimento geográfico que, por sua vez, permitiu que em um dado momento o homem passasse a pensar o espaço que ele habitava (CENE, 2019, p.169).

Talvez seja nesse sentido que Carvalho (2006, p.7) defina o ecúmeno enquanto um dos conceitos mais caros à geografia, "significando o espaço geográfico no qual as atividades humanas são possíveis e equivalentes ao espaço habitado". Essa complexidade do conceito fica ainda mais evidente e sensível se tratando do período medieval em que as compreensões do espaço eram repletas de ressignificações e representações imaginárias do fantástico, tornando, desse modo, mais espinhosas ainda as tentativas de assimilar – a partir de uma ótica atual – as interpretações do espaço em tempos passados. Essas representações, em muitos casos cartografadas e descritas, foram ganhando força ao decorrer do período e, sobretudo, amadurecendo a técnica e enriquecendo uma variedade de meios de orientação e medição até então disponíveis (CLAVAL, 2012). Pouco a pouco o conhecimento geográfico foi se desprendendo dos dogmas religiosos e encontrando um meio de fundamentar-se na lógica.

> A produção cartográfica não ficou restrita às representações do imaginário cristão, com o desenvolvimento do comércio surgiu a necessidade de uma maior precisão nas representações e, também, iniciou os questionamentos, embora de forma lenta, sobre os elementos místicos representados nos mapas, em especial os entendidos como bestiais e se preservando os elementos cristãos. Ao utilizar de ferramentas astronômicas, como o astrolábio, as técnicas de navegação ganharam mais precisão e dinâmica, formando uma base sólida para o desenvolvimento do mercantilismo (CENE, 2019, p.169).

No gancho dos avanços cartográficos, Claval fornece uma descrição mais detalhada desse alargamento do espaço conhecido em decorrência da expansão das relações comerciais entre diferentes regiões, processo que ocorreu de forma conjunta ao refinamento das técnicas de navegação e exploração.

> O conhecimento empírico do mundo se robustece: as rotas de caravana aproximam as costas do Mediterrâneo, por um lado, da Ásia central e oriental e, por outro, da África subsaariana. Marco Polo segue a rota da seda até a China que revela à Europa: *A Descrição do Mundo* é mais que uma narrativa de viagem. Ao dividir o espaço em reinos e principados, ele define os espaços que caracteriza por seus povos, suas cidades, suas instituições políticas e suas produções. A navegação árabe progride no oceano Índico. Desde os vikings, os europeus afrontam comumente os mares da Europa do Norte e o oceano Atlântico. O leme, a bússola comum, a manobra náutica que permite avançar contra o vento, facilitam a navegação. Daí para frente é possível manter o rumo graças à bússola marítima e apreciar as distancias percorridas graças à barquinha. A partir do século XIII os cartógrafos usam as informações trazidas pelos pilotos e capitães para desenhar portulanos cada vez mais precisos. Em terra, os instrumentos de medição se aperfeiçoam (CLAVAL, 2012, p.77-78)

É nesse contexto que a geografia do período começa a adquirir um formato que se afasta do pensamento medieval e vai engatinhando em direção à formação do pensamento contemporâneo, inaugurado essencialmente pelo Renascimento ao final do século XIV e que se estende até o século XVII por toda Europa[45]. Contudo, conforme Carvalho salienta, não houve uma brusca ruptura e essa transição foi extremamente lenta e gradual. Os espaços imaginados e a cartografia do fantástico ainda perdurariam na modernidade e atualmente representam, para a autora, temáticas muito pouco exploradas na academia, fato que se deve justamente pelo preconceito vinculado ao período medieval e ao entendimento de recuo científico.

> Ao tentar compreender as mudanças ocorridas na Cartografia no período medieval europeu, deparamo-nos com a busca de lugares imaginários e suas respectivas representações. A epistemologia da Geografia raramente se preocupou com esse período na história dessa ciência nas últimas décadas, em especial no Brasil. Somente descreveu esse "recuo", mas dificilmente encontramos estudos sobre os lugares imaginários ou que buscassem algum sentido para a sua existência, ou melhor, para a sua crença. Ao nos remetermos a Marco Polo e encontrarmos lado a lado as descrições "reais" e trechos em que ele identificou lugares lendários, veio-nos a interrogação do porquê dessa convivência. Este viajante-comerciante e geógrafo, reconhecido *a posteriori*, representou um ponto de transformação no relato de lugares ao se preocupar em descrever cidades asiáticas e não somente lugares imaginários. Apesar dessa mudança, as descrições foram transformadas, séculos depois, em lugares "mito", como o Eldorado no momento de incorporação do "Novo Mundo" ao "ecúmeno". Ao contrário do que se pode pensar, a Geografia e a Cartografia não se tornam "reais" no período que sucedeu a Idade Média. Datam da época

[45] Nas páginas 60-64 descrevi o processo de transição da Idade Média para o período Moderno que, em síntese, é retratado pela difusão dos valores intrínsecos ao movimento renascentista que tem sua origem na Itália e se alastra por toda Europa.

> dos “descobrimentos” muitas ilhas imaginárias “cartografadas”. [...] A contribuição que a história, em especial a história das mentalidades, pode dar ao entendimento dessa “geografia dos lugares imaginários” é grande (CARVALHO, 2006, p. 125-126)

Essa geografia que vai se moldando através do movimento exploratório reforça a figura do geógrafo viajante que, em um primeiro momento, aparece ainda de forma incipiente na Antiguidade. Estamos diante da figura emblemática do geógrafo que se entranha no filósofo, no matemático, no peregrino, no poeta, no comerciante e principalmente – nessa transição de períodos – nos exploradores que se lançavam ao mar e adentravam para terras desconhecidas. Todos eles, cada qual à sua maneira, caminhantes do mundo e tocados pelo espírito geográfico que norteia a busca pelo desconhecido, elemento que se faz intrínseco ao surgimento e desenvolvimento da identidade geográfica.

Na esteira do Renascimento, a busca pelo retorno à razão acontece após uma massiva tradução de inúmeros textos clássicos gregos que incluía as contribuições geográficas do passado, dentre elas a obra de Ptolomeu e sua representação da Terra. Esse fato, por si só, já representava uma importante ranhura no crivo e intermédio da Igreja Católica na influência do pensamento humano. É nesse pano de fundo que se inicia a Era dos Descobrimentos[46], trazendo Américo Vespúcio, Cristóvão Colombo e outros navegadores como precursores desse novo movimento exploratório, que repercute e impacta diretamente na geografia global e nas relações do homem com o espaço, principalmente no que tange às transformações nos sistemas políticos e econômicos.

> A redescoberta da geografia grega dá uma nova dimensão a esses saberes. Esses são pensados em referência à esfera terrestre e à esfera celeste. As coordenadas de *Geografia* de Ptolomeu, traduzida em 1406, conduzem à elaboração de globos e de planisférios, como à descoberta da perspectiva na pintura. Os erros de estimativa dos gregos fomentaram as viagens de descobrimento: a Ásia está próxima pelo caminho do Oeste! As terras encontradas são relacionadas nas novas cartas geográficas. As informações fornecidas por Américo Vespúcio conduzem um cartógrafo (Waldseemüller) a batizar de América o Novo Mundo, na oficina de Sain-Dié que o cônego Vautrin Lud dirige (CLAVAL, 2012, p.79).

Essa retomada da geografia grega culmina em novos questionamentos e em novas aberturas para se enxergar o mundo, agora com um amplo leque de possibilidades

[46] Descrevi o processo que deflagra as viagens ultramarinas e a expansão do mundo conhecido nas páginas 67-74. Apontei os principais sujeitos, as motivações e as consequências das viagens exploratórias que revelaram o Novo Mundo.

amparados pelos avanços das técnicas exploratórias e cartográficas. Nesse contexto, Amorim Filho (2018, p.125) faz uma importante ressalva: ainda esse resgate aconteça de forma inédita na Europa durante o decorrer do século XV, os geógrafos mulçumanos já estavam alguns passos na frente e haviam traduzido a grande maioria dos textos filosóficos gregos entre os séculos VIII e IX, embora esse fato seja frequentemente negligenciado na história e epistemologia da Geografia.

> Os árabes dispunham, como todos os povos nômades, de uma rica tradição de observação do meio, de conhecimento dos lugares e da orientação geográfica, mas eles eram puramente orais. Eles ignoravam ciência e filosofia. Após a Conquista, seu poder se exerce no Próximo e no Médio Orientes sobre populações dominadas por elites urbanizadas bizantinas ou siríacas. Eles descobrem, por intermédio delas, a riqueza do pensamento grego. As traduções se multiplicam em Bagdá, no Iraque, sob o Califado Abássida, nos séculos VIII e IX. A geografia árabe desabrocha verdadeiramente de 800 a 1050; o uso do árabe, é, então, generalizado, mesmo entre os autores originários da Pérsia ou da Ásia Central (CLAVAL, 1995, p. 20-21).

A prática de se lançar ao desconhecido, explorar, coletar dados e descrever o espaço que os europeus agora "inauguram" à luz do conhecimento grego, os árabes já reproduziam há alguns séculos. Amorim Filho destaca e descreve os eixos geográficos que florescem no Oriente entre os séculos IX-XV, encontrando nas contribuições sua originalidade e rastreando a literatura que resulta das viagens dos caminhos percorridos por esses geógrafos. Trajetos tão extensos quanto os percursos empreendidos pelos mais famosos e consagrados viajantes europeus. Um desses exemplos, ainda citando Amorim Filho, é o viajante Al Idrisi e suas contribuições geográficas, cujo tradução do título original da sua principal publicação – o Kitab – se aproximaria de "Divertimento para aquele que é apaixonado pela peregrinação através do mundo". A obra é constituída por uma descrição que divide a superfície da Terra em sete zonas (climatas) e que, inclusive, "poderia ser definida como pré-científica com base nas geografias dos séculos XIX e XX" (AMORIM FILHO, 2018, p.135). Uma síntese desse trabalho é descrita pelas próprias palavras do viajante e a passagem encontra-se no texto de Amorim Filho:

> Nós terminamos a descrição sucinta do aspecto da terra, de sua divisão em Climatas, e aquela dos mares, dos quais nós descrevemos o início, o fim e a extensão, assim como os países e os povos que os margeiam. Nós mencionaremos os reinos que se encontram nelas, as estradas e caminhos, as distâncias em '*parasanges*' (um *parasange* equivaleria a cerca de 5.250 m.), milhas e jornadas de navegação. Nós descreveremos seus rios, a profundidade de seus mares, os costumes de seus habitantes, seus desertos, tudo isso claramente, precisamente e em detalhes, com

> uma aplicação e um zelo extremos (IDRISI, 1999, p.67-68 *apud* AMORIM FILHO, 2018, p.134).

A descrição do espaço nesse modelo exposto por Idrisi só se faz possível mediante o deslocamento. O movimento do viajante que norteia a coleta de dados e a construção do conhecimento. O próprio fragmento expõe e alinha uma descrição meticulosa da organização dos lugares e dos povos, sendo sistematizada a partir das experiências desse geógrafo viajante através dos caminhos que compõem e interligam esse espaço habitado. O caminhar encontra-se, portanto, diluído no âmago da atividade geográfica.

No Islã, o deslocamento é complexo e categorizado. Mohammed (2011, p.36) explica que a mobilidade é compreendida por meio de quatro conceitos principais: *Hijra*, representando a viagem de terras não-muçulmanas para terras muçulmanas; *Hajj*, simbolizando a peregrinação a Meca; Z*iyarat*, englobando a viagem e visitação aos lugares sagrados; *Al-rihla*, constituindo qualquer viagem na busca por conhecimento. É na ótica desse último conceito que Amorim Filho acredita que o eixo geográfico muçulmano está essencialmente inserido, tornando a viagem um fator fundamental de enriquecimento intelectual e fornecendo informações de valor inestimável para a redação dos relatos – as *Rhilas* – que não só enriquecem "o conhecimento geográfico das diferentes regiões conhecidas da Terra, como, também, contribuem para desenvolver entre os vários povos que ocupam o Islã, uma ideia e um sentimento de pertencimento a uma comunidade religiosa grandiosa" (2018, p.140).

O eixo geográfico que cresce no Oriente, mesmo sendo alimentado pela influência clássica grega e buscando a precisão dos dados coletados, também foi enquadrada dentro do "ângulo morto" que muitos autores enxergam na evolução do pensamento geográfico ao se remeter ao período medieval (AMORIM FILHO, 2018, p.125). Fato é que as geografias, seja ela a praticada no Oriente ou na Europa, encontram nas narrativas e registros de viagens um campo fértil para florescer. Já com a abertura do mundo frente ao processo expansionista que a Europa direciona a partir do século XV, o conhecimento geográfico tem papel fundamental na nova organização global que se desenvolve: o ecúmeno se expande e é preciso registrar e descrever esses novos espaços pautados pela diferença. A curiosidade e o imaginário humano que cresceu sobre o Novo Mundo foram apenas algumas motivações por trás dessa necessidade de ir e conhecer, já que os

interesses econômicos, políticos e territoriais foram o que de fato viabilizaram essas empreitadas.

> Há um processo inerente às primeiras grandes navegações que consiste justamente na criação de uma verdadeira teia de rotas – de redes – ligando os grandes centros da Europa às paragens notificadas pelos navegadores em suas cartas, em seus diários. Complexifica-se o movimento do mundo que, em certa medida, parece ter uma nova dinâmica paisagística, um novo sentido para a vida dos homens (BAUAB, 2005, p.128).

Nesse contexto de novas rotas e maior mobilidade, o registro se torna essencial para estabelecer e delinear as novas grafias do mundo, as quais começam a ser redesenhadas de forma bastante intensa nos séculos seguintes aos descobrimentos. A cartografia, que até então buscava se dissociar das idealizações e do imaginário cristão, recebe um maior prestígio nessa necessidade de mapear os novos espaços. O encontro com novos lugares e novos povos foi uma porta para a diversidade e para a diferença que representou, conforme elucida Bauab (2005, p.28), um golpe fatal em várias crenças e valores medievais, já que se tratava de uma diversidade que não havia sido prevista pelas autoridades e pelo saber cristão.

> O pensamento moderno europeu pouco a pouco vai construir uma geografia imaginária onde as diferentes qualidades dos diferentes povos e culturas, que 1492 pôs em assimétrica relação, serão dispostas num *continuum* linear que vai da natureza à cultura, ou melhor, da América e da África, onde estão os povos primitivos mais próximos da natureza, à Europa, onde está a cultura, a civilização. E dominar a natureza, sabemos, é o fundamento da civilização moderna construída pelos europeus à sua imagem e semelhança e, para isso, os povos a serem dominados foram assimilados à natureza começando por considerá-los selvagens que significa, rigorosamente, os que são da selva, logo, aqueles que devem ser dominados pela cultura, pelo homem (europeu, burguês, branco e masculino). Vê-se, logo, que a invenção do europeu civilizado é, ao mesmo tempo, a invenção do selvagem e, assim, a invenção da modernidade é inseparável da invenção da colonialidade (GONÇALVES, 2002, p.218).

Toda essa diferença que se descortinava aos olhos do europeu ocasionou uma sequência de expedições exploratórias que, durante essa primeira fase do período moderno, se caracterizavam ainda por sua essência descritiva. A literatura de viagens incorpora esses novos registros dos caminhos percorridos pelos primeiros viajantes e que são responsáveis por construir a ideia do Novo Mundo. Essas novas expedições para o outro lado do oceano, e as incursões em terras desconhecidas, colaboraram não só para uma nova mentalidade do ser humano frente à expansão do mundo e das relações espaciais,

mas também ajudou a definir um novo momento para o desenvolvimento da geografia e o polimento do perfil do geógrafo.

> Os dados reportados pelos descobridores ampliam o campo da descrição regional da Terra. Como na Antiguidade, entretanto, o estado dos conhecimentos sobre a natureza não permite circunscrever com exatidão aquilo que faz a originalidade física e biológica dos novos meios. Os exploradores se apaixonam sobretudo pelos povos encontrados. Será que são homens? Sim, respondem os teólogos durante a controvérsia de Valladolid: como para os gregos, a humanidade é uma, mas os costumes são diversos. Montaigne dedica um capítulo dos mais empolgantes de seus *Ensaios* aos "canibais". Ele renova a interrogação que já consumia Heródoto. Até que ponto os civilizados diferem dos selvagens? As descobertas geográficas conduzem os europeus a analisar de forma diferente sua própria cultura. Alguns aspectos da geografia da Antiguidade conhecem uma renovação excepcional. É o caso do tema hipocrático das correspondências entre posição geográfica, o clima e a constituição dos homens (CLAVAL, 2012, p.78).

Durante os séculos XV e XVI, "a ciência geográfica põe na ribalta dois protagonistas: o cosmógrafo (ou o geógrafo) e o corógrafo" (CLAVAL, 2012, p.79). As duas concepções que se definem nesse período, atualmente, poderiam ser consideradas facetas da figura do geógrafo, embora, para a época, o geógrafo estivesse mais associado à cartografia e a cosmografia em si. Ambas podem ser consideradas heranças provenientes do pensamento grego clássico e estão em contato com o conhecimento geográfico, ainda que não atuem em uma mesma escala. O primeiro lida diretamente com interpretações do mundo em sua totalidade, propondo modelos e conceitos que permitem enxergar a complexidade do globo, como é o caso das geografias de Eratóstenes e Ptolomeu. Já o corógrafo é "um homem do campo, um explorador, só se preocupa com aquilo que vê [...] Como na Antiguidade, se dedica ao local, ao concreto, ao diferente, àquilo que o surpreende e o choca" (CLAVAL, 2012, p.80). Essa geografia das regiões particulares compreende, a título de exemplo, as contribuições de Estrabão.

O geógrafo viajante é representado na imagem do corógrafo, ainda que em seu tempo o mesmo não fosse considerado geógrafo. Ele é o explorador e desbravador das terras incógnitas, é o caminhante que observa, registra e descreve o que encontra em seus percursos. Contudo, isso não exclui a possibilidade do cosmógrafo também apresentar esse viés voltado para a exploração e coleta de dados – vide a paixão pela viagem que Agbebaku (2019) atribui a Eratóstenes ou os longos trajetos percorridos por Al Idrisi que culmina em seu modelo da Terra (AMORIM FILHO, 2018). Fato é que tanto o

cosmógrafo como o corógrafo dialogam entre si – não seria possível pensar no cosmógrafo sem uma base de dados que viabilizassem a formulação e construção dos modelos interpretativos da realidade, assim como os corógrafos precisavam desses modelos propostos pelos cosmógrafos para orientar suas viagens e expedições com uma maior precisão (CLAVAL, 2012).

> No Renascimento, a geografia é uma forma de cosmologia destinada a ajudar a conceber o mundo como um grande sistema matemático-mecânico. E o geógrafo é transformado num cartógrafo do movimento dos corpos celestes em seus rebatimentos geodésicos sobre a superfície terrestre, referendando uma visão de mundo natural e dessacralizada. Entre o Renascimento e o Iluminismo a geografia se duplica: de um lado volta a ser uma cartografia do fantástico, mas desta vez para o fim de realçar o imaginário de uma Europa racional em contraste com um mundo de bárbaros que a razão europeia deve conquistar e civilizar, e de outro lado é uma cartografia da precisão, voltada para o fim prático de orientar os naturalistas e navegadores que se lançam à conquista do mundo desconhecido. E o geógrafo é assim um misto de viajante e naturalista, cujo papel é organizar o mundo exótico, de fora, segundo a visão europeia. Tal são a geografia e o geógrafo desse tempo, um momento que vê o nascer do Estado e o colonialismo modernos, de modo que o geógrafo deve saber consolidar o imaginário etnocêntrico que faz dos europeus os senhores naturais do mundo e de fazê-lo com base numa cartografia que mostre a Europa como o seu centro natural. É o momento que presencia a invenção do planisfério de Mercator (1569), mostrando os continentes e as linhas imaginárias que irão sustentar a plotagem do movimento dos céus na superfície terrestre, que servirá de base para a matematização da natureza e a divisão da superfície terrestre [...]. Então, o mapa e o globo devem unir no olhar geográfico o mundial e o nacional, o fantástico e o real, o híbrido e o racional, o europeu e o europeizado, a metrópole e a colônia, tudo num só ato de discurso cosmológico (MOREIRA, 2007, p.14-15).

O perfil do geógrafo tem suas arestas aparadas ao passo que a própria geografia adquire forma enquanto disciplina, processo que ocorre entre os séculos XVI e XVII e representa um momento crucial em que ela começa a se desprender da cosmografia e definir as direções para a sua consolidação enquanto ciência moderna. Durante o século XVII, "o geógrafo é um personagem conhecido. A palavra suplanta a de cosmógrafo e designa aquele que desenha cartas geográficas e, eventualmente, as comenta" (CLAVAL, 2012, p.83). É a partir de Varenius (1622-1650) que a geografia de fato se emancipa da cosmografia, situando sua obra de maior relevância, *Geographia Generalis*, ou Geografia

Geral, publicada em 1650 em um cenário de efervescência cultural[47]. O trabalho sintetizava sua visão da geografia e a compartimentava em Geografia Geral (que buscava interpretar o mundo em sua totalidade) e a Geografia Especial (compreendida até então pela corografia, agora podendo ser entendida como geografia regional).

Pouco se sabe sobre a vida de Varenius, não são muitos os registros biográficos disponíveis sobre esse autor. Considerando não apenas sua última obra, mas também as anteriores à Geografia Geral, presumi que talvez Varenius poderia ter sido um exímio viajante e ter se lançado por caminhos distantes de sua terra natal (atual Alemanha), já que dedicou boa parte de sua vida em realizar uma descrição regional sobre o Reino do Japão, publicada em 1649 e intitulada como *Descriptio regni Japoniae*. Na realidade, muito pelo contrário: Bernard Varenius "nunca realizou pesquisas de campo, nem viajou. Todas as fontes que utilizava em seus trabalhos já eram conhecidas" (ETGES, 2000, p.113). Assim como Ptolomeu, Varenius se apoiava na literatura de viagens produzida por outros exploradores, nas descrições de caminhos percorridos por viajantes que possuíssem validade. Mesmo que Varenius não caminhasse longas distâncias para estruturar sua geografia, suas contribuições nascem diretamente das experiências geográficas de outros caminhantes.

Essa questão relativa ao processo de criação intelectual de Varenius é comentada por Bauab. O autor ainda sugere que devido à ausência de ressonância dos valores católicos em sua obra, seria possível aproximar o geógrafo de algumas premissas que envolvem o desenvolvimento da ciência moderna.

> A "espiada" na textura das novas paragens feita por Varenius deu-se, em grande parte, através das narrativas de pessoas que estiveram em lugares até então inóspitos. Leu, provavelmente, os jesuítas portugueses, presentes antes dos holandeses, em terras nipônicas. Conhecia, com certeza, as narrativas provenientes das viagens holandesas do começo do século XVII. Uma delas, inclusive, como destaca Capel (1984), teria contado com dois navios enviados por um tal Cornelis Schouten que, em 1616, "dobrariam" o extremo sul da América, desembarcando posteriormente nas Índias Orientais. Varenius curvava-se diante de outros doutos, os doutos que lançavam a vista sobre as paragens recém descobertas pelos europeus (BAUAB, 2009, p.9).

[47] Um contexto que engloba as consequências das conquistas ultramarinas e o mercantilismo; as consequências da Reforma Protestante; a consolidação dos Estados Nacionais; a eclosão da ciência moderna nas contribuições de Kepler e Galileu e, em sequência, a aproximação filosófica por autores como Francis Bacon e Descartes (BAUAB, 2011, p. 195).

Outro ponto importante a ser ressaltado é que Varenius oferece uma geografia aplicável na realidade, tanto teórica quanto prática. O conhecimento geográfico no século XVII ainda se apresenta muito caótico e desordenado, sendo Varenius o responsável por realizar um primeiro passo ao ordenar as informações às quais ele tinha acesso (ETGES, 2000). A geografia e o conhecimento geográfico seriam então, para Varenius, peça-chave para auxiliar no desenvolvimento do comércio e da navegação, sendo, portanto, uma disciplina imprescindível nos contextos das instituições políticas e administrativas (BAUAB, 2011; CLAVAL, 2012).

É nesse cenário que a geografia se difunde enquanto disciplina e é ensinada, inclusive, nos colégios religiosos. Além disso, o conhecimento geográfico, extremamente valorizado, faz com que o geógrafo seja inserido – com todo seu prestígio profissional – no âmbito governamental.

> Assim concebida, a geografia é uma arte útil: ela faz a bagagem do homem culto. O oficial deve saber levantar plantas e lê-las, o marinheiro, desenhar as linhas do litoral e usar as cartas que seus predecessores fizeram dessas áreas. A geografia é ensinada nos colégios católicos ou nas academias protestantes. A geografia como nós a entendemos existe, mas se desenvolve à margem da cartografia. Para interessar os alunos de seus colégios, os jesuítas tiraram partido das cartas que os missionários enviam ao Padre Geral dessa ordem monástica, e que são publicadas nas Cartas Edificantes (de Dainville, 1940). Eles tornam, dessa forma, vívidas as descrições dos países distintos (CLAVAL, 2012, p.84).

Os louros que a geografia e o geógrafo recebem nesse momento da modernidade não estão resumidos e restritos apenas à produção cartográfica e o apoio técnico na gestão dos Estados. Esse prestígio vai diretamente ao encontro com os relatos e as narrativas de viagens que conquistam o cenário literário. A curiosidade e o imaginário sobre o Novo Mundo fazem com que a difusão desses tipos textuais se popularize, não se limitando apenas aos relatórios enviados aos governantes. Nesse período, o viajante ainda não era considerado geógrafo, mas sim aquele que trabalhava com o material proveniente dessas missões exploratórias. Ou seja, o material de apoio do geógrafo era, de tal modo, o resultado dessas expedições descritivas, o que reforça ainda mais a ideia do caminhar enquanto experiência geográfica. Os relatos e as narrativas detalhavam os caminhos percorridos, as particularidades das paisagens e os diferentes povos, bem como seus costumes e tudo aquilo que os caracterizavam como “exóticos”. A construção e o enriquecimento do conhecimento geográfico desdobram-se, portanto, do fervor e da

diversidade das experiências em campo, sendo um movimento que define essa literatura que tanto se popularizou.

No capítulo anterior, reservei um espaço para compreender as relações existentes entre o caminhar e as expedições exploratórias (p.69-82) que ocorreram entre os séculos XVI e XVII, expus o contexto histórico e os desdobramentos. Os registros disponíveis revelam o teor geográfico desses relatos. Nas cartas de Colombo e Pero Vaz de Caminha, por exemplo, o caminhar é muito mais que um ato mecânico de deslocamento do corpo. Trata-se de uma forma estratégica de conceber o espaço, conhecer um território distante e habitado por povos desconhecidos. Realizar mensurações e proporções, trilhas de reconhecimento, coletar e registrar exemplares de uma flora e fauna nunca antes vista. São descrições vivas das paisagens repletas de dinâmicas que saltam aos olhos dos estrangeiros, cada qual com sua forma de enxergar esses espaços. Apesar de buscarem um caráter mais estratégico e até militar ao descrever a organização dos elementos que compõem a paisagem, esses relatos são de fato descrições geográficas.

O mesmo podemos dizer para os registros da Companhia de Jesus e as expedições missionárias, material que foi organizado por Inácio de Loyola e revela o mundo desconhecido não só para os alunos através da geografia disciplinar, bem como foi exemplificado por Claval (2012), mas também serviu de base para Varenius estruturar a sua geografia. Além disso, esses registros dos missionários culminaram em um método, cunhado por Loyola, que conduzia os jesuítas à reflexão e envolvia, sobretudo, o caminhar, talvez influenciado pelas conexões aristotélicas entre caminhar e refletir:

> Os progressos da disciplina são constantes: as viagens abrem novas áreas à curiosidade, ao comércio e à avidez dos europeus. A cartografia se torna cada dia mais exata. Os procedimentos empregados para medir as coordenadas geográficas são afinados. Os dados relativos aos lugares se multiplicam quando os príncipes descobrem o interesse da estatística, que é, à época, a arte de descrever com cifras os Estados. Paradoxo: esses progressos questionam a disciplina cujo estatuto deveriam consolidar. O século XVIII inicia um novo ciclo na construção científica da geografia. Ele dura mais de dois séculos (CLAVAL, 2012, p.84).

Dessa forma, é possível pensar em dois importantes pilares que contribuem com essa geografia emanada do movimento: os relatos das expedições e a cartografia. Enquanto o primeiro se sustenta por um viés talvez mais popular e ligado à literatura, o segundo

confere um aspecto mais técnico e que, para Claval, poderia ser considerado o coração da geografia na transição do século XVII para o XVIII:

> Esta se baseia na colaboração: (1) de astrônomos que determinam as latitudes (operação simples) e as longitudes (a operação é pesada e implica observações minuciosas e cálculos complexos); (2) de navegadores e de exploradores que anotem em seus diários de bordo a latitude de suas observações, a direção de sua trajetória e a distância percorrida a cada dia; (3) de topógrafos, ditos geógrafos, que efetuam – pela triangulação – levantamento quer no litoral quer em terra; (4) eruditos que tirem das narrativas de viagem uma estimativa crítica das distâncias (CLAVAL, 2012, p.85)

O cenário se transforma na medida em que a cartografia se especializa e se destaca da geografia. O geógrafo que, conforme Moreira (2007), deveria ser o especialista da elaboração de mapas e interpretação da realidade, agora, como aponta Claval (2012), tem esse espaço ocupado por engenheiros hidrógrafos e topógrafos, que adentram no processo de elaboração das cartas geográficas. Essa especialização da cartografia, assim como ocorre em outros campos do conhecimento, colabora para a emergência de uma dicotomia nessa transição de séculos acerca da construção do conhecimento: "observações diretas, métodos experimentais e descrições ou modelos abstratos e métodos matemáticos; ciências indutivas ou ciências dedutivas?" (GOMES, 2017, p.33). É nesse impulso das Luzes e da Revolução Científica[48] que a geografia se depara com um importante divisor de águas. A atividade geográfica entra em conflito e esse é um nó que seria desatado essencialmente com as contribuições de Alexander von Humboldt, delineando a sistematização do conhecimento geográfico e reverberando, de tal modo, que remodelaria a imagem do geógrafo e influenciaria na própria ideia do caminhar enquanto experiência geográfica[49]:

> O que sobra para o geógrafo, agora que ele não participa mais da confecção de cartas geográficas básicas? A disciplina perdeu seu suporte institucional! Os Estados multiplicam as expedições científicas: as do capitão Cook na Grã-Bretanha, a de Bougainville, bem como a de La Pérouse, na França são justamente célebres. Os geógrafos estimulam essas expedições, colecionam seus resultados, garantem a publicação

[48] Entrei em mais detalhes no contexto que envolve o desabrochar da Revolução Científica (p.87) em meio à difusão das ideias iluministas (p.88). Foi o período da história responsável por consolidar o pensamento filosófico e as bases do pensamento científico. Dentre os maiores nomes que se destacam nas contribuições filosóficas, me limitei a abordar e discutir os pensadores que refletiram sobre o ato de caminhar e o seu leque de relações com o espaço, sendo o apogeu da literatura do caminhar (p.85-112).

[49] Propus as conexões que revelam a influência de Humboldt no caminhar enquanto experiência geográfica, principalmente estando associada ao contexto da literatura do caminhar e na esteira dos importantes filósofos que constroem esse gênero (p.115-119).

> destes e sua difusão. É o objetivo essencial das Sociedades de Geografia, como por exemplo aquela de Paris, criada em 1821. Os geógrafos gostariam de participar diretamente da descoberta dos novos espaços marítimos ou continentais, mas os governos preferem embarcar, nos navios que eles armam, engenheiros hidrógrafos ou topógrafos, bem como naturalistas. A única exceção, e de peso, foi Alexander von Humboldt (1769-1859)! [...] A qualidade do resultado que ele obtém vem da multiplicidade de suas competências: ele é topógrafo, geólogo, especialista de magnetismo terrestre e da física do globo, botânico, zoólogo, estatístico (no sentido do século XVIII), etnólogo e historiador. Ele não foi enviado em missão por um Estado: sua fortuna lhe permite financiar sua viagem, depois a publicação de seus resultados (CLAVAL, 2012, p.86).

O fim da fase inventorial da geografia – marcada pelo conhecimento desordenado e caótico, sem luz explicativa e esforço construtivo – decorre da estruturação da geografia científica clássica no século XVIII. Segundo Piccoli Neto e Alves (2010), Humboldt é responsável por abrir os caminhos para a organização sistemática da geografia enquanto ciência, principalmente, conforme sugere Claval (2012), no tocante à razão naturalista que não se conforma em classificar e necessita explicar os fenômenos. Contudo, Humboldt não foi o único a sistematizar o conhecimento geográfico. Diniz Filho (2009) aponta que essa visão holística da geografia é, sem dúvidas, resultado das contribuições de Humboldt e Carl Ritter, sendo os principais responsáveis pela construção da fundamentação teórica e metodológica da atividade geográfica.

É consenso generalizado entre os geógrafos sobre a genialidade de Humboldt, isso é fato indiscutível (SPOSITO, 2003; MOREIRA, 2007; CLAVAL, 2012; WULF, 2016; GOMES, 2017). No entanto, dificilmente um gênio se constrói sozinho e suas influências estão muito bem definidas na literatura. Essa influência no discurso de Humboldt é organizada por Piccoli Neto e Alves (2010), que traçam os principais pensadores que estão presentes nesse desenvolvimento da abordagem teórico-metodológica do geógrafo (Figura 5).

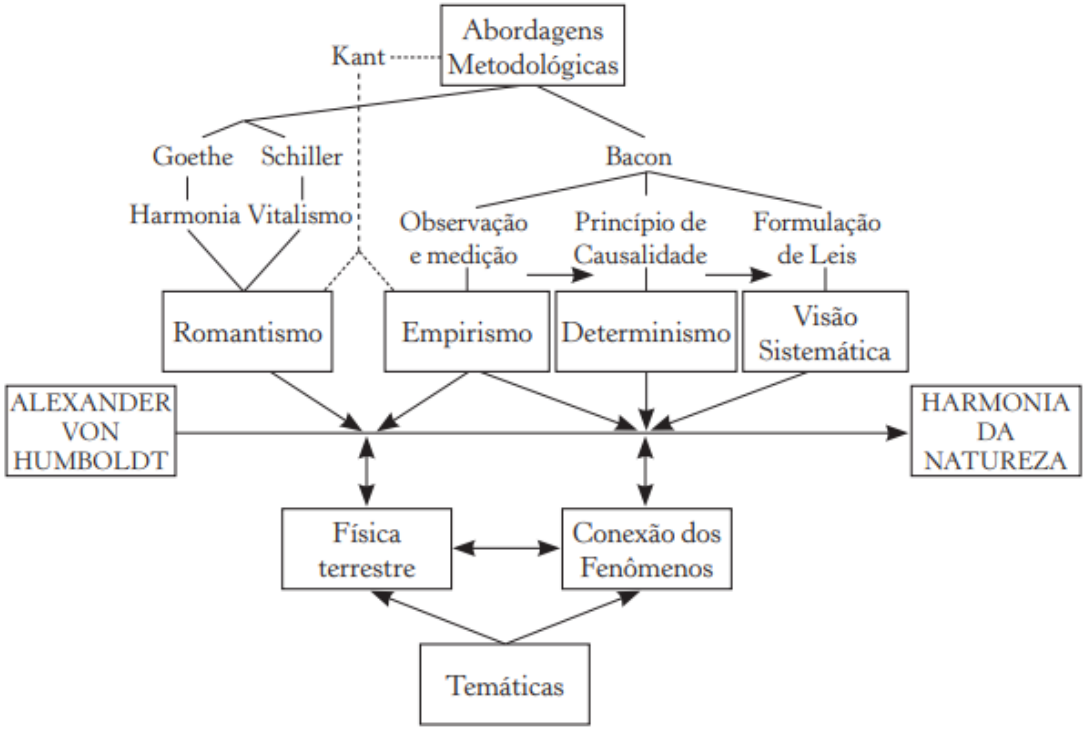

Figura 5. Síntese das abordagens teórico-metodológicas de Alexander von Humboldt. Fonte: Piccoli Neto e Alves (2010).

A geografia de Humboldt era, sobretudo, uma ciência de síntese, preocupada com a conexão e a causalidade entre os elementos da natureza, buscando construir princípios universais a partir das particularidades dos fenômenos. Observação e o registro, fundamentados em um método racional, eram descritos e explicados através de uma narrativa romantizada e apaixonada, resultando, portanto, no seu discurso harmônico da natureza. É importante destacar que algumas questões relacionadas à visão de mundo europeia e outros conceitos que atualmente foram descontruídos no meio acadêmico, como é o caso do determinismo ambiental, estão presentes na narrativa do geógrafo e fazem parte da racionalidade e pensamento vigente da época.

Acredito ser pertinente mencionar que ao mergulhar em uma das obras síntese de Humboldt, Quadros da Natureza, alguns pontos importantes da história da geografia acabam sendo contemplados e descritos pelo geógrafo. E não apenas isso, Humboldt também demonstra e reforça elementos que, através de sua narrativa única, exaltam a geografia que nasce dos caminhos percorridos por ele e também por outros viajantes.

Sendo reconhecido como um dos maiores exploradores do mundo, é interessante que ao se remeter a ideia de "Novo Mundo" e "Velho Mundo" tece uma importante crítica acerca das fragilidades dessas concepções. Ele entende o que realmente está por detrás dessas ideias, embora, racionalmente, o pensamento lógico talvez não fosse tão complacente com os termos que foram popularizados:

> Um naturalista distinto, Benjamim Smith Barton disse, há muito tempo, com muita verdade: "É uma suposição pueril, que nada na natureza confirma, a que faz brotar do fundo do oceano uma grande parte da América com posterioridade sobre outros continentes". Tratarei também o mesmo ponto em uma memória relativa aos povos primitivos da América, e dizia eu então: Escritores, aliás justamente célebres, tem repetido frequentemente que a América é, em toda a acepção da palavra, um continente novo. A riqueza da sua vegetação, os rios imensos que a sulcam, a potência e fermentação contínua dos seus vulcões, indicam, segundo eles, que a terra, sempre tremula, está ali mais próxima, do que no antigo continente, do estado primordial de caos. Muito antes do princípio da minha viagem, já tais ideias me tinham parecido tão pouco filosóficas como completamente contrárias às leis físicas geralmente reconhecidas. Estas imagens caprichosas da juventude e de agitação, opostas à secura e inércia da terra envelhecida, não podem brotar senão nos espíritos que se comprazem em procurar contrastes entre ambos os hemisférios, e não se dão ao trabalho de abraçar, num olhar geral, a estrutura do corpo terrestre. [...] Não se pode supor-se razão alguma para que uma parte do planeta seja mais velha ou mais nova que outra (HUMBOLDT, 1957a, p.123-124).

Essa racionalidade enfática está presente em toda sua narrativa. A preocupação do geógrafo em justificar e apoiar as ideias em dados e argumentos concretos está inserida, como, por exemplo, na estruturação da sua geografia das plantas.

> Há três questões que importa não confundir: 1.ª Qual é o número das plantas já descritas nas obras impressas? 2.ª Qual é, das plantas descobertas, ou colocadas nos herbários que ainda não está descrita? 3.ª Em que cifra se pode avaliar aproximadamente o número de todos os vegetais espalhados na superfície do globo? A edição do *Sistema naturae* de Linneu, feita por Murray, não contém, inclusive as criptogâmicas, senão 10.042 espécies; Willdenow, na sua edição da *Species plantarum* [...] descreve já 17.547 fanerogâmicas, desde a monandria até a poligamia dicésia. Novas indagações mostraram quanto fica abaixo da verdade esta avaliação das plantas descritas ou conservadas nos herbários (HUMBOLDT, 1957b, p.35).

E partindo desses pressupostos, prossegue descrevendo sua abordagem:

> Se perguntasse, portanto, qual é, no estado presente da força vital que anima o nosso planeta, o número de plantas que há sobre a terra ou no seio dos mares, inclusive as criptogâmicas sem folhas, (algas, cogumelos, líquenes), como também as caráceas, hepáticas, musgos,

> marsileáceas, licopódios e fetos, a pergunta não admitiria resposta direta e científica. Tudo que podemos fazer é procurar uma aproximação e determinar, raciocinando à mínima, um limite inferior abaixo do qual não possa haver verdade. Procurei, desde o ano de 1815, determinar, pela aplicação da aritmética à geografia das plantas, a proporção das espécies de que se compõe cada família natural (HUMBOLDT, 1957b, p.37).

Assim, Humboldt consegue delinear a distribuição espacial das plantas e correlacionar com os elementos que compõem a paisagem, partindo de aspectos em escalas individuais para relações complexas que abraçam as dinâmicas das paisagens. Um movimento que apenas se faz possível através da observação *in loco*, da descrição minuciosa e o olhar holístico sobre os fenômenos. É dessa maneira que Humboldt provoca uma transformação no perfil do geógrafo: se antes era o profissional de gabinete que processava informações e dados coletados, agora ele é de fato o viajante que busca observar os fenômenos e explicar, no rigor do método, as incógnitas no espaço. "A geografia transforma-se então na ciência dos grandes espaços e o geógrafo num especialista em teoria e prática das localizações" (MOREIRA, 2007, p.15). Nessa espacialização dos fenômenos observados nasce, por exemplo, a Fitogeografia:

> Se, pelo contrário, considerar as espécies reunidas segundo analogia da sua estrutura, não de modo abstrato, mas sim atentas as suas relações climatéricas e a sua distribuição na superfície do globo, estas questões apresentam então interesse muito diverso. [...] Estes problemas pertencem à geografia das plantas, propriamente dita, e ligam-se também com problemas mais importantes que podem apresentar a meteorologia e a física terrestre. Do predomínio de certas famílias é que depende o carácter da paisagem, e o aspecto selvagem, risonho ou majestoso da natureza. A superabundância de gramíneas que cobrem as extensas planícies arenosas, a multidão de palmeiras que fornecem alimentação abundante, ou das coníferas que vivem associadas, tem influído poderosamente na existência material dos povos, nos seus costumes, carácter e no desenvolvimento, mais ou menos rápido, da sua prosperidade. Estudando a distribuição geográfica das formas vegetais, cabe observar separadamente as espécies, os géneros e as famílias naturais. [...] Interessa olhar mais de perto estas relações, e examinar a propagação individual e o desenvolvimento orgânico das espécies. Cabe perguntar qual é a espécie que produz maior número de indivíduos nesta ou naquela zona (HUMBOLDT, 1957b, p.38-39).

Um aspecto que destacou Humboldt foi exatamente a sua necessidade por observar e descrever por si mesmo. Sua fonte primária de dados eram suas próprias viagens: percorrer caminhos, fossem eles inóspitos ou habitados, registrando a diferença da vegetação e das condições ambientais, medindo altitude e registrando a latitude. O fio condutor dessa análise se dava por sua descrição detalhada e poética da paisagem, como

é o caso do seu relato em que ilustra a transição do período seco para úmido nos domínios das estepes e desertos. Humboldt descreve por meio dos sentidos a sua percepção do espaço: as intensidades das cores, impressões de proximidade e profundidade, a aparência e as formas, a passagem do tempo, os sons e como tudo está conectado na paisagem, sendo resultado das impressões que o seu corpo experimenta:

> Quando, por fim, depois de longa seca, chega a estação benéfica das chuvas, a cena muda subitamente. O azul profundo do céu, onde se não destacava nuvem alguma, descarrega-se e ilumina-se. Apenas se pode reconhecer e mal, no meio da noite, a mancha negra da Cruz do Sul. A fosforescência suave das nuvens de Magalhães perde o brilho. As constelações da Águia e do Serpentário irradiam do próprio zénite uma luz cintilante que não se parece tanto, como outras, com as luzes planetárias. Para o sul, algumas nuvens isoladas levantam-se perpendicularmente ao horizonte, fazendo o efeito das montanhas afastadas. Vapores densos estendem-se pouco a pouco, à guisa de nevoeiro, para o zénite. O ruído do trovão anuncia ao longe a chuva que há-de beneficiar a terra (HUMBOLDT, 1957a, p.22).

Em uma outra passagem do seu texto, Humboldt menciona os estudos de Ritter sobre as relações que suscitam dos diferentes povos em determinados ambientes. Isso acontece ao buscar as particularidades que definem as paisagens dos desertos, momento em que o geógrafo descreve e evoca as sociedades pautadas no movimento – os povos nômades – cujas características eu trouxe aqui anteriormente sob a ótica de Careri (2013). Para ilustrar algumas dessas particularidades, Humboldt remete a Ritter:

> Nas poesias orientais, chama-se ao camelo o navio terrestre ou a nave do deserto. Os camelos, porém, não servem unicamente para o transporte de fardos; não são apenas meio de locomoção, próprio para unir entre si regiões afastadas, mas também, segundo coloca Carl Ritter, na sua excelente dissertação acerca dos limites geográficos em que se acham distribuídos esses animais, "a condição essencial da vida nômade nas regiões abrasadoras, nada ou muito pouco visitadas pelas chuvas, nesse grau de civilização em que reina a vida patriarcal". "Não outro animal", acrescenta Ritter, "cuja vida se ligue por laços tão naturais e tão estreitos a uma fase determinada do desenvolvimento da vida humana, e se ache melhor estabelecida historicamente, através dos milhares de anos, do que o camelo no estado de civilização em que estacionaram os Beduínos". (HUMBOLDT, 1957a, p.63).

É curioso a forma como decorre o diálogo através da obra de Humboldt, evidenciando um caráter construtivo de sua geografia[50]. Explorando Ritter, o geógrafo elabora os argumentos pelos quais definem a diversidade dos desertos, contrapondo a ideia difundida de que seriam compostos por um aparente vazio. Na oposição dessa noção, um exemplo que demonstra a riqueza da paisagem em contraste a esse vazio é o sentimento nutrido pelas sociedades nômades que, segundo o naturalista, é possível elencar uma infinidade de termos nas linguagens dos povos que habitam essas regiões para definir as nuances desses espaços: na distinção "das planícies, as estepes e os desertos, conforme o solo está completamente nu ou coberto de areia, eriçado de rochas e entrecortado por penedias, ou apresenta vastos espaços uniformemente adornados de plantas sociais" (HUMBOLDT, 1957a, p.259). Ao considerar os termos designados para as fisionomias das montanhas, essa diversidade é ainda maior.

Na sequência do debate que é conduzido pela narrativa do naturalista, Humboldt ainda insere fragmentos de uma carta enviada a Ritter. O conteúdo dessa correspondência exprime uma riqueza de detalhes sobre como a ciência geográfica estava sendo construída no período e a importância do trabalho que ambos realizavam, destacando, principalmente, a importância de viajar e explorar no fomento ao conhecimento geográfico. Uma ciência que por influência das viagens exploratórias deixa de lado a timidez e se desenvolve com maior liberdade:

> Ambos nós temos sentido, de tempos em tempos, este prazer no decurso dos nossos estudos geográficos, e temo-lo experimentado, sobretudo, a propósito daquelas partes da ciência em que ninguém se podia expressar senão com reserva tímida. [...] O mapa, faz ressaltar, da maneira mais notável, por meio de cores diversas, as regiões ainda desconhecidas e as que já estão exploradas, graças ao valor e à perseverança dos viajantes de todas as nações, entre as quais a Alemanha tem representado felizmente um importante papel. Não é empresa estéril reproduzir graficamente todos os resultados adquiridos pela ciência, contanto que, aos homens que a possuam, sejam familiares os materiais espalhados, e não apenas saibam desenhar e compilar, como também comparar e escolher, e que sejam capazes, quanto possível, de retificar,

[50] Humboldt dialoga com inúmeros autores contemporâneos a ele além de Ritter, que dentre outros estão George Forster, Goethe, Buffon, Bernardin de Saint-Pierre e Chateaubriand. Além disso, o diálogo retoma a Antiguidade e os nomes proeminentes que colaboraram com o desenvolvimento do conhecimento geográfico: menciona várias constatações de Heródoto; cita Estrabão ao comparar análises regionais feitas no Egito, ressaltando a importância dos viajantes em mapear e descrever as paisagens; reflete sobre propostas de Aristóteles e Ptolomeu, sugerindo a necessidade de atualizar conceitos e teorias mais antigas diante de descobertas mais recentes. Humboldt ainda crítica o fato de que muitas ideias já poderiam ter sido revistas se não fosse o "efeito do espírito conservador dos geógrafos que subsistiu durante 1.700 anos" (HUMBOLDT, 1957a, p.99).

> por meio de observações astronômicas, os itinerários traçados pelos viajantes. Aqueles que, como vós, hão dotado o mundo sábio tão liberalmente, têm sem dúvida maior direito que outros a esperar muito, pois que, por meio das suas combinações, aumentou o número dos problemas a resolver (HUMBOLDT, 1957a, p.143).

A viagem, para Humboldt, significava descortinar o mundo em detalhes. Fazer uma geografia de caminhos percorridos. O geógrafo insistia que o desenvolvimento da ciência só era possível se os cientistas se livrassem das amarras de seus gabinetes. Se não estivesse em uma expedição, Humboldt caminhava reflexivo pelas ruas da cidade. Seu aniversário de 60 anos aconteceu durante sua última expedição – na Rússia – e ainda conseguia suportar todo tipo de privação de conforto de uma longa expedição, sendo capaz de caminhar por mais de oito horas ininterruptas. Quem o via em ação, certamente o tomava como um louco (WULF, 2016, p.293). Apaixonado por montanhas, os cumes exerciam um misterioso magnetismo em Humboldt e o geógrafo precisava ascender ao topo. Foi assim que sintetizou sua geografia das plantas em *Naturgemälde*, que seria, segundo ele, um "microcosmos em uma página", uma forma de representar graficamente a física do mundo e suas relações com os aspectos naturais da distribuição da vegetação. Trata-se, basicamente, da constituição de um recorte seccionado do Chimborazo (um vulcão localizado no Equador) em que Humboldt espacializa a distribuição das plantas, correlacionando seu desenvolvimento com a sua localização e condições ambientais.

O quadro síntese é idealizado justamente a partir das experiências, questionamentos e reflexões de suas viagens, em destaque para sua expedição ao Equador e a ascensão ao Chimborazo que resultou na elaboração sinótica de sua *Naturgemälde*. Se por um lado Humboldt demonstrava-se extremamente zeloso com as medições e os registros das particularidades observadas, por outro, a imersão do corpo no espaço era, na mesma medida, essencial. A experiência geográfica que fluí no passo após passo de Humboldt é explicada por ele: os sentimentos e toda a subjetividade que uma paisagem exprime para um observador depende muito mais da nossa abertura em ser e sentir do que dos próprios elementos da paisagem em si:

> Muitas vezes a impressão que nos causa a vista da natureza deve-se menos ao próprio caráter da região do que ao dia em que nos aparecem as montanhas e planuras aclaradas pelo azul transparente dos céus, ou veladas pelas nuvens que flutuam perto da superfície da terra. Do mesmo modo as descrições da natureza impressionam-nos tanto mais vivamente, quanto mais em harmonia com a nossa sensibilidade; porque o mundo físico se reflete no mais íntimo do nosso ser, em toda

> sua verdade. Tudo quanto dá caráter individual a uma paisagem: o contorno das montanhas que limitam o horizonte num longínquo indeciso, a escuridão dos bosques de pinheiros, a corrente que se escapa entre as selvas e bate com estrépito nas rochas suspensas, cada uma destas coisas tem existido, em todos os tempos, em misteriosas relações com a vida intima do homem (HUMBOLDT, 1957a, p.211-212).

É dessa forma que se destaca a influência de Humboldt para além da sistematização geográfica. O naturalista marca também a literatura de viagens por meio de sua narrativa inspiradora, sendo, em seu tempo, um dos autores mais lidos, influenciando outros importantes nomes nesse fervor crescente do cenário científico, como, por exemplo, Charles Darwin[51]. A sensibilidade e o conceito de natureza em Humboldt também se tornam parte dos alicerces da literatura do caminhar, que conquista seu espaço no século XIX[52]. Se por um lado a descrição e os sentimentos sobre os espaços se multiplicam, por outro temos a quantificação, dominação e mercantilização desses mesmos espaços. A geografia, para além dos seus debates científicos é, também, uma forma na qual os Estados dividem territórios e o potencial econômico do mundo:

> A geografia como sustentação das viagens de exploração justifica, dessa forma, o domínio europeu em todas as partes do mundo onde o Estado-Nação não estiver implantado. A geografia como inventário de recursos e de possibilidades de desenvolvimento guia o colonizador e o negociante. Na segunda metade do século XIX, a geografia contribui de duas formas (exploração do mundo e análise de suas especializações econômicas) para a partilha do mundo pelos europeus, mais tarde pelos americanos e pelos japoneses que se convidaram para a festa (CLAVAL, 2012, p.95).

Na esteira da sistematização do conhecimento geográfico por Humboldt e Ritter, a geografia se molda enquanto ciência moderna e o geógrafo na condição de especialista da teoria e prática das localizações (MOREIRA, 2007). Esse momento se refere à consolidação de uma geografia clássica ou tradicional (1750-1950) – outros importantes geógrafos sustentariam essas bases, dentre eles estão Friedrich Ratzel, Élisée Reclus, Paul Vidal de La Blache, Ellsworth Huntington, Ellen Semple, Halford John Mackinder. Geógrafos que fomentaram, cada um em suas particularidades, o debate de um paradigma que permeou essa fase da geografia: a natureza determinaria ou possibilitaria o desenvolvimento dos povos? Trata-se de um paradigma que, conforme explica Claval

[51] Estabeleci anteriormente as relações entre Humboldt e Darwin (ver p.118). Lendo Humboldt, Darwin menciona ter sentido uma enorme inspiração, tornando-se um "grande errante", conforme ele mesmo descreve em uma carta endereçado para um primo (WULF, 2016, p.322).

[52] A influência de Humboldt e as bases dessa literatura do caminhar foram descritas no capítulo anterior (p.119-132).

(2012, p.108), tornou a construção da geografia imperfeita devido ao "contexto intelectual no qual ela foi formada", que a "aprisiona numa interminável querela do determinismo *versus* possibilismo". Apesar dessa construção imperfeita, a diversidade no desenvolvimento do pensamento geográfico se fez notável:

> No período que cobre o século XIX e a primeira metade do século XX, predominou uma geografia chamada posteriormente de "clássica" ou "tradicional" que, embora fiel a certos princípios, temas e orientações maiores, foi sem dúvida diferenciada e plural, como comprova sobejamente a coexistência de pelo menos quatro grandes "escolas nacionais de geografia": alemã, britânica, francesa e norte-americana (AMORIM FILHO, 2006, p.39).

Diante dessa dicotomia, outros geógrafos buscaram alternativas para se repensar a geografia de modo que não estivesse vinculada à paisagem possibilista ou ao fatalismo entre as relações humanas e a natureza. Dessa prerrogativa podemos inserir as contribuições de Carl Sauer, Alfred Hettner e Richard Hartshorne. A geografia tradicional, em todas as suas facetas, fundamenta e delimita um campo geral de investigações que, apresentando um temário variado, articula-se em uma ciência autônoma com caráter construtivo de suas bases conceituais e conhecimento sistematizado. Essa geografia clássica, que apresentava certa unidade, legou algumas das categorias de análise geográfica como o território, região e paisagem, assim como também definiu conceitos que dentre eles estão, principalmente, o habitat, ambiente e área.

O decorrer da metade do século XX em diante seria, então, marcado por descontinuidades com as orientações epistemológicas consideradas tradicionais. Um rompimento que acontece por uma grande parcela dos geógrafos reconhecerem a fragilidade da ciência em definir o seu objeto de análise. "Mesmo de maneira implícita ou tácita para uma grande parte da comunidade dos geógrafos, optou-se pela adoção do chamado "neopositivismo" (ou "positivismo lógico") como matriz filosófica" (AMORIM FILHO, 2006, p.39). Por consequência disso, outras correntes geográficas de diferentes matrizes foram se desenvolvendo no intuito de preencher as lacunas das realidades que o neopositivismo não contemplava. Com a emergência dessa diversidade de abordagens e propostas teórico-metodológicas, Amorim Filho ainda destaca a ausência de uma unidade identitária como resultado desse processo que caracterizaria a problemática de uma fragmentação epistemológica que geografia enfrenta atualmente.

Uma pergunta certamente sobrevém com relação a essa diversidade de abordagens e sobre a identidade fragmentada da geografia e do geógrafo: como essas transformações nas bases geográficas interferem e se relacionam com o caminhar? A resposta, ao meu ver, remete à intensa complexificação do mundo nos últimos séculos e que, de tal modo, vemos a racionalidade humana acompanhar esse processo. O pensamento geográfico se torna, por consequência, resultado dessa racionalidade em mutação e a complexidade do mundo é abraçada pelas geografias que surgem no decorrer do século XX. O caminhar, inserido nesse contexto de relações complexas entre o ser humano e o espaço, passa a ser compreendido enquanto fenômeno e, portanto, de fato estudado e investigado por diferentes campos do conhecimento, com destaque para a geografia.

3.1.3. As abordagens geográficas e o fenômeno do caminhar

A metade do século XX inaugura uma nova fase da geografia com a abordagem neopositivista que, chamada de "Nova Geografia", buscou construir uma unidade através dessa matriz filosófica, sendo um movimento que enxergava a reestruturação da ciência geográfica através da objetividade e o rigor dos dados técnicos. A geografia enxerga uma transformação paradigmática no sentido de Thomas Kuhn (1962) e, conforme sugere Claval (2012, p.111), ainda que os avanços em termos técnicos sejam notáveis, a transformação em si não foi tão brutal quanto se pretendia: a geografia sempre recorreu aos levantamentos quantitativos. Cito alguns exemplos que corroboram com essa afirmação do autor – é só revisitar a geografia de Eratóstenes e Ptolomeu ou buscar como eram feitas as medições, coletas e análise dos dados por Humboldt. A distinção, para além desse caráter técnico e quantitativo que roga para si, está na elaboração de modelos testáveis, teorias complexas que se adaptam ao cientificismo que irrompe com força durante todo o século XX.

É nesse contexto que novas abordagens geográficas surgem e se diversificam nos últimos 70 anos. Amorim Filho (2006, p.39-40) destaca o momento em que a "geografia quantitativa e teorética, filiada explícita ou implicitamente ao neopositivismo, e que fora tão crítica em relação à geografia clássica ou tradicional, começa por sua vez a ser duramente criticada", o que levou ao desenvolvimento de "uma corrente do pensamento geográfico fortemente marcada pela insatisfação com os problemas sociais (especialmente urbanos), com a denúncia de situações de segregação e de pobreza",

vertente que ficou conhecida como geografia radical ou crítica. Desse movimento contestatório, outras correntes também surgiriam e é a partir desse cenário de fragmentação da identidade geográfica que a geografia se difunde nos mais diversos campos do conhecimento, se especializando e contribuindo expressivamente para outras ciências – mas isso não acontece sem se pagar um preço. A dimensão ecológica e ambiental, já crescente nessa metade do século, passa para segundo plano e só seria retomada mais tarde (CLAVAL, 2012, p.112). A partir desses rearranjos e a emergência de novas abordagens geográficas, enxergo também as novas possibilidades de apropriações do caminhar por essa ciência, com todas as suas confluências em outras áreas do conhecimento. Um horizonte que vislumbra, do meu ponto de vista, uma profunda diversidade ainda pouco explorada.

Esse momento em que a geografia se pluraliza é, também, o mesmo período em que as compreensões sobre o caminhar se diversificam (questões que foram discutidas nas p.91-139). Longe de ser coincidência, essa variabilidade nos entendimentos e interpretações da realidade é resultado direto da(s) racionalidade(s) do mundo contemporâneo e da modernização das sociedades. Se as relações humanas se complexificam, o mesmo ocorre com os problemas advindos desses relacionamentos, tanto no que diz respeito ao ser humano-espaço quanto no que se refere às relações entre os seres humanos. Essa conjuntura não se estabelece sem trazer consigo inúmeras contradições: ao mesmo tempo em que se reconhece a diversidade cultural, as tendências do processo globalizatório possuem caráter homogeneizador; ou então a tônica da conservação ambiental em contraste com o padrão de vida que atualmente é valorizado. É em um pano de fundo como esse que, segundo Moreira (2007, p.16), a geografia se define enquanto a ciência do espaço e o geógrafo enquanto o especialista da sua organização. O próprio nome já revela o tom, um “especialista”, ou seja, que requer uma especialidade. Essa especialidade, na verdade, acaba se tornando especialidades diante das possibilidades de atuações do geógrafo nessa era da mundialização da indústria e do mercado, da gestão de territórios, da comunicação e energia, da preocupação ambiental, da educação, dentre outras infinidades de questões que a geografia se insere.

Os avanços tecnológicos que se refletem na cartografia e geoprocessamento podem representar excelentes exemplos para ilustrar o que estou dizendo. Com alguns cliques eu consigo definir o melhor caminho – em distância e em tempo – da minha residência até o

supermercado, sem contar que ainda posso especificar se irei a pé, de carro ou se utilizarei transporte público. Consigo acessar imagens de satélite disponibilizadas gratuitamente para achar a localização de uma região, de um bairro, de uma rua ou algum estabelecimento. Desse mesmo recurso, consigo planejar uma viagem por completo, verificando meu destino com todas as suas possibilidades de atrativos, como por exemplo, traçar uma trilha a ser percorrida e seus pontos de parada. Com o auxílio de um aparelho celular, mesmo sem conexão à internet, consigo registrar trajetos, tempos e distâncias para inúmeras finalidades (exercício físico, planejamento, compartilhamento de informação, dentre outros). Todos esses recursos e praticidades são produtos que surgem em função dos avanços tecnológicos que acompanham o sensoriamento remoto e os sistemas de informações geográficas, versões simplificadas que são colocadas ao nosso dispor para solucionar questões do cotidiano. Já para a geografia, representam um amplo leque de ferramentas que favorecem os estudos e análises espaciais. São recursos que, na mão dos geógrafos, se tornam instrumentos complexos para investigar e compreender as dinâmicas das paisagens.

Os caminhos agora são, mais do que nunca, inventariados e cartografados. Se tornam registros digitais, sequências de pontos georreferenciados, trajetos projetados em imagens nas suas diferentes escalas, compondo uma extensa base de dados que, ao serem processadas, resultam em modelos tridimensionais, mapeamentos, camadas de informações, dentre uma série de possibilidades no produzir, analisar e interpretar o conhecimento geográfico por meio dessas novas ferramentas que estão em constante inovação tecnológica. Fato que por si só contrasta com as publicações marcantes do século XIX e a forma com que os caminhos e o caminhar eram assimilados por filósofos e geógrafos, que buscavam a reflexão através do caminhar e mantinham o registro das experiências advindas dos percursos. Um não substitui o outro (ou pelo menos não deveria), são formas de construir o conhecimento completamente distintas, um contraste que demonstra justamente essa diversidade de abordagens possíveis frente à fragmentação epistemológica do pensamento geográfico.

O geoprocessamento tem conquistado um importante prestígio na composição das análises espaciais, formando-se cada vez mais especialistas na medida em que o mercado de trabalho também carece desse profissional. Por isso, é mais do que comum encontrarmos pesquisas que buscam – por meio das ferramentas digitais – descrever,

ordenar e interpretar caminhos. É o caso desenvolvido por Umbelino *et al.* (2010) e a reconstituição dos caminhos da Estrada Real por meio da cartografia e do geoprocessamento, resultando no mapeamento que pontuou os núcleos urbanos e traçou os caminhos historicamente percorridos no sudeste brasileiro. Outro exemplo interessante é a utilização desses recursos para modelar e orientar o planejamento urbano conforme descreveu Santana (2014), que são capazes de nortear a criação e definir um padrão da morfologia viária urbana, possibilitando não apenas gerir os caminhos de uma cidade, mas todo o seu funcionamento orgânico.

As aplicabilidades desses recursos também vêm sendo utilizadas no que se refere à gestão de áreas protegidas. Toledo *et al.* (2004) mapeia e avalia a vulnerabilidade ambiental das trilhas e estradas pertencentes ao Parque Estadual do Ibitipoca (MG). Segundo os autores, foi realizado um processo de pré-geoprocessamento em que informações em camadas foram cruzadas e resultaram em cartogramas checáveis em campo. Um outro exemplo é conduzido por Mingatos (2008), propondo o planejamento e manejo de trilhas do Parque Municipal Ecológico de Petrópolis (RJ) por meio do geoprocessamento. No objetivo de colaborar e orientar a conservação local, foi realizado um diagnóstico ambiental através do mapeamento da região, orientando os melhores percursos para compor a configuração das trilhas. A marcação foi gerada por meio do *Track Maker*, um *software* de precisão no levantamento de dados espaciais em tempo real.

A renovação e inovação tecnológica é absorvida não só pela geografia, tratando-se de uma tendência global. Estudos e planejamentos como os mencionados têm os seus valores e propósitos muito bem cercados, tanto no que se refere ao meio acadêmico quanto às necessidades do mercado, não restando dúvidas com relação a isso. No entanto, cabe se perguntar até que ponto o processo de intensa especialização não faz com que a geografia seja diluída nesse percurso. Reforço que faço esse questionamento para essa conjuntura de especialização da ciência e do profissional de um modo geral, não direcionando-me aos trabalhos citados. A questão é que essas ferramentas dispõem de facilidades e possibilidades magníficas de se pensar e repensar o espaço, mas que, para além disso, podem acabar refletindo a construção de algo muito maior, que Amorim Filho (2008) entende por tirania paradigmática. Para o autor seria a intolerância ou até mesmo o demérito – seja ele velado ou não – com relação a outros tipos de investigações geográficas que, diante desse contexto atual extremamente técnico, podem não ser

consideradas científicas e possuírem sua relevância questionada. Para Moreira (2007), isso nada mais é que uma consequente reverberação da ilusão tecnicista que tem alcançado a geografia nas últimas décadas, resultando no fetiche do poder da técnica: o geógrafo se especializa tanto que acaba perdendo a essência que o caracteriza, o "encaixe" geográfico desaparece.

> Daí que o geógrafo caia frequentemente no fetiche do poder da técnica. No passado, achou que a fotoimpressão era a interpretação da foto, quando era a descrição do que estava fotografado. No tempo da geografia quantitativa, achou que a câmara bastava. E hoje acha que basta o programa de geoprocessamento. O problema é que nem a fotografia área, nem os modelos quantitativos e menos ainda o programa de geoprocessamento pensam e interpretam o mundo por si mesmos (não é o geoprocessamento que processa o geo – o real-espacial –, mas o geo – a teoria geográfica – que processa o geoprocessamento) (MOREIRA, 2007, p.21).

Esse reflexo é sentido nas formas que alguns geógrafos concebem o ato de caminhar. Não é por acaso que, ao buscarmos um levantamento de estudos geográficos recentes que abordam o tema, é bastante comum o eixo central da problemática situar em torno da avaliação de impactos ambientais em áreas protegidas: o caminhar enquanto atividade potencialmente predatória a ser controlada e gerida de forma sustentável, conciliando a prática com as condições ambientais da região em questão, possibilitando, de tal modo, definir as diretrizes para sua regulamentação. Isso acontece em função de uma crescente procura turística em áreas naturais que, carecendo de um maior controle, alimenta o debate sobre o uso público em unidades de conservação[53]. Espectro de Oportunidade de Recreação (ROS), Limite Aceitável de Carga (LAC), Manejo de Impacto de Visitação (MIV) e Capacidade de Carga Turística (CCT) estão entre as metodologias mais utilizadas. Os resultados dessas metodologias compõem relatórios com indicadores que buscam representar uma realidade, subsidiando dados para colaborar na gestão e no planejamento dos espaços.

Moura (2003, p.7) faz uma ressalva bastante pertinente com relação ao manuseio de informações espaciais e que também se aplica no contexto em questão: se não houver um cuidado referente aos procedimentos metodológicos para a exploração dos dados, cai-se em uma armadilha em que o excesso de informação é tão desnorteante quanto a falta

[53] Descrevi e discuti os fatores que apontam para a intensificação da busca turística por áreas naturais, bem como o contexto que resulta na popularização da prática de trilhas de curta, média e longa duração (p.135-138).

dessas informações. Já em um sentido mais amplo, a autora ainda alega que por mais que os encantos da técnica sejam sedutores, a realidade modelada não pode perder os pilares conceituais responsáveis por orientar as análises e interpretações geográficas.

Me questiono até que ponto essas realidades modeladas, estando na condição de representações simplificadas dos espaços complexos, conseguem contemplar de fato o real. Não estou entrando no mérito da relevância em si – é inquestionável a importância da técnica na lógica contemporânea que estamos inseridos. O meu questionamento, na verdade, é de que forma essas abordagens geográficas que estão imersas no tecnicismo conseguem abraçar a totalidade do real? Como modelar, por exemplo, os fenômenos que compreendem a subjetividade das experiências humanas? Como expressar ou representar essas particularidades com indicadores, gráficos, variáveis e modelos representativos da realidade? Representações que, no cerne de suas concepções, já parecem desconsiderar as dimensões das experiências humanas. As possibilidades existem, mas a abordagem é outra.

Essas questões remetem ao debate epistemológico que se desenvolveu na Geografia no decorrer da segunda metade do século XX e permanece ainda atual. Como fruto desse debate, abrem-se as portas para novas formas de investigações geográficas, o que inclui o caminhar e que se propõem a buscar além dos limites metodológicos das pesquisas aqui citadas. Ao se aproximarem de outras matrizes filosóficas, os geógrafos encontram outras abordagens que possibilitam um melhor entendimento da experiência humana enquanto fenômeno a ser compreendido e amplamente pesquisado. A técnica seria, nesse caso, uma ferramenta ao alcance do geógrafo e sua reflexão, não a base que sustenta a sua análise geográfica.

Conforme Claval (2012) elucida, a década de 70 representou um marco importante para o questionamento sistemático do pensamento ocidental. Um momento de reação ao conservadorismo que a Geografia e as ciências sociais de um modo geral assumiram nesse período. A crítica ao modelo neopositivista e a necessidade por abordagens alternativas se constituem como um ricochete provocado pela tirania paradigmática, que Amorim Filho (2008) descreve, e ao fetiche da técnica que Moreira (2007) se refere. A irrupção da fenomenologia, para Claval (2012, p.115), é a principal responsável por balançar as abordagens conservadoras e estabelecer a ideia de que a geografia deveria ser submetida à desconstrução: “para compreender a experiência geográfica das pessoas, os

depoimentos da literatura e da arte são insubstituíveis", não basta considerar exclusivamente as práticas e habilidades, a "sua sensibilidade, sua emotividade e sua experiência também contam com o mesmo peso". O autor explica como foi o desenrolar desse processo:

> As mutações dos últimos 40 anos dão à Geografia uma dimensão crítica que ela até então, tinha em larga escala ignorado. Ela integra a dimensão subjetiva da experiência dos lugares que o positivismo tinha levado a ser negligenciada. Ela se dedica novamente aos laços que existem entre os homens e o meio ambiente. A perspectiva evolucionista na qual a questão foi abordada orientou mal o debate. O problema não consiste em saber se é a natureza, ou o homem, quem comanda. É compreender como os homens levam em consideração a dimensão ecológica de sua existência. E é graças a esta que eles tomam consciência das dinâmicas que eles não comandam, mas das quais dependem. Uma parte da reflexão epistemológica versa sobre o diálogo que instaura, assim, entre o homem e os meios em que este vive, ou que visita ou que tira partido. O termo *médiance*, forjado por Augustin Berque, exprime "o sentido do meio humano", a palavra remete "aqui também da mesma forma, às significações, às sensações do corpo vivo e [...] às tendências materiais objetivas do meio em questão. O meio ambiente existe através de nossos sentidos que o descobrem, das representações de que delas temos e do peso que a ele nós conferimos (CLAVAL, 2012, p.119-120).

Essa busca pelo diálogo através das experiências e das significações humanas em meio a um período de extrema valorização do conhecimento técnico e das abordagens teorético-quantitativas me faz refletir sobre as mutações que o perfil do geógrafo atravessou ao longo do tempo, principalmente ao considerar as particularidades de cada época. Se pensarmos na imagem do geógrafo até meados dos séculos XVIII e XIX, conseguiremos enxergar a sua transição de um reconhecido profissional de gabinete (responsável por processar os dados coletados por outros sujeitos e idealizar as cartas geográficas) para um viajante e explorador (responsável pela coleta e descrição, assim como também na formulação de teorias e princípios gerais sobre os fenômenos observados). Na sequência do cientificismo pragmático do século XX e da sua influência na ciência geográfica, novamente o geógrafo se reconstrói na imagem do profissional de gabinete, especialmente se colocar em pauta a direção tomada pela sofisticação do geoprocessamento e do sensoriamento remoto. Ou seja, da razão naturalista que permeia a geografia do século XIX mantém-se o caráter positivista e desconsidera-se outras questões em torno da concepção da experiência geográfica que marca esse período: o idealismo da viagem, a exploração de terras desconhecidas, as vivências, o imaginário do ser humano, as narrativas e toda a poética por detrás desse processo construtivo do

conhecimento. É somente com a recente renovação dos valores humanistas e a reestruturação das bases filosóficas que toda a diversidade e riqueza desses patrimônios são redescobertos no cenário científico que, até então, haviam sido deixados de lado por questionar a validade do que não estivesse dentro nos limites da objetividade.

A partir dessas ideias, a contradição é facilmente perceptível nesse julgamento que separa e define o que é geográfico ou não, que aponta o que seria científico e o que não se enquadraria como tal:

> O mais impressionante é que, do século XIX para cá, alguns dos maiores geógrafos do mundo só seriam aceitos como tais parcialmente, pela tirania paradigmática. Assim, por exemplo, alguns capítulos do Cosmos e a totalidade de Quadros da Natureza, de Humboldt; quase toda a Erdkunde, de Ritter; o Tableau de la Géographie de la France; o The Morphofogy of Landscape, de Sauer; o L'Homme et la Terre, de Dardel; a Topofilia de Tuan, o Values in Geography de Buttimer; o L'espace vécu, de Frémont; os vários trabalhos não ligados ao estudo do clima, de Monteiro; tudo isso não seria considerado boa geografia, na ótica dos adeptos mais extremados dos paradigmas geográficos que não aceitam – ou toleram mal – uma coexistência paradigmática pacífica (AMORIM FILHO, 2006, p.48).

A incoerência não está apenas nessa dificuldade de coexistência paradigmática pacífica, mas também no discurso que condena até mesmo obras que fizeram parte do processo de edificação e difusão da ciência geográfica. É o caso, por exemplo, de Humboldt e sua sensibilidade na descrição das paisagens. Como poderíamos separar seu espírito romântico de toda a sua compreensão de mundo? E ainda que extremamente rigoroso no emprego do método e da técnica, não deixou de enxergar a beleza por detrás dos dados coletados em todas as suas viagens. Não foi só o conhecimento geográfico produzido pelo naturalista que o fez ser reconhecido, mas também se deve a sua narrativa viva e apaixonada sobre o mundo.

Com a revisão dos fundamentos do pensamento ocidental, o homem não é mais um espírito que flutua acima das coisas e do mundo, ele possui um corpo que se insere no meio material e vive esses espaços, mas "os seres humanos não vivem no mundo da mesma maneira e nem tem as mesmas perspectivas quanto ao real" (CLAVAL, 2012, p.116). Essa diversidade torna possível compreender a construção dos espaços a partir de uma outra perspectiva:

> Correntes epistemológicas chamadas clássicas e tradicionais, que os paradigmas dominantes tinham descartado, como antiquadas e

> superadas, readquirem importância e atualizam-se metodológica e tecnicamente. Mas, além de tudo isso, correntes epistemológicas alternativas também se desenvolvem, ou são reativadas. Estão neste último caso o significativo desenvolvimento da corrente geográfica denominada humanística (ou humanista) e o extraordinário renascimento e prestígio atual da geografia cultural. Estas duas orientações epistemológicas apresentam as características, aparentemente contraditórias, mas primordiais, de serem ao mesmo tempo plurais e manterem a unidade maior da geografia, inclusive não separando a humanidade de seu meio ambiente natural. As principais orientações epistemológicas que, mais tarde, seriam agrupadas nas abordagens chamadas humanísticas (ou humanistas) e acabariam por se definir como alternativas em relação aos paradigmas neopositivistas e neomarxistas, podem ser identificadas em fontes que se manifestaram a partir do início do século XX (AMORIM FILHO, 2006, 44).

Na esteira dessa abordagem humanista, a aproximação geográfica foi conduzida por autores como Carl Sauer, Torsten Hägerstrand, John Wright, David Lowenthal, Yi-Fu Tuan, Edward Relph, Anne Buttimer e Éric Dardel (AMORIM FILHO, 2006; CLAVAL, 2012; HOLZER, 2016). Encontrando na fenomenologia e no existencialismo as suas principais bases epistemológicas, os geógrafos constroem um novo temário de pesquisas a ser explorado: atitudes, valores e comportamentos espaciais e ambientais; espaços e mundos vividos; sentidos de lugares e paisagens; lugares sagrados e míticos; imagens geográficas; paisagens e patrimônio cultural; percepção e cognição ambiental, dentre outras possibilidades (AMORIM FILHO, 1999, p.77). O espaço, dessa forma, não é mais um suporte neutro na vida das pessoas e das sociedades, ele é resultante "da ação humana que mudou a realidade natural e criou paisagens humanas e humanizadas. Os lugares e as paisagens fazem parte da memória coletiva. A lembrança do que aconteceu no passado dá forte valor sentimental a certos lugares" (CLAVAL, 2002, p.24).

É possível dizer que as questões geográficas mais antigas remetem aos problemas de localização e orientação. É visceral ao conhecimento construído na Pré-História e, desde a Antiguidade, buscam-se soluções para essas questões por meio do procedimento cartográfico. É somente no decorrer do último século que a Geografia se ocupa em compreender o "significado da experiência vivida na maneira pela qual os homens constroem o espaço no qual se desenvolvem" (CLAVAL, 2012, p.116). Trata-se de uma estruturação de pensamento que atravessa séculos na história da humanidade. Pensar no ser humano enquanto um corpo que vive e experimenta o mundo, cada qual ao seu momento e lugar, construindo identidades e espaços sensíveis. Esse entendimento, apesar de compor e estar inserido na racionalidade contemporânea, já engatinhava nas

perspectivas distintas abordadas por outros filósofos de outras épocas, como por exemplo Aristóteles e Agostinho de Hipona. Os pensadores estão inseridos em contextos históricos completamente distintos e buscaram entender o significado da existência humana: na Antiguidade, Aristóteles tentou compreender a dimensão da experiência no processo de aprendizagem do ser humano, enquanto Agostinho de Hipona, na Idade Média, buscou refletir sobre a função do corpo no espaço a partir de uma interpretação moldada pela fé cristã. Além disso, sendo coincidência ou não, o caminhar era um hábito praticado por ambos e foi inserido, cada um à sua maneira, nos seus respectivos registros, conceitos e teorias.

Não estou afirmando que uma contribuição resultou diretamente na outra como se estivessem conectadas em um caminho evolutivo linear e definitivo, mas sim apenas ilustrando que os pensamentos se moldam a sua época e estão em constante transformação. Durante séculos as reflexões tangenciavam o fenômeno da experiência humana, sendo tratado, portanto, da forma que lhe era melhor compreendido. Acontece que quanto mais se mergulha nessa complexidade da dimensão humana, maior é a janela que se abre para entendermos a diversidade de formas com que habitamos o mundo. Dentre essa diversidade está o caminhar, uma vez que, com a valorização da experiência, a janela nunca esteve tão aberta para observar, descrever e refletir sobre esse fenômeno.

A partir da abordagem humanista, os geógrafos descobrem outras formas de compreender o caminhar, os caminhos e o ser caminhante. Ou será que poderia ser considerada uma redescoberta? O século XIX enxergou, através da filosofia, o clímax da literatura do caminhar em seus relatos, ensaios e devaneios que, dentre seus objetivos, buscavam discutir as relações entre as reflexões suscitadas pelo caminhar. Filósofos, enquanto caminhantes, discutiram e produziram conhecimento pautado no movimento, ou seja, entender o caminhar na condição de caminhante. Além do mais, o mesmo período prestigiou um ponto auge da literatura de viagens e a difusão das narrativas dos exploradores que se lançaram ao mundo. Talvez por esses motivos que seja de fato uma redescoberta do caminhar, agora na condição de fenômeno, tornando possível visualizar e entender suas particularidades e nuances, seja enquanto geógrafo, filósofo, caminhante, pesquisador, viajante ou qualquer outra qualificação.

O momento que ilustra esse contexto é descrito por Holzer (2016) ao definir as tendências filosóficas na geografia atual que, se referindo ao humanismo, constata uma variedade de

aportes distintos, mas que possuem uma unidade essencial: a preocupação em enxergar o ser humano enquanto indivíduo e a subjetividade das relações humanas entre sociedade e natureza.

> A contribuição do aporte humanista para a geografia é indiscutível: ela levantou problemas filosóficos que motivaram a discussão da epistemologia da disciplina; reabilitou a geografia clássica, a partir do estudo da paisagem e da territorialidade. Reviveu a pesquisa etnográfica baseada em trabalhos de campo a partir da observação participativa; aproximou a geografia da literatura, da antropologia, da psicologia e da etologia, enfim, abriu uma nova perspectiva que levou a disciplina a uma revisão das clássicas teorias sobre a relação homem/ambiente (HOLZER, 2016, p.234).

Essa aproximação que Holzer menciona com outras áreas do conhecimento amplia ainda mais o leque da análise geográfica. Entre essa diversidade de contatos, indico algumas pesquisas para ilustrar o raciocínio, cada uma explorando questões particulares das relações humanas com o espaço, mas, além disso, interagindo com um universo de caminhos e caminhantes.

É o caso da investigação desenvolvida por de Paula (2016), que objetivou compreender a experiência urbana nos espaços públicos da cidade de Campinas (São Paulo) através de um método descritivo-fenomenológico. Segundo o autor, tornou-se imprescindível uma metodologia que se demonstrasse sensível à concepção dos espaços, seus usos e os diversos significados carregados que os tornam lugares. Apoiando-se no conceito de dança-do-lugar[54], o autor se propõe a viver as experiências de diferentes danças-dos-lugares e, inspirado pela figura do *flâneur*[55], idealiza seus trabalhos de campo no formato de caminhadas pelos espaços públicos. Assim, o caminhar se insere como parte da metodologia, colocando o corpo em movimento e sendo "a própria forma de pensar sobre e se expor à dança-do-lugar". Portanto, o "andar pela cidade, neste sentido, torna-se uma das experiências mais importantes da observação das danças-dos-lugares e imersão do próprio pesquisador a estes movimentos" (DE PAULA, 2016, p.16).

Propondo outras formas de fazer cartografia, Silva (2020) explora o contexto da geografia escolar e a linguagem cartográfica. Para a autora, caminhar é uma forma alternativa de se

[54] Proposto pelo arquiteto e urbanista David Seamon. A dança-do-lugar seria, em síntese, "uma fusão de muitas rotinas espaço-temporais e danças-dos-corpos em termos de lugar" (SEAMON, 2013, p.13).
[55] O *flâneur*, popularizado por Walter Benjamin, simboliza uma atitude que remete à figura do caminhante observador e atento aos detalhes das cidades (discussão sobre o conceito na p.109).

fazer cartografia. “Caminhar, se movimentar no espaço, deixar que o acaso aponte a rota” representa “produzir um registro da experiência vivida e cartografar”, dessa forma, “o caminhar proporciona experiência no espaço geográfico, experiência essa que produz registros imagéticos” (SILVA, 2020, p.17). A partir dessa ideia, Silva desenvolve com alunos de uma escola básica a experimentação denominada “deriva geográfica” no centro de Florianópolis, constituindo-se como um novo arranjo em meio às possibilidades de se pensar não só a linguagem e o processo, mas, também, o espaço geográfico:

> A proposta da pesquisa é uma experimentação chamada deriva geográfica. Por meio das práticas espaciais da deriva é discutida a dimensão educativa das diferentes formas de linguagem. O ato de deslocar-se já é conhecido, tanto na educação como na geografia, como saída de campo. Mas, desenvolvemos o caminhar sem rumo pré-definido, deixando que o acaso aponte a rota, desenvolvendo outras formas de se relacionar com o espaço. O deslocar-se nesta perspectiva, não se resume ao movimento dos pés, existe pela necessidade de abertura do olhar atento para as experiências vividas. Desenvolvemos a pesquisa com o objetivo de investigar e propor cartografias criadoras do centro de Florianópolis por intermédio da deriva geográfica. O ato de caminhar torna-se essencial para a produção desta pesquisa e é o ponto de partida para o pensamento de outras linguagens criadoras de representação espacial que fossem além dos mapas clássicos e que se aproximassem do conceito de geografias menores (SILVA, 2020, p.22).

A autora ainda reforça a importância de explorar e refletir sobre outras formas de representação espacial que vão além dos processos cartográficos tradicionais. “A questão está no fato de que esses mapas, de uma cartografia clássica, são predominantes, enquanto existem tantos outros mapas e formas de linguagem de representação espacial sendo desenvolvidas por grupos sociais diversos” (SILVA, 2020, p.20). É como discute Seemann (2012), fazer cartografia deve ser muito mais do que medidas e impressões em folha, trata-se de um texto cultural a ser interpretado. Por trás de linhas, polígonos e pontos, existe o sujeito que reflete e desenha as informações. Essa ideia dialoga com crítica de Moreira (2007) sobre a técnica e a reflexão geográfica[56]. Pensando no contexto escolar, Silva explica que esse movimento de repensar a cartografia se faz ainda mais importante ao passo em que a educação por linguagem visual extrapola os muros das escolas. Sendo assim, torna-se necessário buscar diferentes experimentações espaciais para compreensão das realidades.

[56] Discutida na p.193.

Tanto Silva quanto de Paula exploram essas experimentações espaciais por meio do caminhar: corpo e mente dialogam nesse processo construtivo do conhecimento geográfico. O movimento se insere no percurso metodológico da pesquisa e enquanto parte da própria experiência do pesquisador em si. Reflete-se sobre o espaço e sobre o caminhar, assim também como o ato de caminhar através do espaço.

Cabe ainda citar outras referências que cercam o caminhar por um outro viés. No caso de Gontijo (2003), o autor investiga a pressão turística no vilarejo de Lapinha da Serra (Serra do Cipó, MG), procurando identificar e refletir sobre os elementos que compõem a rede de interações locais, descrevendo a paisagem em todas as dimensões observadas em sua permanência *in loco*. Essa permanência se caracterizou em viver o lugar, experienciando o vilarejo para desvelar a sua realidade e possibilitar o diálogo multidimensional em diferentes escalas. Sua pesquisa foi conduzida através do método que Edgar Morin (1977) definiu como Sociologia do Presente, ou seja, "um método que implique numa vivência da realidade do objeto de estudo na tentativa de apreender o fenômeno em sua totalidade uma vez que é impossível separar um fato sociológico do seu cenário real" (GONTIJO, 2003, p.25). A pesquisa do autor se torna, dessa forma, um relato vivo de sua permanência e andanças pela região, descrevendo suas reflexões sobre a realidade baseando-se em um percurso metodológico orientado por um caminho que se fez ao caminhar – não apenas no sentido metafórico para a metodologia inspirada em Morin, já que Gontijo assume a figura de caminhante enquanto geógrafo e pesquisador, investigando a paisagem que se descortinava na medida em que se relacionava intimamente com o lugar.

Aproximando-se metodologicamente de Gontijo, e inserindo a pesquisa em outro contexto, Barbosa (2013) adentra na riqueza do contato entre a geografia e a literatura, aprofundando na obra de Guimarães Rosa e investigando de que forma o "sertão rosiano" está relacionado com a realidade do mundo. "O sertão mineiro e o Cerrado, de uma forma geral, podem servir como um "balão de ensaio" para uma compreensão das interações sociais, políticas, econômicas, culturais e ambientais que constroem sua identidade" (p.16). Entre toda a construção estética e psicológica dos personagens, a elaboração da narrativa está inserida em uma paisagem que, segundo o autor, reflete também preocupações sociais e ambientais, de forma que o sertão de Guimarães Rosa seja um espelho para enxergar o mundo. Essa proposta se concretiza no que Barbosa define por "veredas metodológicas". O termo vereda – além de remeter a uma fitofisionomia do

cerrado – exprime a ideia de percurso, rumo, caminho ou direção. Dessa maneira, Barbosa embarca na linguagem poética de Guimarães Rosa como uma direção da sua reflexão sobre a dinâmica espacial do sertão, com destaque para o contexto mineiro. Esse rumo o levou a percorrer os caminhos que compõem a paisagem construída por Rosa, vivendo o sertão mineiro como forma de imersão para compreender a realidade tratada nas obras literárias:

> Implica o emprego de um método *in vivo*, com a intenção de propiciar a imersão do pesquisador junto ao contexto sertanejo. As mudanças e permanências do sertão movimentante de Guimarães Rosa foram reveladas nesta pesquisa por meio da incursão ao ambiente artístico do autor, planificadas por atividades de campo que nos permitiram "dar corpo ao suceder". O trabalho de campo como mecanismo de aproximação e interação com o universo pesquisado motivou geógrafos e outros pesquisadores de várias áreas dos saberes a interagirem com os seus campos de estudo, a fim de possibilitar um diálogo mais fértil com as teorias abordadas nas pesquisas (BARBOSA, 2013, p.24).

Em sua trajetória no sertão mineiro, Barbosa descreve as inúmeras iniciativas e expressões que buscam exaltar as manifestações culturais locais, dentre elas o projeto "O Caminho do Sertão". Trata-se de uma travessia de 178 km entre os vales dos rios Urucuia e Carinhanha, representando uma imersão sócio-eco-literária no universo de Guimarães Rosa e que revela um pouco da "alma do lugar-sertão, percebido e vivido pelos sertanejos" (BARBOSA, 2013, p.206), transbordando a geografia, os saberes e os fazeres do noroeste e norte de Minas Gerais. Caminhos que atravessam a literatura e o real.

A literatura certamente pode abrir a porta para o mundo, o qual se constrói em páginas a partir dos reflexos e entendimentos daquele que o descreve. A leitura por si só já representa uma viagem ao íntimo desse espaço simbólico descrito e idealizado, que se entrelaça com as nossas próprias ideias e concepções sobre a vida e o mundo. É nesse contato de mundos, entre autor e leitor, que se expande um universo geográfico rico a ser explorado. Essa aproximação entre literatura e geografia é antiga e, segundo Amorim Filho (2008), o retorno dessa colaboração nas últimas décadas só se fez possível a partir do desenvolvimento e das fortes tendências dos estudos humanistas-culturais na geografia mundial. É nesse sentido que o autor volta seu olhar para a coleção literária do francês Júlio Verne, *Voyages Extraordinaires* (Viagens Extraordinárias), revisitando as rotas e os caminhos explorados pelo escritor em seus romances, descrevendo "oceanos, continentes, países, regiões, cidades, acidentes geográficos, lugares e paisagens, onipresentes em toda

a obra", expressando a compreensão "dos conhecimentos geográficos, geológicos, biológicos e etnológicos disponíveis no século XIX, [...] e a fundamentação disto está nas leituras que Júlio Verne fez dos relatos de viagens de Humboldt" e de outras dezenas de viajantes e exploradores (AMORIM FILHO, 2008, p.114).

O conhecimento geográfico está no âmago da coleção de Verne e, para Amorim Filho, o significado disso é muito maior do que apenas cercar um objeto e propor uma análise para uma pesquisa destinada a um periódico. Trata-se de revisitar uma extensa obra que remete à sua infância e juventude:

> Para quem, com o espírito infantil ou no começo da adolescência, fez uma leitura apenas para o divertimento e o prazer, de alguns livros traduzidos e condensados de Júlio Verne, sua redescoberta atual – com o olhar amadurecido por mais de sessenta anos de vida e quarenta e um de pesquisas e reflexões geográficas – é algo extraordinário, sem deixar de ser prazeroso (AMORIM FILHO, 2008, p.114).

O que me chama atenção é que o ensaio de Amorim Filho não explora apenas os caminhos que movimentam as paisagens do mundo descrito por Verne. Entre as reflexões que o autor tece sobre a coleção do escritor francês e a geografia, a narrativa vai se alinhando e convergindo em um ponto fundamental acerca das suas motivações. Além dessa literatura de explorações e viagens, o ensaio explora a sua própria caminhada enquanto geógrafo e pesquisador: "um retorno à obra de Júlio Verne é uma volta à infância e à idade juvenil, mas é, igualmente, um "reencontro" com um dos maiores responsáveis por minha escolha profissional pela geografia".

A sensibilidade e a abertura, que o contato entre a literatura e a geografia proporciona, também é notável na obra de Wulf (2016), principal referência biográfica sobre Humboldt que aqui mencionei em alguns momentos. Contudo, meu objetivo em retomar a autora não se faz mediante a necessidade de dialogar com a vida e os feitos do naturalista, mas sim para destacar o processo investigativo da própria Andrea Wulf, que viajou o mundo atrás das pegadas do geógrafo, rastreando seus caminhos e percorrendo as paisagens descritas e sentidas pelo naturalista. Ela se lançou em uma longa expedição em sua busca pessoal de experienciar o mundo aos olhos e passos de Humboldt. Caminhar através dos caminhos percorridos pelo naturalista foi a forma que Wulf encontrou de viver tudo aquilo que Humboldt viveu e narrou com tanta paixão no decorrer do século XIX:

> A *invenção da natureza* é a minha tentativa de encontrar Humboldt. Foi uma jornada mundo afora que me levou a arquivos na Califórnia, Berlim e Cambridge, entre muitos outros lugares. Li milhares de cartas, mas também segui os passos de Humboldt. Vi a ruína da "torre de anatomia" em Jena, na Alemanha, onde Humboldt passou muitas semanas dissecando animais; a 3.657 metros de altitude no vulcão Antisana, no Equador, com quatro condores voando em círculos acima de mim e rodeada por uma tropa de cavalos selvagens, encontrei a cabana caindo aos pedaços onde Humboldt tinha passado uma noite em março de 1802. Em Quito, segurei nas mãos o passaporte espanhol original de Humboldt – os mesmos papéis que lhe permitiram viajar pela América Latina. [...] Em Cambridge, examinei os exemplares dos livros de Humboldt pertencentes ao próprio Darwin – os volumes que mantinha numa prateleira junto à sua rede de dormir no Beagle. Estão repletos de marcas feitas a lápis por Darwin. Ler esses livros foi como bisbilhotar Darwin conversando com Humboldt. [...] Caminhei em volta do lago Walden de Thoreau na funda neve recém-caída e caminhei no Parque Nacional de Yosemite, evocando a ideia de John Muir de que "o caminho mais límpido para adentrar o universo é através de uma floresta selvagem". O momento mais empolgante foi quando finalmente escalei o Chimborazo, a montanha que tinha sido tão fundamental para a visão de Humboldt. [...] A minha admiração por Humboldt crescia a cada passo. Ele havia escalado o Chimborazo com um pé machucado (e certamente não tinha usado botas de alpinismo tão confortáveis e resistentes quanto as minhas), abarrotado de instrumentos e parando constantemente para fazer medições. O resultado desse périplo de exploração por paisagens e cartas, dessa aventureira expedição através de pensamentos e diários é este livro. (WULF, 2016, p.33-34).

O depoimento da autora revela, ao meu ver, a intensidade com que os caminhos são repletos de histórias, significados e simbolismos. Caminhar é atravessar toda essa dimensão humana no habitar o espaço. Os caminhos de Wulf, que agora cruzam os de Humboldt, são histórias sobre lugares impressos no mundo, concebidos por diferentes caminhantes em tempos distintos. Caminhos que contam as histórias dos caminhantes que por ali passaram e de toda uma paisagem que se transforma ao longo do tempo, lugares que carregam valores e símbolos que resistem às transformações da modernidade. Na sua referida tentativa de encontrar e redescobrir Humboldt, Wulf testemunha e atesta a importância de não deixar esses simbolismos perdidos no tempo e, sobretudo, de não se esquecer da relevância do passado na construção do pensamento contemporâneo.

O movimento exploratório realizado por Wulf pode ser considerado um exemplo da aproximação recente entre a geografia e a literatura que Amorim Filho discute (2006, 2008, 2018). Assim como Wulf aprofundou em Humboldt e no seu legado, outros pesquisadores se dedicaram a encontrar os caminhos de outros viajantes. É o caso de

Boris Komissarov e sua extensa contribuição sobre a expedição do naturalista Georg Heinrich von Langsdorff (1774-1852) no Brasil durante o século XIX. As pesquisas de Komissarov culminaram não só na publicação de livros sobre os caminhos do naturalista (1988, 1992, 1994), mas também em contribuições para a tradução e edição dos diários de Langsdorff para a língua portuguesa (LANGSDORFF, 1996a, 1996b, 1996c). Vale ressaltar que os gêneros literários que interessam aos geógrafos vão além dos diários e relatos de naturalistas. Na verdade, desde a Antiguidade discutem-se narrativas e histórias sobre o mundo, e foi ao longo do tempo que os gêneros e os interesses foram se diversificando. É como o caso de Barbosa (2013) e o mergulho no universo de Guimarães Rosa, ou pelo próprio Amorim Filho (2008) e o ensaio sobre a coleção literária de Júlio Verne. São pesquisas que exploram travessias: caminhos que interagem com interpretações da realidade, com a imaginação e os sentimentos. Uma literatura que, entre o romanesco e o científico, o movimento humano é indissociável.

A valorização da literatura no âmbito geográfico trouxe também uma retomada das reflexões sobre o caminhar, um fôlego que antes se observava principalmente nas contribuições dos filósofos do século XIX. Sobre o processo de regaste da literatura, Amorim Filho (2008, p.138) cita o francês Michel Chevalier, que considerava, de um modo geral, as literaturas de viagens e aventuras na condição de "*géographies parallèles*" ou "*paragéographies*", em contraposição à "*géographie*", essencialmente científica, abstrata e acadêmica. Essa assimetria encontra-se, atualmente, no rumo de um entendimento mais harmônico:

> O que a geografia humanista tornou possível resgatar como objeto de pesquisa e de interesse epistemologicamente válido para professores e/ou pesquisadores acadêmicos, assim como para qualquer ser humano que se interessa pela superfície terrestre enquanto morada do homem, são essas "parageografias" e, dentre elas, em um lugar muito especial desde os tempos dos geógrafos-viajantes da Grécia antiga, as "literaturas de viagem". E, na geografia humanista, as literaturas de viagens vão deixando gradualmente de ser "parageografias", ou "geografias paralelas", para tornarem-se uma das formas de se produzir e usar conhecimento geográfico mais valorizadas neste alvorecer de milênio (AMORIM FILHO, 2018, p.138).

Em hipótese alguma essa discussão encontra-se na direção de apontar ou qualificar abordagens, dizer que uma é mais coerente que outra. A verdade é que existem inúmeras formas de conceber um mesmo objeto ou fenômeno, as propostas e os seus objetivos se abrem no leque da ciência geográfica. Essas compreensões acompanham as

transformações do mundo e da racionalidade humana, estão em constante mutação. Não é por acaso que Tozer (1971) sugere que a história da Geografia se constitui em uma fração integral da história da humanidade. Afinal, como poderíamos dissociar algo que é produto de nossa trajetória no mundo? Da mesma forma enxergo o caminhar e suas conexões intrínsecas a essas histórias. Enquanto espécie, somos caminhantes e habitamos o mundo – desde os primórdios – caminhando. O movimento humano sempre nos possibilitou conhecer o espaço, estabelecendo um diálogo entre corpo, mente e tudo aquilo que está ao redor. O espaço, por sua vez, é a essência que une os geógrafos e o fio condutor de toda a história fragmentada da ciência geográfica. Machado (1997, p.21) explica que o termo espaço vem do latim, *spatium*, que exprime a ideia de "passos", mas também possui sua origem grega, *chorus*, que significa "vida" ou "lugar". A autora sugere pensar no espaço como aquilo "que é possível ser mensurado com os passos". Será que não seria possível pensar em um significado de espaço como lugares vividos através de passos?

> Superfície terrestre, paisagem, região, território e lugar compõem o conjunto de categorias que buscam concretizar o estudo do espaço. O espaço, enquanto base de materialização da atividade humana, é a alma, é o ser, é a existência da Geografia, portanto, independente de suas inúmeras especializações, fragmentações e linhas de trabalho. Geografia é, antes de mais nada, espaço (MACHADO, 1997, p.30).

As formas de compreender o espaço se diversificam assim como também os entendimentos sobre o caminhar se pluralizam. Ser geógrafo, ao longo do tempo, trouxe inúmeros significados que compreendem períodos ou fases da geografia. Contudo, para além de qualquer especialização ou mutação que o geógrafo tenha passado, enxergo, sobretudo, um caminhante. Seja um caminhante que atravessa de fato os caminhos pelo espaço ou um caminhante que simplesmente caminha pelas ideias e, dessa forma, reflete sobre o espaço. Essa extraordinária diversidade de geógrafos e geografias surgem pelo "alcance imenso desta atividade intelectual que escolhemos porque ela nos permite ver e sentir; descrever, representar e explicar, desmembrar e integrar; admirar e amar a natureza e a sociedade" (AMORIM FILHO, 2006, p.51):

> A geografia explica (i) como os homens se orientam na superfície terrestre e como eles a representam; (ii) como eles modelam a terra para habitá-la e tirar dela aquilo que consomem; (iii) como eles vivem, se apegam a ela e a fazem sua. Não é uma ciência natural do meio ambiente, ainda que ela integre muitos dos resultados obtidos em campo. É uma ecologia das sociedades humanas. O homem faz parte da

> natureza, como todos os outros seres, mas ele vive também no sonho, no imaginário. Suas escolhas são orientadas, seus comportamentos, justificados, certas porções do espaço, valorizadas, até sacralizadas, em referência às imagens que ele constrói para si dos alhures, do aquém ou do além (CLAVAL, 2012, p.124).

A compreensão de mundo e a Geografia têm sido, no decorrer da existência humana, um processo cíclico de construção, desconstrução e reconstrução. É em meio a essas transições do pensamento geográfico que Moreira (2007) cita o francês Pierre George (1968), que considerava o geógrafo como o poeta do espaço e o responsável pela arte de interpretar o mundo. O caminhar seria, em todo o seu variado espectro de significados, mais uma forma com que os geógrafos-poetas encontram para interpretar as poesias espalhadas pelo mundo.

3.2. Reflexões sobre a geografia do caminhar

Me fascina pensar como a prática do caminhar – aparentemente tão simples e instintiva – revela uma importância histórica e cultural tão expressiva. Pensar e refletir sobre o movimento do ser humano pode trazer uma leve estranheza para um primeiro contato despretensioso: como um movimento inicialmente mecânico e biologicamente explicável, tão natural ao corpo humano, poderia suscitar tantos significados? Ora, a questão é que o caminhar é uma expressão do ser humano. Digo isso não me referindo a nossa espécie em si, mas me remetendo ao fato de sermos sujeitos no mundo, de sermos de fato humanos e expressarmos essa nossa humanidade no espaço. Utilizo o termo humanidade conforme sugere as reflexões de Ingold (1995), tratando-se de algo muito maior que apenas o somatório de indivíduos de uma mesma espécie, *Homo sapiens*, e tornando-se aquilo que representa o estado ou a condição humana de ser no mundo. A essência de nossa humanidade reside na condição da existência humana, que se manifesta através de uma inesgotável riqueza e diversidade de manifestações culturais. Essa variabilidade no habitar o espaço é um dos aspectos que nos diferenciam entre nós mesmos enquanto indivíduos de uma mesma espécie, mas é também parte fundamental do que representa e significa ser humano.

Esse é um assunto que pode trazer à tona o seguinte questionamento: o movimento por si só pode ser um aspecto que nos distingue enquanto espécie? Certamente não, e nem seria esse o direcionamento da discussão que proponho. A movimentação, como já discuti em outros momentos, não é algo singular do ser humano. Assim como temos a capacidade

motora de nos locomover no espaço, uma infinidade de outras espécies também a possuem. Humboldt (1957a) justificou seu particular interesse pelo mundo vegetal a partir de uma visão poética em torno do movimento. Ao discorrer sobre a fisionomia geral das plantas, o naturalista reflete imaginativamente sobre a imobilidade dos organismos que, mesmo fincados no seio da terra e podendo chegar a tamanhos expressivos, ainda assim encontram suas formas de dispersão no espaço: seja ao sopro do vento, na condução da água ou pela ação de pequenos insetos que fogem ao nosso olhar despercebido.

A realidade é que não se trata apenas de seres humanos em movimento. Seria extremamente arrogante da minha parte buscar associar a movimentação mecânica do corpo como algo particular e que nos destaca do restante das formas de vida. O movimento é algo natural, no sentido de que pertence à natureza de tudo, começando pelo fato de que o planeta está movimentando no seu próprio eixo há mais de 4 bilhões de anos. Não só isso, ocorre que Heráclito de Éfeso já havia imputado em sua cosmovisão a universalidade de fluxos e movimentos desde a Antiguidade.

Quando penso no caminhar como algo particular do ser humano, as ideias tomam um outro rumo. Ingold (1995) já dizia que não há nada de errado em buscar as singularidades no ser humano, pois, como qualquer outra espécie, também possuem suas singularidades à sua maneira. Ao meu ver, enxergar a particularidade do caminhar seria como enxergar a poética do movimento das plantas imaginada por Humboldt. Seria o caminhante encontrar a poética por detrás dos passos que compõem os caminhos que percorre todos os dias. Caminhar é resultado não só de uma ação mecânica manifestada por nossa espécie, mas remete a nossa existência e as nossas grafias do espaço, carregando uma diversidade de compreensões, entendimentos, símbolos, significados e valores distintos ao longo do tempo no espaço.

A capacidade de movimentação do ser humano interage diretamente e indiretamente com vários dos atributos essenciais da condição humana – dentre alguns citados por Ingold (1995) estão a linguagem, razão, autoconsciência e a imaginação simbólica. Não seriam esses atributos que nos permitem refletir sobre nossas atitudes e nossa existência? Foi mergulhando na nossa trajetória enquanto espécie, delineando as atitudes e o pensamento do ser humano intrínsecos à sua época que foi possível estabelecer uma narrativa que evidenciasse um mundo construído por caminhantes. Ao mergulhar nas questões que envolvem o movimento, me deparei com uma multiplicidade de relações que substitui

rapidamente qualquer ideia inócua que possa envolver as compreensões do caminhar. Ao refletir sobre as relações do caminhar com a Geografia, compreendi um conhecimento que surge e se desenvolve do movimento. A partir dessas ideias, um extenso horizonte se revela à luz do caminhar enquanto fonte de experiência do ser humano, um movimento que o permite compreender o espaço e compreender a si mesmo.

O caminhar é um ato crítico e sensorial, Martins (2009) explorou essas facetas do movimento humano e estabeleceu essa ligação entre o corpo e o espaço como sendo uma conexão sensível que dialoga com a mente. Fazer-se ao caminho é viver o instante e experienciar o momento. Nogueira (2017, p.5) cita o jornalista Alix de Saint-André, que percorreu os Caminhos de Santiago de Compostela e compreendeu que "há pessoas que fazem o caminho, outras, a quem o caminho faz pessoas". Movimentar-se é um ato de imersão do corpo no espaço, ou seja, é a interação do nosso ser com o mundo e é o que permite vivermos as experiências que nos definem. "A experiência é individual: ela depende do momento e do lugar. Ela reflete os itinerários seguidos por cada um" (CLAVAL, 2012, p.114). É nesse sentido que enxergo uma geografia do caminhar, a qual se edifica na ideia do caminhar enquanto experiência geográfica e acontece a partir do vasto espectro de simbolismos e significados sobre o movimento humano que aqui foi explorado. Por meio do corpo experienciamos o mundo, nos movimentamos no espaço e construímos nossos entendimentos sobre tudo o que nos cerca. Uma geografia que é concebida através do movimento e se forma entre passos e caminhos, tal qual Dardel (2011, p.13) sugere: "a alma de um povo se exprime nos aspectos de seus caminhos" e esses caminhos emanam as geografias que o ser humano atravessa.

Caminhar reflete a experiência geográfica do homem na Terra. Essa experiência geográfica, como colocou Pádua (2013), antecede a ciência e independe dela. É o que alimenta o espírito geográfico de Amorim Filho (2006) ou a inquietude geográfica que Dardel (2011) manifesta. É o que resulta da nossa relação com o espaço, a Terra enquanto nossa morada e condição que possibilita nossa existência, de sermos quem somos. "Amor ao solo natal ou busca por novos ambientes, uma relação concreta liga o homem à Terra, uma geograficidade do homem como modo de sua existência e de seu destino" (DARDEL, 2011, p.1-2). É por isso que todos somos geógrafos, temos um corpo que interage com o espaço e estamos a todo momento significando e resignificado tudo aquilo

que nos cerca. Somos caminhantes em nossos caminhos e é através do nosso corpo em movimento que percebemos o mundo:

> A experiência geográfica, tão profunda e tão simples, convida o homem a dar à realidade geográfica um tipo de animação e de fisionomia em que ele revê a sua experiência humana, interior ou social. É naturalmente que falamos de rios majestosos ou caprichosos, de torrentes fogosas, de planícies risonhas, de relevo tormentoso. Mesmo desgastado pelo uso, o vocabulário afetivo afirma que a Terra é apelo ou confidência, que a experiência do rio, da montanha ou da planície é qualificadora, que a apreensão intelectual e científica não pode extinguir o valor que se encontra sob a noção. Medo, admiração, simpatia, participamos ainda, por mais moderno que sejamos, por um acordo ou desacordo fundamental, do ritmo do mundo circundante. Entre o Homem e a Terra permanece e continua uma espécie de cumplicidade no ser (DARDEL, 2011, p.6).

A geografia, muito antes de ser considerada uma ciência, é também a nossa imaginação e sensibilidade, é um processo de reflexão sobre os signos e as representações que criamos e interpretamos pelos caminhos. Está no cerne da discussão de Wright (1947; 2014) e que é retomada por Lowenthal (1961), colocando em destaque o debate sobre o conceito de *terrae icognitae*, refletindo que as mais fascinantes terras inexploradas existem nas mentes e nos corações dos homens. A natureza das terras incógnitas iminentemente repousa na relação do mundo exterior e nas imagens em nossas mentes. Humboldt, ao mencionar a importância das narrativas descritivas, também fez referências a essas relações imagéticas que permeiam o contato entre o mundo real e o mundo imaginado, salientando a importância da capacidade do ser humano em representar, imaginar e interpretar o mundo. O exemplo que o naturalista cita remete à possibilidade dos seres humanos em idealizar seus mundos, como é o caso de sujeitos pertencentes a uma realidade completamente distante dos trópicos conseguirem, através da imaginação, recriar e sentir aquilo que um viajante viveu e representou:

> Grande número de estrelas e de famílias vegetais, precisamente as mais belas, como as palmeiras, os fetos de grandes dimensões, as bananeiras, as gramíneas arbóreas e as mimosas de folhas delicadas, são-lhe eternamente desconhecidas. As plantas doentias, encerradas nas nossas estufas, não representam senão muito incompletamente a majestade da vegetação tropical; mas, na perfeição da linguagem, na brilhante fantasia do poeta, e na arte imitadora da pintura, há manancial abundante de compensações onde a nossa imaginação pode encontrar as imagens vivas da natureza exótica. Nos climas gelados do norte, no meio das charnecas estéreis, o homem pode apropriar-se de tudo que o viajante vai pedir às zonas mais afastadas; e criar, dentro de si mesmo,

> um mundo, obra de sua inteligência, livre e imorredouro com ela (HUMBOLDT, 1957a, p.299).

Caminhar é uma travessia tanto no espaço físico quanto no espaço imaginado, é atravessar o plano das ideias e as nossas próprias reflexões. É por essa direção que penso e entendo a geografia do caminhar, como um movimento do corpo que apreende o espaço e amplia nossos horizontes geográficos. Yi-Fu Tuan (1983) ressalta que nossos primeiros passos ainda nos momentos iniciais da vida representam um primeiro movimento de liberdade corporal, que resultam no processo de ampliação dos nossos horizontes geográficos e sensoriais. A experiência geográfica, para Tuan, é o resultado da nossa experiência espacial que se desenvolve através dos sentidos. É o que explica o nosso processo de amadurecimento do que compreendemos por espaço. Assim que nascemos estamos sempre explorando o mundo, sendo que nas fases iniciais ocorrem essencialmente por meio da boca e das mãos, mas, ao passo que começamos a andar, esse mundo se expande e deflagra um processo cíclico de movimentos do corpo: se distanciar e reaproximar das nossas referências de lugar seguro.

É dessa forma que o caminhar concebe os nossos movimentos exploratórios desde as primeiras etapas das nossas vidas. Para uma criança, movimentar é se lançar nas pequenas expedições e construir lentamente as suas referências sobre as coisas e lugares, conhecer o desconhecido e buscar a explicação para aquilo que ela não entende. “As crianças são miniaturas no mundo dos adultos, mas gigantes em seu mundo de brinquedos” (TUAN, 1983, p.40). Esse mundo vai ganhando cada vez mais espaços e mais significados na medida em que a criança se desenvolve. Tuan explica que na Suíça é comum uma criança de cinco anos ir para escola e voltar para casa a pé e sozinha, ainda que ela não saiba explicar como realiza o feito. O referencial espacial é certamente limitado e somente com o passar dos anos e com o amadurecimento dos horizontes geográficos que esses limites são transpostos.

Quase tudo que acontece em nossa vida é concebido ao nível do subconsciente, “assim adquirimos o gosto por certa comida, aprendemos a gostar de uma pessoa, a apreciar uma pintura e a nos afeiçoarmos a um bairro ou lugar de veraneio” (TUAN, 1983, p.243). Essa complexa particularidade de perceber a singularidade nas pessoas e nos lugares é muito bem definida na essência humana. O movimento é sem dúvida um dos motivos que nos permite interagir com essas singularidades no mundo, nos relacionar com o espaço e com

as pessoas, expandir nossos horizontes e suscitar novas relações. Trata-se de um ponto que remete a um dos aspectos que foi colocado em evidência nas pesquisas de Paula (2016) e Silva (2020), já que ambos encontram o caminhar como forma de experienciar o espaço e explorar as relações com o cotidiano.

Considerando as colocações feitas até aqui, vejo a importância de refletir sobre as relações do corpo com o espaço em meio a essa ótica da geografia do caminhar, pensar em como essas ideias estão conectadas e confluem no termo mundo. Falar na geografia em movimento é também apontar para toda uma diversidade de realidades geográficas, de histórias que remetem aos cotidianos das pessoas que habitam o espaço. Dardel (2011, p.48) já dizia que a geografia como realidade terrestre é o "lugar" da história. Se pensarmos nos caminhos e em todo o espaço movimentante, poderíamos então encontrar o lugar das histórias de mundo.

O conceito de mundo, apesar das suas inúmeras possibilidades de ser interpretado, é frequentemente utilizado como forma de se referir ao planeta como um suporte físico que sustenta a existência de tudo. Holzer (2012) discute os contextos em que o termo foi utilizado ao longo do tempo – especialmente pelos geógrafos – e reforça essa relação polissêmica. "Sobre o conceito de mundo, na geografia há pouca bibliografia disponível no que se refere aos aspectos teóricos e conceituais", destacando que recentemente o termo vem sendo discutido principalmente "a partir da ideia de mundialização [...] ou de globalização" (HOLZER, 2012, p.282). No entanto, é somente a partir da aproximação com a fenomenologia que mundo passa a ser realmente entendido como uma construção social e resultado das experiências de um sujeito, as quais acontecem por meio da relação do corpo no espaço e iluminam, dessa maneira, a ideia de "mundo vivido":

> Então "mundo", para uma ciência fenomenológica, está na essência do significado de todas as coisas, ele se remete diretamente ao ser que se dirige às coisas e se interroga sobre o seu sentido. "Mundo" para a ciência geográfica também deve ter esse sentido essencial. A geografia, como outras ciências, trata do "mundo", mas de modo excepcional, pois trata diretamente de nosso conhecimento sobre o "suporte físico" onde se assentam todas as coisas, ou seja, o que na disciplina chamamos de categorias ou conceitos espaciais. Como primitivamente se estabelece então o sentido de "mundo vivido" para a geografia? Afirmo, baseado na fenomenologia, que se estabelece a partir do corpo humano" (HOLZER, 2012, p.290).

O corpo seria a transição do ser no mundo. Já o mundo vivido pode ser entendido como o espaço dos itinerários cotidianos, percebido pelos sentidos e que fazem parte da identidade dos sujeitos. É onde a experiência humana acontece. Trata-se de uma forma de pensar que, segundo Claval (2012), se opõe ao pensamento ocidental tradicional que durante muito tempo negligenciou a relevância do corpo e da sensibilidade na constituição da experiência humana. A partir de uma análise mais ampla, Holzer (2012, p.290) explica que houve uma preferência, entre os geógrafos em geral, na utilização de "espaço" em substituição ao termo "mundo". O autor justifica o fato pela tentativa de encontrar no conceito um status científico nos moldes positivistas, que orientou uma construção intelectual mais afastada do mundo vivido e que aparentemente envolvia menos conhecimento existencial do mundo.

Para Dardel (2011), tomamos a consciência de mundo quando entendemos o lugar enquanto as bases de nossa existência e, por esse motivo, saímos ao seu encontro – aos seres e aos acontecimentos. O lugar, para o autor, é onde reside a nossa mais íntima subjetividade. A Terra, enquanto sustentação terrestre, é o que permite a existência física do sujeito e está intrinsecamente relacionado com toda a tomada de consciência, "ela é para o homem aquilo que ele surge no ser, aquilo sobre o qual ele erige todas as suas obras, o solo de seu habitat, os materiais de sua casa, o objeto de seu penar, aquilo a que ele adapta sua preocupação de construir e de erigir" (DARDEL, 2011, p.41). Em uma perspectiva semelhante, buscando compreender a experiência do ser humano, Anne Buttimer transita entre a ciência geográfica e a fenomenologia com o objetivo de estabelecer caminhos "para o desenvolvimento de um tipo de pensamento humanístico dentro da Geografia" (BUITTIMER, 1985, 169).

> "Mundo", para o fenomenologista, é o contexto dentro do qual a consciência é revelada. Não é "um mero mundo de fatos e negócios, [...] mas um mundo de valores, de bens, um mundo prático". Está ancorado num passado e direcionado para um futuro; é um horizonte compartilhado, embora cada indivíduo possa construí-lo de um modo singularmente pessoal. Uma vez consciente do mundo vivido na experiência pessoal, um indivíduo deveria visar apreender os horizontes compartilhados do mundo de outras pessoas e da sociedade como um todo (BUTTIMER, 1985, p.172).

Para a autora, os geógrafos estão conscientes do papel ativo do meio físico e cultural na formação da experiência e, por isso, a utilização dos termos "espaço" e mundo" consequentemente se diferem. Aos olhos de Dardel (2011), espaço pode ser visto como

geométrico e geográfico: o primeiro é utilizado para se referir ao espaço que é quantificável, mensurável e divisível; já o segundo se refere à existência do ser em um espaço que também existe no mundo, o qual revela um horizonte repleto de objetos e seres que possuem lugares justamente por receberem significados (BESSE, 2011). Ao discutir espaço e mundo, Buttimer (1985) aponta as dificuldades existentes em relacionar as discussões sobre a experiência humana à linguagem geográfica, justamente pelo fato de que muitos geógrafos optam por se referir ao espaço apenas no que toca a sua geometria, ofuscando o fato de que o espaço é também o substrato latente da experiência.

> O espaço "é um conjunto contínuo dinâmico, no qual o experimentador vive, desloca-se e busca um significado. É um horizonte vivido ao longo do qual as coisas e as pessoas são percebidas e valorizadas"[57]. Descrever o espaço meramente em termos de sua geometria é uma abordagem inadequada ao entendimento da experiência humana. [...] Como essa abordagem difere dos métodos científicos convencionais de investigação da experiência? A diferença essencial repousa na distinção entre o comportamento e a experiência, o que está clarificado na crítica fenomenológica de duas questões: a relação do corpo e da mente e a relação da pessoa e do mundo. (BUTTIMER, 1985, p.174-175).

Em meio a essa discussão sobre como seria mais propício analisar o espaço para compreender a experiência do ser humano, Buttimer cita Torsten Hägerstrand, um geógrafo que reconheceu a fragilidade das análises espaciais e sinalizou a frequente ausência da dimensão temporal ao se tecer considerações sobre as pessoas e lugares. O modelo têmporo-geográfico elaborado por Hägerstrand propunha investigar as rotinas e os cotidianos dos sujeitos, cada movimento sendo único e podendo ser espacialmente representado. Claval (2012) se refere a uma geografia dos instantes, em que cada instante ou trajetória compõe um conjunto de encontros representáveis que definem um indivíduo. A partir dessa perspectiva, Buttimer cerca e discute os ritmos do tempo-espaço, que na concepção da autora são responsáveis por revelarem as facetas do mundo e exercem um papel fundamental na experiência diária: múltiplas camadas e padrões entre o "som e cheiro, luz e escuridão, calor e frio, movimento e imobilidade", que seguem ritmos de diferentes intensidades e escalas (BUTTIMER, 1985, p.185). Os ritmos espaço-temporais de Buttimer, conforme observa Mello (2005, p.35), "poderiam contribuir para uma maior compreensão da dinâmica da experiência do mundo vivido, ou seja, de uma Geografia plena de pausas, pontos, passos e movimentos".

[57] SCHRAG, C. G. Experience and Being. Evanston: Northwestern University Press, 1969.

O caminhar não seria, desse ponto de vista, parte dos ritmos que revelam o mundo para um sujeito? Como um ato sensorial do corpo que percebe o espaço e constrói o seu entendimento sobre o mundo? Ao pensar no ser humano enquanto espécie, enxergo um mundo construído por caminhantes. Nesse caso, me refiro a um mundo no sentido de Dardel, todo um horizonte repleto de significados, considerando o espaço geográfico e os contextos multiculturais resultantes da nossa trajetória ao longo de nossa existência. Uma outra alternativa advém sob a perspectiva de Buttimer a partir da qual, através da escala dos instantes e dos cotidianos, enxergo a possibilidade de pensarmos em caminhantes que construíram os seus mundos a partir das suas redes de interações e particularidades que estão circunscritas em uma determinada região ou lugar.

A importância do corpo na formação da experiência humana no espaço é muito bem delineada, mas como ocorre esse processo perceptivo? Como que, a partir dessa ideia, decorrem essas construções de mundo? As conexões que entremeiam os conceitos de corpo, espaço, percepção e mundo foram exploradas pelo francês Maurice Merleau-Ponty. Investigando as relações entre o ser e a consciência, o filósofo definiu o conceito de espaço como um reflexo do ser e da sua existência (MERLEAU-PONTY, 1999). O corpo está no espaço e por isso trata-se de uma relação inexorável, existir é uma existência de natureza espacial. Uma das maiores contribuições do filósofo, de acordo com Lima (2007, p.66), foi a reinserção do homem no centro de uma contradição secular, tornando o corpo um organismo sensorial e mediador do espaço por meio da percepção, da sensibilidade e da experiência. Para Merleau-Ponty, a experiência corporal é também uma experiência espacial, nosso corpo é nossa principal referência no mundo e nossos sentidos não operam de formas independentes, ou seja, o autor discorre sobre um conjunto de relações simultâneas que remetem ao corpo enquanto unidade. Nossa experiência visual não está desvinculada da experiência tátil, que tampouco se separa das nossas experiências motoras.

> A experiência revela sob o espaço objetivo, no qual finalmente o copo toma lugar, uma espacialidade primordial da qual a primeira é apenas o invólucro e que se confunde com o próprio ser do corpo. Ser do corpo, nós o vimos, é estar atado a um certo mundo, e nosso corpo não está primeiramente no espaço: ele é espaço. [...] As diferentes partes do meu corpo – seus aspectos visuais, táteis e motores – não são simplesmente coordenadas. [...] A conexão entre os segmentos de nosso corpo e aquela entre nossa experiência visual e nossa experiência tátil não se realizam pouco a pouco e por acumulação; essa tradução e essa reunião

> estão feitas de uma vez por todas em mim: elas são meu próprio corpo (MERLEAU-PONTY, 1999, p.206-207).

O movimento do corpo nos permite estar no espaço. Para o filósofo, essa relação o leva a concluir que não existe espaço se não houver o corpo. A reflexão sobre a movimentação – a qual se define pela ação do corpo no espaço – é o que nos permite compreender melhor como habitamos o espaço em si. Habitar, como propõe Buttimer (1985, p.166), implica em algo muito mais complexo que "morar, cultivar ou organizar o espaço. Significa viver de um modo pelo qual se está adaptado aos ritmos da natureza, ver a vida da pessoa como apoiada na história humana e direcionada para um futuro". É a partir da movimentação corporal que existimos e manifestamos essa existência enquanto sujeitos.

> Para mim, não haveria espaço se eu não tivesse corpo. Se o espaço corporal e o espaço exterior formam um sistema prático, o primeiro sendo o fundo sobre o qual pode destacar-se ou o vazio diante do qual o objeto pode aparecer como meta de nossa ação, é evidentemente na ação que a espacialidade do corpo se realiza, e a análise do movimento próprio deve levar-nos a compreendê-la melhor. Considerando o corpo em movimento, vê-se melhor como ele habita o espaço (e também o corpo), porque o movimento não se contenta em submeter-se ao espaço e ao tempo, ele os assume ativamente, retoma-os em sua significação original, que se esvai na banalidade das situações adquiridas (MERLEAU-PONTY, 1999, p.149).

É habitando o espaço que nós percebemos o mundo. O corpo, nesse caso, funciona como um ancoradouro para mundo. De acordo com Merleau-Ponty, "o mundo é aquilo que nós percebemos", ou seja, "não aquilo que eu penso, mas aquilo que eu vivo; eu estou aberto ao mundo, comunico-me indubitavelmente com ele, mas não o possuo, ele é inesgotável" (MERLEAU-PONTY, 1999, p.14). Refletir sobre o corpo e sua relação complexa de movimentos perceptivos significa também refletir sobre existência humana e o nosso lugar no espaço.

O debate acerca da percepção e da experiência humana ganha força a partir das contribuições de Yi-Fu Tuan. O geógrafo buscou estabelecer as conexões entre a psicologia comportamental, sociologia e filosofia existencialista aos pressupostos geográficos. Investigando a natureza da experiência e da perspectiva experiencial, delineou as formas nas quais percebemos, estruturamos e avaliamos o espaço ao nosso redor. Para Tuan (1983), somos um corpo no mundo, um corpo vivo e que ocupa um espaço. O conceito de espaço, para o autor, se refere à forma com que sujeitos inseridos

em diferentes culturas concebem e dividem o seu mundo[58]. O espaço seria entendido como uma construção social e o mundo como reflexo do nosso ser e dos nossos entendimentos sobre a realidade.

> "Espaço" é um termo abstrato para um conjunto complexo de ideias. Pessoas de diferentes culturas diferem na forma de dividir seu mundo, de atribuir valores às suas partes e medi-las. As maneiras de dividir o espaço variam enormemente em sofisticação, assim como as técnicas de avaliação de tamanho e distância. Contudo, existem certas semelhanças culturais comuns, e elas repousam basicamente no fato de que o homem é a medida de todas as coisas. Em outras palavras, os princípios fundamentais da organização espacial encontram-se em dois tipos de fatos: a postura e a estrutura do corpo humano e as relações (quer próximas ou distantes) entre as pessoas. O homem, como resultado de sua experiência íntima com seu corpo e com outras pessoas, organiza o espaço a fim de confortá-lo a suas necessidades biológicas e relações sociais (TUAN, 1983, p.49).

Tuan acredita que a experiência é vivida e por isso trata-se de um processo que resulta no aprendizado. Em um primeiro momento a experiência é voltada para o exterior, se refere ao movimento do corpo em contato com o espaço e ao espaço que reverbera ativamente no corpo. "Experienciar é aprender; significa atuar sobre o dado e criar a partir dele. O dado não pode ser conhecido em sua essência. O que pode ser conhecido é uma realidade que é um constructo da experiência, criação de sentimento e pensamento" (TUAN, 1983, p.18). Para o autor, a experiência também está associada ao tempo. Tuan explica que quando movimentamos o corpo estamos experienciando não apenas o espaço, mas também o tempo em nosso subconsciente. O espaço se vincula à liberdade do corpo, já o tempo está associado à diversidade de ritmos dos sentimentos humanos. "Temos um sentido de espaço porque podemos nos mover e, de tempo porque, como seres biológicos, passamos fases recorrentes de tensão e calma" (TUAN, 1983, p.147). As experiências e as formas com que lidamos com elas definem o nosso entendimento sobre a realidade:

> Experiência é um termo que abrange as diferentes maneiras por intermédio das quais uma pessoa conhece e constrói a realidade. Essas maneiras variam desde os sentidos mais diretos e passivos como o olfato, paladar e tato, até a percepção visual ativa e a maneira indireta de simbolização. As emoções dão colorido a toda experiência humana, incluindo os níveis mais altos do pensamento. Os matemáticos, por exemplo, afirmam que a expressão de seus teoremas é orientada por critérios estéticos – noções de elegância e simplicidade que correspondem a uma necessidade humana. O pensamento dá colorido a

[58] "O simples termo inglês *world* (mundo) contém e conjuga o homem e seu ambiente, porque o seu radical etimológico *Wer* significa homem. Homem e mundo indicam ideias complexas" (TUAN, 1983, p. 49).

> toda experiência humana, incluindo as sensações primárias de calor e frio, prazer e dor. A sensação é rapidamente qualificada pelo pensamento em um tipo especial. O calor é sufocante ou ardente; a dor, aguda ou fraca; uma provocação irritante, ou uma força brutal. A experiência está voltada para o mundo exterior (TUAN, 1983, p.17).

Se correlacionarmos as ideias que Merleau-Ponty propõe ao refletir sobre a movimentação corporal e o entendimento sobre experiência delineado por Yi-Fu Tuan, veremos que o ato de caminhar é, de fato, uma forma de experienciar o espaço e construir a realidade. É nesse sentido que o caminhar pode ser considerado uma de nossas expressões de maior liberdade ritmada, e que nos permite perceber tudo aquilo que cerca o nosso corpo. A movimentação envolve a percepção, atitude, valorização do espaço e construção da visão de mundo, conceitos que Tuan (2012) considera essenciais para estabelecer um diálogo sobre a perspectiva da experiência humana:

> Percepção é tanto a resposta dos sentidos aos estímulos externos como a atividade proposital, na qual certos fenômenos são claramente registrados, enquanto outros retrocedem para as sombras e são bloqueados. Muito do que percebemos tem valor para nós, para a sobrevivência biológica, e para propiciar algumas satisfações que estão enraizadas na cultura. Atitude é primariamente uma postura cultural, uma posição que se torna frente ao mundo. Ela tem maior estabilidade do que a percepção e é formada de uma longa sucessão de percepções, isto é, de experiências. As crianças percebem mas não tem atitudes bem formadas, além das que lhe são dadas pela biologia. As atitudes implicam experiência e uma certa firmeza de interesse e valor. As crianças vivem em um meio ambiente; elas têm apenas um mundo e não uma visão de mundo. A visão de mundo é a experiência conceitualizada. Ela é parcialmente pessoal, em grande parte social. Ela é uma atitude ou um sistema de crenças; a palavra sistema implica que as atitudes e crenças estão estruturadas, por mais arbitrárias que as ligações possam parecer, sob uma perspectiva impessoal (TUAN, 2012, p.19).

A amálgama desses conceitos direciona a discussão de Tuan (1983) para a definição de lugar. Ao experienciar um espaço desconhecido ou indiferenciado o autor aponta para a possibilidade de se criar vínculos emocionais, sentimentos que permitem significar um determinado espaço, tornando-o um lugar à medida que o dotamos de valor. O lugar, no entanto, vai muito além da ideia de cercar um espaço físico geograficamente localizado e estático, "não se refere a objetos e atributos das localizações, mas a tipos de experiência e envolvimento com o mundo, a necessidade de raízes e segurança" (RELPH, 1979, p.156). Para Buttimer (1985, p.178), o lugar é como um sistema pessoal de referência, cada indivíduo estaria rodeado de "camadas" concêntricas de espaço vivido nas quais as

diferenciações qualitativas ocorrem a partir das relações com esses espaços, particulares para cada sujeito, que fazem emergir, assim, a ideia de lugar.

As experiências íntimas, conforme sugere Tuan, podem refletir a ideia de lugar. Elas estão intensamente associadas à memória, mas não são meras lembranças, são marcas na trajetória de vida de um sujeito e que certamente influencia no decorrer de sua vida. O autor acredita que os momentos íntimos são aqueles em que o corpo se abre passivamente ao exterior e se deixa vulnerável aos estímulos de novas experiências. Não é algo intencional, não pode ser premeditada e estão entrepostas ao acaso dos instantes:

> As experiências íntimas jazem enterradas no mais profundo do nosso ser, de modo que não apenas carecemos de palavras para dar-lhes forma, mas frequentemente não estamos sequer conscientes delas. Quando, por alguma razão, assomam por um instante à superfície de nossa consciência, evidenciam uma emoção que os atos mais deliberados – as experiências ativamente procuradas – não podem igualar. As experiências íntimas são difíceis de expressar. Um simples sorriso ou contato pode alertar nossa consciência sobre um momento importante (TUAN, 1983, p. 167-168).

Um exemplo bastante icônico sobre experiências íntimas que marcam a memória e reverberam na existência é o relato de Pretor-Pinney (2008) sobre sua particular paixão por nuvens. O autor reflete sobre a atração misteriosa que as "névoas celestiais" exercem em seu imaginário, que apesar de ser inexplicável, é possível encontrar em algumas de suas lembranças mais antigas vestígios que o ajudam a ilustrar:

> Sem a *stratus* eu jamais experimentaria o prazer singular de caminhar através de uma nuvem. Como a mais baixa de todos os tipos de nuvem, com uma base que raramente se forma acima de 500 metros, é a única que, de boa vontade, desce ao nível do solo para juntar-se a nós. Amarrada dessa forma à terra firme, a *stratus* é conhecida como nevoeiro ou neblina. Quando eu era jovem, não havia nada mais arrebatador do que acordar e descobrir que o mundo lá fora havia sido embrulhado nos misteriosos véus de um nevoeiro. Nenhuma tempestade ou súbita onda de frio prenunciava a transformação. O nevoeiro chegava sem ser anunciado (PRETOR-PINNEY, 2008, p.78).

Pretor-Pinney relata sobre a experiência de caminhar entre as nuvens e ter o seu corpo abraçado pelo nevoeiro em sua própria casa, que para Tuan (1983) é nosso principal refúgio, lugar íntimo. "Adorava o modo como os sons ficavam mudados. Vozes desencarnadas pareciam vir ao mesmo tempo de quilômetros de distância e do meu lado. Sem a nuvem *stratus* jamais teria vivenciado a mágica das manhãs enevoadas" (PRETOR-PINNEY, 2008, p.79). Essa paixão pelas nuvens o conduziu a fundar a

Sociedade de Observadores de Nuvens[59] que atualmente conta com 50.000 afiliados provenientes de mais de 120 países, cujo foco é exclusivamente compartilhar e contemplar as formações das gotículas de água em suspensão no céu.

As experiências intensas podem gerar um amor genuíno pelo lugar. Tuan denominou como topofilia a síntese dos sentimentos simbólicos por um lugar: *topo* sugere lugar, *filia* remete à filiação. Dessa forma, topofilia expressa o apego, a familiaridade e a apreciação pelo lugar (TUAN, 2012, p.135). O inverso também é possível através do conceito de topofobia, na qual fobia sugere aversão ou desprezo pelo lugar, tornando-se um lugar de medo e afastamento. Essas questões estão relacionadas, por exemplo, com o fato de podermos sentir segurança e prazer em acordar no início de um dia e ir para o trabalho a pé, mas sentir insegurança e medo em retornar à noite. Certamente existem fatores externos em um exemplo como esse e que envolve segurança pública e políticas urbanas, mas chamo atenção aqui para algumas possíveis significações: luz do dia e sentimento de segurança, a diversidade de cores em uma manhã ensolarada e as associações com felicidade; por outro lado, a noite pode suscitar insegurança e a escuridão pode estar associada ao medo. São questões particulares aos seres humanos e cada um compreende o espaço conforme vai construindo suas relações com o mundo.

Ao realizar uma análise criteriosa sobre a obra de Tuan, Pádua (2013, p.59) salienta que a experiência e a própria qualificação da experiência demanda tempo. Quando o contato é fugaz, conseguimos com apenas um lance de olhar nos sentir hipnotizados por um cenário. Em contrapartida, o tempo nos permite, por exemplo, "caminhar calmamente por entre ruas e vielas, ao longo de alguns anos, registrando cheiros, cores, nuances, sons e experienciando intersubjetivamente" o espaço. Para Wunderlich (2008, p.125) "caminhar é uma prática corpórea que qualifica nossas vivências. É também um modo de experienciar o lugar e a cidade. [...] É através do caminhar em nosso cotidiano que desenvolvemos um senso de (e com o) lugar". O caminhar se distingue conforme o propósito, passo e ritmo, sendo, de tal modo, um ato sensível.

Caminhar é se movimentar e o movimento sugere ritmo, que por sua vez expressa a ideia de ciclo. Investigando essas relações, Tuan retrata como a dimensão temporal se relaciona

[59] Fundada em 2004.

com o conceito de lugar a partir de um exemplo fundamentado nos povos nômades e a forma com que eles concebem o mundo[60]:

> O mundo nômade consiste em lugares conectados por um caminho. Os nômades, que estão frequentemente se deslocando, têm um sentido intenso de lugar? É bem possível. Os nômades se deslocam, mas se deslocam dentro de uma área circunscrita, e a distância entre dois pontos extremos de sua peregrinação raramente excede 320 quilômetros. Os nômades descansam e acampam quase que nos mesmos lugares (pastagens e cacimbas) ano após ano; os caminhos que seguem também mostram pouca mudança. Para os nômades, as exigências cíclicas da vida produzem a sensação de lugar em duas escalas: os acampamentos e o território muito maior no qual se movimentam. Pode ser que os acampamentos sejam para eles os lugares mais importantes, conhecidos mediante a experiência íntima, ao passo que o território percorrido lhes parece mais indistinto porque não tem uma estrutura tangível (TUAN, 1983, p.221).

É nesse sentido que o lugar se torna uma pausa no movimento (TUAN, 2011, p.12). É uma forma de demonstrar que a experiência humana está inserida no contato tênue entre o tempo-espaço e que o corpo se coloca transversal em meio a essa relação. A experiência do tempo é uma construção cultural, não somos capazes de tocá-lo e nem de cercar a sua forma, trata-se de uma experiência subconsciente. "As pessoas falam dos grandes momentos da vida" e estão sempre se situando no tempo ou situando alguém, "eu estou (ou nós estamos) aqui; aqui e agora. Você (ou eles) estão lá; lá é então, e então se refere a um tempo que tanto pode ser o passado como o futuro" (TUAN, 1983, p.156). A questão é que o tempo é mais que um referencial de passado, presente ou futuro, ele é inserido na experiência espacial através da linguagem e adquire entendimentos que sintetizam proporções como, por exemplo, de comprimento e volume. Desses entendimentos surgem nossas noções de distâncias e a consciência dos ritmos que nos circundam, "o homem é a medida. Em sentido literal, o corpo humano é a medida de direção, localização e distância" (TUAN, 1983, p.60).

> Os ritmos dos quais temos consciência são aqueles ciclos corpóreos longos que necessitam de um propósito. O tempo repetitivo ou recorrente é uma medida comum de distância. Qual a distância de uma aldeia à outra? Se a distância é pequena pode ser medida em passos. Andar é um processo rítmico onde unidades de distâncias individuais podem ir sendo adicionadas. Medir a distância em X passos não é uma

[60] É curioso notar como a vida nômade e o mundo construído por esses povos itinerantes acabaram chamando a atenção de filósofos e geógrafos no decorrer do tempo. Desde a Antiguidade que o nomadismo vem sendo motivo de particular interesse, como foi o caso de Estrabão que buscou descrevê-los em suas viagens e, alguns séculos mais tarde, chamaria a atenção de Humboldt e Ritter.

> abstração, já que os passos são percebidos como pêndulos que oscilam com o movimento dos pés, e como a soma do esforço cumulativo dos músculos. Grandes distâncias são avaliadas a partir dos ritmos da natureza, particularmente pela alternância dos dias e das noites. Distâncias entre lugares são medidas em pernoites, dias, ou "luas", despendidos durante o percurso. O ciclo diário tem proeminência na estimativa de distância, porque compete a ele regular o ritmo biológico humano de despertar e dormir, e porque a alternância dos dias e noites é o drama mais visível. As dimensões lineares da natureza que não se refiram ao corpo humano, como a altura de uma árvore ou a largura de um rio, raramente são utilizadas para designar distâncias: a periodicidade da natureza, mais que sua extensão, fornece o modelo de comparação (TUAN, 2011, p.11-12).

O ser humano se apropria da sua morfologia para assimilar o mundo. Tuan (1983, p.60) explica que muitas culturas extraem preposições espaciais de diferentes partes do corpo, dentre alguns exemplos citados como "costas" remetendo "atrás", "olho" é relacionado com "em frente de", "pescoço" representa "acima", "estômago" expressa a direção para "dentro", a palavra "rosto" seria o equivalente a "sul" e a palavra "nuca" estaria associada com "norte". O mesmo fazemos com o tempo ao associa-lo aos movimentos corpóreos, dizemos que o tempo está "corrido" ou que o "relógio não anda", além de frequentemente mensuramos percursos e quantificar as distâncias baseadas no tempo de deslocamento.

O corpo é nossa identidade, "é a propriedade pela qual o sujeito pode fundar a sua extrema singularidade, registrar na carne a sua história na linha de contato e de intersecção com a história do mundo e dos lugares" (CHAVEIRO, 2012, p.250). A estrutura biológica do ser humano é única, todos temos um corpo, mas cada sujeito tem um corpo particular e esse corpo vai agir e interagir no espaço de acordo com essas particularidades. Essa diversidade corpórea foi analisada por Pelline (2016) com a finalidade de entender como acontece a percepção do mundo. Sobre essa questão, Tuan (1983) esclarece que perceber é diferente de pensar, ainda que ambos estejam intrinsecamente relacionados, perceber remete ao campo dos sentidos e pensar é referente aos pensamentos. São os pensamentos que decodificam nossas experiências, é a nossa reflexão sobre nossas atitudes.

> A forma geral de um corpo influencia diretamente em como ele vai realizar as ações comportamentais e em como ele irá perceber o mundo. Assim um organismo com olhos irá experimentar o mundo de uma maneira diferente de um organismo desprovido de visão, um organismo sem pernas irá perceber e experimentar o mundo de maneira diferente do que um organismo com pernas. [...] Em muitas culturas algumas dimensões corporais possuem significância metafórica, social e moral. Sendo assim, para cima pode ser associado com felicidade, para baixo com tristeza, a direita com operações legais, estar à esquerda pode

> significar o lado do mal, das operações ilícitas, o lado geralmente nefasto das religiões. Devido ao fato de andarmos eretos, nosso movimento envolve a mudança e a manutenção da orientação acima/abaixo. Se imaginarmos um ser esférico vivendo em uma atmosfera sem gravidade, qual seria a sua noção de acima e abaixo? E de que maneira poderia ser associado acima com felicidade e abaixo com depressão? Será que ele descreveria a felicidade de maneira similar a que a maioria dos seres humanos descrevem? (PELLINI, 2016, p.52-53)

A temática da particularidade corporal foi aprofundada por Tuan (2012), que explicou as diversidades de atitudes em relação à vida e ao meio ambiente a partir de questões bioquímicas e fisiológicas do corpo. O autor chamou essas distinções de "mundos pessoais", formados a partir dessa heterogeneidade corporal e dos diferentes mecanismos que um indivíduo pode perceber e assimilar o espaço.

> Como espécie, os seres humanos são extremamente polimórficos. Entre os indivíduos, as variações físicas externas são notáveis, mas são menores quando comparadas com as diferenças internas. [...] As atitudes em relação à vida e ao meio ambiente refletem necessariamente variações individuais bioquímicas e fisiológicas. O mundo de uma pessoa acromatópsica[61] deve ser um pouco menos policromático que o de uma pessoa com visão normal. Reconhecemos também diferenças temperamentais entre as pessoas. A perspectiva, diante da vida, de uma pessoa melancólica ou plácida diverge muito de uma esperançosa ou irrequieta. A causa profunda da variação na personalidade e temperamento reside nas glândulas endócrinas: mesmo as chamadas pessoas normais mostram diferenças importantes. [...] A individualidade pode transcender as forças culturais que levam ao consenso (TUAN, 2012, p.73).

Esses mecanismos de percepção do espaço referem-se ao equipamento perceptual do ser humano, nossos órgãos sensoriais. É por meio da percepção que a consciência humana se relaciona com o mundo exterior (CHAUÍ, 1995). Com relação a essa ideia, Tuan (1983) já defendia que o mundo sensorial é responsável por construir a nossa percepção do espaço, exemplificando que "um mundo olfativo seria aquele em que os odores estão espacialmente arranjados". Os sentimentos intensos e as qualidades espaciais são respostas aos estímulos sensoriais. Por mais que a superfície terrestre seja extremamente variada, mais ainda serão as maneiras como as pessoas percebem e avaliam: "duas pessoas não veem a mesma realidade. Nem dois grupos sociais fazem exatamente a mesma avaliação do meio ambiente" (TUAN, 2012, p.21). É justamente pela capacidade

[61] Indivíduo biologicamente incapacitado de distinguir as cores, percebendo o mundo através do preto e o branco.

de perceber o espaço, processar as informações e compor arranjos comportamentais simbólicos que os povos, em diferentes épocas e lugares, construíram seus mundos.

As discussões sobre os sentidos se iniciam na Antiguidade, inclusive em meio ao contexto de surgimento da figura do filósofo caminhante. Tuan (2012) remete, de uma forma mais pontual, aos tempos de Aristóteles e discorre sobre os sentidos que o filósofo peripatético descreveu para refletir sobre experiência e aprendizado: visão, audição, olfato, paladar e tato. Pelline (2016) resgata uma face estendida dessa história sobre o entendimento dos sentidos, transitando entre os gregos que demonstraram interesse nos aspectos sensoriais do ser humano. Aristóteles "não foi o primeiro filósofo ocidental a se preocupar com os sensos" (PELLINE, 2016, p.66), mas fato é que a expressividade de sua obra o fez ser reconhecido para além do seu tempo, sendo frequentemente apropriado e reinserido em discussões nos períodos posteriores. Assim como Tuan (2012), Pelline (2016) acredita que se trata de um extenso debate em que os sentidos foram sendo culturalmente significados e resinificados no decorrer do tempo. Por esse motivo que a história do ser humano, além de uma história contada, pode também ser uma história sentida.

O raciocínio entra em consonância com a ideia do caminhar enquanto um ato sensorial do corpo que nos permite perceber o espaço. O'Neill (2017) defende que caminhar é uma forma de explorar os sentidos em que o corpo promove um encontro sensorial. Conforme Pelline (2016), caminhar é uma experiência de integração com meio que nos insere na paisagem, tratando-se de uma forma única de educar, aprender, conhecer, interagir e socializar. Buscando corroborar com seu argumento, o autor cita Bourdieu (1977), que define o caminhar enquanto reflexo da práxis cultural de um indivíduo, envolvendo os seus gestos, posturas e comportamentos simbólicos. "O modo de caminhar não expressa meramente pensamentos e sentimentos que têm sido apropriados a partir de uma educação cultural, ele é em si uma maneira de pensar e sentir através da qual as formas culturais são continuamente geradas" (PELLINE, 2016, p.167).

Com base em Corbin (2003), Pelline (2016) discorre sobre um exemplo de experiência sensorial associado à movimentação corporal que demonstra como os sons podem transformar as rotinas e os cotidianos das pessoas, influenciando e regulando a mobilidade e as sensações de uma população. São como os ritmos que enraízam na experiência diária de um sujeito:

> Sons podem também servir como um elemento que alimenta o sentimento de união, de comunidade e de pertencimento que é compartilhado pelos ouvintes. Corbin (2003) exemplifica a ideia através da análise do efeito social e regulatório dos sons dos sinos das áreas rurais na França do século XIX. O badalar dos sinos regulava o movimento diário o ir e vir, dentro das vilas rurais. Os aldeões, ao escutar as badaladas, se sentiam tranquilizados, pois acreditavam que o badalar limpava, santificava a paisagem, expulsando demônios e bruxas e convocando os anjos do céu. Os sinos estabelecem uma noção de territorialidade entre os aldeões. Inclusive, segundo o autor, ficar fora da zona de audição dos sinos era um sinal claro de perigo, pois impedia que a pessoa ouvisse os sinais de alerta, de perigo, bem como impedia que ouvisse os chamados para o serviço religioso. Corbin conclui que os sinos das igrejas não apenas criavam um senso de tempo e lugar, mas também formavam e controlavam as práticas diárias (PELLINI, 2016, p.160)

Outro exemplo é explorado por Tuan (1983), que descreve uma situação hipotética em que um indivíduo se encontra perdido em meio a uma floresta fechada. O autor explica a importância da percepção na orientação, demonstrando como ocorre a articulação dos elementos espaciais na organização dos nossos pontos de referências:

> O que significa estar perdido? Sigo uma trilha na floresta, saio da trilha e de repente sinto-me completamente desorientado. O espaço ainda está organizado de acordo com os lados do meu corpo. Há regiões à minha frente e às minhas costas, à minha direita e à minha esquerda, mas não funcionam em relação aos pontos de referência externos, e portanto, são inúteis. As regiões em frente e atrás de repente parecem arbitrárias, pois tanto faz eu ir para frente ou para trás. Basta aparecer uma luz oscilante atrás de umas árvores distantes. Eu continuo perdido, no sentido que ainda não sei onde estou na floresta, mas o espaço recobra dramaticamente sua estrutura. A luz oscilante estabeleceu uma meta. Movendo-me para essa meta, para frente, para trás, à direita e à esquerda readquirem seu significado: avanço para frente, alegro-me em deixar para trás o espaço escuro e certifico-me de não virar nem para direita nem para esquerda (TUAN, 1983, p.51).

Com relação a essa articulação dos elementos espaciais, Dardel (2011, p.12) relembra que não é somente sobre o solo que o homem caminha, se orienta, mede distâncias e pode perder-se ou encontrar a sua direção. “Nós falamos de “via fácil, rude, direta” ou “tortuosa”, da “via do prazer” ou “do sacrifício”, das “etapas” da vida, de “perdas” e de “erros”, de “desvios”, de “descaminhos”, de “obstáculos” a vencer”. São expressões que simbolizam nossas experiências, sintetizam a relação do corpo com o espaço. É assim que a caminhada se torna uma das mais antigas alegorias que encontramos para representar a vida. Conforme Dardel (2011, p.13), viver é manifestar a nossa existência no espaço, porque é nele em que o horizonte nos oferece percursos a seguir, sejam eles fáceis ou

acidentados, seguros ou incertos. Trata-se de um ponto comum a todos seres humanos: todos somos caminhantes e estamos rascunhando o percurso da nossa existência, vivendo essa geografia em movimento.

No seio desse debate que explora o caminhar enquanto experiência geográfica, é inevitável se perguntar sobre os efeitos da tecnologia e da expansão urbana. A mobilidade se intensifica em um contexto em que o ser humano é o construtor dos espaços, reduzindo as distâncias físicas através da abertura de novas vias de comunicação (DARDEL, 2011, p.29). Contudo, não se trata apenas da abertura, mas também sobre o desenvolvimento de novas formas de atravessar e experienciar esses caminhos:

> Certamente não foi permitido ao homem ter asas e voar, e então o homem desvelou um modo de ser em voo, para de certa maneira experienciar os céus, pelo avião. Não foi permitido ao homem respirar em meio líquido como o fazem os peixes, e então o homem inventou equipamentos próprios para mergulho, possibilitando sua experiência, submersa, das águas. Não foi permitido ao homem, erigir habitação embaixo da terra, e então o homem construiu o maquinário necessário para que esse feito fosse realizado. Isso tudo foi possível através da postura da humanidade em relação ao meio no qual ela se encontra (MOREIRA NETO, 2017, p.151).

Apesar da extensão do planeta, toda a sua superfície (e mais além) aparenta estar ao alcance do ser humano. É diante dessa lógica que surge a ideia de fuga ao ambiente natural que aqui foi discutido anteriormente[62]. Uma necessidade de fugir de um universo extremamente digitalizado em que a transmissão de informações se faz cada vez mais intensa. A produtividade do trabalho é a lógica vigente e inevitável, os avanços tecnológicos penetram no cotidiano e a medicina prolonga a expectativa de vida, que ironicamente parecemos ter cada vez menos tempo para desfrutar de fato dessa existência que se prolonga. Em decorrência dessas condições, para Claval (2012), a inquietação existencial se torna ainda mais palpável e a busca pela viagem e pelas participações em atividades culturais são tentativas de equilibrar as angústias que emergem em mundo que muda demasiadamente rápido. “Nunca a experiência geográfica, o significado dos lugares e o papel das paisagens chamaram tanto a atenção” (CLAVAL, 2012, p.121).

> Caminhar faz parte da essência humana. Mesmo não sendo algo recente na sociedade, o ato de caminhar em ambientes naturais tem-se tornado cada vez mais popular. A explicação para isso é simples, pois foi só depois do surgimento dos grandes centros urbanos que o ser humano

[62] Contextualização e discussão na p.127.

> sentiu a necessidade de buscar um contato com ambientes naturais como forma de aliviar as tensões diárias (GRECCO, 2006, p. 79).

Por mais que a sociedade mergulhe na tecnologia e que os meios de transportes sejam cada vez mais modernos e velozes, nunca deixamos de caminhar. Ainda que muitas vezes não estejamos conscientes da nossa movimentação em meio ao dinamismo que a rotina urbana exige, nossas pernas se movem e através do corpo interagimos constantemente com o espaço. Caminhar é reafirmar a existência, é estar vivo. Todos os dias nos movimentamos ao encontro das pessoas, dos momentos e dos lugares. As ruas estão repletas de caminhantes, cada qual seguindo seu caminho e inundado por pensamentos, memórias e sentimentos. Esses caminhos são as conexões no espaço, possibilitam as movimentações de um lugar para outro. O caminhar, de acordo com Gros (2010), pode ser entendido como um interlúdio do viver, já que para realizarmos qualquer atividade em nosso dia precisamos, sobretudo, caminhar em direção a essa atividade. “Uma vez lá fora, fora fica entre dois interiores: uma pousada entre etapas, uma transição” (GROS, 2010, p.38).

As experiências surgem dos ritmos dos cotidianos, mas são também provocadas por nossas inquietações e necessidades pelo novo ou pelo diferente. É o espírito geográfico em nosso íntimo e a aventura como sua força motriz. Como apontou Grecco (2006), a busca pela aventura também é raiz da necessidade crescente de fuga. Eu poderia dizer que caminhar por si só é sempre se lançar em uma aventura, por mais banal que isso inicialmente possa parecer. Podemos encontrar as aventuras em qualquer caminho. Contudo, são nas aventuras que nos tiram da zona de conforto que muitas pessoas encontram a plenitude, se afastando da rotina dinâmica e desgastante da lógica produtiva e se abrindo para novas experiências. Refletir sobre essas experiências, conforme explicou Tuan (1983, 2012), pode culminar na materialização de narrativas, relatos, pinturas, fotografias, poesias e dentre outras formas de representações da experiência humana por um sujeito. Castro (2012) ilustra bem essa relação da aventura e da experiência ao relatar a sua vida enquanto economista e pesquisador. O autor se descreve como um caminhante “entre as trilhas da natureza e os caminhos do conhecimento” ao narrar suas viagens e andanças por diversos países mundo afora. Foi encontrando a aventura no processo da pesquisa científica que Castro conseguiu apaziguar duas de suas “enfermidades”: a necessidade constante de se aventurar e o fascínio pela investigação acadêmica.

> Pesquisa contém uma dimensão de aventura. Pode ser a aventura do desconhecido, como explorar as terras ignotas da nossa ignorância. Diante de uma encruzilhada conceitual, é como decidir, em uma caminhada, qual é o caminho certo e qual me levará a uma enrascada das boas. Mas não é só isso. Mesmo na pesquisa, há aventuras no mundo físico. Fazer pesquisa requer olhar, xeretar, bisbilhotar e, até mesmo, arriscar-se nesse processo. Há aventura na busca embutida por resposta, quando para isso é necessário embrenhar-se em desvãos perigosos do mundo real. Há o caso clássico do psiquiatra que se fez internar como louco em um hospício para entender melhor as doenças mentais. Mais próximo dos meus universos está o caso de Simone Adolphine Weil, uma escritora que viveu dois anos como operária da Renault para entender o cotidiano de uma fábrica. Sua "aventura" rendeu o ensaio *Experience de la vie d'usine* (CASTRO, 2012, p.17).

De acordo com Castro, toda aventura é um salto no desconhecido e igualmente pode-se dizer sobre o processo de uma pesquisa. Ao unir sua atividade profissional ao seu interesse pela aventura, Castro entrega ao leitor suas histórias pelos caminhos atravessados. Esses caminhos proporcionaram, nas palavras do autor, "uma vida plena e intensa" (p.16).

> Durante a viagem, porém, é sempre boa ideia tentar entender o que está a nossa frente. De improviso, visitei a escola que apareceu em uma curva da estrada na Tailândia. Conversei com um monge budista nos altos do Himalaia e dele ouvi coisas interessantes das quais jamais esquecerei [...]. Há muitos elementos comuns entre aventura e pesquisa. Há a imaginação necessária, há a estética, há a necessidade de improvisar, há a bagagem de conhecimentos técnicos requeridos, há o esforço continuado diante dos desafios e do peso da tarefa. Finalmente, há o sucesso. Mas o que torna o sucesso mais atraente é o perigo de não dar certo. Ou seja, há riscos, pois, pela natureza comum de ambas atividades, o fracasso é uma alternativa sempre possível. [...] Pesquisa e aventura começam de maneira muito parecida. Há uma ideia, uma ambição. Sem grande vontade, nada vai acontecer, pois ambas são atividades voluntárias, que não acontecem por acaso. Decidida a iniciativa, os meios têm de ser mobilizados e organizados. É uma fase crítica, cujos acertos e erros determinam o que vem depois (CASTRO, 2012, p.17-18).

Assim como Castro (2012), o navegador Amyr Klink (1995, 2000) também se propôs a compreender a aventura. Se Castro trouxe uma perspectiva que analisa o encontro da aventura e dos procedimentos da pesquisa, Klink, por meio de seus relatos, se concentrou em entender a aventura como experiência na construção do ser. Os caminhos percorridos pelo navegador, no entanto, estão inseridos nos domínios da água sobre o espaço geográfico, definido por Dardel (2011) como espaço aquático. Entre as histórias de Klink estão a travessia do oceano Atlântico e a circunavegação da Antártica.

Não são apenas os caminhos oceânicos que constituem o palco das narrativas de Klink, a travessia também perpassa suas memórias. O navegador transpõe suas histórias de vida entre os movimentos ritmados das ondas do mar. As águas, como Dardel (2011) já havia dito, exercem um fascínio sobre o homem, uma atração que encanta por sua mobilidade e personalidade – ora discreta, ora turbulenta. Esse fascínio é explicado por Klink: "não estava obstinado de maneira cega pela ideia da travessia, como poderia parecer – estava simplesmente encantado. Trabalhei nela com os pés no chão" (1995, p.22). Atravessar o oceano não era sobre desafiar a natureza, mas sim sobre conhecer os seus segredos. O espaço aquático é um espaço líquido, ele corre e coloca em movimento o espaço geográfico (DARDEL, 2011, p.20). Deslocar-se na água significa um corpo que está em movimento e, assim como em terra, precisa se orientar e localizar. Torna-se essencial compreender os ritmos e as dinâmicas do mar para se colocar no rumo certo. "Ao se caminhar para um objetivo, sobretudo um grande e distante objetivo, as menores coisas se tornam fundamentais" (KLINK, 1995, p.164). Mesmo que sua travessia fosse baseada na ação de remar, Klink frequentemente enxergava sua viagem como uma longa caminhada: o movimentar dos braços eram, de tal modo, como o movimentar das pernas, simbolizando os seus passos em direção ao objetivo de sua aventura.

O termo aventura evoca imediatamente uma série de associações na mente das pessoas, dentre elas Grecco (2006, p.69) cita a emoção, adrenalina, medo, desafio, terror, risco, inspiração, conquista, audácia, sucesso, rusticidade, expedição. Dentre as várias conexões possíveis, Costa (2000, p. 14) relembra que a busca pela aventura vai além da excitação do corpo, é uma busca existencial, seria "algo que está aqui/além, dentro/fora do indivíduo". É por isso que Klink (2000, p.76) acredita que "um homem precisa viajar" e "precisa viajar por si, com seus olhos e pés, para entender o que é seu", ir para lugares que não conhece para abandonar a arrogância que o faz sentir superior a tudo e a todos, para ensinar sobre o mundo e, principalmente, sobre a valorização da vida. É o salto no desconhecido que Castro (2012, p.45) sugere, um encontro do "mundo das coisas, da natureza e das gentes" que rebate diretamente no mundo interior de cada aventureiro e revela a geografia em ato de Dardel.

A geografia em ato é uma expressão da nossa existência, é a angústia e ansiedade do ser humano em querer conhecer e desvendar os mistérios do mundo. A verdade é que não precisamos necessariamente nos lançar às aventuras extraordinárias para sentir essa

geografia. Na realidade ela já faz parte de todos os caminhos. Fato é que os relatos das grandes viagens e aventuras são formas magistrais e simbólicas de nos lembrar ou reascender as inquietações existenciais, retomar a perspectiva da experiência e reafirmar a ideia do corpo que existe, se movimenta e sente o espaço. As aventuras estão nos cotidianos, no enfrentamento diário da difícil tarefa de viver. É por isso que acredito que o caminhar por si só é sempre uma aventura. É a reafirmação da liberdade movimentante do corpo que se coloca nos caminhos do mundo. A geografia, antes de ser ciência, é a compreensão e o entendimento da Terra pelos seres humanos que, para Dardel, "exige de uns todas as suas jornadas e todas as suas pernas, e é lá que eles realizam seu ser e se compreendem" (2011, p.95). É por essa via que acredito ser possível estabelecer a geografia que surge do movimento, que é concebida pelo caminhar.

A geografia do caminhar é sobre a experiência do ser humano na terra, uma experiência que por essência é geográfica. Ela manifesta nossa humanidade e reflete as relações que construímos pelos caminhos em toda a nossa história. O mundo, para Humboldt (1957a), é um conjunto de forças em constante movimento, caminhar pelo mundo seria como escutar as infinitas vozes que a natureza envia à alma sensível do homem. Para Ingold (2011), o mundo é percebido através dos pés e o caminhar é, em si mesmo, uma forma de conhecimento que se constrói no atravessar o espaço. Trata-se da experiência do sujeito que se concretiza nos caminhos, que busca entender tudo aquilo que circunda o seu corpo e assim projeta no espaço suas compreensões revestidas de significados, simbolismos e valores. Reconhecer isso é se lançar em um campo de investigações que considera o caminhar como uma das maiores expressões de ser humano, de ser uma espécie que se movimenta e exerce sua liberdade criativa e imaginativa, que produz e é produto dos espaços. É como sintetiza Solnit:

> O caminhar deu forma a sendas, estradas, rotas comerciais; gerou identidades de lugar localizadas e transcontinentais; modelou cidades e parques; produziu mapas, guias, equipamentos e, em outras paragens, uma vasta biblioteca de contos e poemas sobre o caminhar, de peregrinações, expedições nas montanhas, caminhos sinuosos e piqueniques de verão. As paisagens urbanas e rurais criam os contos, e os contos nos conduzem de volta às estações dessas histórias (SOLNIT, 2016, p.20).

Parafraseando Gros (2010, p.10), para caminhar basta ter pernas e movimentar os pés. E então coloca-se um pé na frente do outro. É a medida certa que nos leva de algum lugar ou para qualquer lugar. Uma vez em pé, o ser humano nunca ficará parado.

IV

ENCRUZILHADAS

Quando começamos uma caminhada, vamos de um lugar e para algum lugar. Partimos de um momento, de uma decisão. Partir é uma escolha, assim como se colocar em um caminho também é reflexo de inúmeras escolhas. De um único caminho surgem várias outras possibilidades que nos levam constantemente para as encruzilhadas e frente a novas decisões a serem tomadas. Para onde levam os caminhos? Podemos até partir sem rumo, mas certamente estamos vislumbrando algo no horizonte, o encontro de pessoas, de lugares ou momentos. Sempre existirá algo pelo qual estamos caminhando. Os caminhos vão surgindo, podemos percorrê-los ou não. Um momento de pausa e reflexão que podemos, inclusive, retornar e repensar se acharmos que não é a direção correta a ser seguida. E assim tentar de novo, construindo, no passo após passo, uma travessia.

Estou seguro de que essa seja uma forma de representar o processo que conclui essa investigação: uma caminhada. São escolhas que foram feitas, são caminhos percorridos e uma travessia que se firma na construção. O construir no caminhar se faz mediante cada passo dado. Após a escolha de partir, um passo só pode existir se outro o suceder. É assim que o corpo se desloca e um percurso se compõe. Na pesquisa não é diferente, trata-se da tomada de escolhas e caminhos de um pesquisador para refletir e responder questionamentos, são passos dados em direção aos objetivos estabelecidos.

Durante o trajeto que aqui me propus a percorrer, o motivo de caminharmos foi uma das questões que mais apareceu de forma transversal. O escritor francês Honoré de Balzac propôs a seguinte reflexão: “não é verdadeiramente extraordinário perceber que, desde quando os homens começaram a andar, ninguém jamais perguntou por que eles andam, como andam, se podem andar melhor e o que conseguiram andando?” (INGOLD, 2011, p.70). Os questionamentos de Balzac foram lançados no início do século XIX, quando as discussões sobre as relações entre o caminhar e a atividade intelectual estavam começando a alcançar projeção e proeminência no cenário da literatura. São perguntas que penetram a nossa história enquanto espécie. É reconhecer que somos frutos do movimento corporal no espaço, movimento esse que vai muito além de um mero deslocamento mecânico do corpo. Eu falo sobre um movimento que manifesta a nossa

existência e que está intimamente relacionado com os atributos que cercam a essência de ser humano, de encontrarmos nossa humanidade.

Os significados e as formas de conceber o ato de caminhar se pluralizam ao longo da nossa história. Uma história que naturalmente se fez do movimento. É exatamente por isso que perguntar os motivos que explicam o caminhar acabam suscitando as inúmeras e complexas maneiras de conduzir a discussão. Circunscrever e analisar essa diversidade de entendimentos se fez fundamental para estabelecer a relação concreta entre o caminhar e o habitar o mundo. Habitar, construir, cultivar e movimentar, é assim que Dardel (2011, p.40) entende a condição da existência nessa "base terrestre" na qual nos assentamos e estabelecemos.

Nessas condições, como discorrer sobre esses significados e interpretações para o ato de caminhar? Há quem parta do pressuposto que seja apenas uma consequência da nossa estrutura bípede que nos permite deslocar. Ou que poderia ser analisado da perspectiva da sobrevivência do ser humano desde os primórdios de sua origem, que em decorrência das necessidades primárias promoveram a dispersão da espécie ao longo de milhares de anos. Caminhar pode também se referir à ideia da "conquista" dos espaços e as formações dos territórios. Do movimento de observar os ciclos naturais e aprender a se relacionar com as dinâmicas da natureza. Movimentar resulta no processo de enraizamento cultural que incorpora os mais diversos conhecimentos, valores e simbolismos que foram passados entre gerações e por diferentes povos. Está intimamente relacionado com as questões espirituais e religiosas que afluem na busca do ser humano por entender a sua existência mundana. Além disso, caminhar foi fundamental no desenvolvimento da técnica, do raciocínio lógico e das nossas compreensões sobre o espaço geométrico. O leque se abre e são exemplos de ângulos que aqui trabalhei para incorporar e estruturar a ideia de que a história do caminhar é também a história das civilizações, estabelecendo uma narrativa que analisa essa trajetória a partir de uma perspectiva geográfica.

A compreensão dessas dimensões do caminhar é o que me permite dar um passo além na minha discussão. Ao assimilar essa profundidade do movimento humano para fora das balizas que fazem enxergar apenas a capacidade motora, consigo adentrar nas influências do caminhar na atividade intelectual geográfica, buscando delinear sua condição visceral na gênese, história de formação e consolidação. É justamente explorando a riqueza dessa confluência entre o caminhar e o saber geográfico que encontro vestígios para relacionar

com o processo de sistematização da própria geografia enquanto ciência e, além disso, sustentar a ideia do caminhar como experiência geográfica. Foi um exercício de analisar o caminhar a partir de um prisma geográfico, evidenciando as particularidades existentes no espectro resultante para se discutir sobre uma geografia que surge em decorrência do movimento.

Caminhar é um ato geográfico, é um ato de experienciar o espaço. É justamente através da movimentação do corpo que atravessamos o espaço e agimos e interagimos com as coisas, com as pessoas e lugares. Essa interação corporal e a nossa capacidade de compartilhar socialmente as experiências é o que torna possível criarmos as imagens, os simbolismos e os significados de tudo. Da movimentação e do contato com os espaços surgem as formas de se orientar e localizar, manifestando dessas relações os nomes que os lugares recebem. O ser humano nomeou essencialmente tudo aquilo que conhece: entre vales, montanhas, picos, planícies, rios, florestas; deu nome aos caminhos percorridos, aos povoados, ruas, bairros, cidades e toda a infinidade de circunscrições do espaço geográfico. Nomeou até mesmo o desconhecido. Claval (2012, p.14) entende o resultado desse processo como “um tapete de toponímias estendido sobre a terra”. Ao nomear os lugares sabemos exatamente onde estamos e para onde vamos, mas não é só isso, Dardel (2011, p.8) demonstrou que a experiência compartilhada é também vivida. Uma planície pode ser considerada vasta ou uma montanha alta a partir da escala do corpo humano, uma floresta pode ser considerada quente ou fria pelo fato do corpo sentir os efeitos do calor e do frio. O corpo, como concluiu Tuan (1983), é a nossa referência primordial no mundo.

É assim que enxergo o desabrochar de uma geografia do caminhar. Saberes que são construídos por meio da experiência corporificada do ser humano que, como demonstrei ao longo da pesquisa, é um ser caminhante. É a partir do movimento que o ser humano habita o espaço, o que reflete uma relação íntima entre os pés que buscam suas raízes na terra. Não me refiro ao enraizamento no sentido literal de se fixar em um único lugar, mas sim de considerar a terra como o seu lugar no mundo. De ser e existir, sobre sentir-se ligado e pertencer à terra. A geografia do caminhar é também sobre nossas inquietações e angústias no processo de entender o que somos, onde estamos e para onde vamos. Sobre encontrar nossos caminhos e sobre caminhos que se encontram. Uma ansiedade do ser que o faz querer percorrer pelo espaço conhecido e desconhecido, se magnetizando por

aquilo que lhe parece ainda inexplorado. É justamente essa inquietação do ser – o espírito geográfico – que simboliza a nossa vontade de revelar os mistérios do mundo. Esse sentimento está presente e é considerado como prólogo da ciência geográfica. E não apenas da ciência geográfica, mas de todo o processo de construção do conhecimento pelo ser humano.

Para ilustrar essa geografia em movimento mergulhei nas grafias do ser humano ao longo de sua trajetória. Busquei, inclusive, cercar as formas com que a própria geografia e os geógrafos compreendem o ato de caminhar. À vista de todas as reflexões aqui expostas, como podemos pensar em um "quadro situacional" para entender a conjuntura atual na qual o caminhar vem sendo inserido ou discutido entre os geógrafos?

Bom, considerando as diferentes abordagens geográficas, certamente poderemos conceber e analisar o caminhar e os caminhos de formas completamente distintas. A título de exemplo, podemos hipoteticamente investigar uma trilha a partir de um viés quantitativo, considerando a potencialidade predatória do caminhante em um ambiente que apresenta fragilidades, fazendo-se necessário uma análise dos caminhos por meio de métodos estatísticos e modelos digitalizados para orientar a conservação local. Contudo, pode-se também estabelecer uma outra aproximação nesse mesmo recorte hipotético, considerando o caminhar como forma de experienciar o espaço, da possibilidade de viver o lugar, assim como as possibilidades desses caminhos possuírem valores e significados históricos e culturais. Esses contrastes também são observados em outras esferas e escalas, que refletem no planejamento e gestão dos espaços. Se nos atermos ao contexto urbano brasileiro, poderíamos falar de cidades que são planejadas para os pedestres ou para automóveis? Outras dimensões também podem ser discutidas, como o caso da possibilidade da experiência em contraste com as inseguranças nos espaços públicos urbanos. Ou então poderíamos aprofundar nas questões relativas ao turismo e as dimensões que envolvem a aventura e a viagem, que também são dimensões que expressam a essência movimentante do ser humano:

> Muitos invocam a necessidade de escapar do ritmo infernal da vida nas grandes metrópoles para descansar e se refazer. Eles ficam felizes de evoluir numa natureza autêntica, em meios não poluídos. Há outros que querem conhecer as maravilhas do mundo, aquelas das quais sempre ouviram falar: as cataratas espetaculares, as grutas onde os cristais de estalagmites ou estalactites multiplicam os jogos de luz, os cimos durante muito tempo inatingíveis que os jovens, por sua vez, fazem

> questão de subir. Muitos partem pelo prazer de seguir os passos dos homens célebres, de percorrer o meio ambiente nos quais evoluíram as vedetes do cinema ou as estrelas do cinema, de visitar os lugares onde a história se fez, onde as grandes batalhas foram ganhas ou perdidas, onde as revoluções tiveram início e se desenvolveram. A preocupação de descobrir as obras-primas do passado, os edifícios construídos pelos arquitetos célebres, os escultores e as pinturas que os grandes museus encerram, o ambiente das cidades de arte e de história testemunha a vontade de se enriquecer através do contato com as formas refinadas da cultura. O que há de comum entre todas essas razões para se viajar? Elas respondem a uma pulsão pessoal: a necessidade que o indivíduo sente de mudar, de descobrir o novo (CLAVAL, 2012, p.42).

Fato é que a viabilidade de se pensar em uma geografia do caminhar só se faz plausível a partir das contribuições e resgates pela geografia humanista. As contribuições remetem principalmente à perspectiva experiencial do ser humano e os resgates se referem aos documentos históricos, gêneros literários e relatos de viagens e aventuras que recentemente tem reencontrado seu espaço nas análises geográficas (AMORIM FILHO, 2018). Outro ponto importante a ser destacado é a retomada – ainda que lenta – da literatura do caminhar que foi amplamente difundida no século XIX e considerada por Solnit (2016) como a "idade dourada" do caminhar.

É em todo esse contexto que vejo a importância de buscar uma visão mais humanizada e menos mecanizada do caminhar. Pensar nessa geografia em movimento é uma possibilidade de abrir as portas para refletir sobre as vidas das pessoas e em como organizamos e gerimos os espaços. Pode ser uma forma de atuar positivamente na qualidade de vida. É também um movimento de valorização da experiência humana e de toda a nossa história que se constrói no movimento. O deslocamento, conforme propôs Lingis (1998, p.17), é um movimento que busca preencher-se de vida. "Estar vivo é desfrutar da luz, apreciar o chão que nos sustenta, os caminhos abertos e o dinamismo do ar". Para finalizar, novamente proponho a pergunta: o que seria caminhar? Buscando uma síntese para decifrar essa pergunta, talvez a resposta perpasse pela forma como enxergou Deshusses (2001), sugerindo que o caminhar seria, sobretudo, a evidência da condição humana, de um corpo ao encontro da vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACZEL, Amir D. O caderno secreto de Descartes: um mistério que envolve filosofia, matemática e ciências ocultas. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2007.

AGBEBAKU, Henry Usiobaifo. Comparative analysis of the contributions of Strabo and Eratosthenes to the development of geography. Zaria Geographer Vol. 26, No. 1, p.70-82, 2019.

AGOSTINHO. Confissões. São Paulo: Editora Paulus, 2002.

ALEXANDER, Craig. The Bedolina map–an exploratory network analysis. In: Posluschny, A; Lambers, K; Herzog, I. (orgs.) Layers of Perception. Proceedings of the 35th International Conference on Computer Applications and Quantitative Methods in Archaeology (CAA), Berlim, 2007.

AMATO, Joseph. On foot: A history of walking. NYU Press, 2004.

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno. A evolução do pensamento geográfico e a fenomenologia. Sociedade & Natureza, v.11, n.21/22, p.67-87, jan., 1999.

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno. A pluralidade da Geografia e a necessidade das abordagens culturais. Caderno de Geografia (PUCMG), v. 16, p. 35-58, 2006.

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno. Literatura de explorações e aventuras: "as viagens extraordinárias" de Julio Verne. Revista Sociedade & Natureza (Online), v. 20, n.2, p.107-119. Dezembro, 2008.

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno. O pensamento geográfico no Kitab de Idrisi e na Rihla de Battuta: uma reflexão epistemológica comparativa. Revista Geografia, Literatura e Arte, v.1, n.1, p.124-147, 2018.

ANDRADE, Manuel Correia de. Geografia, ciência da sociedade: uma introdução à análise do pensamento geográfico. São Paulo: Editora Ática, 1987.

ARRUDA, José Jobson de A. e PILETTI, Nelson. Toda a História. História Geral e do Brasil. São Paulo: Ática, 1999.

AUGUSTI, Marcelo Roberto Andrade. Andar a pé: impactos da técnica moderna sobre a espontaneidade da prática da caminhada. Temporalidades, v.12, n.2, p.299-319, 2020.

BARBOSA, Gabriel Túlio de Oliveira. Ser-tão Cerrado de Guimarães Rosa: espaço movimentante. 225 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2013.

BAUAB, Fabrício Pedroso. A Geografia Geral (1650) de Bernhardus Varenius: a modernidade da obra. Raega-O Espaço Geográfico em Análise. v.23, p.191-220, 2011.

BAUAB, Fabrício Pedroso. Aspectos precursores da Geografia Moderna na obra Geografia Geral (1650), de Varenius (1621/1622-1650). XII EGAL. Anais do XII Encuentro de Geógrafos de América Latina: Caminando en una América Latina en Transformación.p.1-14. Montevideo, 2009.

BAUAB, Fabricio. Da Geografia Medieval às origens da Geografia Moderna: contrastes entre diferentes noções de Natureza, Espaço e Tempo. 304 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2005.

BEM, Arim Soares do. A centralidade dos movimentos sociais na articulação entre o Estado e a sociedade brasileira nos séculos XIX e XX. Educ. Soc., Campinas, v. 27, n. 97, p. 1137-1157, Dec. 2006.

BENJAMIN, Walter. Teses sobre o conceito da história, 1940. Obras escolhidas, 1987.

BERTRAND, Dominique. La politique de saint Ignace de Loyola. Paris: Cerf, 1985.

BERTRAND, Georges. Paisagem e geografia física global. Esboço metodológico. Raega-O Espaço Geográfico em Análise. Curitiba: Editora UFPR, nº. 8, p. 141-152, 2004.

BESSE, Jean-Marc. Geografia e Existência a partir da obra de Eric Dardel. In: DARDEL, Eric. O Homem e a terra: natureza da realidade geográfica. (Tradução Werther Holzer). 159p. São Paulo: Perspectiva, 2011.

BIANCHETTI, Serena. 8 The “Invention” of Geography: Eratosthenes of Cyrene. Brill's Companion to Ancient Geography, p. 132-149, 2016.

BINFORD, Lewis R. Willow smoke and dogs' tails: hunter-gatherer settlement systems and archaeological site formation. American antiquity, v.45, n.1, p.4-20, 1980.

BOURDIEU, Pierre. Outline of a Theory of Practice. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

BRAGA, Marco; GUERRA, Andreia; REIS, José Claudio. Breve História da Ciência Moderna. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2004.

BRAMBATTI, Luiz Ernesto. O turismo como mercadoria no capitalismo avançado: uma análise conceitual. VIII Seminário da ANPTUR. Anais do Seminário da Associação de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo, 2011.

BRAUN, Georg. Civitates Orbis Terrarum. Vol. 5, 1593.

BROTTON, Jerry. Uma história do mundo em doze mapas. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2014.

BRYM, Robert J; LIE, John; HAMLIN, Cynthia; MUTZENBERG, Remo; SOARES, Eliane; MAIOR, Heraldo. Sociologia: sua bússola para um novo mundo. Editora Cengage Learning, 2006.

BUTTIMER, Anne. Aprendendo o dinamismo do mundo vivido. In: CHRISTOFOLETTI, Antônio (org). Perspectivas da Geografia. São Paulo: Editora DIFEL, 1985.

CAMINHA, Pero Vaz de. A Carta de Pero Vaz de Caminha (1500). Ministério da Cultura, Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/Livros_eletronicos/carta.pdf> Acesso em: 18 de jun. 2019.

CARERI, Francesco. Walkscapes: o caminhar como prática estética. 1º ed. São Paulo: Editora G. Gilli, 2013.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Os caminhos da geografia humana no Brasil. Boletim Paulista de Geografia, n. 71, p. 129-142, 1993.

CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz. Índios cristãos: a conversão dos gentios na Amazônia portuguesa (1653-1769). 2005. 407 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

CARVALHO, Bruno Martins. A ética de andar nas ruas do Rio de Janeiro. Remate de Males, n.29, v.2, p.285-297, 2009.

CARVALHO, Márcia Siqueira. A geografia desconhecida. Londrina: Editora EDUEL, 2017.

CASTRO, Claudio de Moura. Aventuras de um pesquisador irrequieto: entre as trilhas da natureza e os caminhos do conhecimento. São Paulo: Editora SESI-SP, 2012.

CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos. Ensino de Geografia: caminhos e encantos. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.

CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos. Geografia e turismo: reflexões. Boletim Gaúcho de Geografia, v. 20, n. 1. Porto Alegre, 1995.

CAVALCANTI, Agostinho Paula Brito; VIADANA, Adler Guilherme. Fundamentos históricos da geografia: contribuições do pensamento filosófico na Grécia antiga. In: GODOY, Paulo (org.). História do pensamento geográfico e epistemologia em Geografia. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

CENE, Vonei Ricardo. A geografia na cultura medieval: uma discussão sobre a geografia no contexto das ressignificações e transformações do pensamento científico na baixa idade média. 178 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2019.

CHAUI, Marilena. Convite à filosofia. São Paulo: Editora Ática, 1995.

CHAUI, Marilena. Filosofia moderna. USP: Primeira filosofia, 1984.

CHAVEIRO, Eguimar Felício. Corporeidade e Lugar: elos da oridução da existência. In: MARANDOLA JÚNIOR et al. (Orgs.). Qual o espaço do lugar?. São Paulo: Editora Perspectiva, 2012.

CHESTERTON, G. K. Santo Tomás de Aquino. Santo Tomás de Aquino: Biografia. Trad. Carlos Ancêde Nougué. São Paulo: LTr, 2003.

CHIBENI, Silvio Seno. Realismo científico empirista. Principia: an international journal of epistemology, vol.1, nº2, pp.255-270. Santa Catarina: Editora UFSC, 1997.

CIDADE, Eduardo. Em busca de experiências: o verdadeiro mochileiro é aquele que já passou por vários "perrengues". Revista Intratextos, número especial 3, p.1-16. Rio de Janeiro, 2012.

CLAVAL, Paul. "A volta do cultural" na Geografia. Revista Mercator, v.1, n.1, p.19-28, 2002.

CLAVAL, Paul. A Geografia Francesa. Espaço Aberto, PPGG - UFRJ, V. 4, N.1, p. 7-22, 2014.

CLAVAL, Paul. A paisagem dos geógrafos. In: CORRÊA, R.; ROSENDAHL, Z. Geografia cultural: uma antologia. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

CLAVAL, Paul. Como construir a história da geografia?. Terra Brasilis (Nova Série). Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica, v.2, p.1-23, 2013.

CLAVAL, Paul. Histoire de la Géographie. Paris: Editora P.U.F, 1995.

CLAVAL, Paul. Terra dos homens. Editora Contexto, 2012.

CLAVAL, Paul. Terra dos homens: a Geografia, uma apresentação. GEOUSP Espaço e Tempo (Online), v.15.1, p.80-86, 2011.

CLOZIER, René. Histoire de la Géographie. Paris, P.U.F., 128 p., 1972.

COHEN, Erik. Backpacking: Diversity and change. Journal of tourism and cultural change, v. 1, n. 2, p. 95-110, 2003.

COLOMBO, Cristóvão. Carta de anunciamento e descobrimento (1493). In: JANE, Lionel Cecil. Selected Documents Illustrating the four Voyages of Columbus. 2 vols. Vol. I, 2-19. Londres: The Hakluyt Society, 1930.

CORBIN, Alain. The auditory markers of the village. In: BULL, M.; BLACK, L. (orgs.) The auditory culture reader. Oxford: Editora Berg., 2003.

CORDEIRO, Emilio. Quando o homem domina o tempo: a geração beatnik e a gênese de mitos modernos. Arquivo do Estado de São Paulo, 2011.

CORFIELD, Penelope. Walking the City Streets: The Urban Odyssey in Eighteenth-Century England, Journal of Urban History, vol.16, nº2 pp. 132-74, 1990.

CORRÊA, Roberto Lobato. Caminhos paralelos e entrecruzados. São Paulo: SciELO-Editora UNESP, 2019.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito-chave da Geografia. Geografia: conceitos e temas. P. 15-47. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

COSTA, Paula Pinto. As adaptações das Ordens Militares aos desafios da" crise" tardo-medieval. Revista da Faculdade de Letras: História, 05, 2004, p. 143-154, 2004.

COSTA, Vera Lucia de Menezes. Esportes de aventura e risco na montanha. São Paulo: Editora Manole Ltda, 2000.

COVERLEY, Merlin. A arte de caminhar – o escritor como caminhante. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

CYMBALISTA, Renato. A Companhia de Jesus nos séculos XVI-XVIII: uma comunidade global de mártires. Anais Eletrônicos do XXVIII Simpósio Nacional de História, 2015.

DARDEL, Eric. O Homem e a terra: natureza da realidade geográfica. (Tradução Werther Holzer). 159p. São Paulo: Perspectiva, 2011.

DAVIES, Benedict G. Who's who at Deir el-Medina. A Prosopographic Study of the Royal Workmen's Community, EgUit, 1999.

DE OLIVEIRA, William Vaz. A fabricação da loucura: contracultura e antipsiquiatria. Revista de História, Ciências, Saúde-Manguinhos. Volume 18, número 1, p.141-154. Rio de Janeiro, 2011.

DE PAULA, Luiz Tiago. Fenomenologia dos espaços públicos= entre as certezas e inseguranças da experiência urbana. 119 f. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas). Universidade Estadual de Campinas. Limeira, 2016.

DEAN, Warren. A Ferro e Fogo: A história da devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Mil Platôs. Capitalismo e esquizofrenia. São Paulo: Editora 34, 1996.

DESHUSSES, Pierre. Passeios pelos campos da utopia. In: SCHELLE, Karl Gottlob (1802). A arte de passear. São Paulo, 1º ed. Editora Martins Fontes, 2001.

DINIZ FILHO, Luis Lopes. Fundamentos Epistemológicos de Geografia. Curitiba: Editora Ibpex, 2009.

DISOTELL, T. R. Origins of modern humans still look recent. Current Biology, v.90, p. 647 – 650, 1999.

ETGES, Virgínia Elisabeta. Landerkunde and Erdkunde: region in the geographic context. GEOUSP Espaço e Tempo (Online), v.4, n.2, p.113-121, 2000.

FALCÃO, Denise. Ser mochileiro: uma constituição social e pessoal do "mochilar". Caderno Virtual de Turismo – Rio de Janeiro, volume 16, número 3, p.76-90. Dezembro, 2016.

FALQUE, Emmanuel. Crossing the Rubicon: The Borderlands of Philosophy and Theology. Oxford University Press, 2016.

FEATHERSTONE, Mike. O flâneur, a cidade e a vida pública virtual. In: ARANTES, Antônio Augusto (org.). O Espaço da diferença. Campinas: Papirus Editora, 2000.

FENGER, Henning. Kierkegaard, the Myths and their Origins. Studies in the Kierkegaardian Papers and Letters, p.62-80. New Haven and London: Yale University Press, 1980.

FENNELL, John. An Expected Utility theory that matches human performance. 300 f. Tese (Doutorado em Filosofia). University of Bristol. Bristol, 2012.

FERNANDEZ, Pablo Sebastian Moreira; CHAVEIRO, Eguimar Felício. A viagem como experiência Geográfica: As imagens dos migrantes goianienses que vivem em San Francisco–Califórnia–EUA. Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Anais Encontro Nacional de Estudos Populacionais, p.1-12. UNICAMP. Campinas, 2010.

FERRÃO, João. Relações entre mundo rural e mundo urbano: evolução histórica, situação actual e pistas para o futuro. Sociologia, problemas e práticas, número 33, p. 45-54, 2000.

FERRAZ, Manuel de Figueiredo. Do tribunado da plebe. São Pãulo: Editora EdUSP, 1989.

FERREIRA, Raoni Araújo. A Serra do Cipó e seus Vetores de Penetração Turística – Um olhar sobre as transformações socioambientais. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia. UFMG. Belo Horizonte, 2010.

FLINT, Valerie Irene Jane. The imaginative landscape of Christopher Columbus. Nova Jersey: Princeton University Press, 2017.

FRANCO JR. Hilário. A Idade Média: o nascimento do ocidente. São Paulo: Brasiliense, 1986.

FRANCO JR. Hilário. A utopia que não está no fim da viagem: a peregrinação medieval. Morus-Utopia e Renascimento, 7: 59-82, 2010.

GARIN, Eugenio. Ciência e vida civil no Renascimento italiano. São Paulo: UNESP, 1996.

GEORGE, Pierre. A ação do homem. São Paulo: Editora Difel, 1968.

GIULIETTI, A.M., N.L. MENEZES, J.R. PIRANI, M. MEGURO. Flora da Serra do Cipó, Minas Gerais: Caracterização e Lista das Espécies, 9: 1-151, Boletim de Botânica da Universidade de São Paulo, 1987.

GOMES, Paulo César da Costa. Geografia e modernidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. Quadros geográficos: uma forma de ver, uma forma de pensar. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. In: SADER, Emir (org.). La guerra infinita: Hegemonía y terror

mundial. Instituto de Investigaciones Histórico-Sociales. Veracruz: Universidad Veracruzana, 2002.

GONÇALVES, Fátima. Do andar ao escrever: um caminho psicomotor. São Paulo: Editora Cultural RBL, 2009.

GONTIJO, Bernardo Machado. A ilusão do ecoturismo na Serra do Cipó/MG: O caso de Lapinha. Tese de Doutorado. CDS/UnB, Brasília, 2003.

GRECCO, André Pavani. As atividades ecoturísticas e de aventura no contexto paisagístico de São Bento do Sapucaí – SP. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Estadual Paulista. 230 f. Rio Claro - SP, 2006.

GROS, Frédéric. Caminhar, uma filosofia. São Paulo: Editora: É Realizações, 2010.

GUARINELLO, N. L. Ordem, integração e fronteiras no Império Romano. Um ensaio. Mare nostrum, 1, 113-127, 2010.

GUERRIERO, Silas. Caminhos e descaminhos da contracultura no Brasil: o caso do Movimento Hare Krishna. Revista do Núcleo de Estudos de Religião e Sociedade (NURES). ISSN 1981-156X, n. 12, 2009.

HANSEN, João Adolfo. Manuel da Nóbrega. Recife: Editora Massangana, 2010.

HARDING, Walter. The Days of Henry Thoreau: A Biography. New York: Courier Corporation, 1982.

HASEBROEK, Johannes. Trade and politics in ancient Greece. Biblo & Tannen Publishers, 1965.

HELFERICH, Gerard. O Cosmo de Humboldt: Alexandre Von Humboldt e a viagem à América Latina que mudou a forma como vemos o mundo. 390 p. Tradução de Adalgisa Campos da Silva. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

HEMMING, John. Ouro Vermelho: A Conquista dos Índios Brasileiros Vol. 27. São Paulo: Edusp, 2007.

HERNANDES, Paulo Romualdo. Os exercícios espirituais da Companhia de Jesus e a educação. Revista HISTEDBR [online], 30: 292-312.Campinas, 2008.

HOBSBAWM, Eric John Ernest. A era das revoluções. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2006.

HOLZER, Werther. A geografia humanista: sua trajetória 1950-1990. Londrina: Editora EDUEL, 2016.

HOLZER, Werther. Mundo e lugar: ensaio de geografia fenomenológica. In: MARANDOLA JÚNIOR et al. (Orgs.). Qual o espaço do lugar?. São Paulo: Editora Perspectiva, 2012.

HUMBOLDT, Alexander von. Quadros da Natureza. 1º volume. São Paulo: Editora Brasileira, 1957a.

HUMBOLDT, Alexander von. Quadros da Natureza. 2º volume. São Paulo: Editora Brasileira, 1957b.

IGLÉSIAS, Francisco. Encontro de duas culturas: América e Europa. Estud. av., São Paulo, v. 6, n. 14, p. 23-37. Abril, 1992.

INGOLD, Tim. Being Alive on Movement, Knowledge and Description. Londres: Routledge, 2011.

INGOLD, Tim. Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2015.

INGOLD, Tim. Humanidade e animalidade. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.28, n.10, p.39-53, 1995.

JANE, Lionel Cecil. Selected Documents Illustrating the four Voyages of Columbus. 2 vols. Vol. I, 2-19. Londres: The Hakluyt Society, 1930.

JORGE, Vítor Oliveira. Arqueologia e Pré-História: alguns tópicos de reflexão. Estudos Arqueológicos de Oeiras, 8: 447-487, 1999.

JORGE, Vítor Oliveira; JORGE, Susana Oliveira. A "monumentalização" das paisagens durante a Pré-História: alguns contributos para um debate. Lisboa, ERA Arqueologia, v.1, p.100-111, 2000.

KANT, Immanuel. Resposta à pergunta: que é o Iluminismo? (1784). KANT, I. A paz perpétua e outros opúsculos. Lisboa: Edições, 1989.

KELLY, Robert L. Hunter-gatherer mobility strategies. Journal of anthropological research, v39, n.3, p.277-306, 1983.

KERN, Arno Alvarez. Fronteiras Culturais: impactos e contatos na descoberta e colonização do Brasil. Estudos Ibero-Americanos, PUC-RS, Edição Especial, v. 26, nº1, p.69-80, 2000.

KIERKEGAARD, Søren. Letter to Henrietta Lund (1847). In: MINSHULL, Duncan (org.) The Vintage Book of Walking. Londres: Editora Vintage, 2000.

KLINK, Amyr. Cem dias entre céu e mar. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1995.

KLINK, Amyr. Mar sem fim. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2000.

KOMISSAROV, Boris Nikolaevich. Da Sibéria à Amazônia: a vida de Langsdorff. Edições Langsdorff, 1992.

KOMISSAROV, Boris Nikolaevich. Expedição Langsdorff ao Brasil 1821-1829: aquarelas e desenhos de Taunay. Edições Alumbramento, 1988.

KOMISSAROV, Boris Nikolaevich. Expedição Langsdorff: acervo e fontes históricas. Fundação para o Desenvolvimento da UNESP. São Paulo: Editora UNESP, 1994.

KUHN, Thomas. The Structure of Scientific Revolutions. Chicago: Editora Chicago University Press, 1962.

LABBUCCI, Adriano. Caminhar, uma revolução. Trad. Sérgio Maduro. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

LAMBERT, L. GARY. Rousseau and Thoreau: their concept of nature. 180 f. Tese de Doutorado (Linguagens e Literatura, Geral). Universidade de Rice. Houston, Texas: 1969.

LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1999.

LARRÈRE, Rapheël. Algumas filiações de Rousseau. Cadernos de Ética e Filosofia Política, número 21, p.244-253, 2012.

LE GOFF, Jacques. Os intelectuais na Idade Média. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.

LE GOFF, Jacques; GOLDWASSER, M. J. Os intelectuais na idade média. São Paulo: Brasiliense, 1989.

LEAKEY, Mary D. Footprints in the ashes of time. National Geographic, 155.4: 446-457. Abril, 1979

LEITE, Serafim, SJ. Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil. São Paulo, Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954.

LESKO, Leonard H. Pharaoh's workers: the villagers of Deir el Medina. Cornell University Press, 1994.

LÉVY, Pierre. A revolução contemporânea em matéria de comunicação. Revista FAMECOS. Porto Alegre, 1998.

LIBERA, Alain de. Pensar na idade média. Editora 34, 1999.

LIMA, Elias Lopes de. Do corpo ao espaço: contribuições da obra de Maurice Merleau-Ponty a Análise Geográfica. GEOgraphia, v.9, n.18, 2007.

LIMA, Elias Lopes de. O sujeito entre múltiplas geografias e a geografia geral. Núcleo de Pesquisa Geografia Espaço e Ação. Publicação online, p.1-25, 2014. Disponível em < https://www.ufjf.br/nugea/files/2014/01/O-Sujeito-entre-m%C3%BAltiplas-Geografias-e-a-Geografia-Geral.pdf >. Acesso em: dez. 2020.

LINGIS, Alphonso. The imperative. Indiana: University Press, 1998.

LONDOÑO, Fernando Torres. Escrevendo Cartas: Jesuítas, Escrita e Missão no Século XVI. Revista Brasileira de História [online], volume 22, número 43, p. 11-32. São Paulo, 2002.

LOPES, Jonathan Felix Ribeiro. Geografias do imaginário: o pensamento geográfico durante a Idade Média. Encontro Nacional de Geógrafos, 2012, Rio de Janeiro. Anais do XVII Encontro Nacional de Geógrafos, 2012.

LOWENTHAL, David. Geography, experience, and imagination: towards a geographical epistemology. Annals of the association of american geographers, v.51, n.3, p.241-260, 1961.

LOYOLA, Inácio de. Exercícios Espirituais. Tradução de: Pe Géza Kövecses S. J. 3a. ed. Porto Alegre, 1966.

LUNA, Sandra; SCHENKEL, Klara. A mística da geração beat contra a falência da modernidade: Quem salvará a América?. Revista Terceira Margem, Ano XIX, v.31, p.140-168, 2015.

LUSTOSA, César. A história do serviço postal. Brasília: Ensaio Literário, 1994.

MACAULEY, David. A Few Foot notes on Walking. Trumpeter: Journal of Ecosophy, v.10, n. 1, 1993.

MACHADO, Mónica Sampaio. Geografia e epistemologia: um passeio pelos conceitos de espaço, território e territorialidade. Geo UERJ,1: 17-32, 1997.

MACKAY, Angus. Atlas of medieval Europe, Londres: Editora Routledge, 1997.

MALUF, Maria Regina. Metalinguagem e aquisição da escrita: contribuições da pesquisa para a prática da alfabetização. São Paulo: Editora Casa do Psicólogo, 2003.

MARANDOLA JR, Eduardo. Sabor enquanto experiência geográfica: por uma geografia hedonista. Revista Geograficidade, v. 2, n. 1, p. 42-52, 2012.

MARANDOLA JR, Eduardo; DE PAULA, Fernanda Cristina; FERNANDEZ, Pablo Sebastian Moreira. A experiência do caminhar e do olhar: três percursos na Ponte Preta. Revista RUA, v. 13, nº1, p. 61-78. Campinas, 2007.

MARCHI, Eduardo Cesar Silveira Vita. Aspectos de direito público romano: as Constituições políticas da realeza e da República. Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, v.100, p.3-19. São Paulo, 2005.

MARCONDES, Danilo. Montaigne, a descoberta do Novo Mundo e o ceticismo moderno. Kriterion, v. 53, n. 126, p. 421-433. Belo Horizonte, 2012.

MARK, Joshua J. The First Labor Strike in History. Ancient History Encyclopedia, 2017. Disponível em: < https://www.ancient.eu/article/1089/the-first-labor-strike-in-history/> Acesso em: 07/06/2019.

MARQUES, José. Peregrinos e peregrinações medievais do ocidente peninsular nos caminhos da Terra Santa. Repositório Aberto da Universidade do Porto, 2001.

MARRETTA, Alberto. Scoperta di due nuove rocce con “composizioni topografiche” nel Parco Archeologico Comunale di Seradina-Bedolina. BC Notiziario del Centro Camuno di Studi Preistorici, p.30-40. Novembro, 2006.

MARTINS, Marcos. O caminhar como pratica artistica de intervir no Espaço Urbano. ANPAP: 18º Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas Transversalidades nas Artes Visuais. Salvador, 2009.

MARTONNE, Emmanuel. Panorama da Geografia. Lisboa: Editora Cosmos, 1953.

MAYR, Ernst. Biologia, ciência única. Editora Companhia das Letras, 2005.

MELLO, João Baptista Ferreira de. Valores em Geografia e o dinamismo do mundo vivido na obra de Anne Buttimer. Espaço e Cultura, n.19-20, p.33-39, 2005.

MENEZES, N.; GIULIETTI, A.M. Campos rupestres: Paraíso botânico na serra do Cipó. Ciência Hoje 25 (4): 38-44, 1986.

MENEZES, N.L; GIULIETTI, A. M. Campos Rupestres. In: M.P. Mendonça; L.V. Lins (org.). Lista Vermelha das Espécies Ameaçadas de Extinção da Flora de Minas Gerais. Fundação Biodiversitas, Fundação Zoo-Botânica. Belo Horizonte, 2000.

MEREGE, Ana Lúcia. A história da escrita: uma introdução. Ministério da Cultura, Biblioteca Nacional, 2009.

MERLEAU-PONTY, Maurice. Fenomenologia da Percepção. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MIGUEL, Leonardo Rogério. A Legitimação da Ciência na Inglaterra Vitoriana: William Whewell, Filosofia da Ciência, e a Distinção entre o Contexto da Descoberta e o Contexto da Justificação. 172 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Filosofia). Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006.

MINGATOS, Jerônimo Pinheiro. Manejo de trilhas por geoprocessamento: o exemplo do Parque Municipal Ecológico de Petrópolis–RJ. 57 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Florestal). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, 2008.

MIRANDA, Fernando Silveira Melo Plentz. A mudança do paradigma econômico, a Revolução Industrial e a positivação do Direito do Trabalho. Revista Eletrônica Direito, vol.3, nº1, p.1-24, 2012.

MOHAMMED, M. R. Al-Rihla and curriculum theory: a qualitative comparative study of contemporary and historical muslim travelers in search of knowledge. 260 f. Tese (Doutorado em Filosofia). Texas A&M University. Texas, 2011.

MONTEIRO, John Manuel. Negros da Terra - índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. O que é o urbano, no mundo contemporâneo. Revista Paranaense de Desenvolvimento-RPD, n.111, p.09-18. Curitiba, 2006.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Geografia: pequena história crítica. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

MOREIRA NETO, Henrique Fernandes. Reflexões sobre a experiência geográfica na era da tecnologia. Revista de História e Geografia Ágora, v.19, n.1, p.145-154, 2017.

MOREIRA, Roberto José. Cultura, política e o mundo rural na contemporaneidade. Estudos Sociedade e Agricultura. Vol. 20, p. 113-143, 2003.

MOREIRA, Ruy. As Categorias Espaciais da Construção Geográfica das Sociedades GEOgraphia, v. 3, n. 5, p.15-32. Niterói, 2001.

MOREIRA, Ruy. O que é Geografia. São Paulo: Editora Brasiliense, 2006.

MOREIRA, Ruy. Para onde vai o pensamento geográfico? Por uma epistemologia crítica. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

MOREIRA, Ruy. Pensar e ser em geografia. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

MORIN, Edgar. O Método. 1- A Natureza da Natureza. Lisboa: Publicações Europa-América, Lda., 1977.

MORIN, Edgar. Para além do Iluminismo. Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia, número 26, p. 24-28. Porto Alegre, 2005.

MOURA, Ana Clara Mourão. Geoprocessamento na gestão e planejamento urbano. Belo Horizonte: [s.n], 2003.

MOURA, Antônio Márcio Ferreira. Serra do Cipó – MG: Ecoturismo e impactos socioambientais. 184 f. 200. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2000.

NAPÌER, John. The Antiquity of Human Walking. Scientific American. Abril, 1967.

NEVES, Walter A.; BERNARDO, Danilo V.; OKUMURA, Maria Mercedes M.. A origem do homem americano vista a partir da América do Sul: uma ou duas migrações?. Rev. Antropol., São Paulo, v. 50, n. 1, p. 9-44. Junho, 2007.

NOGUEIRA, Antonio de Vasconcelos. Aonde nos leva o caminho? – uma meditação sobre o caminhar e o Caminho de Santiago. International Conference Moving Texts, Mediations and Transculturations. Universidade de Aveiro. Julho, 2017.

NOGUEIRA, M. M. Os caminhos do Ouro e o registro da vegetação segundo Naturalistas do Século XIX. In: COSTA, A, G. (org). Os Caminhos do Ouro e a Estrada Real. Belo Horizonte: Editora da UFMG; p. 152-191. Lisboa: Kapa Editorial, 2005.

O'NEILL, Maggie. Asylum seekers and moving images: Walking, sensorial encounters and visual criminology. In: BROWN, M.; CARRABINE, E. (orgs.) Routledge International Handbook of Visual Criminology. Londres: Routledge, 2017.

O'BYRNE, Alison F. Walking, rambling, and promenading in eighteenth-century London: a literary and cultural history. 280 f. Tese (Departamento de Inglês e Literatura Comparada). Universidade de York. York, 2003.

OLIVEIRA, Cêurio de. Curso de cartografia moderna. Rio de Janeiro: IBGE, 1988.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. Bandeirantes e pioneiros. As fronteiras no Brasil e Estado Unidos. Revista Novos Estudos, nº37, p.214-224. Cebrap, 1993.

OLIVEIRA, Paulo H. B. Notas sobre agricultura através do tempo. FASE, p. 03-75. Rio de Janeiro. 1989.

OLIVEIRA, Vitor Lima. Identidade e Alteridade em a Arte de Andar nas ruas do Rio de Janeiro, de Rubem Fonseca. Scripta Alumni, n.22, 2019.

PACHECO, Lucimar Lima. A importância dos trabalhos de campo no ensino da Geografia no Ensino Médio. 72 f. Monografia (Graduação em Geografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2008.

PADOAN, Lucas de Lima Fernandes. Entre Lapinha da Serra e Tabuleiro do Mato Dentro. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2017.

PADOAN, Lucas de Lima Fernandes. Travessia Lapinha-Tabuleiro: Uma imersão humana no espaço e suas potencialidades para a conservação socioambiental. 70 f. Monografia (Graduação em Ciências Socioambientais) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. Estud. av., São Paulo, v. 24, n. 68, p. 81-101, 2010.

PÁDUA, Letícia Carolina Teixeira. A Geografia de Yi-Fu Tuan: Essências e Persistências. 2013. 208 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

PAIVA, João Guilherme Siqueira. Drummond e a poesia do pós-guerra. 185 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Literatura). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015.

PALLOTTINI, Mariano. Alle origini della città europea: storia dell'urbanistica. Roma: Editora Quasar, 1985.

PARISH, Jacqueline. Designing Walkscapes in Suburbia. WALK21-VI, Everyday Walking Culture. Anais do WALK21-VI. Suíça, 2005.

PAULUK, Marcel. Um novo olhar sobre a escrita: a contribuição das ciências cognitivas e da semiótica para o desenvolvimento de uma ciência da escrita. Ciências & Cognição Vol. 02, p.02-10. Julho, 2004.

PELLINI, José Roberto. Arqueologia e os Sentidos: entrando na Toca do Coelho. Curitiba: Editora Prismas, 2016.

PEREIRA, Marcio Henrique de Mello. A ontologia aferida nos prolegômenos da obra "Geografia" de Estrabão. XVC EGAL. Anais do XV Encuentro de Geógrafos de América Latina. Cuba, p.1-14, 2015.

PERON, Marcos Valério. Listagem preliminar da flora fanerogâmica dos campos rupestres do Parque Estadual do Itacolomi—Ouro Preto/Mariana, MG. Rodriguésia, 1989.

PICCOLI NETO, Danilo; ALVES, Flamarion Dutra. Alexander Von Humboldt: Viajante Naturalista e Entusiasta da Harmonia da Natureza. In: GODOY, P R T (org.). História do

Pensamento Geográfico e Epistemologia em Geografia. 1ed. p. 35-56. São Paulo: Editora Cultura Acadêmica, 2010.

POLÓNIA, Amélia. Reflexões sobre alguns aspectos da vida quotidiana no século XVI. Revista de História, 13, 1995, p. 75-96, 1995.

PORTANOVA, Rogério Silva. Direitos humanos e meio ambiente: uma revolução de paradigma para o século XXI. Ilha Revista de Antropologia, vol.7, nº1,2, p.056-072, 2005.

PRETOR-PINNEY, Gavin. Guia do observador de nuvens. Tradução de Cláudio Figueiredo. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2008.

PROUS, André. O Povoamento da América visto do Brasil: uma perspectiva crítica. Revista USP. São Paulo (34) 8-21. Junho/Agosto de 1997.

QUÍRICO, Tamara. Peste Negra e escatologia: os efeitos da expectativa da morte sobre a religiosidade do século XIV. Mirabilia: electronic journal of antiquity and middle ages. 14: 135-155, 2012.

RAMOS, Fábio Pestana. Por mares nunca dantes navegados. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

RAPINI, Alessandro; RIBEIRO, Patrícia; LAMERT, Sabrina; PIRANI, José. A flora dos campos rupestres da Cadeia do Espinhaço. Megadiversidade, v.4, nº1-2. Dezembro, 2008.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. História da Filosofia. São Paulo: Paulus, 2005.

RECLUS, Élisée (1906). O homem e a terra. Educação. São Paulo: Imaginário: Expressão & Arte, 2010.

RELPH, Edward Charles. As Bases Fenomenológicas da Geografia. Geografia, v.4, n.7, p.1-25, 1979.

RHYS, Ernest. A Literary and Historical Atlas of Asia. Nova York: Editora Dutton & CO., 1912.

ROJAS, Jorge. El Mercantilismo. Teoría, política e história. Revista Economía, 30.59-60: 76-96. Lima: Pontificia Universidad Católica del Perú, 2007.

ROSEN, Michael. A Sober Kind of Chearfulness: On Jokes and their Relation to Philosophy. Areté, v.46, p.101-111, 2015.

ROSENDAHL, Zeny. Uma procissão na geografia. Rio de Janeiro: SciELO-EDUERJ, 2018.

ROSSI, Paolo. A ciência e a filosofia dos modernos: aspectos da revolução científica. São Paulo: Editoria Unesp, 1992.

ROSSI, Vera Helena Saad. As múltiplas personas de Jean-Jacque Rousseau em Os devaneios do Caminhante Solitário. Kalíope: Revista do Programa de Estudos Pós-

Graduados em Literatura e Crítica Literária. São Paulo, ano 4, número 7, p. 101-111, 2008.

ROUSSEAU, Jean-Jacques (1782). Os Devaneios do Caminhante Solitário. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 3ª ed., 1995.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. As Confissões (1782). Harmondsworth: Editoras Penguin, 1954.

RUSCHMANN, Doris Van de Meene. Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente. Campinas: Papirus Editora, 1997.

SANCHIS, Pierre. Peregrinação e romaria: um lugar para o turismo religioso. Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião, 8.8: 85-97, 2006.

SANTANA, Sheyla Aguilar. Geoprocessamento na modelagem parametrizada da paisagem territorial: aplicações da geovisualização na simulação da paisagem urbana. 244 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2014.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço habitado. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SAWAKI, D.; SAWAKI, J.; NETO, E. Mochileiros: Um segmento a ser explorado no Brasil. VI Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL. Anais do SeminTUR Saberes e fazeres no turismo: interfaces. Universidade de Caxias do Sul. Caxias do Sul, 2010.

SCHELLE, Karl Gottlob (1802). A arte de passear. São Paulo, 1º ed. Editora Martins Fontes, 2001.

SEAMON, David. Corpo-sujeito, rotinas espaço-temporais e dança-do-lugar. Geograficidade, v.3, n.2, 2013.

SEEMANN, Jörn. Tradições Humanistas na Cartografia e a Poética dos Mapas. In: MARANDOLA JÚNIOR et al. (Orgs.). Qual o espaço do lugar?. São Paulo: Editora Perspectiva, 2012.

SHAYA, Gregory. The Flaneur, the Badaud, and the Making of a Mass Public in France, circa 1860-1910. American Historical Review, 109.1, p.41-77, 2004.

SILVA, Marina Coelho Rosa. O caminhar como forma de produzir cartografias: outras imagens do Centro de Florianópolis. 154 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 2020.

SILVA, Odair Vieira. As grandes revoluções do século XVIII e o Iluminismo. Revista Científica Eletrônica do Curso de Licenciatura em Pedagogia da FAEF. Ano XVII, Número 30, p.1-9. São Paulo, 2018.

SIMMEL, Georg. A filosofia da paisagem. Revista Política e trabalho, vol.12, p.15-24, 1996.

SKOUSEN, Mark. The Making of Modern Economics: The Lives and Ideas of Great Thinkers. Editora Routledge, 2001.

SODRÉ, Nelson Werneck. Introdução à geografia: geografia e ideologia. Petrópolis: Vozes, 1989.

SOLNIT, Rebecca. A História do Caminhar. São Paulo, Editora Martins Fontes, 2016.

SPOSITO, Eliseu Savério. Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora Unesp, 2003.

SPRINGER, Kalina Salaib. Considerações acerca da Geografia de Alexander von Humboldt: Teoria, Filosofia e Concepção de Natureza. Raega-O Espaço Geográfico em Análise, nº18, p.7-22. Curitiba: Editora UFPR, 2009.

STEINER, Rudolf. Andar, falar, pensar. São Paulo: Editora Antroposófica, 1983.

STEPHEN, Leslie. In Praise of Walking. In: The Pleasure of Walking. Edwin Valentine Mitchell (org.). Nova Jersey: Howard Press, 2011.

STORCH, Maja. Crossing your personal rubicon. Scientific American, v.14, nº5, p.94-95, 2004.

STORCK, Alfredo Carlos. Filosofia medieval. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2003.

STRATHERN, Paul. O sonho de Mendeleiev. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2002.

STRENGER, Irineu. História da filosofia. São Paulo: Editora LTr, 1998.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Notas sobre epistemologia da geografia. Cadernos geográficos, n.12, 2005.

SUMPTION, Jonathan. Pilgrimage: an image of medieval religion. Londres, Faber, 1975.

SWENSON, David F. Something about Kierkegaard. Georgia: Mercer University Press, 2000.

TAYLOR, Steve. Provocations: Walking as resistance. Zadok Perspectives, n.149, p.1-4, 2020.

TEMMER, Mark J. Rousseau and Thoreau. Yale: Yale French Studies, n. 28, p. 112-121, 1961.

THELWALL, John. The Perioathetic: or, Sketches of the Heart of Nature and Society. (1793) Reimpressão fac-similar, Nova York: Garland Publishing, 1978.

THOREAU, Henry David (1854). Walden, ou, a vida nos bosques. São Paulo: Editora Aquariana, 2001.

THOREAU, Henry David (1862). Ensaios de Henry David Thoreau: Caminhada. Santa Catarina: Editora Dracaena, 2015.

THOREAU, Henry David. Andar a pé. Rio de Janeiro: Ensaístas Jackson, Volume XXXIII, 1950.

THORNE, A. G.; WOLPOFF, M. H. The multiregional evolution of humans. Scientific American, v. 266, n. 4, p. 28 – 33, 1992.

TOLEDO, Cristiane Campos; TORRES, Fillipe Tamiozzo Pereira; FARIA, Helen de Oliveira; ROCHA, Geraldo. Avaliação da vulnerabilidade ambiental de trilhas e estradas á queda de blocos rochosos na região de Ibitipoca, MG. VI Congresso Brasileiro de Geógrafos. Caderno de Resumos.p.325. Goiânia, 2004.

TORRELL, Jean-Pierre. Iniciação a santo Tomás de Aquino. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

TOZER, Henry F. A history of ancient geography. Nova York: Biblo & Tannen Publishers, 1971.

TUAN, Yi-Fu. Espaço e lugar: a perspectiva da experiência. Rio de Janeiro: Editora Difel, 1983.

TUAN, Yi-Fu. Espaço, tempo, lugar: um arcabouço humanista. Geograficidade, v.01, n.01, p.4-15, 2011.

TUAN, Yi-Fu. Space and place: humanistic perspective. In: Gale, S.; Olsson, G (eds.) Philosophy in Geography. Dordrecht, Reidel Publ. Co., p. 387-427, 1979.

TUAN, Yi-Fu. Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Londrina: Editora EDUEL, 2012.

UMBELINO, Glauco; CARVALHO, Rodrigo; ANTUNES, Américo. Reconstituição dos caminhos da Estrada Real através da cartografia histórica e do geoprocessamento. XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Anais do XVII ENEP. p.1-17. Caxambu, 2010.

VALENTIN, Ismael Forte. A Reforma Protestante e a educação. Revista de EDUCAÇÃO do Cogeime, vol. 19, nº37, p.59-70. Dezembro, 2010.

VALVA, Fabrízio D.'Ayala; DINIZ FILHO, José Alexandre Felizola. A trajetória humana. Canindé, Xingó, nº 3, p.59-83. Dezembro, 2003.

VERGARA, Sylvia Constant; VIEIRA, Marcelo Milano Falcão. Sobre a dimensão tempo-espaço na análise organizacional. Rev. adm. contemp., Curitiba , v. 9, n. 2, p. 103-119, Junho, 2005.

WELK, P. The Beaten Track: Anti-Tourism as an Element of Backpacker Identity Construction. In: RICHARDS, G.; WILSON, J. The Global Nomad: Backpacker Travel in Theory and Practice, Channel View Publications, Clevedon, p. 77-91, 2004.

WILKINSON, T. The Rise and Fall of Ancient Egypt. New York: Random House Trade Paperbacks, 2013.

WILLIAMS, Paul. O guia completo das cruzadas. São Paulo: Madras, 2007.

WILSON, A.C. e CANN, R.L. The recent african genesis of humans. Scientific American, v. 266, p. 20 – 27, 1992.

WRIGHT, John K. Terrae incognitae: o lugar da imaginação na geografia. Geograficidade, v.4, n.2, p.4-18, 2014.

WRIGHT, John K. Terrae incognitae: The place of the imagination in geography. Annals of the association of american geographers, v.37, n.1, p.1-15, 1947

WULF, Andrea. A invenção da natureza: A vida e as descobertas de Alexander Von Humboldt. Editora Planeta do Brasil, 2016.

WUNDERLICH, Filipa Matos. Walking and rhythmicity: Sensing urban space. Journal of urban design, v.13, n.1, p.125-139, 2008.

YÁZIGI, Eduardo. A Alma do lugar: turismo, planejamento e cotidiano em litorais e montanhas. Editora Contexto, 2002.